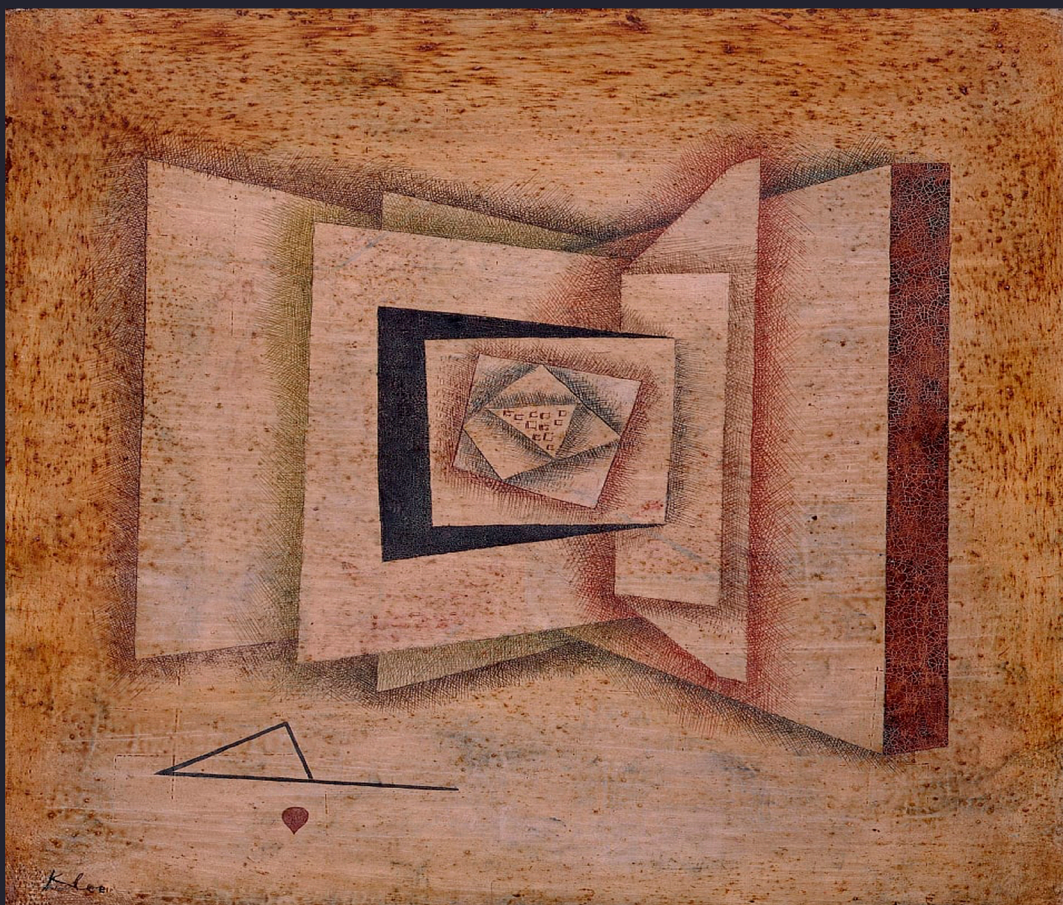


Ensaio de Teoria da História & História da Historiografia



Bruno Balbino Aires da Costa

Evandro Santos

Eduardo Henrique Baarbosa de Vasconcelos

(Organizadores)

ENSAIOS DE TEORIA DA HISTÓRIA &
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Bruno Balbino Aires da Costa
Evandro Santos
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos
(Organizadores)

ENSAIOS DE TEORIA DA HISTÓRIA &
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

cançoneiro

Copyright © 2023 By Bruno Balbino Aires da Costa, Evandro Santos, Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (Organizadores)

Todos os direitos reservados.

Editoração, projeto gráfico e diagramação
Ronyere Ferreira / Talyta Marjorie Lira Sousa

Capa
Mário Sérgio Olivindo

CANCIONEIRO

Editora chefe
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Francisca Verônica Cavalcante (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)
Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)
Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Mária Simone Euclides (Universidade Federal de Viçosa, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Sandra Melo (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil)

A imagem da capa
Open Book (Offenes Buch) by Paul Klee (1879 –1940)

Este livro foi feito no Brasil e segundo as leis brasileiras, passados 70 anos do falecimento do autor, a obra passa a ser considerada de domínio público. A tela de Paul klee é utilizada sem fins lucrativos apenas como capa de um livro Open Access.

COSTA, Bruno Balbino Aires da; SANTOS, Evandro; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. (Organizadores).
Ensaio de teoria da história & história da historiografia. Teresina:
Cancioneiro, 2023.
246 f. il.

ISBN: 978-65-5380-127-1 (digital)

CDD 900

EDITORA CANCIONEIRO
Teresina - Piauí
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

PREFÁCIO

Um manifesto crítico às escolas históricas..... 9

Temístocles Cezar

Apresentação..... 13

PARTE I - TEORIA DA HISTÓRIA E AS INDAGAÇÕES DO TEMPO PRESENTE

Quando Clio é preta, pobre, periférica:
relocalizando a teoria da história..... 19

Ana Maria Veiga

As Hierarquias do Silêncio: não-ditos significativos no
momento de se realizar um estudo de história da historiografia..... 33

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Teoria e Metodologia da História:
manuais, ensino e formação dos historiadores..... 51

Evandro Santos

Outros Poderes: o obscurantismo como exercício de poder..... 67

Pablo Spíndola

PARTE II - HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA,
MEMÓRIA DISCIPLINAR E OS SEUS USOS

- A Constituição da Disciplina de História da Civilização da USP (1937-1942): um exercício sobre fontes para o campo da história da historiografia..... 85
Aryana Costa
- A Crítica de Varnhagen ao livro *História da Revolução de 1817* de Muniz Tavares: um exame acerca da disputa em torno da formação da memória nacional..... 105
Bruno Balbino Aires da Costa
- A História no Balanço: o presente e o futuro do passado..... 117
Diego José Fernandes Freire
- A memória disciplinar da “moderna historiografia brasileira” em disputa: Tensões e enfrentamentos políticos (1980-2011)..... 133
Wagner Geminiano dos Santos
- PARTE III - HISTÓRIA, FICÇÃO E USOS DO PASSADO
- Enlaces historiográficos entre o saber histórico e a literatura na segunda metade do século XVIII e início do século XIX..... 153
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos
- O Desassossego da Narrativa Literária e a Verdade Refeita pelo Desassossego da Historiografia..... 163
Fabiano Mendes
- Os Usos do Passado ou Monumentos, Filmes de Super-Heróis e as Histórias Improváveis do Século XXI..... 181
Francisco Santiago Júnior

História e Videogames: como os jogos eletrônicos se relacionam com o passado.....	211
<i>Mariano de Azevedo Júnior</i>	
O Romance e a História: do historicismo à história pública.....	227
<i>Renata Dal Sasso Freitas</i>	
Sobre autoras e autores.....	243

PREFÁCIO

Um manifesto crítico às escolas históricas

“Em arte: escola = imbecilidade de muitos para a vaidade dum só”.
(Mário de Andrade, *Prefácio interessantíssimo*.)

Este livro é quase um manifesto. Quase porque ética e epistemologicamente apenas as/os autoras/es podem atribuir à obra tal condição.¹ Porém, do ponto de vista do leitor, a ideia de um manifesto surge ao percebermos que os artigos aqui reunidos, por Bruno Balbino Aires da Costa, Evandro Santos e Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos, rompem com qualquer submissão escolar. Quer dizer, quem busca uma afiliação com determinada concepção teórica, quem procura uma metodologia precisa, ou uma prescrição fundamentada na deontologia de uma escola qualquer, encontrará nas páginas que se seguem a decepção de ver sua doutrina submergir entre posturas intelectuais dissonantes, ousadas e criativas. Um quase manifesto sim, contra a tirania da escola histórica, seja ela for qual for.

Romper com uma escola não é tarefa fácil nem evidente. Entendo que reagir a uma escola é muito mais tranquilo que criticar um conjunto de conhecimentos dispare e/ou indisciplinados. Se não por outra razão pelo simples fato de muitas/os de nós simplesmente não nos reconhecermos em uma ou outra tendência a nós imputada. A escola, por mais das vezes, impõe-se a nós: somos classificados, em muitas oportunidades, a nossa revelia: fulano é marxista, fulana é pós-moderna etc. É como se nos atribuíssem uma identidade teórica sem nos consultar, por definições feitas porventura com base apenas no título de nossos textos.

1. Como o fazem, por exemplo, GUIDI, Jo/ARMITAGE, David. **Manifesto pela história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Na mesma medida que a ideia de escola pode servir para criar um quadro sinóptico da área, ou como dizem os autores de *As escolas históricas* “operar uma primeira colocação em ordem da produção histórica”², ela igualmente possibilita um enquadramento opressivo, uma espécie de identidade alheia às nossas convicções. Associar alguém a uma escola sem consentimento prévio é, por um lado, uma maneira de criar condições para a crítica generalista e injusta, aquela que nos situa em um campo no qual nunca estivemos, e, por outro, nos asilar em uma morada que pode parecer pacífica e protetora, mas que no fundo não dissimula seu comportamento despótico. Em termos políticos, sociais ou acadêmicos, a atitude que visa limitar alguém a uma escola sem nossa aquiescência tem um nome: covardia.

Ensaios de Teoria da História e História da Historiografia, cumpre, portanto, a função de contestar a reflexão historiográfica em termos teóricos e metodológicos, mas também em relação ao lugar de produção do saber: não mais exclusivamente sob a ótica do sul nacional, mas do nordeste, cuja potência manifesta-se neste ato contestatório de rebelião intelectual que se iniciou há muito tempo (Durval Muniz de Albuquerque Júnior, presente no livro, que o diga...)³ Essa descentralização, urgente e necessária, é uma resposta a um dos desequilíbrios apontados por Flávia Florentino Varella em artigo no qual faz um balanço crítico dos dez primeiros anos da principal revista do campo, a *História da Historiografia*.⁴

Nesse sentido, os textos que compõem esta coletânea são, simultaneamente, causa e consequência de estudos publicados em revistas especializadas, de debates em fóruns acadêmicos e em grupos de trabalhos vinculados a associações científicas (ANPUH, SBTHH etc.), e também de algumas obras recentes, publicadas tanto no Brasil quanto no exterior, cujas abordagens, de modo geral, sinalizam um repensar da disciplina.⁵ Reconsiderações essas que implicam em questionar a própria natureza do código disciplinar: “não são poucos os indícios que sinalizam para a urgente necessidade da história, enquanto disciplina acadêmica, repensar seus fundamentos episte-

2. BOURDÉ, GUY/MARTIN, HERVÉ. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1989, p. 391.

3. O que não impede de o sul, bem como outras regiões estarem representadas.

4. VARELLA, Flávia Florentino. “Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018)”, **História da Historiografia**, v. 11, n. 28, set-dez, 2018, pp. 219-265.

5. Para uma avaliação sobre o que é uma disciplina do ponto de vista das humanidades ver: BOUTIER, Jean/PASSERON, Jean-Claude/REVEL, Jacques. **Qu'est-ce qu'une discipline?** Paris: EHESS, 2006.

mológicos, suas formas de organização curricular e as modalidades de sua intervenção na sociedade”.⁶

Questionar a disciplina, logo, não deixa de ser uma forma de contestação às escolas históricas que se sucederam desde o século XIX. Assim, as três partes que constituem o livro – Teoria da História e as indagações do tempo presente; História da Historiografia brasileira, memória disciplinar e os seus usos; História, ficção e usos do passado – comprovam sua inserção neste amplo questionamento à prática teórica do saber histórico disciplinado e disciplinador, cuja premissa, senão a principal, ao menos muito importante, era a fidelidade a uma determinada escola teórica. Autoras e autores aqui subvertem, portanto, essa lógica de pensamento, sem autoritarismos epistêmicos, sem submissões conceituais, sem prestar conta ao mestre-escola, ou ao guru da seita. Liberdades de pensamento transbordam nestas páginas!

Além disso, o livro comporta outra dimensão relevante: a geracional. Mesmo que um dos mais importantes sêniores da área seja autor, a maior parte dos trabalhos são da nova geração. A ela cabe não apenas levar adiante a nau que nos abriga, mas também avançar no entendimento do papel da história na atualidade. E, nessa perspectiva, o conjunto desses escritos expressam uma tentativa de compreender, por meio de interpretações historiográfica inovadoras, a compreensão que temos de nosso passado e de nosso presente, no qual o “realismo ontológico”⁷ de historiadoras/es seja posta em xeque.

Porto Alegre, inverno de 2023.

Temístocles Cezar

Professor Titular do Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Bolsista do CNPq

6. AVILA, Arthur Lima de/ NICOLAZZI, Fernando/TURIN, Rodrigo. **A história (in) disciplinada**. Vitória: Milfontes, 2019, p. 7. Ver também: SIMON, Zoltán. **Os teóricos da História têm uma teoria da história? Reflexões sobre uma não-disciplina**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

7. KLEINBERG, Ethan. **Haunting History. For a deconstructive approach to the past**. Stanford: Stanford University Press, 2017.

Apresentação

Nos debates em torno das filosofias da história, na segunda metade do século XVIII, eram comuns as indagações acerca dos limites e possibilidades de uma história da natureza. Enquanto novas experiências alteravam as ideias possíveis de serem pensadas pelos filósofos modernos, no que dizia respeito às transformações no mundo e no próprio espírito humano (no tempo e no espaço), as definições da antiga *historia naturalis* já não mais se faziam suficientes. Talvez essas discussões não tenham se tornado centrais para os primeiros historiadores que pensaram sobre filosofias e teorias da história, ao longo do século XIX. Todavia, neste século XXI, cujos inícios foram marcados por conflitos internacionais que articulavam disputas por riquezas naturais, diferenças religiosas e concepções políticas, rapidamente associadas, desde 2008, à pior crise econômica desde 1929, chegamos ao ano de 2020 ameaçados por um agente da natureza, invisível a olho nu, hábil em mutações e adaptações: sem sequer ser considerado um ser vivo, o COVID-19 alterou a história de mulheres e homens e ainda desafia formas científicas e narrativas de tratamento e elaboração.

Mudança de experiência, mudança de método: parafraseando Reinhart Koselleck, historiadoras e historiadores têm procurado alternativas para lidar não apenas com o traumático contexto de pandemia (em particular no Brasil, um dos países nos quais a necropolítica tornou-se norma), mas para buscar novas perguntas e respostas capazes de darem conta dos desafios políticos de um mundo mais autoritário e menos responsável com relação à vida (não apenas humana). As mudanças já eram sentidas em 2016 e 2017, quando da realização da primeira e segunda edições do Fórum de Teoria e História da Historiografia (FTHH), ocorridas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, campus Caicó) e na Universidade Federal

do Ceará (UFC). Naqueles anos, um coletivo de profissionais de história, majoritariamente da região nordeste do país, passou a se reunir e estabelecer diálogos sistemáticos com o escopo de fortalecer e consolidar as discussões das áreas de teoria da história e história da historiografia em espaços diversos dos grandes centros institucionais do saber histórico. Longe de cindir trocas e impor agendas diversas, a intenção era a de, a partir de propostas bem-sucedidas, promovidas nas regiões sul e sudeste, fortalecer tais áreas ou subáreas do conhecimento histórico e incentivar pesquisas e eventos a elas dedicados em universidades do norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. A primeira publicação resultante desses encontros e parcerias intelectuais foi lançada em 2018, com o título de *Teoria da História e História da Historiografia dos Séculos XIX e XX*, uma coletânea organizada pelos historiadores Pablo Spíndola e Wagner Geminiano dos Santos.

Este *Ensaio de Teoria e História da Historiografia*, além de divulgar um pouco das ricas discussões promovidas nas edições do FTHH ocorridas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2017, e na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2018 e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (campus Natal), em 2019, tem por objetivo dar continuidade ao projeto coletivo acima descrito. Esse projeto tem criado redes de discussões, em especial com o incentivo à criação de Grupos de Trabalho (GTs) específicos sobre teoria da história e história da historiografia, vinculados às seccionais estaduais da Associação Nacional de História (ANPUH). Considerando os avanços obtidos nos últimos anos, pode-se dizer, com segurança, que uma nova página da história da consolidação brasileira dessas áreas está sendo escrita, fruto da disposição de historiadoras e historiadores, cujos nomes podem ser encontrados ao longo da obra ora apresentada, nas páginas de diversos periódicos nacionais especializados e em muitos outros canais de ensino e difusão da produção historiográfica em nosso país. É importante, ainda, mencionar, como outro resultado significativo, a recriação do GT Nacional de Teoria da História e História da Historiografia (GTHHH), ocorrida em 2019, o que acabou por coroar quase meia década de partilha e trabalho. O GTHHH pretende, sempre ao lado da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), fortalecer e ampliar as possibilidades dessas áreas nas variadas realidades e espaços institucionais que se espriam pelo Brasil. Tanto a SBTHH quanto o GTHHH são conquistas advindas da dedicação de colegas que nos antecederam e que um dia também sonharam com tais vitórias. Alguns

deles já não mais estão conosco, mas seguem vivos em seus textos – muitos deles referenciados nessa obra – e na memória afetiva de cada uma e cada um de nós.

Sem nenhuma pretensão totalizante ou intenção de esgotar problemas que se apresentam na agenda das áreas mobilizadas, esta coletânea visa a contribuir com a divulgação da rica e diversificada produção oriunda de uma geração de novas e novos historiadores que tem se dedicado a articular as potencialidades da teoria da história e da história da historiografia aos desafios do ensino de história e da crítica da cultura histórica contemporânea, ora pelo recorte disciplinar, ora pelo engajamento político, ora pelos caminhos da ficção, das novas tecnologias e da história pública. De todo modo, é interessante – e mesmo belo – perceber que, no conjunto da obra, podemos identificar, lado a lado, um importante representante da área, nacional e internacionalmente reconhecido, e uma colega oriunda da região sul, cujo texto encerra a coletânea, garantindo, assim, nossa intenção: o encontro e a convivência entre gerações, experiências, gêneros, enfim, entre diferenças no/do mundo, além de solidárias partilhas de saber.

Bruno Balbino Aires da Costa

Evandro Santos

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

PARTE I

**Teoria da História e as indagações do
tempo presente**

Quando Clio é preta, pobre, periférica: relocalizando a teoria da história¹

Ana Maria Veiga

Este capítulo começa com uma pequena provocação, retomando uma cena no mínimo instigante do filme *Bacurau* (2019), dirigido por Kleber Mendonça, que gerou bastante polêmica e debates diversos no ano de seu lançamento. É uma cena em que o grupo de estrangeiros, que são os vilões da história, interpela o casal de brasileiros que colabora com eles. Os dois podem ser considerados brancos pelos padrões do colorismo brasileiro, são “sudestinos”, que buscam um alinhamento quase que evidente com os outros componentes do grupo, entendendo a eles próprios como seus iguais. A resposta, que endereça personagens e espectadores, vem de forma direta e parte do líder do grupo, que se dirige aos *seus* iguais, de origem euro-norte-americana: “Branco? Eles são brancos? Não, eles não são brancos. Nós somos brancos”. E começa a traçar uma descrição fenotípica que vai colocando cada qual no que considera seu devido lugar, explicando de maneira didática, passando inclusive pela menção aos lábios grossos da mulher, que só poderiam ser um resultado da herança africana. Definitivamente, entendemos que eles não são brancos, mas, sim, brasileiros. Essa passagem nos provoca a pensar de que lugar nós estamos falando e, mais ainda, para quem falamos. Será que na teoria e na produção do conhecimento isso é diferente?

Com base nesta reflexão, proponho alguns pontos que pretendo desenvolver.

Novos sentidos críticos e acrílicos para a teoria ao longo do tempo

O tempo é entendido aqui como protagonista da História e da histo-

1. Este foi o título da conferência que proferi na abertura do Encontro do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 3 de dezembro de 2019.

riografia; de acordo com suas demandas próprias sobre o social, vai construindo a fortuna crítica do trabalho que realizamos. E não há como apagar o que está escrito e publicado. Menciono como exemplo uma citação recente que li a respeito da minha própria tese de doutoramento – uma pesquisa sobre cinema feito por mulheres durante a ditadura – que, inserida no contexto da sua escrita, ainda não trazia, embora já mencionasse, alguns elementos do conceito de interseccionalidade, hoje tão em voga, partindo da perspectiva de “raça”, classe e gênero. O que fazer numa situação dessas? Logo eu, que trabalho hoje com essa perspectiva?

Assim, passo a refletir sobre alguns escritos-ícones da historiografia brasileira que fizeram a diferença nos seus momentos de publicação. Trago o exemplo de apenas um deles. Em 1981, Edgar Salvadori de Decca lançou a obra *1930 – O silêncio dos vencidos*, um texto que se tornaria referência para a historiografia do período e também posterior a ele. Hoje, quase 40 anos depois dessa publicação, podemos propor algumas questões.

Na História e na historiografia do Brasil e da América Latina, quem seriam, hoje, os vencidos? Quem teria sido de fato silenciado? Como pensar, por exemplo, o conceito de classe, na efervescência da nossa realidade atual, a partir de modelos já estabilizados? Como aplicar ou transpor as teorias de Marx, ou de Thompson – entre outras possibilidades –, à situação brasileira, principalmente depois de termos, em seu terceiro mandato, um presidente da república oriundo do meio operário, mas que também foi um migrante nordestino cuja família se deslocou para o sudeste industrializado do Brasil e de lá fez sua carreira profissional e política? Neste Brasil com tantas peculiaridades, estudadas por inúmeras pesquisas de todos os campos da História e de outras ciências humanas, como pensar em classe e subalternidade sem lançar um olhar para as gerações descendentes de escravos, para a situação das populações indígenas, e outras intermediárias, e a permanência das relações (neo)coloniais que atravessam a nossa história? Por fim, que teorias estão disponíveis hoje que deem conta de uma reflexão mais aprofundada sobre a situação da região em que nós vivemos? Falo do ponto de vista do Nordeste, com suas territorialidades não centrais e seus múltiplos sertões.

O que pretendo sugerir, com alguns exemplos certamente rasos, aqui apresentados, é que modelos e padrões euro e etnocêntricos, sejam eles europeus ou estadunidenses, ainda balizam nossa historiografia de maior visibilidade, que por vezes revalida posições de uma suposta superioridade

intelectual, da pauta vinda dos centros emanadores de teorias. E que mesmo questões próprias parecem encontrar resoluções nos modelos externos. “Então, agora vamos falar de *global history*, depois de *public history* ou de *digital history*...” Abraçamos toda sorte de *histories* e *histoires*, e, no meu entender, pouco olhamos para as nossas demandas internas, esquecendo de sequer interrogar se é possível ou não pensar a História do Brasil e do contexto latino-americano teorizando questões próprias e nos apropriando das teorias que vêm de fora de modo mais seletivo, por exemplo, de teóricos e teóricas que abordem essa lógica de reiteração das opressões, seja nas teorias pós-coloniais, decoloniais, nas chamadas epistemologias do Sul ou naquilo que apenas começa a ser elaborado – nossa própria contribuição.

Não se trata apenas de escolhas intelectuais, já que vivemos um momento de urgência quando, não apenas o pessoal, mas também o intelectual, é político. Não seria o momento de indagar, ou ao menos olhar com mais atenção, para o desejo de pertencimento intelectual a uma “modernidade”, aquela mesma que nos aprisiona e racializa?

Não é em todos os meios acadêmicos que se tem conhecimento de autores/as como Achille Mbembe (historiador, filósofo e teórico político camaronês) ou de Lélia Gonzalez (historiadora, antropóloga e feminista brasileira) no momento da escrita dos seus trabalhos. Porém, nos dias atuais, torna-se leviano não atentar, ao menos nos rodapés, para algumas das questões levantadas por esses teóricos, entre outros e outras, que tratam em seus escritos de variados tipos de racialização, seja nos termos da necropolítica², da razão negra (MBEMBE, 2018b), da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019) ou da amefricanidade³, que atravessam intervenções teóricas ainda colonizadas, mesmo que assim não se percebam.

De acordo com Cláudia de Lima Costa (2000), as teorias viajam, elas circulam por diversos lugares, onde acabam sendo apropriadas e reorganizadas. Acrescento que essa apropriação não foge das expectativas intelectuais e das especificidades de cada lugar onde essas teorias aportam, aterrissam ou “sofrem” a violência de um *download* ou de uma tradução.

2. O conceito de necropolítica, cunhado por Mbembe (2018a), se popularizou nas redes sociais em tempos de Coronavírus, sendo amplamente utilizado apenas por sua etimologia, sem que se saiba exatamente de onde ele veio. Junto com o contexto, na linguagem das redes sociais, “viralizou”.

3. Amefricanidade é um conceito elaborado por Lélia Gonzalez (1988) para tratar do pertencimento ao solo latino-americano, que inclui populações de ascendência africana e ameríndia.

A zona de contato, de Mary Pratt (1999), ou o lugar da “mestiza”, de Gloria Anzaldúa (2005), sugerem que há possibilidades maiores de identificação com teorias latino-americanas ou *amefricanas* do que propriamente com as que exigem de nós o tempo todo uma adaptação àquilo que vivemos como realidade e experiência. É certo que no Brasil e na América Latina há os que vivem uma realidade europeia ou “americana” (com muitas aspas), mas não é a eles que pretendo me referir.

Pensar Clio na confluência entre teoria, sala de aula e cotidiano

Parece ainda que as relações da teoria com o ensino de história e o cotidiano passam ao largo do nosso horizonte, embora sejamos professores e professoras que estão formando outras gerações, que igualmente terão de lidar com as salas de aula. Talvez porque isso implica em descer a Teoria da História do pedestal em que frequentemente é colocada, como a parte intelectual de um trabalho, que tem como extremo binário as práticas de ensino.⁴ Nesse campo, não fazemos História do Brasil, da América Latina, das Idades, com Is maiúsculos e eurocêntricos; nós teorizamos, refletimos, fazemos história da historiografia, somos (ou não?) uma área asséptica, em nossas pesquisas voltadas para a produção intelectual. Mas, afinal, teorizamos sobre o quê, e para quê?

Seguindo esta linha de pensamento, entendo que teorizar sobre essa confluência, que inclui a sala de aula, também pode ser um ato político. Esse é um desafio que passa pela troca de saberes entre professores, estudantes e comunidades, sem perder de vista as relações de força e de poder que estão na ascensão dos conceitos e sua dependência das demandas sociais. Conceitos abjetos, de uma cultura histórica que envolve sujeitos e práticas, circulam muito mais do que aqueles que desenvolvemos na academia. Manter essa distância, historicamente alimentada, não seria manter as bases do *pedestal de Clio* em sua versão teórica?

Há algum tempo venho mantendo uma reflexão permanente sobre teorias localizadas e posicionadas, levando-a para diversas situações e encontros, como as rodas de conversa que promovi em 2019, pela Anpuh-PB, em

4. Mesmo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em seu belíssimo livro *O tecelão dos tempos* (2019) dispõe de forma apartada os historiadores (pesquisadores) e os professores de história. E não creio que Durval entenda a sala de aula como um local onde a investigação científica não comece a ocorrer ou onde não haja produção de conhecimento. Afinal, quantas inspirações não nos surgem durante as trocas de saberes com alunos e alunas?

João Pessoa e em outras três cidades do interior da Paraíba que sediam universidades – Campina Grande, Cajazeiras e Guarabira. Essa atividade foi intitulada “Diversidade, interseccionalidade e o ‘ser periférico’ no ensino de história”. As questões que eram colocadas sempre partiam de conexões com vivências e experiências que estão ao alcance de uma compreensão mais direta daquilo que faz parte da realidade dos e das estudantes. Fiz circular a ideia, nos lugares por onde passei, de uma “teoria do acolhimento”, que possa endereçar alunos e alunas que considero em minhas pesquisas “sujeitos em situação de margem”. São negros e negras, pessoas de origem indígena, pobres, periféricas, de algum modo descapacitadas, pessoas LGBTQIAP+, que representam subjetividades outras para a história. Pessoas com quem eu entendo que tenho muito a aprender e que me fazem pensar e repensar teoria de outros modos, que considero bastante instigantes.

Faço parte do grupo de pesquisa ProjetAH - História das mulheres, gênero, imagens, sertões. Dentro dessa perspectiva do acolhimento e dos afetos na história, desenvolvi recentemente um trabalho na perspectiva teórica do “lá” e do “cá”, estudando relações e sentimentos que partem das vivências de 35 mulheres migrantes, saídas das suas cidades, pequenas ou medianas, tendo como destino a universidade. São elas estudantes, professoras, técnicas que narram suas histórias de medos, expectativas, desejos, mas principalmente de contrastes entre seus lugares de origem e de destino, entre as meninas e mulheres que foram e as que vieram a ser. Com base nessa pesquisa, foi montado um web-documentário intitulado Fala Sertaneja (VEIGA, 2022b), com o intuito de produzir material de apoio didático, estimulando mais estudos e reflexões, mas também de abrir um espaço público para as vozes dessas mulheres em toda a sua diversidade.

Para mim, uma pesquisa desse tipo é um meio encontrado para fazer a junção da teoria decolonial, do conceito de interseccionalidade – pensando raça, classe, localização, gênero, sexualidade, religiosidade e geração – com estudantes, pensando a sala de aula, o ensino de história e o cotidiano dessas pessoas; formular regimes outros de verdade, que dialogam com realidades abjetas, embora majoritárias. Assim, a teoria que venho buscando elaborar, permeada pela reflexão sobre Ensino de História, endereça sujeitos em situação de margem, pensando as crises, rupturas e a emergência de “sujeitos outros” da história, interpelados por uma historicidade atravessada pelo racismo e pela existência precária.

Mapear e elaborar “teorias outras” da História

Para que serve as teorias, se elas não tiverem uma utilidade prática no chão da história? Ao menos devem dar conta de lidar com demandas que permanecem ou que emergem nos dias atuais. Proponho então um repensar de “teorias outras”, as próprias teorias colocadas em situação de margem, seguir à busca de meios próprios de descolonizar a teoria. Entendendo que descolonizar não significa apagar os rastros coloniais e patriarcais de tudo o que conhecemos, pois isso seria inviável, mas ter consciência deles e colocá-los sob tensão.

Se o que define o gesto científico é a dúvida, seguindo a linha de pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), talvez um caminho seja mesmo o de derrubar nossos ídolos para, desse modo, produzir um conhecimento que nos refresque e que faça respirar.⁵

A Teoria da História no Brasil, se pode ainda hoje ser revolucionária, passa pelas margens sociais e de localização. Ela é interseccional, é negra, indígena, sertaneja e mulher. Ela impulsiona essa elaboração teórica em situação de margem, em ligação direta com as ruas e com o ativismo social.

Nilma Lino Gomes argumenta sobre os saberes produzidos pelos movimentos sociais, especialmente pelo movimento negro, no livro *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, de 2017. A autora se refere a um conjunto de processos educativos que se dão fora do espaço escolar ou acadêmico. Segundo ela, a articulação entre o racismo e o mundo patriarcal é apontada pelo movimento negro e pelo feminismo negro, que propõem formas diferentes de interpretar a realidade, denunciando a colonialidade que nos atravessa, promovendo o conhecimento sobre si, sobre a sociedade, suas opressões e violências. Só que esses saberes, não raramente, rivalizam com um conhecimento dito científico.

Eu diria que a essa hierarquização de saberes, entre científicos e populares, pode dar pistas de que pouco escapamos de uma mesma visão de progresso e de evolução. Os movimentos sociais ousam desafiar a ciência a dar conta de suas especificidades, desvelam o que Aníbal Quijano (2000) chamou de “colonialidade do poder” e o que Grossfogel elaborou, a partir

5. Nesta perspectiva, foi publicada a obra *Das Margens: lugares de rebeldia, saberes e afetos*, reunindo historiadoras e outras intelectuais das ciências humanas que pensam desde as margens e periferias como centro dos interesses, ao mesmo tempo humanitários e acadêmicos (VEIGA; VASCONCELOS; BANDEIRA, 2022). Como meta comum, contracolonizar, acolher, “corazonar” (GUERREIRO ARIAS, 2010).

daí, como “colonialidade do saber”. Entenda-se, um saber que chega em sentido vertical, proveniente de uma fonte emanadora que, via de regra, está situada a uma distância segura daqui, do lugar de onde falamos e refletimos.

Pensar pelo prisma do conceito de colonialidade e da teoria decolonial – antes dela vieram os estudos pós-coloniais – não significa embarcar em uma moda intelectual, um modismo teórico (que já dura cerca de 30 anos), que primeiro seduz e depois se esvai, mas é buscar meios de discutir teoria, a partir do Sul Global, em termos próprios. Essa perspectiva teórica vem de intelectuais latino-americanos ⁶ que se depararam com limites relacionados à sua localização. Deste modo, começaram a elaborar propostas de reflexão e a tensionar esses limites com uma teoria que demarca esse (sub)lugar de fala, fazendo dela uma tentativa de estabelecer esse lugar.

Entendo que essa teoria decolonial, quando agrega o conceito de interseccionalidade, transforma linhas de fuga – no sentido europeu – em *linhas de confronto teórico*, no enfrentamento a uma prática intelectual colonializante, que não permite ou que bloqueia o acesso ao “pedestal de Clio” daquilo que considera distinto de si – o Outro da Teoria da História. Assim, aproprio-me da ideia das “linhas centrais e linhas de fuga”, de Félix Guattari e Gilles Deleuze, para convertê-la na noção de *linhas de confronto teórico* no campo da Teoria da História e da História da Historiografia, um chão acadêmico e intelectual que ainda tem muito a oferecer às perspectivas que se abrem a partir dos novos desafios colocados. Entre eles estão as reivindicações e práticas das mulheres negras na diáspora e das não-brancas latino-americanas – as *amefricanas*, de Lélia Gonzalez (1988).

María Lugones (2008), por exemplo, incrementa o debate sobre colonialidade ao argumentar que gênero não é apenas um elemento dessa situação de domínio, como entende Aníbal Quijano, mas está entre os pilares que a sustentam. Lugones denomina isso “colonialidade do gênero”, agregando a ela o conceito de interseccionalidade.

Seguindo seu argumento, entendo que a matriz intelectual colonial euro-estadunidense exclui categoricamente as mulheres de suas escolhas, das leituras, das citações, do reconhecimento de que existem mulheres intelectuais e intelectuais não-brancas. Seguindo a mesma matriz, as mulheres latino-americanas, e brasileiras, também não encontram espaço em referências bibliográficas na grande maioria dos cursos e das disciplinas no Brasil, incluindo certamente a História.

6. Sobre o grupo Modernidade/Colonialidade, cf. Ballestrin, 2013.

Entendo que a racialização e o distanciamento se dão também no âmbito das teorias, quando pouco importa o que se produz nessa região remota, afastada da *Englishness*; aqui, onde Clio possivelmente seria tomada como preta, pobre e periférica. Estamos em um Sul do mundo que é mais do que geográfico; para Nilma Gomes, seguindo Boaventura de Sousa Santos (2010), é também político-metafórico.

Neste ponto, retorno à pergunta: até que ponto os conceitos clássicos são capazes de interpretar ou assimilar questões colocadas por entraves sociais, como o racismo, na perspectiva de uma teoria que possa ser considerada antirracista?

Neste sentido, acolhendo a proposta de Nilma Gomes, entendo o movimento negro como educador, ao mesmo tempo em que retomo a perspectiva decolonial, que ainda mal situa “raça” como eixo estruturante das relações de poder-saber no continente americano. Silvio de Almeida faz bem essa ponte teórica ao discutir o “racismo estrutural”, retomando Achille Mbembe (2018a), principalmente em seu conceito de *necropolítica*, que atualiza a concepção foucaultiana do “fazer viver e deixar morrer”, dessa vez voltada à população negra e à prática por meio da qual o Estado escolhe aqueles que irão morrer. Silvio de Almeida inclui aí os povos indígenas. Mas, insisto, como isso passa para o campo da Teoria da História?

As intelectuais feministas negras⁷ explicam seu silenciamento, e a pouca atenção dada às questões que levantam, por meio do conceito de “epistemicídio”. Nas universidades, as mulheres negras (também os homens) passam a constituir a virtual possibilidade da existência de um novo sujeito social, endereçado por sua complexidade, tornando complacentes as noções de fronteira e de permeabilidade social. Por meio de coletivos e núcleos de estudo e pesquisa, essas mulheres se veem obrigadas não apenas a reorganizar sua situação de opressão, como a produzir instrumentos para seu entendimento, além do agenciamento no contexto acadêmico.

Esse espaço de fala de sujeitos em situação de margem, até pouco tempo restrito apenas aos ativismos sociais na luta por direitos, bifurca-se no caso brasileiro, principalmente a partir dos anos 2010, para dentro da academia, de onde torna-se pertinente perguntar: quem pode falar por esses sujeitos, agora duplamente engajados? Mulheres negras acadêmicas pro-

7. Pensando em Lélia Gonzalez, Luísa Bairros, Sueli Carneiro, Nilma Gomes, Cláudia Pons Cardoso, chegando a debates e disputas atualizadas e midiáticas com Djamila Ribeiro, Giovana Xavier, Elaine Jardim e Carla Akotirene, só para ficar com as brasileiras.

movem uma interseccionalidade que entendo como positivada pelo duplo ativismo, de fora e de dentro da academia.

Seguindo a tradição dos saberes de outras mulheres, em contato permanente com a ancestralidade de matriz africana, Carla do Santos Akotirene (2019) evoca para as feministas negras acadêmicas uma “epistemologia de encruzilhada”, metaforizando as crenças nos orixás, propondo “oferendas teóricas” que possam ser colocadas nas discussões. Essa “encruzilhada” teórica dialoga com o conceito de interseccionalidade, surgido, segundo Akotirene, no “coração do feminismo negro”, mesmo que tenha se expandido para atender a outros sujeitos ou não sujeitos políticos.

Interseccionalidade, que trazia inicialmente a categoria *raça* como seu ponto de partida, sofreu mutações ao longo das últimas três décadas, passando a privilegiar outra categoria – *gênero* – nos mais diversos lugares por onde circula. Essa mutação e a circulação das teorias (citando novamente Lima Costa, 2000) fez da noção de interseccionalidade – o cruzamento de categorias de opressão – um conceito-chave para o que hoje é denominado “feminismo interseccional”, que não necessariamente mantém algum vínculo com o feminismo negro e a luta antirracista. Essa modalidade de feminismo é associada por algumas intelectuais negras a “visões pós-modernas”, que esvaziariam seu sentido político. Isso requer uma discussão mais aprofundada, que não caberia no espaço deste capítulo. (COLLINS, 2019)

Nos *rituais acadêmicos* praticados pelo feminismo negro, entre eles a escrita, são os orixás que abrem os caminhos da teoria (como Ogum, o santo guerreiro que desobstrui as estradas); a proteção é feita pelos *exus*; os *oris*, santos de cabeça, determinam as palavras e os caminhos a serem seguidos, sempre em nome da coletividade.

Ancestralidade, encantamento e alteridade são conceitos centrais para a filosofia africana, seus fios condutores, de acordo com Adilbênia Machado (2014, p. 2). No meu entender, eles chegam também à cultura afro-brasileira, como um desafio para que a teoria produzida no Brasil se renove, flexibilizando teorias e metodologias que mantêm suas bases arraigadas na concepção eurocêntrica do que é científico e racional. Para Machado, é um conhecimento distinto do europeu, nunca inferior a ele, onde o Outro está em primeiro lugar, com seus costumes e interesses diferenciados (2014, p. 6).

Sabemos que a filosofia, por séculos, fora utilizada como meio de colonização, justificando as barbáries cometidas em nome de uma “civilização”, usando seu poder político e epistemológico para inferiorizar o “outro”, ou seja, aqueles que foram jogados para a “periferia” do pensamento e considerados “incapazes de filosofar”. A filosofia fora usada para justificar e enaltecer a colonização e o imperialismo, usurpando conhecimentos, inferiorizando os latino-americanos e, principalmente, os negros africanos, posteriormente, os afrodescendentes [...]. (MACHADO, 2014, p. 3)

Se as subjetividades estão postas como relevantes, tanto na Filosofia quanto na História e nas outras ciências humanas, como dizer que elas não comportam racionalidade, já que podem ser historicamente justificadas? Como lidar com a instabilidade e a vertigem que elas oferecem ao campo acadêmico e suas epistemologias? Particularmente, não tenho interesse em oferecer respostas duradouras a estas questões.

Sem dúvida, trata-se de uma “encruzilhada” brasileira, pois esse tipo de referência, tomada como herética nos templos acadêmicos, não encontra a menor possibilidade de expressão no feminismo negro estadunidense, por exemplo. (VEIGA, 2020) O máximo que encontramos é uma teoria do sensível, em bell hooks (2019), que sinaliza em direção ao “autoamor”, ao cuidado com a coletividade das mulheres negras, as *outsiders within*, conceituadas por Patricia Hill Collins (2016) como mulheres negras acadêmicas que enfrentam uma luta diária por não serem vistas como pertencentes ao espaço universitário. Nos anos 1980, era Audre Lorde (2007[1984]) quem falava sobre as *sisters outsiders*, as mulheres negras mal inseridas no movimento feminista de segunda onda, branco e de classe média, que pregava uma irmandade universal. (MORGAN, 1996)

Neste ponto, retorno à inspiração de Guattari e Deleuze para acionar uma vez mais a noção de *linhas de confronto teórico* (VEIGA, 2022), quando mulheres intelectuais negras, indígenas, sertanejas trazem suas vivências de tradição, de ancestralidade, a relação cotidiana com os orixás ou mesmo a opressão cotidiana que recebem para a elaboração acadêmica e o enfrentamento teórico com um modelo masculino, branco, científico e racional, reivindicado pelos que brigam por um lugar sob o guarda-chuva do “ocidental”.

Os conceitos, como demarcadores de diferenças, transformam-se em eixos de subordinação, gatilhos de preconceitos acumulados, e de poder. No viés da luta antirracista, quando Kimberlé Crenshaw (2002) sistematizou as relações entre esses demarcadores na perspectiva da “interseccionalidade”,

ela seguia a mesma linha do que já vinha sendo esboçado por outras intelectuais negras, como Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez. A articulação das categorias que demarcam diferenças permite uma visão mais ampla dos sujeitos históricos quando eles são mulheres, negras, pobres, periféricas, lésbicas, velhas, deficientes, entre outras condições que se pode agregar.

De volta aos termos da América Latina, a intelectual negra⁸ colombiana Mara Viveros Vigoya (2016) argumenta que os conhecimentos dos povos colonizados foram ocultados na experiência marcada pela racialização, seus traços foram sendo apagados sutilmente sob os subterfúgios dos conceitos de mestiçagem e de democracia racial. Vigoya entende que as histórias das mulheres latino-americanas devem ser analisadas sob o prisma que integra classismo, sexismo e racismo, além da perspectiva decolonial. E quando se refere à situação dessas mulheres e suas especificidades locais, ela recupera o a teoria de Lélia Gonzalez. Desafiadora, Gonzalez (2011) propunha que se assumisse uma linguagem mista e política, que seria a forma de locução das brasileiras pobres em confronto com as elites abastadas. As línguas africanas, traficadas junto com os escravos e escravas para o Brasil, eram vistas como distorções da língua culta, tal como acontecia em regiões de colonização espanhola. No caso específico do Brasil, Lélia Gonzalez nomeou essa língua sincretizada na opressão escravista como *pretuguês*, citando o exemplo da palavra Flamengo, cujo som se modificava no *pretuguês* para Framengo, já que o “l” era inexistente na linguagem e na fonética das regiões de onde vinha boa parte das pessoas escravizadas.

Para Viveros Vigoya, o branqueamento está no subtexto do conceito de mestiçagem, entendido como uma chave histórica para se pensar em mesclas abjetas. Concordo com ela quando afirma a necessidade de um projeto de renovação epistêmica, pois é o que venho buscando fazer ao escolher, não apenas, mas principalmente autoras mulheres, autoras e autores negros, latino-americanos/as oriundos/as de outras partes do mundo, que não os grandes centros de poder-saber – mesmo admitindo que é inevitável dialogar com eles.

Mara Viveros Vigoya vê originalidade no pensamento teórico-político de Lélia Gonzalez (1988) por manter vivos os vínculos com as origens do que essa brasileira chamou *amefricanidade* ou uma *identidade ameicana*, inaugurando com esses conceitos um amplo horizonte político. A fortuna

8. Tal como Fanon (2008[1951]), grifo aqui uma necessidade de usar o adjetivo “negra” como um demarcador de lugar e de reconhecimento social.

crítica da obra de Lélia Gonzalez volta a se mover a partir dos últimos anos, com sua teoria buscada como referência para os feminismos negros, brasileiros e latino-americanos. Seu arcabouço conceitual volta a valer para um outro momento, no combate ao racismo estrutural e à opressão social.

Se compartilho neste ensaio as minhas inquietações, e as escolhas que venho fazendo, não é para apaziguar nenhum dos meus pares na área de Teoria da História, mas para propor um debate, que talvez possa se tornar frutífero, e também pela utopia de uma gradual e contínua descolonização da teoria, que se torna possível nos pequenos trabalhos, nas pesquisas individuais, nos encontros e nas boas conversas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla Santos. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Col. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, CFH-CCE/UFSC, v.13. n.3, p. 704-719, 2005.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, UnB, n.11, p.89-11, maio-agosto, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, UnB, v.31, n.1, p. 99-127, janeiro/abril, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, CFH-CCE/UFSC, vol.10, n.1, p. 171-188, 2002.

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DECCA, Edgar Salvadore de. **1930 - O silêncio dos vencidos**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix [1995]. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2005.
- FANON, Frantz. [1951]. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramón (coord.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.
- GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia. **Calle14: revista de investigación en el campo del arte**, Bogotá, v. 4, n. 5, p. 80-95, jul./dic., 2010.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, [1990] 2019.
- LIMA COSTA, Cláudia J. de. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Estudos Feministas**, Florianópolis, CFH-CCE/UFSC, vol.8, n.2. Florianópolis, 2000, p. 43-48.
- LORDE, Audre. [1984]. **Sister outsider: essays and speeches**, New York: Ten Speed Press, 2007.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá/Colombia, n.9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

MACHADO, Adilbênia F. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, vol.3, n.1, p. 1-20, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad.: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad.: Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MORGAN, Robin [1984]. **Sisterhood is Global** – The International Women’s Movement Anthology. 2 ed. New York: The Feminist Press at The City University of New York, 1996.

PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. *Travessias*, Cascavel-PR, Unioeste, n.38, p. 7-29, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, University of Pittsburgh, v.11, n.2, p. 342-386, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [Orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): Conceitos e debates. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, Udesc, vol.12, n. 29, jan/2020. p. 1-32.

VEIGA, Ana M. Entre linhas de confronto teórico e linhas de confronto subjetivo: descolonizar a partir das margens. In: VEIGA, Ana M.; VASCONCELOS, Vânia N. P.; BANDEIRA, Andréa (Orgs.). **Das margens**: lugares de rebeldias, saberes e afetos. Salvador: EDUFBA, 2022a, p. 99-131.

VEIGA, Ana M. **Fala sertaneja** (webdocumentário). João Pessoa: UFPB/ProjetaAH, 2022b. Disponível em falasertaneja.aprojetah.com.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, Ciudad de México, Unam, n.52, p. 1-17, 2016.

As hierarquias do silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Os estudos de história da historiografia costumam tratar do que foi dito pelos historiadores. Abordam o porquê deles dizerem algo sobre o passado e o porquê de dizerem de dado modo, de dada maneira. A ênfase se dá nos ditos e escritos: elege-se como fontes as entrevistas, as memórias, a correspondência, a fortuna crítica, os textos e seus contextos. Tudo aquilo que o autor escreveu ou disse, assim como tudo que sobre ele foi dito ou escrito interessa ao estudioso de história da historiografia e constituem a documentação que privilegia. Nas obras dos autores, no tratamento que deram aos seus temas de pesquisa, nos debates de ideias, de concepções sobre o fazer historiográfico de que participaram, na atuação acadêmica, profissional e política dos profissionais de história, o estudioso de história da historiografia vai buscar os elementos significativos para analisar dada escola historiográfica e dado historiador. O historiador da historiografia torna-se um caçador de palavras, um detetive de alfarrábios, um perscrutador de sebos, bibliotecas e arquivos públicos e pessoais. Persegue um nome, em toda parte onde ele se encontra. Procura tocar tudo aquilo que o autor, objeto de sua análise, tocou, ler o que ele leu, anotar o que ele anotou, acompanhar todos os seus aparecimentos discursivos e comparecimentos por escrito. Sua obsessão é ir em busca de tudo o que foi falado ou registrado sobre a corrente historiográfica, sobre a trajetória daquele historiador que submete a análise. Nessa busca pelo vozear em torno daquele que estuda, de toda a sua escritura, o historiógrafo tende a ignorar um conjunto de signos, de sinais, de pistas que são muito significativas no momento de se realizar um

estudo de história da historiografia. Essas pistas, esses indícios, esses sinais, ao contrário daquilo que comumente constitui as fontes para um estudo de história da historiografia, são da ordem do silêncio e não da ordem da fala, são da ordem do esquecimento e não da ordem da lembrança, são da ordem do não-dito e não da ordem do falado, são da ordem do apagamento e não da ordem da escritura, são da ordem da ausência e não da ordem da presença. Tratarei nesse texto de alguns desses silêncios que significam, desses esquecimentos que fazem sentido, desses apagamentos que inscrevem algo e alguém em dado lugar, dessas ausências eloquentes, das hierarquias que advém de dados gestos, de dadas operações, de dados procedimentos que, no campo da historiografia, produzem significação através da omissão, tanto quanto da citação, em dadas circunstâncias e lugares de fala.

Espacializando hierarquias de prestígio

Abrir uma coletânea; nela procurar o autor que estamos estudando; encontrar seu texto, lê-lo sôfregamente; fazer anotações a partir dele; registrar o que disse de mais significativo, as ideias originais que possa ter exarado sobre o *metier* do historiador, sobre seus procedimentos; observar suas preocupações de método; prestar atenção a quem comparece em suas notas de rodapé, em quem merece sua citação, favorável ou desfavorável; destacar os conceitos que utiliza; as fontes que manipula: gestos comuns entre os estudiosos de história da historiografia. No entanto, adjacentes a todos esses aspectos, que podemos observar analisando o que autor escreveu, indo a seu texto, estão funcionando outras operações, outros procedimentos que, embora não apareçam ao rés do texto, são também práticas significativas e de significação. Se o historiógrafo está preocupado em localizar aquele escrito no interior de uma dada tradição historiográfica, em situá-lo no interior do debate acadêmico; se busca discernir qual o lugar aquele texto ocupa na obra, na trajetória, na carreira do historiador que está estudando; se busca encontrar seu *locus* temporal e institucional; muitas vezes esquece de observar a sua localização espacial na própria coletânea que tem em mãos. Afinal a arquitetura da própria coletânea, a distribuição dos textos que a compõem, a rede de textos e autores que a constitui, as hierarquias que são estabelecidas entre os escritos e seus formuladores, são muito significativos para localizarmos cada escrito ali publicado no debate historiográfico de sua época e para avaliarmos o prestígio que cada autor que ali comparece possui,

na época em que aquela publicação foi feita. A espacialização dos textos e autores que compõem uma coletânea, dado número de uma revista ou periódico, diz muito das hierarquias de legitimidade e prestígio, no interior da área de história, no momento de sua publicação. Sabemos que estamos crescendo em reconhecimento, que nossa produção acadêmica está se tornando referência à medida que vemos nossos textos irem subindo na localização nos sumários de livros e revistas (Ver, por exemplo: ERTZOGUE & PARENTE, 2006; VARELLA, MOLLO, MATA, ARAUJO, 2008).

É importante observar e levar em conta, como um dado significativo para a pesquisa no campo dos estudos de história da historiografia, os sumários de livros coletivos e de revistas acadêmicas, não apenas porque eles nos ajudam a encontrar o texto do autor que estamos estudando, mas porque eles, em si mesmos, podem nos oferecer alguns importantes elementos de análise. A maioria dos livros coletânea são constituídos pela contribuição de autores que foram convidados pelos organizadores da publicação ou resultam da reunião de trabalhos apresentados em um dado evento, ao qual compareceram, muito frequentemente, historiadores convidados pelos promotores. O sumário, portanto, já nos ajuda a mapear uma dada rede de historiadores ou de pesquisadores a qual o autor, que é nosso objeto de preocupação, estaria filiado. O sumário nos ajuda a conhecer as redes acadêmicas da qual o autor foi ou é partícipe, quais as relações profissionais e pessoais sustentavam e sustentam a sua atuação, a quais grupos de apoio e discussão ele pertencia ou pertence ou, pelo menos, a quais grupos vinha ou vem tentando se integrar (Ver, por exemplo, GUIMARÃES, 2006; NEGRO, SOUZA E BELLINI, 2009). O fato da coletânea ter um ou mais organizadores indicia que eles são lideranças acadêmicas, capazes de arrebatar aqueles que compõe a tal coletânea (Ver, por exemplo, FERREIRA, LUCA e IOKOI, 1999; MARTINS, 2010).¹ No entanto, pode ser o contrário, os organizadores podem ser historiadores ainda em busca de prestígio, que dispõem de acesso ao mercado editorial e utilizam esse capital para, convidando dados nomes consagrados da área, para figurarem no livro que organizam, transferir, assim, para eles o prestígio de que seus convidados gozam. Se o autor que se está pesquisando é organizador frequente de

1. Há números da *Revista Brasileira de História* compostos, em quase sua totalidade, por artigos de colegas, de ex-orientandos ou de pesquisadores que faziam parte da rede de relações acadêmicas de quem exercia a editoria da revista, no momento. Veja-se, por exemplo, os números 18 e 20.

coletâneas, isso indicia que ele dispõe de trânsito e legitimidade entre os pares, que ele se constitui em uma liderança acadêmica. O fato de figurar na capa do volume como organizador, reunindo os nomes que compõem no sumário, confere status de liderança acadêmica àquele que assim figura. Quanto maior prestígio acadêmico gozam aqueles que compõem o volume, maior prestígio é transferido para quem o organiza (Ver, por exemplo, MALERBA, 2006; ALBUQUERQUE JR; VEIGA-NETO E SOUZA FILHO, 2008).

Mas o sumário não é apenas a espacialização de uma rede de escritos e autores, não é apenas a materialização de relações acadêmicas e pessoais, não é apenas uma pista para pesquisarmos estratégias de legitimação e consagração no campo historiográfico, ele é também a espacialização das próprias hierarquias de legitimidade acadêmica e de prestígio no interior da área da produção historiográfica. Podemos saber se o organizador de uma coletânea já é alguém com prestígio na área, observando a localização que dará a seu texto no volume, ao texto de sua autoria na distribuição dos capítulos (Ver, por exemplo, MONTENEGRO, GUIMARÃES NETO e ACIOLI, 2011). Quando o organizador ou organizadores de uma coletânea são neófitos, em busca de ascensão no campo, eles colocarão os seus textos no final do volume ou, no máximo, após os textos de todos aqueles autores de prestígio que convidaram para figurar em sua publicação e transferi-lhes a legitimidade que possuem (Ver, por exemplo, ERTZOGUE & PARENTE, 2006). Se os organizadores do livro são lideranças acadêmicas conhecidas, seus textos abrirão o volume, serão aqueles que servirão de isca para que os colegas possam adquirir a publicação. Um historiador desconhecido, em início de carreira, dificilmente figurará entre os primeiros textos de um livro ou mesmo de uma revista acadêmica. Para eles serão reservados os últimos postos no sumário, a não ser que o critério adotado, para distribuir os textos pelo livro ou revista, tenha sido a ordem alfabética. No entanto, a distribuição por ordem alfabética normalmente é adotada quando estamos diante de um conjunto de nomes já consagrados e de difícil hierarquização. A ordem alfabética, normalmente, é a saída adotada quando não se quer ferir susceptibilidades hierarquizando medalhões de uma dada área (Ver, por exemplo, RAGO e VEIGA-NETO, 2009). Quando a hierarquização se torna difícil, quando as relações acadêmicas e de poder no campo, aconselha a evitar a distribuição por graus de prestígio, pode-se adotar, também, a distribuição temática, adotando a ordem alfa-

bética entre elas. No entanto, as vezes, a distribuição temática não segue a ordem alfabética, mas, sim a ordem de legitimidade acadêmica de cada área de pesquisa. Nesse caso observar os sumários das publicações se torna um importante indício das próprias hierarquias de reconhecimento entre os campos de pesquisa, entre as temáticas e objetos e até mesmo entre concepções teóricas e metodológicas (Ver, por exemplo, FERREIRA, LUCA e IOKOI, 1999; MATOS e BRANCO, 2015). Há sumários bastante reveladores a respeito daqueles que, no campo, são de difícil classificação, de quem são os apocalípticos, de quem são os não integrados, de quem são ovelhas negras da família, de quem são os periféricos ou marginais, de quem são os incômodos, de quem são apenas tolerados. Para eles é reservada a última sessão do livro, onde são agrupados por ser anódinos, por não serem facilmente arranjáveis em uma gaveta classificatória. Um título genérico e vago nomeia a sessão em que serão agrupados. O último lugar no sumário indicia que são periférico naquele livro, que não são seus artigos que dão o tom ou significado àquela publicação. Por algum motivo estão ali, motivo a ser pesquisado pelo estudioso de história da historiografia, mas estão num lugar periférico, de segunda categoria, já que foram arrinconados para a sessão das sobras, dos restos, dos que tinham que constar do livro ou da revista, de alguma maneira e por algum motivo, mas não podiam ser o carro chefe da publicação (Ver, por exemplo, GUIMARÃES, 2006; ERTZOGUE & PARENTE, 2006).

A disposição dos textos no corpo do livro ou da revista, da qual o sumário é um retrato, costuma significar, também, um julgamento sobre a importância do texto publicado, sobre a centralidade da temática tratada, sobre a pertinência da abordagem realizada, inclusive, sobre a escrita do próprio texto. Os textos considerados de menor importância, que tratem de temas considerados menores ou periféricos, que partam de uma abordagem, de referenciais teóricos e metodológicos com os quais não concordam os organizadores do volume, que estejam vazados em um estilo que não seja visto como adequado para a escrita da história, se não puderem, por algum motivo, ser recusados (foi escrito por encomenda do próprio organizador do livro ou dossiê, foi escrito por alguém de prestígio na área), vão para o final do livro ou da revista, vão ocupar os últimos lugares no prefácio. Textos de iniciantes, daqueles que ainda gozam de baixo reconhecimento vão ser arrinconados no final das publicações (Ver, por exemplo, FERREIRA, BEZERRA e LUCA, 2006).

Espacializando subordinações e submissões

Quando abrimos uma revista especializada em estudos de história de historiografia, no Brasil, quando olhamos para seu sumário, dificilmente vamos encontrar um artigo de historiador brasileiro abrindo a publicação, sendo o primeiro a figurar no sumário. Isso só vai acontecer se aquele número não trouxer nenhum artigo de autor estrangeiro. Da mesma forma que as hierarquias entre regiões do país e entre instituições de pesquisa vão definir, em grande medida, as hierarquias no interior do campo historiográfico e, com elas, as hierarquias no interior das publicações da área, o mesmo ocorre quando se trata da relação entre o nacional e o estrangeiro. Embora, seja frequente, por parte dos historiadores, a crítica ao colonialismo, à submissão do país aos ditames advindos das potências internacionais, às subjetividades colonizadas de nossas elites, o campo acadêmico no país, e a historiografia não é uma exceção, reproduz de maneira constante e colonizada a hierarquia entre o nacional e o internacional (não é mera coincidência que internacionalização, muitas vezes, é lida como reprodução do que vem de fora). O texto de autor estrangeiro receberá um tratamento privilegiado em relação ao texto de um nacional, notadamente se ele for europeu ou norte-americano. O autor estrangeiro tem que sempre figurar em primeiro plano, em qualquer publicação, porque ele confere status e prestígio, não só ao volume editado, mas para quem o editou. A publicação indicia que o organizador do dossiê ou o editor da revista é amigo de um autor estrangeiro, fala a sua língua, promove publicações de textos em língua estrangeira, figura como tradutor de textos de outros países, e essas práticas e relações é, no Brasil, atribuidor de prestígio e de legitimidade acadêmica.²

Para um estudioso de história da historiografia, o sumário de uma publicação também se torna importante indício dos contatos internacionais, das redes de trocas de ideias e de prestígio que articulam ou articularam pesquisadores nacionais e estrangeiros. Na relação entre um historiador

2. Essa prática é recorrente em revistas como a *Revista Brasileira de História*, onde a presença da contribuição de autor estrangeiro, muitas vezes convidado pelo editor da revista a nela publicar, quase sempre merece a colocação de seu artigo como aquele que abre a revista. Encontramos essa prática nos números 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 28, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 46, 49, 56, 57, 61, 64, 65 e 68. Há uma nítida correlação entre quem ocupa a editoria da revista e a presença ou não dessa prática. Na revista *História da Historiografia* encontramos também essa prática, notadamente na seção de artigos livres e com menor frequências nos dossiês. Ela aparece nos números 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20 e 23.

brasileiro e colegas de outros países não se troca apenas ideias, bibliografia, conceitos, métodos de pesquisa, fontes, mas também prestígio e legitimidade acadêmica. Em um país que valoriza sobremaneira o estrangeiro, o simples fato de se manter contato com um autor de outros países, de poder trazê-lo para eventos, de ter o privilégio de traduzir e publicar os seus textos, notadamente se for um historiador e/ou intelectual de prestígio internacional, já confere prestígio e legitimidade acadêmica. O patrocínio de eventos em que dados autores internacionais comparecem, resultando, muitas vezes em publicações, no formato de livros coletâneas ou de revista acadêmicas, transfere o reconhecimento de que goza o convidado ou os convidados para quem o recebe (Ver, por exemplo, PALLARES-BURKE, 2000; RODRIGUES e JOANONI NETO, 2016). Já assistimos autores brasileiros a desfilar por várias cidades com um autor estrangeiro a tiracolo, aproveitando o ajuntamento de pessoas provocado pela presença do ícone historiográfico para propagandear seus próprios livros. Em troca o estrangeiro a merecer a tradução e publicação de todos os seus escritos, até quase suas notas de lavanderia, nas editoras em que o nacional possui influência.

Interessa sobremaneira a um historiador da historiografia, quando está diante de um sumário, analisar que tipo de relações acadêmicas e de outra natureza vinculam aqueles que ali se fazem presentes. Um simples sumário, com suas distribuições e hierarquias, são indicadores de relações políticas e acadêmicas no interior do campo. Ele materializa e sumariza a espacialização, no corpo do livro, de hierarquias entre outros espaços como: instituições, regiões e nações. Se um historiador de uma universidade localizada num estado ou numa região considerados periféricos, convida um autor que está vinculado a uma instituição localizada num estado ou região considerados centrais, para publicar um texto seu, em um livro ou revista, será o texto desse convidado importante a encabeçar a publicação (Ver, por exemplo, KLANOVICZ, SOCHODOLAK e ARIAS NETO, 2011; BARBALHO, 2015). No entanto, a recíproca não acontecerá. Dificilmente, somente em casos excepcionais, a ser estudados, o texto do autor militante em uma instituição, estado ou região considerados periféricos figurarão no topo do sumário de um livro ou revista. A não ser que tenha se tornado um autor nacionalmente conhecido, uma referencia nacional na área em que escreve e atua, seu lugar nas publicações indicará sempre o lugar menor que sua instituição ou região ainda ocupa nas relações no interior do campo historiográfico. Enquanto estiver identificado com o espaço hierarquicamente

inferior ao qual pertenceria e representaria, enquanto não tiver transcendido esse lugar institucional e/ou regional que o identifique como subalterno, não será destaque em nenhuma publicação (ver, por exemplo, LEAL e FARIAS, 2015; GUTIÉRREZ, NAXARA e LOPES, 2003). Até mesmo os livros que publicar serão suspeitos de não possuir a mesma qualidade (ou o mesmo *Qualis* dos demais). Aqueles, então, que, equivocadamente, no meu modo de entender, se assumem como historiadores regionais ou locais, só ocuparão a frente da cena de coletâneas e revistas também consideradas locais ou regionais.

A relação hierárquica entre o nacional e o estrangeiro, o eterno complexo de inferioridade, de colonizado, que persegue nossa intelectualidade, que coloca sempre o internacional como superior ao nacional, repercute de modo claro na forma como os autores, obras e textos são hierarquizados no campo da historiografia no Brasil e em suas publicações. Estar vinculado a um dado grupo de pesquisadores internacionais, notadamente aparecer como discípulo de um dado autor estrangeiro, configura a própria forma como se dá a recepção dos autores, no país. A política de publicação, assim como a política editorial, seguem, em grande medida, as contingências dos contatos e relações entre autores brasileiros e estrangeiros. Enquanto autores com obras de grande qualidade, obras muito extensas e importantes, ficam sem tradução no Brasil, por não contar com um grupo de pesquisadores ou mesmo com alguém de prestígio acadêmico, que tenha contato e legitimidade junto as editoras, para propor sua tradução e publicação, autores menores terminam por ter toda a sua obra traduzida no país, por encontrar aqui o amparo acadêmico e editorial de alguém ou de um grupo. A troca de legitimidade e prestígio, nesses casos, é evidente. Como, no Brasil, basta ser um autor estrangeiro para contar com certa recepção colonizada e entusiasta, aquele que se acompanha de alguém que fala língua estrangeira e com ele desfila, de preferência mantendo diálogos na língua não nativa, para pasmo dos circundantes, mesmo que o convidado venha redescobrir a pólvora, passa a ter prestígio acadêmico pelo simples contato de pele com o não nativo. Ao mesmo tempo, esse autor poderá apresentar em seu país de origem, os contatos internacionais que fez, as publicações que realizou em outras línguas e auferir o prestígio de ter circulação em outras plagas.

Portanto, um simples e inofensivo sumário é capaz de indiciar subordinções e submissões, de ser a espacialização e hierarquização de relações desiguais no campo acadêmico, de ser a disposição desigual de espaços ins-

titucionais, regionais e nacionais, de ser o signo da vigência, no campo historiográfico, em uma dada época, de dados tipos de relação de recrutamento de escritos e autores, de circulação de pessoas e escritos, da prevalência de dada cultura acadêmica e institucional, de dadas políticas de consagração e legitimação no campo historiográfico. Um livro e uma revista começam a falar, para o estudioso de história da historiografia, antes mesmo de que se inicie a leitura de seus capítulos ou artigos. A distribuição de seus textos e autores, a distribuição dos temas e subtemas em que se divide, aqueles que são responsáveis pela organização e editoração, a origem nacional, regional e institucional dos que ali comparecem, tudo produz sentido e têm significados a ser investigados.

Esquecimentos ou silêncios eloquentes

Abre-se uma coletânea de artigos sobre a escrita da história. Em primeiro plano nos deparamos com uma apresentação. Um autor convidado, que não tem nenhum texto publicado naquele volume, por ser visto como uma autoridade na área, por já contar com legitimidade no campo, avaliza, através de seu texto, o valor daquela obra e reafirma a qualidade dos artigos que nela figura. Ao longo da apresentação, vai se referindo aos autores e textos que compõem a coletânea, sumariando e avalizando cada um deles, procurando explicitar a contribuição que cada um traz para a discussão sobre o tema que se propõem a abordar e dizendo dos méritos que cada um possuiria. Mas, eis que o apresentador “esquece” de se referir a alguns textos e autores, silencia sobre alguns capítulos que fazem parte da obra que apresenta (Ver, por exemplo, FICO, in: GUIMARÃES, 2006). Suponhamos que, efetivamente, o que ocorreu tenha sido um esquecimento, embora o apresentador tenha se referido a autores e artigos que, no sumário, se encontravam depois daqueles que pulara. Sigmund Freud já nos alertava para o fato de que não se esquece de algo ou alguém por acaso. O esquecimento seria um sintoma de operações inconscientes que mereceriam ser investigadas (FREUD, 1987). Embora o historiógrafo possa, facilmente, deduzir que esse “esquecimento” foi consciente, foi proposital, não deixam de operar, nesse gesto, dimensões emocionais, afetivas, irracionais, inconscientes que, no meu modo de entender, também devem interessar a uma pesquisa no campo da história da historiografia. Não há dúvida que esse é um gesto que denota vontade de silenciamento, desejo de que o outro não

tenha dito o que disse no texto que consta no livro, se é que o apresentador leu efetivamente todos os textos. Esse é um silêncio, que mesmo que tenha sido não proposital, vem acompanhado de desejo de silenciamento, de desejo de inexistência do outro e de seu escrito. O silêncio pode indiciar uma discordância quanto as ideias e maneiras de ver e dizer a escrita da história daqueles autores que o apresentador procura silenciar, e isso interessa ao pesquisador de história da historiografia. Mas, como diz Freud, não deixa de estar implicada nesse gesto, hostilidade, agressão, nele há um desejo, mesmo não consciente, de atingir o outro, de que o outro se sinta menor e desprestigiado. Nesse gesto, consciente ou não, há gozo perverso com a morte do outro e de suas ideias.

Talvez, se o leitor não é um dos autores atingidos pelo silêncio, nem perceberá que alguns dos autores e textos presentes na coletânea, não mereceram referência na apresentação, estão dela ausentes, gesto com que, talvez, o apresentador explicita seu desejo de que eles também não existissem na obra. Esse gesto de silenciamento, de esquecimento, fala muito do próprio apresentador. Se ele é o objeto de estudo do pesquisador de história da historiografia, esse gesto não pode ser negligenciado na hora de se traçar um perfil do tipo de relações que mantinha ou mantém com os colegas e com o campo. Tendo sido escolhido, por deferência do organizador da obra, como apresentador do volume, não nomeia alguns dos convidados daquele que o organiza e de quem lhe fez o convite, o que configura uma descortesia com o próprio colega que o convidou. Esse é uma forma de silêncio eloquente, ela fala das relações no interior do campo historiográfico, indicia as relações que existem entre os participantes daquela publicação, indica a relação entre o apresentador e aqueles que ele procura deslegitimar, desprestigiar com seu gesto de omissão, ele fala das divergências teóricas, acadêmicas, políticas e até pessoais que atravessam ou atravessavam as relações entre os pares. Amizades e inimizades, simpatias e antipatias, proximidades e distanciamentos, ciúmes, invejas, ressentimentos, raivas, lutas pelo poder, disputas e conflitos de todo tipo podem estar na origem de muitos silêncios, esquecimentos e omissões que encontramos nas publicações, nas obras que somos chamados a analisar num estudo de história da historiografia.

Os especialistas nos estudos de história da historiografia costumam valorizar e prestar atenção aos autores que são citados, que são referenciados, que constituem a bibliografia de artigos, capítulos de livros, livros e demais publicações no campo da historiografia. São analisadas as relações

existentes entre o autor do escrito e aqueles autores a que ele se refere, sejam relações intelectuais, teórico-metodológica, seja relações pessoais, políticas ou institucionais. No entanto, para uma análise no campo da história da historiografia, tão importante quanto os autores que servem de referência para um dado texto, para um dado escrito, são aqueles que não são, propositadamente, lembrados. Há lacunas bibliográficas que nascem do gesto de silenciamento de dados autores e de suas ideias, com as quais o autor do escrito não concorda. Não estou me referindo ao caso, evidentemente, de texto e autores ainda pouco conhecidos ou de baixa legitimidade entre os pares. Estou me referindo a autores e obras que, mesmo sendo referências no assunto, no tema, no problema que aquele escrito trata, é propositadamente esquecido. No Brasil, isso é um dos traços marcantes dos textos no campo dos estudos de história da historiografia: discute-se com o colega de Departamento fingindo que não é dele de que se trata. Autores estrangeiros, de eleição do desafeto acadêmico ou historiográfico, são alvejados em textos que são feitos para se travar um debate no interior da historiografia brasileira, fingindo que se trava um debate em termos internacionais (Ver, por exemplo, CARDOSO, 2005; REIS, 2006). Lançam-se coletâneas de textos internacionais, como estratégia de ataque a tendências historiográficas vigentes no país (Ver, por exemplo, MALERBA, 2006). Silenciar de toda forma o colega, não dar espaço para que ele fale ou dele se fale, é uma maneira de se travar as disputar por poder, disfarçadas de lutas em torno de maneiras de escrever e pensar a história. Orientadores chegam a proibir que seus orientandos citem determinados autores nacionais e estrangeiros, enquanto solicitam pressurosos que seus trabalhos sejam profusamente citados nas teses e dissertações que orienta. Exige que o autor estrangeiro, que tem como matriz teórica, sirva de Bíblia para todos que querem ter um trabalho acadêmico produzido sob seu comando. É importante, para quem faz um trabalho no campo dos estudos de história da historiografia, se perguntar porque dados autores nunca são citados ou referidos nos trabalhos de um dado profissional da área e de seus alunos? Como alguém, que é uma referência na área, nunca comparece, nem mesmo para ser criticado, em dados trabalhos acadêmicos?

É importante, para um historiógrafo, percorrer os anais de eventos, não apenas para constatar de que eventos participou aquele que é seu objeto de estudo. Tão importante quanto esse gesto, seria o de verificar os anais de eventos, na área em que ele atuava e pesquisava, que não con-

tam com a sua presença. É verdade que, muitas vezes, a ausência se deve a outros compromissos ou prioridades, mas há ausências significativas e eloquentes. Se um dado evento periódico costumava contar sempre com a presença de um dado profissional, se ele sempre constou entre seus organizadores, se ele sempre esteve entre aqueles que ali apresentavam trabalhos, deve-se investigar o que levou a que, a partir de um dado momento, sua presença tenha desaparecido, referências a seu nome nos trabalhos ali apresentados tenham escasseado, que nunca mais tenha sido convidado a dele fazer parte. Que mudanças acadêmicas e políticas levaram a esse ostracismo? Que mudanças de orientação temática, teórica ou política podem ter levado àquele profissional a se afastar ou ser afastado do grupo que comumente fazia parte e comparecia àquele evento? Que disputas internas, no interior do campo, possa ter levado àquele profissional a se segregar ou ser segregado daquela rede de pesquisa a qual pertencia? Sabemos que dados autores nacionais, e dadas referências nacionais e internacionais, chegam a ser proibidos em dados eventos. Os alunos bolsistas, ligados a meu grupo de pesquisa, já chegaram a ouvir, de um organizador de Simpósio Temático, que Michel Foucault ali não entrava, não podia ter seu diabólico nome citado. Eventos são realizados, muitas vezes, não para divulgar dada maneira de se escrever ou pensar a historiografia, para dar acesso ao que se produz em dadas pesquisas, mas para se contrapor a dados autores, escolas historiográficas ou dadas obras. Trata-se, nesses casos, da tentativa de se produzir o silenciamento daquele que se considera o oponente. Investigar a composição, portanto, de um dado evento, através de seus anais, deve levar em conta não apenas o que nele foi apresentado, a quem a ele compareceu, mas também quem deixou de se fazer presente, quem deixou de ser citado ou referido, quem, mesmo sendo referência na área, foi deixado de lado na hora de se montar o evento, de definir o rol de convidados. Merece análise, também, que lugar ele ocupou no evento. Sabemos todos que somente nomes de prestígio e legitimidade no campo fazem conferências, palestras, participam de mesas redondas. Aos iniciantes cabem os simpósios temáticos e as comunicações. À medida que um historiador conquista prestígio e legitimidade ele vai, ao mesmo tempo, subindo de posição nos sumários de livros e revistas, até começar a frequentar as primeiras páginas, escrevendo prefácios e apresentações e de lugares de fala nos eventos. Essa estratégia de pesquisa é importante, inclusive, para os casos em que o organizador ou organizadores do evento

é/são o objeto da pesquisa do historiógrafo. Saber quem ele ou eles convidou ou deixou de convidar, a quem ele ou eles abriu um espaço de palavra e para quem ele ou eles fechou, a quem ele ou eles quis reduzir ao silêncio, que posições e lugares lhes deram no evento, dirá muito de suas posições epistemológicas, teóricas e políticas, no interior do campo, inclusive de suas posturas éticas.

Sendo um campo simbólico, o campo historiográfico depende muito do acesso ao símbolo, do acesso à palavra. Somos um campo onde as disputas e alianças se dão em torno da palavra, do acesso à fala, da abertura e fechamento de espaços para a expressão, do acesso ou impedimento ao fazer sentido. A produção do silêncio, portanto, é correlato ao nosso campo. Evitar a expressão é produzir o silêncio e, com ele, o esquecimento, a ausência, a própria inexistência. Fazer o outro ficar em silêncio, não chamar atenção ou inviabilizar o acesso à fala do outro, é produzir a sua morte acadêmica. Um estudioso de história da historiografia, se está estudando um historiador que também foi professor, deveria prestar atenção naqueles historiadores ou pensadores sobre a história que fazem parte da bibliografia dos cursos que eram ou são por ele ministrados. Dar acesso aos alunos a dados autores ou sonegar-lhes o conhecimento, são estratégias que estão imediatamente vinculadas a dada maneira de entender o campo, de se filiar a dadas concepções historiográficas e de tentar vetar que outras maneiras de exercer o ofício e de entendê-lo chegue até as novas gerações. Trava-se uma batalha em torno da formação de novos pesquisadores, busca-se, em alguns casos, formar seguidores, séquitos, entourages, pupilos, através da desinformação e do silenciamento. As hierarquias acadêmicas, as hierarquias de poder, tornam-se hierarquias de silêncio, de veto, de desconhecimento daquele que pensa e faz diferente, que exerce de modo distinto o seu ofício de historiador. Os programas de curso tornam-se oportunidades de doutrinação ou de excomunhão do que pensa de maneira distinta. A pluralidade de ideias, de concepções, de práticas, de escrita, é substituída pelo pensamento único, pelo pensamento que se arvora a ortodoxia e que persegue todos os revisionismos (o stalinismo detestava revisionistas, os enviava para os gulags), todos os ceticismos, narrativismos, pós-modernismos, todas essas gavetas classificatórias que visam gerar a abjeção do outro, sem que nunca alguém se dê ao trabalho de se dizer o que significam e no que resultam historiograficamente.

Palavras que silenciam

Há uma outra maneira de se produzir o silêncio, ou pelo menos de se produzir a marginalidade, a excepcionalidade do outro e, com ela, sua deslegitimação: a rotulação. Embora se fale do outro, embora até se possa lhe dar a palavra, se possa abrir espaço para que seu escrito seja publicado, o faz sob um dado rótulo que o estigmatiza ou, pelo menos, ressalta a sua excepcionalidade, a sua estranheza, o seu fora de lugar, o seu fora de propósito. Você abre uma revista acadêmica, na qual só deveria constar artigos científicos, artigos que formam um dossiê, artigos avulsos, resenhas e se depara com um escrito estranhamente rotulado de conferência, de ensaio, de palestra, de fragmentos. Fica claro, para um analista da produção historiográfica que existe ali, funcionando, um princípio de hierarquização. Ele não está dito ou explícito na apresentação do número da revista, mas ele está atuando ao nomear de forma excepcional, fora do expediente normal da revista, aquele escrito. Supõe, imediatamente, que deva existir um déficit de qualidade, de cientificidade, de rigor, entre aquele escrito estranho, bizarro, de difícil classificação e os demais artigos da revista. Aquele escrito, que não pôde ser enquadrado na categoria “artigo científico”, deve apresentar algum tipo de limite para ser assim rotulado. Ele foi publicado, ele não deixou de ser dado a ver e ler, mas, ao mesmo tempo, ele foi marcado por uma dada classificação que, no mesmo instante, o jogou para a margem da revista, o fez ser algo a não servir como exemplo de escrita ou de produção historiográfica. O rótulo está dizendo, leiam esse texto, mas ele não é um exemplo de artigo científico a ser produzido no campo da história, ele é uma anomalia. A um historiador da historiografia interessa sobremaneira a forma como os textos aparecem ordenados e classificados no interior das publicações, como eles são referenciados e remetidos. Quando se nomeia um texto de palestra ou conferência, possivelmente, é porque se julgou que as marcas de oralidade nele ultrapassam o permitido para um texto acadêmico ou que ele não possui o rigor, a observância das regras vigentes no interior da área. Quando se considera que um texto é um ensaio, também se o está definindo como um texto marcado pela provisoriade, pela falta de verificação de seus dados ou fontes, por não seguir as normas adstritas do ofício.³

3. Na revista *ArtCultura* n. 26, um artigo foi isolado dos demais e nomeado como Palestra: na *Revista Brasileira de História*, n. 65, não apenas se abriu uma sessão chamada Memória, inexistente no expediente normal do periódico, para abarcar dois artigos, mas também em um

Mas, muitas vezes, esses rótulos visam marcar como diferente, como academicamente inaceitável, textos com dados estilos de narrativa, que fogem do convencional, que inauguram maneiras de escrever a história, que ainda não são consensuais entre os pares. No entanto, para um estudioso de história da historiografia, o fato desses textos anômalos, esses abortos terem encontrado guarita em alguma publicação, pode indiciar que o seu autor é alguém com tal legitimidade e prestígio no campo que pode se dar ao luxo de desafiar as regras prevaletentes no interior da comunidade e, assim mesmo, ver o seu escrito vir à luz. Um iniciante no ofício jamais conseguiria que seu experimento historiográfico fosse acolhido por uma publicação. Quanto menor o prestígio, mais rigorosas se fazem as regras para a publicação. Quando um historiador consegue publicar, mesmo que sob rótulos estigmatizantes, tudo aquilo que escreve, é sinal de que já goza de prestígio e legitimidade entre os pares, que ocupa, possivelmente, posições de poder no campo, que o torna quase um intocável e que, por isso, tem seus filhos estranhos acolhidos pelas publicações, mesmo que para isso tenham que ser marcados com o estigma infamante de dadas classificações extraordinárias. É de interesse do estudioso de história da historiografia saber qual a relação existente entre o editor daquele periódico e o autor daquele texto de exceção, porque mesmo considerando aquele texto fora dos padrões normais de um artigo científico o acolheu para publicação, já que fica claro, nesses casos, que o artigo, evidentemente, não passou pela avaliação anônima do conselho editorial que, possivelmente, o teria recusado. Provavelmente o nome daquele autor conferia prestígio à revista, mesmo que nela viesse a publicar um texto que não se coadunava com as regras de publicação por ela seguidas. Há falas que silenciam, há nomes que provocam a infâmia, há classificações que desclassificam, há presenças que estimulam a ausência, há espaços concedidos que resultam em fechamento de espaços. Por que alguém iria ler, numa revista constituída de vários artigos científicos, justamente aquele patinho feio nomeado de ensaio? Um pesquisador que consultasse uma revista em busca de referências bibliográficas não ia se dar ao trabalho de ler aquele escrito nomeado de conferência ou palestra. A própria publicação está hierarquizando aquele escrito como menor, como desprezioso, como dotado de menor rigor, como afetado pela falta de

deles o título foi antecedido da denominação Conferência, para marcar sua excepcionalidade; na revista *Aulas*, n. 6, dois artigos mereceram, no sumário, a classificação, colocada entre parênteses de Ensaio.

cientificidade, como um mero artefato retórico e linguageiro.

Portanto, operações que são silenciosas, que não passam, necessariamente, pelo discurso, produzem sentido, conferem significado, são signos de dadas relações de saber e poder. Saber tomar essas operações silenciosas e de silenciamento como práticas constitutivas do campo historiográfico, é uma tarefa fundamental no momento em que se vai produzir um estudo de história da historiografia. A história dos escritos elaborados pelos historiadores, a própria história dos autores e das escolas historiográficas de que fizeram parte, a história da disciplina, das regras que presidiram a pesquisa e a escrita da historiografia, em um dado momento, passam pela observação e análise desses silêncios que significam, desses não ditos que dizem muito, dessas práticas de hierarquização, distribuidoras e reforçadoras de hierarquias de prestígio e legitimidade no interior do campo historiográfico. Os silêncios hierarquizam, fundam hierarquias silenciosas, chegando, em casos extremos, à negativa da existência do outro e de seus escritos. O desejo de morte e de assassinato percorre as páginas de periódicos, livros, de anais de eventos, habitam os convites para os eventos, a distribuição dos pares por uma dada programação acadêmica. Impedir e obstacular a fala, interditar o conhecimento do texto e do nome do outro, infamar ou difamar o colega e sua produção acadêmica, são gestos e procedimentos que fazem parte de uma academia onde a disputa por lugares de prestígio e de reconhecimento são a tônica. Como intelectuais vivemos de nossa reputação. A reputação, como a honra, são atributos precários e em constante necessidade de reafirmação. Pode-se tentar destruir a reputação de alguém somente com um silêncio eloquente em torno do que escreve e pesquisa. Fazer de conta que alguém não existe, que dados textos não foram escritos, é uma forma de disputar poder e de distribuir lugares de consagração e legitimidade. Pode-se dizer muito com um simples silêncio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo e SOUZA FILHO, Alípio (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARBALHO, José Ivamilson Silva (org.). **Michel Foucault: história, ética e subjetivação**. Maceió: EDUFAL, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia da história:** ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidades.** Brasília: Paralelo 15, 2006.

FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e seu tempo.** São Paulo: UNESP:Anpuh, 2008.

FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tânia Regina de e IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.). **Encontros com a história:** percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades.** Franca: UNESP; São Paulo: Olho d'Água, 2003.

KLANOVICZ, Jó; SOCHODOLAK, Hélio e ARIAS NETO, José Miguel (orgs.). **Regiões, migrações, identidades.** Ponta Grossa: Anpuh-PR, 2011.

LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira (orgs.). **História regional e local III:** reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino. Salvador: EDUNEB, 2015.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada:** teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de e BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (orgs.). **Cultura, corpo e educação: diálogos de gênero**. São Paulo: Intermeios; Teresina: EDUFPI, 2015.

MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e ACIOLI, Vera Lúcia Costa (orgs.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

NEGRO, Antônio Luigi; SOUZA, Evergton Sales e BELLINI, Lúgia (orgs.). **Tecendo histórias: espaço, política e identidade**. Salvador: ED-FBA, 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história: nove entrevistas**. São Paulo: UNESP, 2000.

RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, João Paulo e JOANONI NETO, Vitale (orgs.). **Os 40 anos de Faire de l'histoire e a historiografia brasileira**. Cuiabá: EdU-FMT, 2016.

VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio Ricardo da e ARAÚJO, Valdeí Lopes de (orgs.). **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

Teoria e metodologia da História: manuais, ensino e formação dos historiadores¹

Evandro Santos

Tradicionalmente, todas as culturas são locais. Cultura implica barreiras (por exemplo, linguísticas), distância, intraduzibilidade. Ao passo que o “moderno” significa, acima de tudo, a abolição de barreiras, de distância; acesso instantâneo; o nivelamento da cultura – e, por sua inexorável lógica, a abolição ou a revogação da cultura. O que serve ao “moderno” é a padronização. (De fato, “o moderno” é homogeneização, padronização. O lugar essencial do moderno é o aeroporto; e todos os aeroportos são iguais, assim como todas as novas cidades modernas, de Seul a São Paulo, tendem a ser iguais.).

Susan Sontag, *Ao mesmo tempo*, 2008, p. 239.

Preâmbulo: o ódio aos historiadores e o espanto com o que é óbvio

Os começos são, quase sempre, momentos de tensão. Michel Foucault já nos falava, em sua aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 – ou seja, há quase meio século –, que a solenidade dos começos, envolta em rituais de atenção e silêncio, nada mais é do que o aviso de que a produção do discurso está sob controle, não há muito espaço

1. Texto originalmente escrito e apresentado, com pequenas alterações, como conferência de abertura do Fórum de Teoria da História e História da Historiografia – Edição Recife, em dezembro de 2018. O evento ocorreu nas dependências da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). A mesa de abertura foi também composta pelo Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (UFPE), a quem agradeço a honra e a oportunidade de debate. Agradeço, ainda, à Profa. Dra. Rosilene Alves de Melo (UFCG), parceria na experiência de banca avaliadora de concurso público que é parcialmente comentada neste texto e, também, inspiradora da ideia de se escrever sobre o assunto.

para o singular (FOUCAULT, 1996). Dar início corresponde a marcar, ainda que minimamente, um lugar no mundo. A história, como saber humano, costuma apreciar as fundações, ao passo que se ocupa também dos fins. A história ainda preserva, a despeito da obra de Foucault e de tantos outros alertas, certo fascínio pelas origens, como se fossem elas predeterminantes dos fins que porventura venhamos a constatar.

Este Fórum de Teoria da História e História da Historiografia, particularmente, mantém uma forma de organização que nos agrada justamente por evitar certa marcação original e cronológica. Estamos reunidos aqui nesta semana para a “Edição Recife” do Fórum. Não importa se é a quarta, quinta ou sexta edição: trata-se da “Edição Recife”. Cada encontro foi marcado por semelhanças e diferenças, ou seja, por experiências que lhes são particulares. A cada reunião do Fórum conhecemos novos colegas, outras formas de pensar e de se trabalhar com teoria e com história da historiografia. O que nos aproxima é o interesse pelas mesmas discussões, o que não omite, nem deve omitir, nossas diferenças.

Há diversas formas de se começar. Nós, historiadores ocidentais, temos uma: “a Grécia antiga”. Cada começo traz consigo escolhas e omissões conscientes. A maioria de nós teria imensa dificuldade em construir suas reflexões sem contar com o aparato da cultura ocidental branca e europeia, salvo nossos raros colegas que se dedicam aos estudos de história da Ásia e da África. Esses colegas contam com outras formas de se começar que são, em geral, apenas mencionadas em nossas exposições. A área de teoria e de história da historiografia é exemplo nítido dessa limitação. De todo modo, os historiadores, apesar de sua inserção na longa cultura ocidental, conservam um longo percurso de inadequação com relação aos jogos de poder que sustentam esse mesmo discurso e essa mesma cultura. O historiador Paulo Knauss, em excelente artigo intitulado “uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral”, publicado há uma década, recupera, a partir do argumento de Moses Finley, a ideia de que o contexto de surgimento da história, no mundo antigo, é contemporâneo ao surgimento da *polis*, da consolidação do campo político e da discussão pública. Tanto Heródoto como Tucídides foram perseguidos em seu tempo. Assim, conclui Knauss:

(...) há na historiografia fundadora uma manifestação de consciência provocada pela condição política de seus autores e a possibilidade de participar da discussão pública a partir da escrita. Essa condição define uma

moral sob a marca do exílio para o estudo da história (KNAUSS, 2008, p. 142).

Os historiadores são perseguidos há muito tempo. Vivemos essa ambiguidade. A história se fez presente quando o político e o público buscaram se afirmar ou reafirmar, o que fez dela um discurso de poder. Entretanto, ao falar em público, aquele que fala pela história sujeita-se às limitações de outros discursos de poder. Em outras palavras, o historiador é aquele que se define como um sujeito político que critica a cultura (e paga o preço por isso). A história entendida conforme os moldes modernos, particularmente, aquela que se apresenta como disciplina com pretensões científicas, criou alguns impasses para si ao procurar dissociar por completo seus resultados da dimensão política (como se isso fosse possível). Como qualquer produção humana, como quaisquer dos conhecimentos científicos, a história tem seus resultados diretamente vinculados com a realidade da qual ela parte. Não é sem razão que dois assuntos de interesse ao conhecimento histórico produzido nas universidades, quais sejam, o materialismo histórico e os feminismos, sejam permanentes objetos de ataques por parte de grupos conservadores. Ambos são frutos de experiências históricas específicas, embora permaneçam, no século XXI, importantes filosofias políticas e, ao mesmo tempo, reflexões teóricas que servem à crítica da sociedade.

Acreditamos que a área de teoria e história da historiografia está se tornando ambiente efetivo de reafirmação dessas condições que fazem parte da produção do conhecimento histórico e, nesse sentido, tem colaborado para o repensar dos historiadores acerca de sua prática e sobre suas responsabilidades. Certa aproximação com a filosofia, de maneira geral, e com a filosofia política, em particular, talvez explique a conformação desse ambiente. A filosofia, por tradição, é muito mais responsável pela transformação social do que a história (e tanto o materialismo histórico quanto os feminismos dão prova dessa afirmação). A história se aproxima das filosofias da história e políticas para efetuar aquilo que é próprio dos campos de conhecimento: criticar. Essa ainda é uma das certezas modernas: os saberes científicos trabalham com o contraditório. Tal aproximação, muitas vezes pouco discutida – a história não costuma pensar muito seus diálogos com outras disciplinas – acaba por exaltar a imagem “ameaçadora” de um saber que, em certa medida, como diz Paul Veyne, não vai muito além do espanto com o que é óbvio: “justamente, o historiador nunca faz revelações tonitruantes,

capazes de transformar nossa visão do mundo; a banalidade do passado é feita de pequenas particularidades insignificantes que, ao se multiplicarem, acabam por compor um quadro bem inesperado” (VEYNE, 1998, p. 20). Entretanto, a história sustenta-se como discurso de poder, mais que a filosofia ou mesmo a sociologia, por estar ligada diretamente à estrutura do Estado. A história, desde o século XIX, apresenta-se como instrumento para a formação do bom cidadão. No nosso século, há forte indício de desgaste do impasse da história ainda dividida entre a crítica/transformação e a manutenção do *status quo* (o que nos leva a pensar que o dito impasse é também o mesmo que se vê nas democracias modernas e, por associação, que quando as democracias são atacadas, o mesmo se passa com a história) (RANCIÈRE, 2014, p. 91-122).

Repensar a teoria da história a partir da didática

Não é mera coincidência que, nesse momento, o ensino de história seja mais perseguido que a pesquisa a ela relacionada. Embora as Artes e as Humanidades estejam sob ataque direto, o real front de batalha está ocorrendo nas salas de aula do ensino básico (vide o conhecido movimento “Escola Sem Partido”). A autonomia docente é tida como algo terrível. O professor de História, agora, ameaça as crianças e jovens. Essa acusação é bastante pesada em uma cultura que se autodenominou, ao longo do século XX, como criadora e defensora da infância, como nos lembra o psicanalista Rinaldo Voltolini no vídeo “Mal-estar contemporâneo e educação”, disponível no canal “Os psicanalistas e suas análises”, do *Youtube* (VOLTOLINI, 2017). O professor de História, agora, é colocando em posição infantil, isto é, na posição daquele que não fala, ou que não tem o direito de falar.²

O que a teoria e a história da historiografia têm a dizer sobre esse problema? Se considerarmos as pontuações do historiador Fernando de Araujo Penna, em texto intitulado “A relevância da didática para uma epistemologia da História”, publicado na coletânea *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas* (2014), nossa área tem pouco a contribuir. Penna é enfático ao propor uma crítica a “uma epistemologia da História que analisa exclusivamente a produção do conhecimento e discutir uma concepção de Epistemologia mais abrangente, que abarque

2. Neste sentido, cabe a remissão à Hannah Arendt e sua reflexão sobre a crise na educação (ARENDR, 2003, p. 221-247).

na sua reflexão outras problemáticas relativas aos saberes, como sua função social e seu ensino” (PENNA, 2014, p. 41). Por exemplo, embora o diálogo das teorias da história com a filosofia, de maneira geral, e com a epistemologia, em particular, tenha se desenvolvido, a pluralidade e complexidade dos debates acerca das temporalidades apenas tangenciaram as discussões didático-pedagógicas da história apreendida como ensino. Diante disso, no caso brasileiro, tem havido esforço por parte de uma nova geração de historiadores no sentido de integrar a história ensinada às investigações epistemológicas. Penna é, neste aspecto, um dos pesquisadores mais atentos e propositivos. Dentre as muitas frentes de sua atuação na pesquisa, no ensino e, sobretudo, na extensão, que visa ao debate acerca do papel social do historiador, critica fortemente certa aceção dominante sobre o que é a epistemologia da história. Segundo Penna, a clássica definição desenvolvida por Michel de Certeau, em *A escrita da história*, obra de 1975, sobre a operação historiográfica, ainda que importante, ignora a dimensão pedagógica do conhecimento sobre o qual versa. Ainda de acordo com o pesquisador brasileiro, inclusive a releitura da concepção, levada a cabo por Paul Ricoeur, duas décadas e meia depois, não supera o problema básico de entender o termo epistemologia da história como restrito à produção do conhecimento, excluindo qualquer consideração relativa à função social desse conhecimento e ao seu ensino: “o objetivo primordial da História pode até não ser o ensino escolar, mas ignorar esse aspecto constituiria uma limitação prejudicial” (PENNA, 2014, p. 51).

Como podemos observar, a teoria e a história da historiografia, como área específica, não está alheia às exigências que se apresentam e confrontam a disciplina histórica como um todo. Há diversas interfaces importantes a serem destacadas no que é trazido por Fernando Penna e por outros importantes estudiosos como Fernando Seffner e Marcelo Magalhães, para citarmos apenas mais alguns. A historiadora Mara Cristina de Matos Rodrigues, em recente texto publicado na coletânea *A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico* (2019), apontou o impacto que as políticas públicas de afirmação e capacitação para formação de licenciados em história causaram nas universidades públicas brasileiras. Rodrigues já havia apresentado resultados neste sentido em artigo publicado em parceria com Benito Schmidt, na revista *História Unisinos*, em 2017 (SCHMIDT; RODRIGUES, 2017). No entanto, trazemos, por ora, as colocações grafadas no texto de 2019:

A presença e o aumento do contingente de grupos sociais tradicionalmente excluídos do sistema universitário brasileiro, como pobres, indígenas e negros/as, bem como a insistente reivindicação de integrantes de movimentos sociais e coletivos feministas e LGBTQ+ no interior da universidade tornaram-se o estopim de um forte questionamento a respeito da formação “superior” em história. Os componentes eurocêntrico, sexista e de classe da historiografia, da teoria e do currículo de história passaram a ser então agudamente denunciados. Uma pergunta emerge e se impõe: que teoria da história é essa que ensinamos e que serve de base para nossas pesquisas? (RODRIGUES, 2019, p. 151).

O público dos cursos de graduação mudou. Ainda que no conjunto da comunidade universitária do País os grupos sociais apontados por Rodrigues representem “minorias”, são inegáveis as consequências trazidas pela historiadora. Os professores universitários mais sensíveis perceberam a mudança e, nesse ponto, as observações descritas por Rodrigues constituem importante ponto para nossa reflexão. Somam-se ao colocado acima os efeitos do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência (PIBID) e o Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) (RODRIGUES, 2019, p. 152). O relato das experiências trazido por Mara Rodrigues – relato de suas próprias experiências como professora de Teoria e Metodologia da História, cabe sublinhar – encaminham-se para o diálogo com os questionamentos elencados por Fernando Penna. A historiadora se pergunta sobre os usos que fazemos da erudição e que caracterizam a profissão docente e, em especial, a área de Teoria e História da Historiografia. Ela parte de seu próprio “lugar de fala”, para usar a noção convocada no texto, e recorda que a expansão do sistema universitário nos últimos quinze anos não apenas garantiu a presença de discentes economicamente menos favorecidos, mas também de docentes oriundos de tal condição.

Há mudança significativa do lugar social ao lugar de fala e esse movimento, aparentemente, ajuda na compreensão do que se processa nos cursos de História nas nossas universidades. Rodrigues nos convoca a repensarmos o “silêncio” que muitas vezes acompanha as falas eruditas dos professores de Teoria e Metodologia da História. Formados a partir de um modelo pautado pelas experiências estrangeiras, particularmente europeias, os professores universitários perpetuam, muitas vezes inconscientemente, a distância

tanto do que dizem em relação à realidade brasileira quanto de sua posição de professor em relação aos estudantes da graduação. Diante de autores e conteúdos de difícil assimilação, os esforços dos professores não são capazes de garantir o diálogo em sala de aula. As disciplinas teóricas são, de modo geral, as mais temidas pelos estudantes, essa realidade não é atual. Os relatos nessa direção são anteriores ao quadro que por ora nos dedicamos. No entanto, agora emergem questionamentos de natureza política que não garantem mais a nós, docentes de quaisquer origens socioeconômicas, seguirmos com nossos longos monólogos.

O silêncio segue a ser revelador dos jogos desiguais que caracterizam o poder. Longe de promover certo anti-intelectualismo, como informa de início, Rodrigues argumenta a necessidade de repensarmos a dimensão oral que caracteriza o momento da sala de aula, para além do suporte textual que dá ordem àquilo que se passa na universidade. A valorização da oralidade tem relação com outra preocupação demarcada no texto e Rodrigues: o aspecto afetivo, subjetivo e corporal, negado muitas vezes no ensino chamado “superior”. Em outras palavras, o que se faz presente nesse argumento é a constatação de que nossos estudantes mudaram, porém, permanecemos reproduzindo padrões distantes da vida real (deles e nossa). A universidade, como qualquer outra instituição de poder, reproduz as hierarquias presentes na sociedade. Por tudo isso, Mara Rodrigues propõe um desafio aos professores universitários: que cada um de nós considere sua posição de classe (e também de gênero e raça) como elemento fundante do que se processa em sala de aula (RODRIGUES, 2019).

Nesse horizonte, Fernando Penna e Mara Rodrigues, por caminhos diversos, nos convidam a repensarmos nossa própria relação com o que supostamente se espera de um professor de Teoria e Metodologia da História neste momento. Torna-se inevitável ampliarmos nossas concepções epistemológicas para que elas sejam capazes de abarcar as dimensões do ensino e, ainda, da chamada responsabilidade social dos professores de história. Ambos consideram a pertinência do diálogo com o cânone, mas dão indicações de que muito provavelmente nosso cânone não será capaz de dar conta das demandas políticas que passam a acompanhar a Teoria da História e a História da Historiografia.

Um relato de experiência: manuais de Teoria e Metodologia da História como substitutos da diferença

O ponto de partida para a reflexão que aqui se apresenta surgiu de uma experiência profissional real: uma banca de concurso público para a área de Teoria e Metodologia da História. Essa experiência é sempre muito enriquecedora tanto para os candidatos, que se preparam para o certame, como para os membros da banca, que aprendem com as trocas inerentes ao processo. Além disso, bancas de concurso para áreas específicas são momentos ímpares para se verificar, ainda que localmente, como anda o cânone e o estado da arte de nossa disciplina. Quais os autores e textos estatisticamente mais citados? Quais os recursos didáticos operacionalizados pelos variados candidatos? Qual o grau de penetração das novas tendências teóricas e temáticas? Como o contexto político e social emerge no diálogo entre os sujeitos?

Essas indagações – e tantas outras – podem ser trazidas quando participamos de uma seleção qualificada, como costumam ser os concursos públicos para a carreira docente no ensino superior. Pessoas se preparam arduamente para chegarem àquela etapa e estarem aptas a serem selecionadas após, no mínimo, uma década de formação. É oportunidade para conhecermos o percurso formativo e os posicionamentos individuais de uma amostragem específica – todavia diversa em termos nacionais – de potenciais professores de História. No nosso caso, de professores de Teoria e Metodologia da História. A experiência de se investigar como, a partir de pontos temáticos predefinidos, cada candidato seleciona determinada bibliografia e articula debates é evidentemente rica. Alguns pontos impõem determinadas referências. Um ponto passível de ser sorteado que verse sobre o materialismo histórico ou sobre a obra de Michel Foucault já sugere obras e autores incontornáveis. Em tempo, é também isso que chamamos de cânone. Muitas vezes o candidato conhece (e demonstra conhecer) não apenas os autores de referência, mas também seus comentadores nacionais e estrangeiros. Todas essas especificidades que se evidenciam, etapa após etapa, são responsáveis por criar a necessária hierarquia que se impõe em qualquer seleção.

No entanto, como avaliarmos a escolha pelo uso de manuais nas diferentes etapas de um processo de seleção de professores que, em geral, possuem título de doutorado e, hoje não raro, pós-doutorado? Qual o papel dos

manuais de Teoria da História no ensino, na pesquisa e, em menor escala, na divulgação do conhecimento que produzimos? Considerando as dificuldades inerentes à área, o denunciado eurocentrismo e a preocupação prática com clareza na argumentação escrita e oral, podemos nos perguntar qual o papel dos manuais, coletâneas e publicações paradidáticas relativos à nossa matéria. Cabe ainda dizer que se verifica uma proliferação de publicações ligadas à teoria e à história da historiografia nos últimos vinte anos.

O uso de manuais de Teoria e Metodologia tem sua própria história e não seria possível, nesse momento, reconstituirmos tal percurso. Contudo, quando nos colocamos a refletir sobre as questões acima postas buscamos alguma apreciação geral nessa direção. Chegamos então ao artigo do historiador João Ernani Furtado Filho, professor na Universidade Federal do Ceará (UFC). O texto tem por título “Manuais de iniciação aos estudos históricos e a questão da utilidade do conhecimento”, também publicado na revista *História Unisinos*, em 2017. O historiador chama a atenção para o início de praticamente a totalidade dos manuais de Teoria da História: o objetivo primário é tentar responder qual a finalidade, sentido e utilidade dos estudos históricos. Entre os manuais por ele analisados, que cobrem o recorte que vai de 1940 a 1990, no Brasil, essa premissa é preponderante. A justificativa para a redação de um manual é a mesma imposta ao conhecimento histórico: ele só pode existir se tiver uma utilidade. Não é preciso abriremos tal debate nesse ponto pois escaparia de nosso escopo nesse texto, mas merece menção o importante debate filosófico, ético e político trazido, por exemplo, por Friedrich Nietzsche em seu clássico texto sobre a utilidade e inutilidade da história, datado de 1874 (NIETZSCHE, 2005, p. 67-178).

Furtado Filho sustenta sua investigação em obras de autores mais ou menos conhecidos, nacionais e estrangeiros, vertidos do francês e do alemão para o português, nos casos internacionais. Aparecem em sua lista nomes como Berheim, Bauer, Langlois e Seignobos, Marc Bloch, Marrou, Vavy Pacheco Borges e Ciro Flamarion Cardoso. A operação de análise desses manuais necessariamente exige que consideremos o campo do conhecimento histórico em perspectiva moderna e ocidental (europeia), com o pressuposto de um razoável diálogo acadêmico internacional, como, de fato, se aplica. No fundamental, ainda, a leitura de manuais, segundo Furtado Filho, permite-nos conhecer palco para a diversidade de ideias e ideais sobre a área de conhecimento e sobre a ação do homem no tempo. A poten-

cialidade da disciplina histórica de ser útil e, ao mesmo tempo, sua domesticação pelos discursos institucionais de poder são os pontos de partida para a reflexão que se apresenta no artigo. Seu autor parte de conhecidas passagens de Paul Valéry e Paul Veyne, separadas por pouco menos de quarenta anos, nas quais a história primeiramente é vista como um risco à sociedade e, depois, como conhecimento inofensivo.

De toda maneira, os manuais pretendem trazer à tona os aspectos disciplinares da história, suas etapas e normas, seus métodos, isto é, o percurso da pesquisa à exposição dos resultados. Mas os manuais vão sempre mais longe que isso. Eles pretendem estabelecer cronologias e formas gerais para o conhecimento sobre o qual tratam. Nesse sentido, por definição, os manuais são simplificações das experiências diversas ligadas à produção do conhecimento específico sobre o qual tratam em suas páginas. Os manuais organizam, ao seu modo, a diversidade dos pensamentos humanos sobre determinado saber. Eles carregam o contexto e o momento históricos de sua composição. Os manuais do século XIX, por exemplo, refletiam o pensamento totalizante europeu daquele período, buscando sempre identidades e unidades bem delineadas. Os manuais acompanhavam o engajamento político do saber histórico: pretendiam oferecer uma genealogia das nações, preocupavam-se em tratar a história, sobretudo, como pedagogia do cidadão e requeriam uma definição da figura do historiador como protagonista por suas responsabilidades oficiais.

Os manuais cumprem outra função bastante significativa: criam uma temporalidade artificial para a própria disciplina que, não por acaso, reafirmam a tradição. Esse é um ponto delicado, pois sabemos da fundamental importância da crítica da memória disciplinar, ou seja, da tradição criada pelo tempo em torno das representações de poder em determinada área (GUIMARÃES, 2003, p. 9-24) Conforme aponta Furtado Filho, repetir em diversos manuais que Heródoto é o famoso “pai da história” consiste, na verdade, em buscar certa legitimidade que, embora aleatória, quando reproduzida, colabora com a institucionalização acadêmica de um saber. Igualmente não por acaso, a disciplina histórica buscará sua pretensão científica negando, ao mesmo tempo que faz uso, todos os métodos e práticas do antiquariado, da erudição, da filologia e, inclusive, da filosofia da história. Com tamanha vocação prática, a exploração teórica da disciplina demoraria a se desenvolver. Ela apenas viria com os textos de alguns alemães, como Gervinus (2010) e Droysen (2009). A história da historiografia, por sua

vez, demoraria a ser vista como objeto de reflexão acerca do próprio conhecimento, permanecendo por muitas décadas como catálogo de autores e obras. Nesse longo caminho, sustentaram-se, todavia, os debates sobre quais as finalidades da história, o que reafirma sua carga ética, política e social (CEZAR, 2014).

As contribuições trazidas por João Furtado Filho enriquecem nossas primeiras aproximações com a discussão que esboçamos nesse texto que segue aberto a sugestões e críticas. Nós nos indagamos sobre os limites e potencialidades dos manuais da nossa área de estudos. Em que medida, por exemplo, um autor de manuais pode converter-se em referencial para a reflexão teórica e historiográfica de doutores e pós-doutores em história? Até que ponto a forma do manual permite que seu autor desenvolva um pensamento capaz de subsidiar conceitos, noções, categorias, instrumentos heurísticos? A leitura do manual substitui o exame dos autores originais brevemente relacionados ou mesmo supera o mapeamento das historicidades alternativas ao cânone? Tais perguntas aparecem pela constatação de que, em repetidas situações, os manuais fazem as vezes de tradutores da complexidade do mundo, das diferenças linguísticas, culturais e econômicas.

Os manuais parecem servir como ferramentas para a homogeneização, para a padronização não apenas da disciplina, mas do mundo, bem ao gosto moderno. Esse talvez seja o principal limite dos manuais de Teoria e Metodologia da História e tal afirmação não carrega elitismos ou falta de preocupação com a didática de nossa disciplina. Aliás, a didática, como vimos, constitui uma preocupação epistemológica e também política, central para o conhecimento histórico contemporâneo. Porém, os desafios e as parcialidades que acompanham as trocas culturais não podem ser ignorados. Nesse ponto, se quisermos efetivamente criticar o poder e a reprodução de hierarquias sociais no âmbito de nossa disciplina, é fundamental que desconstruamos as certezas dos manuais e suas promessas de fácil aproximação com o outro. Circe Maria Fernandes Bittencourt, em diversas oportunidades – e particularmente em obras como *O saber histórico na sala de aula* e *Ensino de história: fundamentos e métodos* – nos chamou à atenção para o fato de que a composição de currículos (e manuais são subsidiários de conteúdos para currículos) é operação que envolve jogos com o poder.

As leituras passíveis de serem realizadas por meio de manuais colocam impasses que dizem respeito aos modos que escolhemos para nos relacio-

armos com o pensamento alheio e com as demandas e agendas de espaços diversos. Para diferenciarmos as demandas e agendas é preciso que reconheçamos o outro como efetivamente outro e respeitá-lo em sua integridade (da mesma forma que respeitamos a nós mesmos como distintos de uma suposta generalidade do mundo). Esse é um princípio antropológico e político. Assim, perguntamos: é possível crermos que a complexidade das experiências culturais subsumidas na obra de Reinhart Koselleck seja plenamente e de imediato apreendidas por um leitor brasileiro que não domina o idioma alemão? E vamos além: seria oportuno que assim o fosse? Dito isso, se descartamos a possibilidade de apreensão total das experiências alemãs em Koselleck, como supomos que as leituras feitas por José Carlos Reis e apresentadas em suas obras dariam conta de substituir o enfrentamento do texto original? O mesmo vale para pensarmos se é possível ultrapassar a densidade das obras do filósofo Paul Ricoeur sobre as temporalidades e as teorias da narrativa com a leitura de Reis (REIS, 1994). Seriam os importantes volumes *Domínios da história*, organizados por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, suficientes para sintetizar toda a riqueza e variedade das áreas do conhecimento histórico nos últimos vinte anos? (CARDOSO; VAINFAS, 1997; 2012). O mesmo princípio funcionaria para o vasto catálogo de manuais produzido por José D'Assunção Barros? (BARROS, 2013). Se, por exemplo, a área de história da historiografia não aparece nos manuais desses autores, bem definida como hoje a cremos, seria motivo para que ela tivesse sua legitimidade questionada? Silvia Regina Ferraz Petersen, que se dedicou por alguns anos a um projeto de pesquisa voltado para a produção de um manual de introdução aos estudos históricos, jamais sugeriu que esse material seria útil a quaisquer leitores, pertencentes a quaisquer das etapas formativas do saber histórico. Seu texto propunha ser uma leitura particular acerca da diversidade da produção relacionada à teoria e metodologia da história e voltada para iniciantes (PETERSEN, 2013).

Os historiadores que acabamos de mencionar foram os mais recorrentemente citados pelos candidatos no concurso público para a área de Teoria da História, experiência que nos fez pensar boa parte do que foi minimamente organizado nesse texto. Poderíamos inverter nossa atenção e, mais do que nos perguntarmos sobre os limites e funções dos manuais, indagarmos acerca dos leitores de manuais ou dos usos que estes fazem dessa leitura. Se estamos convencidos de que a leitura de manuais não é capaz de

substituir os exames das obras originais neles comentadas, da mesma forma, acreditamos que a leitura de manuais exige certa orientação. Ler o outro como diferente, na sua distância, na sua estranheza, e ainda assim lê-lo, é um gesto historiográfico. Os textos distantes nos desafiam a superarmos nossos preconceitos e prestarmos atenção naquilo que não necessariamente nos interessa ou é útil (o que não quer dizer que não possa nos enriquecer). Ler um manual acaba por ter algo a ver com utilizar um binóculo: conseguimos ver mais longe de forma mais rápida, mas ainda assim não estamos perto, não tocamos o outro. A verdadeira aproximação exige enfrentarmos os originais e lidarmos com a frustração de que o contato nunca será total e que nem sempre o conteúdo vai nos interessar ou servir à solução dos nossos problemas. Indígenas, mulheres, negros e negras, gays, lésbicas e transexuais seguirão a ler Marx, Nietzsche, Freud ou Foucault nas suas complexidades e também lutarão para serem lidos. Não se trata de disputas ou superações teóricas, mas de uma luta política pela diferença no mundo. Essa ideia pode ser encontrada tanto no materialismo histórico, e seu foco no conceito de classe social, como nos estudos interseccionais que convocam gênero e raça. A história, conforme Veyne, diz nada mais que o óbvio: o passado, assim como o presente, é pleno de desigualdades a serem confrontadas. Que uma nova didática nos leve a desconfiar das promessas dos manuais e a confiarmos mais nos professores de história.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A crise na educação. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 221-247.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** (nona edição). 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Novos Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.

CEZAR, Temístocles. O sentido de ensinar história nos regimes antigo e moderno de historicidade”, in MAGALHÃES, M.; ROCHA, H.; RIBEIRO, J.F.; CIAMBARELLA, A. (orgs.). **Ensino de História**. Usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014, p. 15-32.

- DROYSEN, **Manual de teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FURTADO FILHO, João Ernani. Manuais de Iniciação aos Estudos Históricos e a questão da utilidade do conhecimento. **História Unisinos**, Vol. 21, nº 2, maio/agosto de 2017, p. 179-190.
- GERVINUS, Georg Gottfried. **Fundamentos de teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 9-24.
- KNAUSS, Paulo. Uma história para nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, Vol. 12, nº 2 – maio/agosto de 2008, p. 140-147.
- NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: _____. **Escritos sobre a história**. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 67-178.
- PENNA, Fernando de Araujo. A relevância da didática para uma epistemologia da História. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. (orgs.). **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014, p. 41-52.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LOVATO, Barbara Hartung. **Introdução ao estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre: Edição das Autoras, 2013.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2014.
- REIS, José Carlos. **Tempo, história e evasão**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos; SCHMIDT, Benito Bisso. O

professor universitário de história é um professor? Reflexões sobre a docência de teoria e metodologia da história e historiografia no ensino superior. **História Unisinos**, Vol. 21, nº 2, - maio/agosto de 2017, p. 169-178.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de teorias e metodologias nos cursos de graduação em história: sobre silêncio, poder e presença. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs.). **A história (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 149-170.

SONTAG, Susan. **Ao mesmo tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. 4. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Mal-estar contemporâneo e educação**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JGjUkB9tVj0>. Acesso: 06/07/2020.

Outros poderes: o obscurantismo como exercício de poder¹

Pablo Spíndola

Esse texto inicialmente havia sido pensado em dadas circunstâncias, atendendo a temática do Fórum de Teoria e História da Historiografia da edição Natal-RN, *Repensando os domínios de Clio: a História entre a Política e o Conhecimento*, porém acontecimentos recentes fizeram que ele tomasse uma direção mais intimista e específica. No dia 13/11/2019, num grupo de WhatsApp, que articula esse Fórum, foi divulgado parte de um provável “dossiê” que estaria circulando entre os deputados federais, principalmente os do PSL e seus aliados, contendo informações sobre o número total de bolsas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em sua divisão por áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes), e uma subdivisão das bolsas destinadas as Ciências Humanas, (Antropologia, Artes, Ciências Políticas, Filosofia, História Sociologia) em comparação com o número de bolsas destinada as áreas ditas “estratégicas” pelo governo então em exercício.

O suposto dossiê chama atenção para o fato de o número de bolsas destinadas as Ciências Humanas ser maior que as destinadas as áreas estratégicas (Engenharia Nuclear; Biodiversidade e Recursos Naturais; Nanotecnologia e Novos Materiais; Engenharia Aeroespacial), sendo 4312 bolsas para Ciências Humanas contra 1131 bolsas para as áreas estratégicas. Logo

1. Uma versão inicial desse texto foi apresentada no Fórum de Teoria e História da Historiografia edição Natal-RN 2019 (FTHH-Natal/RN), realizado no período de 11 a 13 de dezembro de 2019.

em seguida, lista quatro projetos de pesquisa que foram aprovados em 2019 com financiamento previsto até 2022, retirando a descrição do projeto do currículo Lattes dos seus respectivos responsáveis. Os pesquisadores mencionados foram: Benito Bisso Schmidt, Rodrigo Patto Sá Motta, ambos ex-presidente da Anpuh Nacional, nos biênios 2011-2013 e 2013-2015 respectivamente; o professor Elias Ferreira Veras da UFAL que participou do grupo de discussão no WhatsApp do FTHH momentaneamente e o professor Fábio Henrique Lopes da UFRRJ, instituição na qual me doutorei. Pesquisadores e pesquisadoras, de maneira geral, reconhecem o quão difícil é ter um projeto aprovado no CNPq, seja pela concorrência volumosa e qualificada, seja por ter de atender a rigorosos critérios de exigência, antes ainda, os pesquisadores e pesquisadoras para alcançar o patamar de bolsista de produtividade, precisam passar por muitos e rigorosos critérios de produtividade, associados a qualidade e quantidade da produção, mas também ao impacto e relevância da sua produção para área. Além disso, as pesquisadoras e os pesquisadores que obtêm a aprovação dos seus projetos, costumam ter uma produção acadêmica longa e referenciada entre seus autenticando sua legitimidade intelectual. Não por acaso o CNPq foi considerado uma das instituições mais importantes para o financiamento e desenvolvimento da pesquisa científica no país tendo seu reconhecimento internacionalmente reconhecido e seus pesquisadores e pesquisadoras requeridos para as maiores agências de pesquisa do mundo. A qualidade das suas pesquisadoras e pesquisadores e sua produção está entre as melhores do mundo e tem sido responsável por mais de 90% da produção científica do país, tendo grande impacto social por suas contribuições, seja no aprimoramento da produção agrícola, passando pelo desenvolvimento aeroespacial, ou pelo reconhecimento do patrimônio histórico nacional como patrimônio da humanidade.

Dito isto, gostaria de me deter mais especificamente no projeto do professor Fábio Henrique Lopes, pois além de ter sido seu aluno na pós-graduação, pude estudar com alguns dos seus orientandos e tomei pé de suas pesquisas, mais especificamente Gabriel Tadashi Hirata que escreveu a dissertação intitulada *Robert Mapplethorpe: composições subjetivas e invenção de si* e de Rafael França Gonçalves Dos Santos que escreveu a tese *Montagens de si relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. Em comum entre seus trabalhos, além da orientação do professor Fábio Henrique Lopes, eles lidam com temáticas que estão fora de

uma certa heteronormatividade, mas também com temas que investigam as “margens”, os objetos “abjetos”, os temas ditos “incendiários”.

Não é um acaso, que o projeto aprovado do professor Fábio Henrique Lopes, tem como título *Conflitos, disputas e negociações das diferenças: masculinidades homossexuais afeminadas. Rio de Janeiro, 1970-1980*, e na sua descrição o suposto dossiê destaca a seguinte passagem:

Duas constatações iniciais permitem a elaboração deste projeto. A primeira, ‘o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos’ (BUTLER, 2003, p.20), ele é um ‘processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que ‘somos’ (SALIH, 2012, p. 67) Essa compreensão possibilita a análise das regras, d...

O trecho mencionado é um recorte de uma descrição muito mais ampla, como consta no currículo Lattes, mas a escolha pode ser entendida como um marcador de um tema ainda mais apócrifo: “gênero”. O inadmissível tema corruptor de crianças e adultos (isso é ironia), e ainda mencionando a bruxa do fim dos tempos a estadunidense Judith Butler (isso também). Os projetos de Benito Schmidt e de Elias Veras também carregam a marca dessa “chaga” (continua sendo ironia): *Histórias LGBT de Porto Alegre: produção acadêmica, acervos ensino de história e história pública e Existências e resistências homossexuais no Brasil da “abertura”: uma perspectiva de gênero (1978-1988)*, subsequentemente. O projeto do professor Rodrigo Patto Sá Motta, não menciona o termo “o qual não deve ser pronunciado” (igualmente ironia), gênero, mas trata-se de uma pesquisa sobre: *Imprensa e ditadura no cone Sul: os casos de O Estado de São Paulo e de Clarin*. Apenas em relação ao professor Rodrigo Motta, o “dossiê” também acompanha quatro *prints* do Instagram com divulgação de seminários “comunistas” (a derradeira ironia).

O que leva a inquietação não é o posicionamento extremista, que torna inadmissível a utilização de determinados termos, como já feito por esse mesmo governo ao requer na ONU que todos os documentos que mencionassem o termo “gênero” não fossem ratificados pela chancelaria brasileira, ou o governador do estado de São Paulo que mandou recolher uma coleção de livros da rede estadual de ensino por também utilizarem o termo. O que leva a uma análise mais detida é a interdição de determinadas temáticas que teoricamente “não devem” mais ser financiadas. Postura similar a em-

pregada na ANCINE ao mudar a política de captação de recursos para o audiovisual, estabelecendo uma baliza moral para concessão dessa forma de financiamento.

A censura declarada e panfletaria, está acompanhada de uma outra interdição, a deslegitimação daqueles que produzem qualquer tipo de saber que possa vir a ser considerado disruptivo de determinadas formas de existência. O ataque, para além da liberdade, se dá na função social daquele que a produz, que deve ser desestimulado e/ou impedido, é a impossibilidade de se ter condições de produção através da desqualificação, que pode ser moral, como no caso da ANCINE, ou teórica, como vista no “dossiê” contrário ao financiamento das pesquisas dos professores aqui mencionados. As condições de possibilidades são de interdição, no caso da produção científica é o impedimento por inanição financeira.

Porém, no caso em questão, há uma outra constatação, é o entendimento de que os historiadores foram um dos primeiros grupos a serem combatidos, a serem deslegitimados, a serem perseguidos. Numa recente entrevista o historiador belga, radicado na Holanda, Antoon De Baets², dada ao também historiador Pedro Teixeira, intitulada: *O historiador como inimigo: entrevista com Antoon De Baets*, Antoon De Baets fala do seu mais recente trabalho, o livro: *Crimes Against History* (Crimes contra a história, não disponível em português).

Contudo, antes de tratar da entrevista, cabe, para fins de localização, uma breve apresentação de Antoon De Baets para melhor reflexão a partir/sobre sua produção e entrevista. Ele criou e coordena desde 1995, a *Network of Concerned Historians*, (Rede de historiadores preocupados, numa tradução livre) que se constitui como uma rede internacional composta por historiadores, mas também, por outros profissionais como advogados, jornalistas, sociólogos, antropólogos etc., e propõe denunciar casos em que historiadores sejam ameaçados, das mais diversas formas, e discutir os porquês dessas situações. A motivação para criação da *Network of Concerned Historians*, foi:

construir uma ponte entre o mundo das organizações internacionais de direitos humanos e o mundo dos historiadores. Como sou historiador acadêmico e, desde 1970, membro da Anistia Internacional, ocorreu-me que

2. Ele atualmente é professor de História, Ética e Direitos Humanos na Universidade de Groningen (De Rijksuniversiteit Groningen) na Holanda.

embora as organizações internacionais de direitos humanos, de tempos e tempos, fizessem campanhas em nome de historiadores perseguidos, a maioria dos historiadores não tinha consciência desses esforços. (DE BAETS, 2019)

O professor tem trabalhado com questões diversas como: o poder subversivo dos paralelos históricos; o quadro jurídico da escrita histórica; e a complexa relação entre a escrita histórica e a democracia.

Na entrevista concedida, ao comentar do seu livro duas noções parecem significativas para pensarmos o caso brasileiro: a noção de *crimes contra a história* e o entendimento de *censura da História*, pois podem ser relacionadas ao tipo de exercício de poder que está sendo exercido e produzindo determinados tipo de comportamento. Por *crimes contra a história*, ele vai entender:

[...] como qualquer um dos seguintes atos quando cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático – de acordo com uma política estadual ou não, estatal ou em conformidade com ele: o assassinato e desaparecimento de produtores de história; ataques pessoais públicos a esses produtores por meio de discursos de ódio, difamação e processo malicioso; destruição intencional do patrimônio cultural e desinformação, incluindo **negação de genocídio e censura da história**³. (DE BAETS, 2019)

Por essa compreensão, não são poucos os crimes cometidos contra a história nos últimos meses, desde a tentativa de implementação em alguns estados de projetos de Lei que seguem a linha do *escola sem partido*, passando pelos mais variados tipos de desinformação como: Nazismos de esquerda; negação da ditadura civil-militar; e reinvenção do passado de exploração colonial portuguesa, teses defendidas por um grupo chamado *Brasil Paralelo*⁴; até os casos que estamos mencionando aqui, de ataques contra os historiadores de maneira mais ampla, como no twitter que questiona se se deve acreditar no jovem professor de história ou no seu avô⁵, até chegar aos

3. O destaque nessa passagem é nosso.

4. O historiador Fernando Nicolazzi, tem pesquisado esse grupo e suas tentativas de utilizações da história, por exemplo no artigo *A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo*, publicado em: 23 março de 2019, no jornal *Sul21*, disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>

5. Não acredite no seu avô gente boa, honesto e trabalhador de 80 anos, que viu tudo aconte

ataques pessoais que questionam a própria validade temática para o financiamento da pesquisa. Nesse sentido a compreensão de *censura da história* proposta por Antoon De Baets é muito significativa por viabilizar uma ampliação desta. Ele afirma:

Pode-se dizer que a definição legal de censura da História geralmente abrange restrições às opiniões sobre o passado. Não apenas através de restrições às opiniões – antes de que elas alcancem o público (“précensura”) – mas também restrições às opiniões sobre o passado depois que elas foram expressas (“pós-censura”). A caracterização que uso no meu livro parte dessa definição legal, mas, via de regra, vai além. Nesse sentido mais amplo, a “censura da História” é o controle sistemático sobre fatos ou opiniões históricas e sua manipulação imposta pelo governo ou por outras potências, ou com seu conluio. A forma típica de controle é a supressão. O conceito gêmeo da censura da história é a propaganda histórica, um termo que, portanto, defini simetricamente, isto é, a manipulação sistemática de fatos ou opiniões históricas pelo governo ou outras potências, ou com sua conivência. (DE BAETS, 2019)

Essa forma ampliada de ser compreender a censura aos historiadores, auxilia na percepção de que o que está sendo posto em prática é também uma rede de relações de poder, que tomam o obscurantismo como uma prática de inibição e deslegitimação do historiador. Muito além de uma censura por radicalismo ideológico ou um total desconhecimento temático do assunto, o que se tem é uma reformulação do saber que suspende as formas de validação das condições de possibilidade do historiador em seu exercício.

O obscurantismo aqui está sendo tomado além da sua definição mais imediata: “Estado de completa ignorância”, ou a mais elaborada: “Oposição sistemática ao desenvolvimento da instrução e do progresso”⁶. O que se entende aqui é uma prática discursiva que produz um comportamento, assim como o poder disciplinar, proposto por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, esse obscurantismo propõe uma autocensura. Essa forma que implica numa produção comportamental, ainda segundo Antoon De Baets, “... a autocensura ‘é o objetivo final de qualquer aparato de censura: onde é estabelecida com sucesso, a intimidação e o medo se estendem tão efetivamente que o

tecer antes, durante e depois de 64, e até hoje diz que foi ótimo! Acredite no seu professor maconheiro de história, de 35 anos formado na USP, que mora com a mãe e diz que foi horrível demais!

6. A definição desse termo foi retirada do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

controle externo se torna supérfluo.” (DE BAETS, 2019) Essa percepção em muito pode ser aproximada do projeto Panóptico minuciosamente descrito por Foucault, também em *Vigiar e Punir*, onde os efeitos da vigilância sistemática da observação contínua, terminam por produzir no observado a sensação de que essa observação é de fato sistematicamente feita, e com isso seria possível moldar *corpos dóceis*, na expressão foucaultiana. Seriam então, os historiadores “docilizados” pela autocensura, decorrente da intimidação e do medo, estreitando com isso a pluralidades de produções.

Porém, admitindo que essa “docilização” pela autocensura, produtora de uma subjetividade intimidada, cabe se perguntar porque os historiadores foram os primeiros há serem escolhidos nessa *caça às bruxas*⁷? Que capacidade de interdição incendiária é essa que leva os historiadores a serem os primeiros na degola de financiamento? Como já mencionado nas discussões anteriores⁸, a história e os historiadores estão em crise desde sempre e para todo o sempre, e ainda assim parecem provocar calafrios a esse dado projeto obscurantista. Estaríamos nós, enganados com nossa autoimagem? Parafraseando François Hartog, que espelho de Heródoto é esse a refletir uma imagem difusa e desiludida?

Numa conferência ministrada no dia 16 de agosto de 2019, no Centro Cultural da Universidade da UFRGS, intitulada *A psicanálise como modelo de crítica à sujeição social* o filósofo Vladimir Safatle, fez algumas proposições muito provocativas que podem nos ajudar a pensar um pouco mais essa questão da imagem refletida no espelho dos historiadores. Cabe mencionar um posicionamento do professor Vladimir Safatle sobre as universidades:

A esse respeito, para nós durante muito tempo, nós alimentamos uma auto-compreensão de nós mesmos que passava um pouco pelo fato de que nós acreditávamos que nós éramos irrelevantes, principalmente na área de humanidades, tínhamos um pouco esse discurso, que afinal de contas a classe intelectual, a classe acadêmica não tinha relevância e nós achávamos que isso era até mesmo uma coisa positiva, porque essa relevância seria compreendida como dirigismo, como certo voluntarismo e isso não levaria

7. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, a expressão “caça às bruxas” significa: “perseguição sistemática de um governo ou de um partido aos seus adversários políticos”. A sua origem deve remontar ao período em que era corrente perseguir pessoas por motivos religiosos e políticos, com o pretexto de que praticavam bruxaria; é o mesmo que dizer que tinham pacto com forças demoníacas.

8. Essa referência é uma alusão os encontros anteriores do FTHH, que foram realizados nas cidades de: Caicó-RN, Fortaleza-CE, Salvador-BA e Recife-PE.

em conta o que é a verdadeira dinâmica do que são os processos sociais e criaria um protagonismo muito ruim. Eu queria insistir que houve, por trás desse discurso, de uma certa humildade, havia na verdade uma capitulação. Nós capitulamos⁹. No sentido mais forte do termo. Porque a ideia de que nós éramos irrelevantes hoje se mostra brutalmente falsa. Se nós éramos tão irrelevantes porque tanta luta contra nós? Se nós, de fato, não tínhamos grande importância na sociedade brasileira, porque tanta luta contra nós nesse momento? Porque nós somos o primeiro alvo dessas políticas? (SAFATLE, 2019)

Por analogia perceber a constituição dessa autoimagem, de “irrelevância”, pode ajudar a compreender como porque alguns historiadores num dado momento, no caso brasileiro, colocam em suas crises significações de suas condições de existência. Mas precisamos ir além, tentando entender ou construir significados a pergunta feita, o que pode ter nos tornado o inimigo a ser combatido também pode surgir dessa percepção. Safatle segue afirmando seu posicionamento sobre as universidades:

A universidade no mundo do século XX passou por momentos muito difíceis, e ela conseguiu sobreviver, ela vai passar por momentos difíceis novamente e ela vai novamente sobreviver, e não só sobreviver ela vai se reinventar, ela vai encontrar aquilo que lhe falta, aquilo que de uma maneira ou de outras, pode explicitar de forma clara porquê que neste momento nesse momento a universidade é uma das instituições mais afetadas pelas políticas atuais. (SAFATLE, 2019)

Essa defesa institucional poderia ser entendida num primeiro momento como sendo classista, ou ainda, advogar em causa própria. Porém, também tenta romper com a postura que ele pouco antes criticara da “auto-compreensão” da “irrelevância”. Ele também busca se separar do posicionamento que as pesquisas universitárias se descolaram da sociedade que ela está inserida, ou mesmo passou a acompanhar sem maiores capacidades de intervenção. Nesse sentido ele passa a reafirmar a importância dos trabalhos produzidos:

9. Capitulação enquanto verbo intransitivo, pode significar: Aceitar uma convenção que regula as condições em que um chefe entrega ao inimigo o lugar que defende ou a tropa que comanda; entregar-se por capitulação; dar-se por vencido; entregar-se, render-se, submeter-se. No sentido figurado pode ser entendido como: não resistir a pedidos ou a argumentos; ceder, transigir.

Nesse momento os trabalhos que produzimos ressoam de outra forma, eles ganham importância, eles nos fazem lembrar situações que outros já passaram, e a maneira que as ideias e a reflexão, ela servil em situações muito difíceis para que outros caminhos pudessem ser abertos e para que a compreensão efetiva dos processos e a compreensão das potencialidades nos servissem de uma maneira ou de outra para alimentar os nossos afetos, alimentar nossa força em direção as transformações necessárias. (SAFATLE, 2019)

A saída pela compreensão que alimenta forças de luta e as potencialidades, em última instância, é a saída pela transformação nos afetos. Afetos entendidos como aquilo que nos afeta, mas sobre tudo aquilo que produz afeição ao outro. Atacar deliberadamente a universidade, escolher atacar os historiadores de forma sistemática, é reiterar que esse são também os produtores de afetação. O que se está pondo em andamento é uma deterioração pela produção de um obscurantismo que tem uma função clara: servir-se de um contra-poder que está estabelecido se utilizando dos mesmos critérios de composição para legitimar sua argumentação.

Então a questão da luta contra as universidades se coloca de maneira muito explícita, e se isso é verdade que nós tiremos uma consequência disso: nosso papel na sociedade brasileira é central, nosso papel é decisivo, nosso papel é fundamentalmente importante e sempre foi. Talvez o único setor da sociedade brasileira que não acredite nisso seja nós mesmos, então talvez, seja hora de perdermos isso, que na verdade esconde uma covardia da nossa parte, porque nesse momento onde a sociedade brasileira grita, porque elas não compreendem a racionalidade do que está acontecendo, porque se percebe muito claramente o processo de desmonte, de desarticulação de dinâmicas sociais que são absolutamente fundamentais, como se estivéssemos andando paulatinamente para o pior, numa situação na qual, talvez todos os povos do mundo percebam que o Brasil está diante de uma situação de abismo, o único povo que não percebe isso é o próprio Brasil. (SAFATLE, 2019)

A priorização desse centro produtor de narrativas, que pode canalizar, reunir, agregar e transformar é a universidade, porque ela fez, faz e fará sua relação com a sociedade pois mesmo quando o discurso obscurantista tenta se implementar, ele toma como inimigo a ser batido esse saber universitário. Quando a fragmentação de narrativas e lutas, associadas as questões levantadas pelos debates sobre direitos civis produzem um estilhaçamento

da síntese, ela o se faz tendo como começo as produções desse local atacado, as universidades. Questionamentos de legitimação por mais que busquem romper/superar a legitimidade do especialista, eles indiretamente reafirmam sua importância ao tomá-los como o inimigo a ser demolido.

O medo aos historiadores, que tenta inviabilizar por silenciamento e diminuição do seu “reconhecimento” social, é simultaneamente a eleição de um projeto, esse são os que não devem falar, que devem ter os termos censurados e mesmo perseguidos.

Como se fosse um projeto que articula obscurantismo, militarismo, destruição, desconsideração de sensibilidades em absoluto contra as classes mais vulneráveis aquelas historicamente violentadas, durante toda a história da violência do Estado brasileiro, toda essa mistura é explícita para imprensa internacional, talvez menos para nós. (SAFATLE, 2019)

Mais ainda pode-se problematizar porque, nós os historiadores costumamos a recorrer a uma certa percepção de “crise” de audiência ou impacto nas transformações sociais que incomodam por não convencerem mais.

Esse incomodo reverbera numa certa percepção moderna que pressupõe que se nós fomos capazes de explicar tudo lenta e pacientemente, com riqueza literária, oferecendo análises sintéticas, cativantes, aglutinadoras, consensuais e que combatesse aqueles que produzem o obscurantismo retomariamos nossos lugares. Isso não será possível. Como foi lembrado ao longo do deste Fórum, foi ultrapassado um ponto que não tem volta, as mudanças técnicas de transmissão do saber, não tem mais volta, as relações retramadas não tem como serem desfeitas, por isso os historiadores afetam o suficiente para serem duramente perseguidos.

Esse processo não vai mudar, ele não vai parar, então sabendo disso, é necessário que a universidade se coloque claramente dentro de um processo, no qual setores fundamentais da sociedade brasileira procuram desesperadamente novos modos de organização e novos modos de intervenção, que a universidade dê sua parte no processo. E nós temos toda essa capacidade, porque entre outras coisas, quando países como o Brasil são afetados por uma melancolia fundamental, uma melancolia que parece paralisar a capacidade de ação dos sujeitos, que parece de uma certa maneira faz com que os sujeitos não acreditem mais na sua capacidade de transformação, é nesses momentos que a imaginação social é muita mais decisiva, a capacidade de fazer a imaginação social entrar em operação é o processo mais

decisivo, nós nunca precisamos tanto disso quanto agora, nunca nesse país foi tão necessário isso. Porque sabemos muito claramente que chegamos num ponto de esgotamento, num ponto histórico de esgotamento. (SAFATLE, 2019)

As mudanças são reestruturantes:

54% dos alunos nas universidades federais no Brasil são negros, 52% são mulheres, ou seja, nos mudamos radicalmente nesses últimos tempos, quando a universidade teve condições de fazer isso ela fez, ela se conservou até 2019 como um dos poucos sistemas públicos e gratuito, onde ninguém paga absolutamente nada. Com isso nos temos condições de mostrar que a universidade pública não é uma benesse que o Estado dá a elite brasileira, isso é uma falácia que não é comprovada por número algum. (SAFATLE, 2019)

Muitos dos discursos que alicerçaram essas mudanças foram produzidos na universidade, os historiadores também contribuem com os saberes que depois serviram para serem apropriados pelas pautas indenitárias e posteriormente pelos movimentos de afirmação. As transformações feitas por essas formas de apropriação são significativas, mas não se deve deixar de perceber que o discurso à ser transformado é o dos historiadores, que mesmo quando se fala, assume as pluralidades dos locais de produção (como alguns relatos aqui no FTHH) eles buscam sua legitimação no saber que se percebe não ouvido.

Entretanto, seria imprudente afirmar que toda a produção dos historiadores tem um impacto direto na capacidade de transformação social, ou mesmo serve a algum tipo de argumentação que depois seja apropriada. Também seria inconsistente assumir que toda produção historiográfica, por conta das suas especificidades, e cada vez mais rigor estariam aplicáveis a esta situação. Seria entre outras coisas retomar um entendimento de universalidade da produção científica/acadêmica de séculos passados. Requerer deles isso pode ser percebido como continuar a solucionar os desafios postos numa epistemologia que se mostrou ineficaz em dar conta das demandas postas e por isso foi sendo deixada de lado.

Agenciar explicações históricas que produzam sínteses, em alguma medida é não perceber que esse entendimento perdeu sua capacidade de afetação universalizável e por isso também foi sendo substituída por saberes

que se ligaram as demandas das mobilizações das pautas de afirmação dos direitos civis. Vale ressaltar que não se trata aqui de assumir uma postura totalizante, ou seja, só seria possível compreender essa mudança por certo viés de “presentificação”, mas de perceber que essas irrupções dos saberes de afirmação dos mais variados grupos civis, foram pontualmente sendo estimulados por demandas sociais.

As mudanças nas formas do ligame social, aqui me refiro as produzidas pelo meio material da conexão em rede, a socialização que cria uma subjetividade da individualidade exacerbada e hiper-estimulou a necessidade de espaços de fala, não pode ser desconsiderado. Dentre outros fatores, uma demanda antes monopolista de produção de expressão se rompe e a multiplicidade se apresenta como um campo em disputa. Todos querem ser ouvidos, são estimulados a se colocar, a produzirem sobre si dados fruto dessa exposição enquanto afirmação, mais, há nisso a base que sustenta toda uma economia dos dados que alimentam os data-base e os algoritmos. Não é por acaso que as grandes empresas de informação passam a associar suas instalações a “campus”, foi de campus universitários que saíram suas capacidades de produção e ampliação de negócio. A “garagem” objetifica enquanto espaços de inovação é lugar transformado pelos universitários durante os fins de semana em que eles não estão nas universidades.

A pluralidade de abordagens possíveis sobre essa constituição só nos dá pistas de que as explicações sintéticas, talvez não sejam a correlação de explicação a ser mitificada na história. As histórias não dialético-causais, que buscaram em algum momento uma forma de explicação eminentemente relacional, ganharam espaço por melhor conseguir se afetar e ser afetada. Novamente, não se trata de “jogar a água do banho, junto com a criança”, mas de um esforço para dar conta dessas afetações, de uma epistemologia dos afetos. Como também já dito na conferência de abertura do FTHH, da necessidade do “epistemicídio” que toma a mudança enquanto condição de possibilidade, os historiadores foram contribuindo com os “empoderamentos” teóricos.

Os ataques e perseguições são uma evidencia também de como os grupos que perderam com essas contribuições, alguns dos exclusivismos relacionais, de como o obscurantismo, pode estar sendo usado enquanto exercício de poder. Os historiadores serem os alvos preferenciais do obscurantismo tem significações muito mais amplas num dado exercício de poder. Citando mais uma vez a fala de Vladimir Safatle:

É hora de não só defender a universidade pública no Brasil, é hora de mostrar aquilo que somos capazes de fazer e nós somos capazes de fazer muita coisa. Nos somos capazes de produzir muito coisa, somos capazes de produzir aquilo que para a sociedade brasileira é impossível de pensar, novas realidades que é impossível até para sociedade brasileira de pensar. Força-la a pensar aquilo que ela não quer pensar (SAFATLE, 2019)

Nem todas as produções serão transformadoras, mas muitas das que foram, tiveram seu começo no saber histórico, e quando não tiveram foram em algum momento levadas a legitimação por esse saber.

Longe de qualquer relativismo niilista que levaria a uma letargia apática, deve-se nos descensos marcar pela diferença, que é uma “diferença” disputada. Não é só a verdade que esteve em disputa, mas todos os seus critérios de constituição fazem com que não se possa ignorar as subjetividades como elementos formadores de afetação. Os historiadores tiveram, têm e continuarão há ter, suas produções como balizas sociais de referência, numa outra prática de historiar e com demandas que estão além dos obscurantismos. Não acreditemos que somos alvos por idiosincrasias de nossa contemporaneidade, talvez perceber esse exercício de poder, nos possibilite entender que o que nos coloca na condição de sermos alvos é antes termos sido quem estava do outro lado. Lembro Foucault ao comentar o funcionamento do plano arquitetural do panóptico, afirmando que mesmo que os que exercem o controle sejam substituídos por aqueles que estavam sendo observados, nada garante que estes não iram praticar os mesmos poderes.

Os debates sobre história pública, ou mesmo, sobre a pluralidade da divulgação histórica é pungente, mas também não começou agora. Há muito historiadoras e historiadores, se preocuparam e preocupam com suas narrativas, sua inserção e divulgação social. Ao que parece, diante das novas formas, nós nos colocamos diante do espelho e percebemos que nossa imagem é muito diferente do que se imaginou, porém não perdeu sua relevância e lugar, o contrário, passou a ser um dos principais pontos de disputa, seja na validação moral ou científica. Numa última menção à Vladimir Safatle:

Lembremos de uma vez por todas, a sociedade espera muito da universidade nesse momento, nós não podemos voltar para trás, não podemos sair do país, não podemos abandonar este lugar que é nosso. Porque, afinal de contas, a sociedade brasileira investiu na universidade, ela inves-

tiu num sistema público que deve ser orgulho para todos os brasileiros.
(SAFATLE, 2019)

Isso não quer dizer que apenas das universidades se demanda essa resposta, tão pouco, que só nas universidades se encontrará saídas possíveis ao exercício de poder obscurantista. Contudo, não é mais viável sustentar a autoimagem, de que estariam os historiadores e historiadoras isolados e sem lugar de fala na contemporaneidade, esse lugar é/está em disputa e contém em si sua historicidade, seja no amadurecimento teórico em se manter autocrítico, ou na percepção de que nunca se abandonou os espaços públicos de divulgação, mas sim que teve esse lugar há muito negado ou mesmo desconstruído.

Cabe retomar ao historiador Antoon De Baets, tanto para construir uma rede (inter)transdisciplinar a exemplo da *Network of Concerned Historians*, como para evitar ataques generalizados ou sistemáticos que partam de instâncias estatais ou de quem exerce funções nele, que proponham assassinato e desaparecimento de produtores de história por meio de discursos de ódio, difamação e processo malicioso, visando também a destruição intencional do patrimônio cultural e desinformação. Os “crimes contra a história”, no caso brasileiro, devem ser entendidos como tentativas de exercícios de poder ligados a um projeto obscurantista/negacionista. O saber histórico não pode ser “docilizado”; seus pesquisadores e pesquisadoras, não devem ter seus corpos docilizados; a ética envolta à prática do historiar, não está apenas na sua produção e legitimação, mas na tentativa sistemática de romper com os interditos e se deslocar em direção ao desconserto que a reflexão com o passado pode provocar.

REFERÊNCIAS

DE BAETS, Antoon. **Crimes Against History**. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2018. 200 p.

_____. O historiador como inimigo: entrevista com Antoon De Baets (Entrevista). Entrevista concedida a Pedro Teixeira. In: **Café História – história feita com cliques**. 25/11/2019. Disponível em: [https://www.cafehistoria.com.br/o-historiador-como-inimigo-antoon-de-baets/..](https://www.cafehistoria.com.br/o-historiador-como-inimigo-antoon-de-baets/) Acesso em: 26/11/2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 291p.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 479p.

HIRATA, Gabriel Tadashi. **Robert Mapplethorpe: (De)composições subjetivas e invenção de si**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História; Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017. 92p.

LOPES, Fábio Henrique. Subjetividades travestis no Rio de Janeiro, início da década de 1960. *Aloma divina*. **Revista Transversos**, v. 2018, p. 52-69, 2018.

_____. Possibilidades de conexão. Michel Foucault, relações de gênero e estudos queer. **Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades**, v. 16, p. 162-196, 2017.

_____. Travestilidade e ditadura civil-militar brasileira. Apontamentos de uma pesquisa. **Esboços**, v. 23, p. 145-167, 2016.

_____. Visibilidade da experiência Trans! Corpos, idades e imagens. **Sociopoética** (Online), v. 1, p. 04-22, 2016.

MOTTA, RODRIGO; BOISARD, S.; BOHOSLAVSKY, E.. **Pensar as direitas na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2019. v. 1. 525p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **En guardia contra el peligro rojo: el anticomunismo en Brasil (1917-1964)**. 1. ed. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2019. 382p.

NICOLAZZI, Fernando. **A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo**. 23/03/2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>; Acesso em: 07/11/2019.

SAFATLE, V. P.. **A economia libidinal do fascismo: problemas cruzados entre Bataille, Deleuze/Guattari e a Escola de Frankfurt**. 20-21/08/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vR2ubjIjwPg> (Parte 1)

<https://www.youtube.com/watch?v=35eV18pyzyo> (Parte 2) <https://www.youtube.com/watch?v=5zfrqTyZIXI> (Parte 3) https://www.youtube.com/watch?v=arcuFQZ_Ckw&t=2s (Parte 4) Acesso em: 01/11/2019.

_____. **A psicanálise como modelo de crítica à sujeição social” no dia 16 de agosto no Centro Cultural da Universidade da UFRGS.** 16/08/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WFvU31VCpko> Acessado em: 20/11/2019.

_____. **Dar corpo ao impossível: O sentido da dialética a partir de Theodor Adorno.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 317p.

_____. **O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 358p..

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. **Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017.** Tese de Doutorado. (Doutorado em História, Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018. 341p.

SCHMIDT, Benito Bisso. Complexificando a interseccionalidade: Perspectivas queer sobre o mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho(online)*, v. 10, p. 31-41, 2019.

SPÍNDOLA, Pablo. Pensamento e desconcerto: outras possibilidades de se pensar com a história. **Embormal.** Fortaleza: v. IX, nº 17, p. 121-148, 2018.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinteal e papel.** 2. ed. Curitiba: Appris, 2019.

_____; PEDRO, Joana Maria (Org.). In: **Anos 90,** Dossiê: Lutas feministas e LGBTQ+ pela democracia no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2019. v. 26.

_____; SIMOES, Kleber; ALBUQUERQUE JUNIOR., Durval. Muniz (Orgs.). In: **Revista Periódicus** Dossiê: Corpos aliadxs e lutas políticas em tempos de regimes de exceção. Salvador: UFBA, 2019. v. 1. n. 11.

PARTE II

**História da historiografia brasileira,
memória disciplinar e os seus usos**

A constituição da disciplina de História da Civilização da USP (1937-1942): um exercício sobre fontes para o campo da história da historiografia

Aryana Costa

Apresentação

Ao historiador que hoje se lança à tarefa de produzir algum trabalho em sua área, é dado como fato que ele precisará estudar o seu objeto compreendendo sua historicidade e em quais termos ele se apresenta no tempo do próprio pesquisador. Esta exigência aparece muito obviamente quando se trata da discussão de alguns temas atualmente muito caros e populares junto à comunidade de historiadores e à sociedade contemporânea, como, por exemplo, o trabalho com identidades, seja em termos de etnias, nacionalidades ou gênero. Ou seja, um trabalho em história que tenha como recorte questões relativas a mulheres e homens, afrodescendentes, indígenas, para citar alguns, não pode deixar de levar em consideração, para além das especificidades dos sujeitos em estudo, a própria constituição do campo como objeto de estudo – o que se disse, como se disse e quem disse algo sobre as mulheres, os homens, afrodescendentes e indígenas no tempo. Nesse sentido, pode-se dizer que os estudos hoje atentam para as práticas e os discursos de seus objetos, sem olvidar de como essas mesmas práticas e discursos igualmente construíram memórias referentes a eles tanto no seio das sociedades quanto no do discurso acadêmico/historiográfico, já que este último não pode ser compreendido fora daquela.

A preocupação com a desnaturalização desses discursos – situando-os no tempo e no espaço - parece ser uma demanda que se torna intrínseca ao

trabalho dos historiadores mais evidentemente a partir da segunda metade do século XX.¹ E se isso se aplica a balanços historiográficos sobre quaisquer delimitações, transformando em objeto de História a memória construída sobre esses “novos temas”, a História, enquanto prática, tampouco escapou a essa exigência, fomentando por sua vez, a consolidação de uma área que já se convencionou chamar de “história da historiografia”.

Assim que, fazer uma história da historiografia significa considerá-la não só como “produto intelectual dos historiadores, mas antes enquanto *práticas culturais* necessárias de orientação social” (MALERBA, 2006, p. 23. Grifo do autor), do que resulta que ela pode apresentar-se “duplamente como objeto e como fonte histórica” (MALERBA, 2006, p. 24).

Isto não significa prescindir da apreciação das diferentes correntes teórico-metodológicas, dos debates epistemológicos ou do balanço da produção de livros de história que definitivamente fazem parte da história da escrita da História. Não obstante, o conhecimento histórico não pode ser desencarnado dos sujeitos que o produzem.²

As formas como se tem procurado compreender o resultado dessas “práticas culturais” tem variado junto com os avanços da área. Horst Blanke elenca dez possibilidades: 1. História dos historiadores; 2. História das obras; 3. Balanço geral; 4. História da disciplina; 5. História dos métodos; 6. História das ideias históricas; 7. História dos problemas; 8. História das funções do pensamento histórico; 9. História social dos historiadores; 10. História da historiografia teoricamente orientada. (BLANKE, 2006, p. 29-32).³ A divisão feita por Blanke contempla diferentes recortes e critérios que podem ser utilizados para estudar o fazer historiográfico: biografias individuais de historiadores, suas obras, os temas, as ideias, métodos, função social, instituições e o corpo profissional de historiadores. A despeito dessa miríade de opções que Blanke elenca, o que acontece é, que se realizada sem

1. Dentre outros, o trabalho de Michel de Certeau, *A Operação Historiográfica*, aponta o tripé que constitui esta operação: o lugar social, a prática e a narrativa.

2. Febvre (1989) critica a história das ideias realizada até então, pois que estas estariam sendo consideradas em sua essência, desprovidas do seu lastro na sociedade, no tempo e no espaço em que se encontravam. Ele chamava a isso de ideias “desencarnadas”.

3. Outras categorizações também são possíveis. Na mesma coletânea em que está publicado o texto de Horst Blanke, Massimo Mastrogregori apresenta sua própria classificação, que, mesmo em número bem menor que a de Blanke, contempla os mesmos fatores: método científico, método retórico e literário, método sociológico e prosopográfico e por fim, método sintético e descritivo (MASTROGREGORI, 2006, p. 66 e 67).

as mesmas precauções que a historiografia de outros temas e abordagens, corre o risco de tornar-se teleológica, em que obras e seus autores se sucedem uns após os outros, conduzindo inevitavelmente a uma determinada configuração no presente: uma espécie de ilusão biográfica da historiografia.

As considerações de Michel de Certeau sobre a operação historiográfica podem servir como ponto de partida para a mudança do foco do texto para os mecanismos internos de produção historiográfica, quando diz que: “A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’. Ela a torna possível e, sub-repticiamente a determina.” (2007, p. 70). Está aí a razão de que as universidades devam ser consideradas como locais de práticas científicas, a partir das quais se mantém coeso um grupo e se constrói a sua identidade e daquilo que se considera ser a prática historiadora. Ao contrário do que correntemente tem se entendido e se utilizado nas pesquisas por “lugar social”, em que se listam os lugares pelos quais o autor estudado passou para identificar suas influências sobre a obra produzida, compreendemos o conceito de Michel de Certeau a partir da configuração da própria instituição universitária – o que sua organização, seus grupos e suas práticas permitem e não permitem dizer. E é a partir dessa possibilidade de problematização da operação historiográfica que procurarei fazer um exercício de interpretação de fontes sobre a constituição da disciplina de História da Civilização da USP a partir da correspondência entre Jean Gagé e Eurípedes Simões de Paula, ambos professores daquela instituição em sua primeira década.

Na história da historiografia brasileira, existe uma chave explicativa denominada “escola uspiana de História” aplicada à produção historiográfica oriunda do corpo acadêmico do curso de História da USP, fundado em 1934. Em artigo intitulado a partir dessa própria designação,⁴ três autoras realizam um balanço da produção acadêmica do Departamento de História da USP, de sua fundação até o ano de 1993, identificando seus temas e suas afinidades teórico-metodológicas. O ponto de partida que selecionam para a descrição é a contratação dos professores estrangeiros para os cursos da universidade recém-fundada:

4. Tomamos o termo de CAPELATO, GLÉZER e FERLINI. In.: *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 22, 1994. p. 349-358. Neste capítulo, tomamos o artigo das autoras como mote para realizar uma interpretação de construção da disciplina História da Civilização por Jean Gagé e Eurípedes Simões de Paula. Para uma análise mais exaustiva daquele texto por inteiro, sugiro conferir o artigo de Diego Fernandes Freire, intitulado Memória, História e Identidade: o caso da “escola uspiana de História” (2019).

Para a implantação do Curso de Geografia e História foram contratados professores, que, ao lado de renomados historiadores brasileiros, formaram e selecionaram as primeiras turmas, orientaram e examinaram as primeiras teses, e, prepararam docentes para serem seus sucessores. (p. 350)

A análise da produção do Departamento de História, nesses sessenta anos, através das linhagens, revela a existência de uma escola de Historiadores uspianos, com alto grau de *inbreeding*. Essa endogenia, contudo, não deve ser considerada fator negativo, pois permitiu a consolidação de uma tradição de pesquisa histórica diferenciada. (p. 356)

A análise das produções dá pesos distintos para uns e outros trabalhos. Aqueles claramente identificados com a tradição francesa são citados naquilo que os assemelham à esta: as teses de Eurípedes Simões de Paula, Eduardo d'Oliveira França, Alice Piffer Canabrava e Pedro Moacir Campos, alunos das primeiras turmas do curso e ex-orientandos ou assistentes dos professores franceses que vieram ministrar aulas na cadeira de História da Civilização, têm seus títulos discriminados além da identificação de como se remetem aos *Annales*, sendo encerrados novamente pela confirmação de que: “Esses trabalhos inauguraram os estudos de História Econômica, de modelo francês.”(p. 352). Por outro lado, os demais trabalhos de história do Brasil merecem a menção de que:

Se, por um lado, a matriz francesa estimulou as pesquisas nas áreas de História Antiga, História Medieval, História Moderna e História da América, *por outro, a presença de Alfredo Ellis Jr., com formação na tradição historiográfica brasileira, radicada em Capistrano de Abreu, teve peso nos estudos de História do Brasil, exceto em se tratando do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda.*” (idem, p. 352. Grifo meu).

A generalidade e o tamanho do espaço que se atribui no texto às orientações destes professores (“pesquisas sobre economia colonial”; “orientou alguns trabalhos”; “iniciando a formação de doutores”) revela o julgamento distinto e o peso maior atribuído à importância de uns e outros.

Além do caráter seletivo do que deve ser inserido no balanço historiográfico, constata-se também uma naturalização da positividade dessa tradição, ainda que sua endogenia seja denunciada:

A análise da produção do Departamento de História, nesses sessenta anos, através das linhagens, revela a existência de uma escola de historiadores us-pianos, com alto grau de *inbreeding*. Essa endogenia, contudo, não deve ser considerada fator negativo, pois permitiu a consolidação de uma tradição de pesquisa histórica diferenciada (idem, p. 356)

Aqui mais uma vez vê-se a ênfase na diferença da tradição de pesquisa da USP, que se assemelha àquelas afirmações que vinculam o nascimento dessa historiografia moderna (contrária à tradicional) aos *Annales*. Ela seria boa porque diferente. Boa, porque herdeira dos *Annales*.⁵

A presença dos franceses deitou raízes na produção historiográfica e na formação universitária. Mas acredito na utilidade de investigar, para além das conexões entre uma sucessão de obras, as conexões entre os sujeitos, ir atrás daqueles elementos resultados das interações sociais que também contribuíram para dar forma a estruturas acadêmicas. Pois minha hipótese é de que currículos, horários escolares e bibliografia findam por se transformar na delimitação de conhecimentos históricos escolares e historiográficos e, afinal, também competem para constituir tradições e cristalizações de práticas e de memória.

Organizar uma disciplina e fazer história na universidade

O curso de História da USP nasceu em 1934 conjugado com disciplinas da área de Geografia, e começou com as cadeiras de História da Civilização, História da Civilização Americana e História da Civilização Brasileira, Etnografia Brasileira e Noções de Tupi Guarani, além das cadeiras de Geografia. A Cadeira de História da Civilização deste curso é conhecida e lembrada pelos seus professores franceses. O mais famoso dentre eles sendo Fernand Braudel, que aqui permaneceu de 1935 a 1937. Outros também vieram ministrá-la, ao contrário da cadeira de história da Civilização Brasileira, sempre ocupada por professores nacionais: Émile Coornaert em 1934, o já citado Braudel, Jean Gagé de 1938 a 1946 e Émile Léonard, como

5. O artigo de Antônio Celso Ferreira, *A Historiografia Profissional Paulista: expansão e descentramento*, publicado na coletânea comemorativa dos 50 anos da ANPUH já traz uma inflexão nessa análise. O autor periodiza a produção em três momentos: 30-50, 60-70 e pós anos 80. O autor aponta as produções dos outros professores do curso, como Alfredo Ellis Jr. e Plínio Airoso, mas as limitações de espaço não lhe permitem aprofundar as análises, como de resto com as outras referentes às demais periodizações. In.: GLÉZER (org.) *Do Passado para o Futuro*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 321-342.

visitante em 1948 (ROIZ 2012, p. 43).⁶ É a partir destas presenças que a memória do curso de História da USP foi construída, sendo ressaltados principalmente a relação próxima que os professores tinham com os alunos e suas aulas excelentes. Nesta constelação, a estrela de Braudel é a que mais brilha, possivelmente pela notoriedade que alcançou no cânone historiográfico após sua passagem pelo Brasil. Mas outro professor, passou mais tempo do que todos e deixou um rastro possível de ser seguido: Jean Gagé. Na correspondência passiva de Eurípedes Simões de Paula, assistente de Fernand Braudel, encontramos suas cartas que cobrem desde o período anterior à sua chegada até 1942 e nos permitem acompanhar, pelo menos por um dos lados, a construção de uma disciplina acadêmica e do constituir-se das atividades profissionais universitárias.

Gagé contava 36 anos quando veio como professor ao Brasil. Tornou-se agrégé em Lettres et Sciences Humaines em 1924, ensinou um ano no Lycée Kléber de Strasbourg em 1928, após o quê ocupou uma vaga na Faculdade de Letras de Estrasburgo, responsável pela cadeira de História Romana. Foi como tal que chegou na USP, onde permaneceu até 1946⁷.

No Natal de 1937, o candidato a ocupar a vaga da cadeira de História da Civilização após o retorno de Fernand Braudel à França, Jean Gagé, escreve uma carta a um futuro colega de trabalho, a quem ainda não conheceu. Na carta, Gagé começa pedindo permissão para entrar em contato com Eurípedes Simões de Paula, pois caso as negociações entre os Ministérios de Assuntos Estrangeiros e a Universidade de São Paulo se encaminhassem, Gagé estaria se juntando a Paula em 1938. Ele informa que soube de Simões de Paula por meio de Fernand Braudel, que recomendou seu antigo assistente muito bem e pede:

je vous serai vivement reconnaissant de tous les enseignements que vous poussez et veudrez me donner par lettre, avant mon arrivé, sur les conditions de la vie universitaire a São Paulo (de la réelle de la rentrée, horaire et distribution des cours, programmes éventuels, ressources et livres, etc.) et particulièrement sur le fonctionnement de l'enseignement d'histoire.⁸

6. Mais tarde, entre 1957 e 1958, Jean Glénisson, autor do famoso manual de Introdução aos Estudos Históricos, foi o primeiro professor da cadeira de Metodologia e Teoria da História recém-inaugurada no curso de História, já separado do de Geografia.

7. Ao retornar à França, Jean Gagé voltou para Estrasburgo, onde doutorou-se em 1955. Entrou no College de France 1955, de onde se aposentou em 1972.

8. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. Dezembro de 1937. Cx 28, n. 2430. “Eu serei muito

Jean Gagé parece vir em uma aventura tão desconhecida para o Brasil que sente a necessidade de se apresentar: *“Je suis spécialiste d’histoire ancienne, et surtout, romaine.”*⁹ e especular sobre o que vai ensinar: *“C’est pour cet enseignement je crois, que l’on m’a désigné.”*¹⁰ ainda que já houvesse sido advertido por Braudel: *“Mais M. Braudel m’a fait prévoir que j’aurais aussi a donner quelques leçons d’histoire moderne et contemporaine. Je suis très disposé a le faire (...).”*¹¹ Gagé também se preocupa com o repertório bibliográfico que a universidade possui, já que o ensino de história antiga só se iniciará quando ele chegar. Pede uma lista a Eurípedes das coleções que aqui já existiam, pois se propõe a completá-las e trazê-las. E termina sua primeira carta assinando: *“Jean Gagé, professeur d’histoire romaine à la Faculté des Lettres. Université de Strasbourg.”*¹²

Paralelamente a essa correspondência, Eurípedes se comunica também com uma antiga companheira de Faculdade, que se encontra em uma bolsa de estudos na França. Em janeiro de 1938, Branca Caldeira conta a Eurípedes que Braudel também lhe informou que o professor que o substituiria (a Braudel) seria M. Gaget (sic) e que “quanto aos seus cursos, você fará H^a Grega e Idade Média.” É completa: “Diz ele que Gaget conhece a fundo os visigodos e nele você terá não só um amigo mas um guia seguro para o seu trabalho.” Braudel também não deixa de aconselhar Eurípedes por meio de Branca: “Recomenda muito a você que abrindo-se inscrição para concurso, não deixe de se apresentar como candidato.”¹³

Mesmo longe e após a saída de Braudel, a troca bibliográfica entre os professores continuaria. Ficamos sabendo por meio da correspondência de janeiro de 1938, em que Branca avisa a Braudel que os cursos da Escola de Altos Estudos não seriam mimeografados, mas que Braudel lhe mandaria suas notas (não sabemos se elas vieram), que os materiais didáticos ser-

grato por todas as informações que você possa e queira me dar por carta, antes da minha chegada, sobre as condições da vida universitária em São Paulo (da realidade do início das aulas, horários e distribuição dos cursos, programas eventuais, recursos e livros etc.) e particularmente sobre o funcionamento do ensino de história.”

9. “Eu sou especialista em história antiga e, sobretudo, romana.”

10. “É para ensinar este assunto que eu creio que tenham me designado.”

11. “Mas o M. Braudel me advertiu para a possibilidade de também ministrar algumas aulas de história moderna e contemporânea. Estou bem disposto a fazê-lo.”

12. “Jean Gagé, professor de história romana na Faculdade de Letras. Universidade de Strasbourg.”

13. Carta de Branca Caldeira ao titular. 01/01/1938. Cx. 28, n. 2432.

viam como suporte que materializaria e solidificaria essa influência.¹⁴ Ainda que indicar estes materiais como veículos por meio dos quais os professores “daqui” se apropriavam dos professores “de lá” possa ser óbvio, este tipo de material não costuma ser tratado enquanto fonte nos estudos sobre a história da historiografia. Se faltam estudos que os tragam como objeto, faltam ainda mais reflexões que contemplem sua função e seu alcance na transmissão de tradições e cânones através da formação de historiadores. A começar pelo fato de que, muito mais do que na elaboração de uma tese, em que a produção é passível de maior controle pelo orientador e orientando, numa relação mais estreita e individual e de menor duração, materiais didáticos fazem-se presentes no cotidiano escolar dos professores e dos alunos, dia após dia, semestre após semestre, e como vemos neste caso, ano após ano (mais a frente, veremos que Gagé mantém em 1942, um programa de 1938). Atingem maior número de pessoas simultaneamente (em uma mesma classe) e ao longo do tempo (na sucessão de turmas). Sua utilização não se dá sob a mesma égide daquela de uma relação de orientação e produção de tese, em que o comando de um orientador é mais fácil de ser constatado. Em se tratando de práticas de leituras, a sala de aula permite que tratemos esse texto pelo viés de sua produção, de seu suporte material e de sua recepção. Essa última caracteriza-se ainda pela multiplicidade de sujeitos: os vários alunos de uma classe. Desses três elementos, infelizmente os recursos de que dispomos até o momento só nos permitem nos ater à materialidade do texto – o uso e a recepção dos textos, dos quais mesmo que tivéssemos material para análise, provavelmente demandariam um outro trabalho de igual envergadura.

Sabemos que Fernand Braudel e Eurípedes Simões produziram juntos uma apostila para ser usada na Cadeira de História da Civilização, entre os anos de 1935 e 1937. Essa apostila encontra-se assinada e datada de 1942 por Eurípedes, o que nos leva a crer que tenha continuado a ser utilizada pelo próprio enquanto assistente de Jean Gagé. A apostila foi encadernada de modo que tanto os cursos do titular – Braudel, quanto do assistente – Simões, estejam juntas. Mas não sabemos se era desta forma que ela circulava entre os alunos, ou se sequer circulava entre estes, restringindo-se ao uso pelos docentes. Seu índice indica o responsável por cada um dos cursos e seus títulos:

14. Carta de Branca Caldeira ao titular. 23/01/1938. Cx. 28, n. 2433. A menção ao intercâmbio de manuais, notas é recorrente nas correspondências trocadas entre os sujeitos em questão.

E.S.P.: Resumo da Dissertação sobre a Pré-História; Pré-História; Curso de História Oriental; Cronologia Oriental; História Grega; Cronologia Grega; Curso de História Romana; As Origens da História Romana; História Romana (resumos).

F.B.: *Les Hegémonies Politiques des XVI et XVII siècles; Les Debuts de la Revolution Française*; Georges Lefebvre – A Revolução Francesa e os Camponeses; *L'Angleterre de 1848 a 1914*; Fachoda.¹⁵ (PAULA e BRAUDEL, 1935-37).

Os subtítulos remetem-se a cronologias, origens, bibliografia e recortes cronológicos ou geográficos. Cada um dos cursos inicia-se com ou com uma lista cronológica de acontecimentos ou com comentários acerca de como os alunos devem ser introduzidos à bibliografia – por quais leituras devem ser introduzidos ao tema, o que nos indica seu caráter didático. Entretanto, esses comentários em geral não passam de duas páginas e apresentam superficialmente as obras, apontando seus pontos altos e baixos, sem aprofundar-se nos detalhes de cada uma. As referências bibliográficas são majoritariamente francesas; em menor número seguem as obras em língua inglesa.

Além desse material que configurava a cátedra até o ano em que Jean Gagé a assumiu, encontramos um rascunho de uma carta de Eurípedes em resposta a Gagé, datada de 1º de janeiro de 1938, em que informa que M. Braudel havia deixado um programa pré-aprovado pelo Conselho. A previsão era de que a cadeira de História da Civilização fosse desdobrada, mas devido à uma “mudança de atmosfera” na Faculdade, tal desdobramento não iria ocorrer. Muito esquematicamente, Eurípedes rascunha a seguinte divisão:

Cursos do Professor:

Cursos para os 3 anos: a) O Mundo Helenístico; b) O mundo à época de Luis XIX; c) O Império Romano e o Fim do Mundo Antigo.

Cursos ministrados por vós:

Para o 1º ano (1ª série): História Romana das origens ao fim da República.

2º ano: Os Grandes Problemas Econômicos e Sociais da Idade Média.

3º ano: A Revolução Francesa

15. “As Hegemonias Políticas dos séculos XVI e XVII; As origens da Revolução Francesa; Georges Lefebvre – A Revolução Francesa e os Camponeses; a Inglaterra de 1848 a 1914; Fachoda.”

Cursos do Assistente:

1º ano: a) O Oriente o Extremo Oriente na Antiguidade; b) História Grega, das origens à Guerra de Peloponeso.

2º ano: As grandes linhas da Idade Média (curso de iniciação) e talvez História Ibérica.¹⁶

E pede para ficar responsável pelos cursos de História Antiga e Idade Média, como já estava acordado, pois o de Moderna e Contemporânea seria uma tarefa muito pesada para si. Nesta carta, Eurípedes também dá informações sobre como a biblioteca do início do curso de História e Geografia da USP foi formada: por doações do governo francês e aquisições do Estado de São Paulo. Como sói ainda hoje, os professores à época lançavam mão de suas bibliotecas particulares para o seu trabalho. É ela que Eurípedes também coloca à disposição de Jean Gagé.

Após um breve desentendimento acerca de seu contrato – que durou de janeiro a fevereiro de 1938, segundo as cartas recebidas (em 02 de fevereiro de 1938 ele não podia assumir o compromisso de permanecer no Brasil por três anos), em 19 de fevereiro Gagé comunica a Eurípedes que finalmente vai vir ao Brasil, ainda que comece com três semanas de atraso.¹⁷ E já por carta, envia um quadro que elaborou a partir de conversa com Braudel, referente à divisão da cadeira de História das Civilizações. A proposta é de que Gagé se responsabilize pelo curso de História Moderna e Contemporânea. Da antiguidade, se propôs a tratar da parte romana, e se Eurípedes não tivesse objeção, da história helenística a partir das conquistas de Alexandre. Quanto à Idade Média, Gagé acredita que haverá acordo em que ele trate das origens, “*en utilisant notamment les beaux travaux de Pirenne; je vous laisserai le cours general et la plupart des problèmes.*”¹⁸ (idem). O esquema proposto por Jean Gagé é o seguinte:

Segunda

4 -5: M. Simões: I (ano). 1 semestre: *Hist. anciennes. Orient et Extr. Orient.*
2e semestre: *Les grands étapes de l'histoire ibérique des origins au XVIe siècle.*

Terça

16. AESP. Rascunho de carta do titular ao prof. Gagé. 01/01/1938. Cx. 20, n. 2042.

17. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 19/02/1938. Cx. 28, n. 2437.

18. “utilizando notadamente os belos trabalhos de Pirenne; eu te deixo o curso geral e a maior parte dos problemas.”

4-5: M. Simões: II (ano). *Le Moyen Age; generalités de V au XIII s. (a commencer avec 15 jours de retard?)*

5-6: M. Gagé. I-II (III) (*facultatif pour les étudiants III*): *Rome des origins a la fin de la République.*

6-7: M. Gagé: II. (*III sus demande*). *Le fin d l'empire el les débuts du M. Age (en fait d'abord plusieurs leçons sur l'Empire romain).*

Quarta

4-5: M. Simões. I. *Histoire grecque. generalités. Des origins a la fin de la guerre du peloponése.*

5-6: M. Gagé. I-II-III-IV: *Le probleme de César (?)*

6-7: M. Gagé: *Grandes questions d'histoire européenne de la Revolution Française à la crise des nationalités.*

Quinta

5-6: M. Gagé. I-II-III-IV. *La question d'Asie aux XIX-XX siècles (?) (cours ouvert au public).*

6-7: M. Gagé. III-IV *Questions Pedagogiques. Exposés d'estudiants.*¹⁹

Gagé deixou igualmente uma apostila com seus cursos. Dentre as matérias acima, sobreviveram os cursos de História da Ásia datado de 1938 e a “Questão do Oriente”, já de 1941. O material de História da Ásia começa pela apresentação do programa, uma orientação geral sobre o curso e suas leituras e pela indicação de uma “bibliografia prática”. Ambas as apostilas se organizam por lições: *1ere. Leçon; 2eme. Leçon, etc*, permitindo perceber mais claramente do que aquela de Braudel sua finalidade didática e o movimento de transposição didática dos conteúdos, e sua organização para o ensino.

O ano letivo de Gagé no Brasil parece ter se desenrolado com muito proveito: desenvolveu laços afetivos com seu assistente e seus alunos. Ao final de 1938, em 15 de novembro e retornando à França de barco, entre Dakar e o Marrocos, Gagé indica a manutenção das trocas entre eles: promete a Eurípedes os últimos capítulos de seu curso sobre império romano e

19. Segunda, 4-5: M. Simões: II (ano). A Idade Média; generalidades do século V ao XII (a começar com 15 dias de atraso?); 5-6: M. Gagé. I-II (III) (facultativo para os alunos do 3 ano): Roma das origens ao fim da República; 6-7: M. Gagé: II. (III se houver demanda). O fim do imperio e o início da Idade Média (na verdade, mais aulas sobre o Império Romano a princípio); Quarta, 4-5: M. Simões. I. História grega. Generalidades. Das origens ao fim da guerra do Peloponoso; 5-6: M. Gagé. I-II-III-IV: O problema de César (?); 6-7: idem: Grandes questões da história europeia: da revolução francesa à crise das nacionalidades; Quinta, 5-6: M. Gagé. I-II-III-IV. A questão da Ásia nos séculos XIX e XX. (?) (curso aberto ao público); 6-7: M. Gagé. III-IV Questões Pedagógicas. Exposições dos estudantes.

sobre a república (“César também”). E lembra com afeto de seu assistente quando fala do Marrocos: “*Et j’aurai là une nouvelle occasion de penser à vous, et à votre travail marocain en cours.*”²⁰

O mês de dezembro é de negociação entre Eurípedes e Gagé para que este possa chegar ao Brasil já com o ano escolar iniciado. Eurípedes se propõe a começar o ano sem a presença do francês, sem o quê este não poderia retornar ao Brasil para lecionar em 1939. Mesmo assim, Jean Gagé se deu ao trabalho de procurar possíveis substitutos: M. Albertini possivelmente iria para o Rio; Victor Tapié se recusou. Quem se interessou foi seu colega Cavignac, que apesar de ser um historiador incontestável, era “desprovido de certas qualidades de professor.”²¹ Na mesma carta, Gagé se diz tranquilizado das garantias que Eurípedes recebeu de que permaneceria em seu posto de assistente. O intercâmbio dos cursos continua: Gagé distribuiu vários exemplares do seu curso (“nosso curso”) sobre o Extremo Oriente por Paris, inclusive um a F. Braudel. E devolve a Eurípedes um “curso bradeuliano” que lhe pertencia (idem).

Outro elemento interessante neste trabalho de parceria é a confiança que Gagé tem em Eurípedes, pedindo-lhe que complete seu relatório para o Anuário da FFCL de 1937 a julho de 1938. Pede-lhe que insira os nomes dos alunos dos diferentes anos; de modificar a seu próprio julgamento as passagens que considerar perigosas, inoportunas ou inúteis sobre “Alexandre reinante”; incluir a descrição de alguns dos tópicos trabalhados, bem como de trabalhos de alunos como Olga Pantaleão, “A Abolição do Tráfico”, dona Branca (Caldeira), “A Política Americana de Napoleão”, e enviar uma cópia do relatório ao M. Souza Campos (à época, diretor da Faculdade).²²

Em algo que nos parece tão naturalizado quanto um currículo e um horário, aprendemos por meio das correspondências de Gagé que este também é negociado, nem tanto pelo *mérito do conteúdo, mas pelos seus compromissos profissionais*. Sem saber se as autoridades paulistas iriam aceitar seu pedido de retornar ao Brasil somente ao final de abril ou início de maio, quando poderia se desvencilhar de suas aulas na França sem prejuízo, Gagé pede a Simões que organize seus horários em 6 aulas, pois mais do que isso

20. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 15/11/1938. Cx. 28, n. 2443. “E lá eu terei uma nova ocasião para pensar em você e no seu trabalho marroquino em andamento.”

21. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 28/12/1938. Cx. 28, n. 2447.

22. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 30/12/1938. Cx. 28, n. 2448.

também não pode ministrar, caso seu vencimento não estivesse garantido. Simões daria mais aulas até sua chegada, quando este finalmente retomaria suas seis horas regulamentares mais duas de Simões. Percebemos também, mais uma vez, que parece não haver preocupação com a distinção entre os níveis dos alunos. Na mesma carta, Jean Gagé pede que os cursos práticos sejam organizados de forma a que os alunos do 2º e do 3º ano possam frequentá-los conjuntamente.²³

O curso de História da Civilização de 1939 também toma forma por carta. Gagé prevê dez aulas sobre a história da colonização da África no segundo semestre; tentará ministrar todo o curso sobre Idade Média e Bizâncio, apesar da sua chegada tardia; quatro aulas lhe serão suficientes para o século XVI: Renascimento, Reforma e Contra-Reforma; o curso sobre a civilização europeia e francesa no “século de Louis XIV” ocupará todo o semestre, menos uma ou duas aulas.²⁴ As avaliações também são revistas: os alunos não deverão fazer mais dois trabalhos de aproveitamento, mas somente um, sob pena de ficarem com muitos papéis, como no semestre anterior, e o exame oral seria feito no primeiro semestre. Entretanto, Gagé não garante a data de sua vinda ao Brasil, tem medo de que quaisquer interferências na sua partida: a sombra da guerra já aparece nas correspondências.²⁵

Para concluir o que as interações pessoais revelam sobre a configuração do programa das disciplinas, as últimas cartas de Jean Gagé a Eurípedes, datadas do final de 1941 e início de 1942 onde aparentemente passava as férias (provavelmente por não retornar à França em guerra), não falam mais do planejamento dos cursos - seus programas. Portanto, desde sua familiarização com a instituição em 1939 até a última indicação que temos em que o professor francês solicita que Olga Pantaleão datilografe o índice do curso “Questão do Oriente” baseando-se no curso de 1938, temos um hiato *nas cartas*, indicando ou uma estabilização dos conteúdos de 1938 até pelo menos 1942, o fim da correspondência entre os professores ou fontes que não foram arquivadas.

Outra dimensão possível de ser vislumbrada nas correspondências é a configuração das carreiras acadêmicas a partir das relações interpessoais. Em abril de 1939, ainda na França, Gagé escreve estar contente com o

23. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 04/02/1939. Cx. 28, n. 2450.

24. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 15/02/1939. Cx. 28, n. 2452.

25. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 25/03/1939. Cx. 28, n. 2459.

desdobramento afinal da Cadeira de História da Civilização em História Antiga e Medieval e História Moderna e Contemporânea. Aqui, vemos a intencionalidade dos sujeitos se mesclar à institucionalização dos cursos universitários: Gagé diz a Eurípedes,

Pour ce qui est de la séparation des programmes entre les deux chaires, je vous approuve entièrement de l'avoir proposée en songeant à l'avenir et non à mon cas particulier. Si, en 1940, votre gouvernement veut me remplacer par un professeur français encore, il est certain a priori qu'il sera plus fácil d'en trouver un qui soit historien moderne. Ainsi, il será à la fois normal et commode pour vous que vous soyez spécialisé dans l'histoire ancienne, et éventuellement médiévale.²⁶

A próxima carta de Jean Gagé felicita Simões por sua promoção: o desdobramento da cadeira permitiu que este se tornasse titular de Antiga e Medieval. E como seu “antigo” tutor destacou: especializar-se em História Antiga seria muito mais cômodo para Simões, já que caso fosse substituído, o próximo professor francês muito provavelmente seria especialista em história moderna. O cargo de Simões não estaria, pois, ameaçado. Onde que a transmissão da herança francesa nos trabalhos acadêmicos do início do curso universitário de História se dá por meio de um amálgama entre competência profissional e estratégias intencionais, possibilitadas pelas conexões pessoais que os sujeitos pertencentes a um determinado grupo desenvolveram.²⁷

Esse tipo de observação pode rapidamente ser descartado como foca. Todavia, serve ainda mais para adensar o espaço dos possíveis no entendimento dos caminhos percorridos pela nossa produção acadêmica, retirando sua aura de destino manifesto. Que outras decisões tomadas estrategicamente, intencionalmente ou convenientemente, não interferiram nos rumos das produções acadêmicas e das configurações curriculares, que findaram por se perpetuar *ad nauseum* nos cursos de História?

A trajetória de outros personagens conhecidos na chave “escola uspia-

26. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 21/04/1939. Cx. 28, n. 2462. “Sobre isso da separação dos programas entre as duas cadeiras, eu concordo inteiramente convosco de o haver proposto pensando no porvir e não no meu caso particular. Se, em 1940, seu governo quiser me substituir por um professor francês também, certamente será mais fácil encontrar um que seja historiador moderno. Assim, será normal e cômodo para você que se especialize em história antiga e, eventualmente, medieval.”

27. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 02/05/1939. Cx. 28, n. 2465.

na de História” também é dada a conhecer nas correspondências de Gagé. Vejamos. Com o desdobramento da cadeira de História da Civilização, na carta seguinte de 2 de maio de 1939, o professor concorda com os nomes dos dois assistentes indicados por Eurípedes: *“Je suis absolument d’accord avec vous pour le choix des deux nouveaux assistants: ce choix est excellent, parer d. Olga, vous savez que j’y avais très sérieusement pensé. Quant a Astrogildo, je le connais un peu, et je sais qu’il a grand mérite.”*²⁸ Antes de partir para o Brasil, em, 7 de maio de 1939, Gagé comunica novamente a Eurípedes que

Il est bien entendu – je crois (...) l’avoir dit dans mon dernière lettre – que j’ approuve entierement vos propositions pour la (...) des nouveaux assistants. Je vous prie de faire savoir a M. Alfredo Ellis que je tiens beaucoup à le nom (...) d’Astrogildo et de d. Olga; je (...) d’écrire la même chose a M. Monbeig, qui me parle d’une autre candidate (França?).²⁹

Não saberemos porque Gagé achou a necessidade de reiterar junto a Eurípedes, o então reitor Alfredo Ellis e a Pierre Monbeig a escolha de seus assistentes. Sobre o episódio, em entrevista para Sônia Maria de Freitas, quando indagado sobre a conversão de aluno a professor, Eduardo d’Oliveira França responde:

Quando o professor Fernand Braudel se afastou, deixou a indicação do meu nome para assistente. Mas o professor que o substituiu preferiu escolher ele próprio seu assistente. Um colega meu que já estava na regência de cátedra – tinha sido assistente – me indicou para seu assistente, deferência para com Braudel. (...). Assistente, realizei o meu doutoramento e depois fui contratado quando este professor se retirou. (...). É mais ou menos essa história. História igual à de vários outros de minha geração; história de ex-alunos que sucedem aos mestres.” In.: FREITAS, 1993, p. 192-193. (grifos nossos)

28. Acervo Eurípedes Simões de Paula (AESP). Carta de Jean Gagé ao titular. Cx. 28, n. 2465. “Eu estou absolutamente de acordo com você sobre a escolha dos dois novos assistentes: essa escolha é excelente, (...) D. Olga, você sabia que eu já havia pensado nisso muito seriamente. Quanto a Astrogildo, eu o conheço um pouco e sei que tem grande mérito.” (usarei somente a sigla AESP para indicar o Acervo de onde foram retiradas as correspondências).

29. AESP. Carta de Jean Gagé ao titular. 07/05/1939. Cx. 28, n. 2468. “Já está entendido – eu acredito já haver afirmado isto na minha última carta – que eu aprovo inteiramente suas propostas para a nomeação dos novos assistentes. Eu te peço que faça saber ao Sr. Alfredo Ellis que tenho grande preferência pela nomeação de Astrogildo e de Olga; acabo de escrever a mesma coisa ao Sr. Monbeig, que me fala de um outro candidato (França?)”

Deduzimos que o “professor que o substituiu” esteja se referindo a Jean Gagé e o “colega meu que já estava na regência de cátedra” seja Eurípedes. O que sabemos, porém, é que da forma como o episódio é lembrado pelo prof. Eduardo França, faz-se necessidade de conferir as datas e as indicações, que não coincidem, já que não há, na correspondência inicial entre Eurípedes e Gagé a indicação de França para assistente. Como visto, é somente após a nomeação de Olga e Astrogildo em 1939 que Gagé toma conhecimento de “um outro candidato”.

Conclusões

Desde a chave interpretativa proposta por Michel de Certeau para pensar o fazer historiográfico que esta operação tem sido dividida em três fases, que apesar de distintas, podem ocorrer simultaneamente: um lugar, um fazer e uma escrita. Estas considerações tornaram-se corriqueiras na escrita da história, incluindo aí o trabalho de reflexão sobre si própria enquanto objeto de investigação. Manoel Salgado Guimarães atenta ainda para um segundo elemento ao qual também seria necessário recorrer para retirar a história de sua dimensão narcísica: sua relação com a memória³⁰.

O que queremos atentar com isso é que historiografia também é lugar de memória. Cânones são construídos e perpetuados seja por meio das disputas de campo, como uma perspectiva macrosociológica pode demonstrar, como através de balanços historiográficos que levam em consideração o lugar, o fazer e a escrita – mas sem passar do nível do texto das obras ou considerando o lugar social como se a sucessão de gerações e seu pertencimento a uma mesma instituição garantisse essa continuidade.

Ao pôr em xeque a naturalidade das explicações de causalidade e se concentrar no nível das interações sociais para compreender essa mesma causalidade, levando ao tratamento de fontes que deem condição para tanto, acreditamos que a história da constituição do campo da História em um determinado momento e das suas práticas de transmissão, ou seja, do ensino de História nas universidades, e da formatação acadêmica da “disciplina” História confere novos elementos para análise dos processos de inovação

30. Diz Manoel Salgado: “O propósito de dessacralização da memória, inscrito num projeto como este formulado por Pierre Nora, ao submetê-lo à crítica, comportaria uma mesma atitude em relação à historiografia, não mais percebida como atividade científica revestida de neutralidade. Mas sobretudo como atividade histórico-social, que põe em relação Memória e História.” (GUIMARÃES, 1998, p. 19)

na produção historiográfica, de ocupação dos espaços de atuação e de sua institucionalização.

Para este artigo, nos deparamos com o desafio de trabalhar com cartas, talvez o veículo mais evidente de relações interpessoais, como fontes. E para deixar o trabalho no mínimo ainda mais interessante, dispomos somente da correspondência passiva de Eurípedes Simões de Paula – ou seja, das cartas recebidas. Mesmo que só nos permitam ler as palavras de Jean Gagé e Branca Caldeira, elas dão a ver a teia de relação pessoais que interferem na construção da disciplina, como os acordos entre Eurípedes e Gagé sobre os horários e o programa da cadeira de História da Civilização e as escolhas pessoais sobre suas carreiras.

Outro caminho para compreender a dimensão da sala de aula na formação inicial desses personagens é a análise dos conteúdos das apostilas, que são compostas de listas cronológicas e resenhas bibliográficas, nos fazendo questionar exatamente em quais aspectos as aulas dos professores franceses, lembradas com tanto carinho pelos seus sucessores como aulas encantadoras, se diferenciavam daquelas ministradas pelos demais professores, para além da língua diferente e da bibliografia estrangeira.³¹ Vemos reforçada nossa crença de que a cultura escolar, como organização de disciplinas e materiais didáticos também precisam ser cotejados como fatores para a perpetuação de tradição, bem como elementos para analisar os julgamentos que os profissionais de História estabelecem sobre a relação entre sua atividade de professor e de pesquisador, na medida em que decidem o que deve ser aproveitado para aula e o que deve consumido para a produção de suas pesquisas: são as mesmas obras? As aulas abrem espaço para o confronto de ideias ou são utilizadas estritamente para a exposição daquelas com as quais concordamos? Elas incorporam os últimos avanços na historiografia, como as pesquisas de seus professores?

Mais do que um trabalho de correção da memória historiográfica sobre a produção acadêmica paulista, já que esta memória é igualmente passível de interesse, o que se propõe é a exploração de mais (e não somente ‘outros’) caminhos para o entendimento dos mecanismos pelos quais a produção acadêmica se desenrola. Os livros de história e as instituições já são natura-

31. Para um aprofundamento da análise das apostilas, conferir o capítulo 4 da tese de doutorado da autora COSTA, Aryana. *De um curso d'água a outra: memória e disciplinarização do conhecimento histórico na formação dos primeiros professores de História na USP*. Tese de Doutorado. PPGHIS/UFRJ, 2018.

lizados enquanto fontes. Que venham os próprios historiadores.

FONTES

Todas as cartas foram consultadas em:

Acervo Eurípedes Simões de Paula (AESP), pasta 19, caixas 27 e 28.

Apostilas:

GAGÉ, Jean. Apostilas do curso “Les Problemes de l’Asie” – Extrême Orient et Pacifique – aux XIXe siècle et jusqu’à nos jours. (1938). São Paulo. FFCL/USP.

PAULA, Eurípedes e BRAUDEL, Fernand. Apostilas da Cadeira de História da Civilização (1935-1937). São Paulo. FFCL/USP.

REFERÊNCIAS

BLANKE, Horst Walter. Para uma nova História da Historiografia. In.: MALERBA, Jurandir. (org.) **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAPELATO, GLÉZER e FERLINI. A Escola Uspiana de História. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 22, p. 349-358, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. São Paulo: Forense, 2007.

COSTA, Aryana. **De um curso d’água a outro: memória e disciplinarização do conhecimento histórico na formação dos primeiros professores de História na USP**. Tese de Doutorado. PPGHIS/UFRJ, 2018.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.

FREIRE, Diego. Memória, História e Identidade: o caso da escola uspiana de História. In.: **ArtCultura**, Uberlândia: v. 21, n. 39, p. 139-153, jul-dez, 2019.

FREITAS, Sônia Maria de. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1992.

GLEZER, Raquel (org.). *Do Passado Para o Futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

GUIMARÃES, Manoel. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina. **Revista Catarinense de História**, n. 5, p. 5-20, 1998.

MALERBA, J. Teoria e História da Historiografia. In.: _____. (org.) **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e Tradição das Lembranças. In.: MALERBA, Jurandir. (org.) **A História Escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Appris, 2012.

A crítica de Varnhagen ao livro *História da Revolução de 1817* de Muniz Tavares: um exame acerca da disputa em torno da formação da memória nacional

Bruno Balbino Aires da Costa

No século XIX, como em outros períodos da história do Brasil, a construção da memória nacional foi alvo de disputa. A Corte engajou-se em instituir o que seria a memória histórica da nação. A criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) em 1838, é uma evidência desse esforço. (GUIMARÃES, 1988; GUIMARÃES, 2011) É importante destacar que o país estava vivenciando um período de instabilidades políticas, decorrente, em grande medida, das tensões políticas vivenciadas entre a Corte e as províncias, implicando diretamente em dificuldades no processo da constituição do estado nacional. (BOEIRA, 2013; COSTA, 2017) Em face do contexto de tensões políticas, tendo como ponto central a iminência da fragmentação do seu território, o recém-Estado brasileiro teve o trabalho de instituir-se como uma unidade espacial e política frente às lutas provinciais que afligiam a nação, tais como: a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e a Revolução Farroupilha etc. Diante da ameaça da iminente de atomização devido às querelas políticas com as províncias, para a elite política e intelectual da Corte, se fazia necessário construir um discurso histórico unificado, centralizado. (COSTA, 2017) Todavia, tal projeto de construção de uma história nacional se esbarrou nos interesses ‘regionais’ das elites políticas e intelectuais instaladas nas províncias mais distantes da Corte, como por exemplo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. (BOEIRA, 2013)

Desde a segunda metade do século XIX, o regionalismo já havia emergido no país, caracterizando-se pelo apego às questões provinciais

ou locais, muitas vezes associadas ao discurso separatista. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.60) Tanto nos discursos políticos quanto na produção historiográfica das províncias havia expressões do regionalismo. Os institutos históricos regionais criados, ainda no Império, como o *Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* (IHGPSP), criado em 1860, o *Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco* (IAGP), fundado em 1862 e o *Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará* (IH-GACE), surgido em 1887, são exemplos de como as elites intelectuais e políticas se interessavam em construir versões acerca dos acontecimentos históricos, tomando como ponto de partida suas províncias, enaltecendo o papel delas na memória nacional. (BOEIRA, 2013, p.32; SCHWARCZ, 1993, p. 121) É claro que certas representações do passado, construídas pelas historiografias dos institutos históricos e dos homens de letras de algumas províncias do Brasil, não correspondiam às interpretações produzidas pelos historiadores ligados à Corte, como Varnhagen, especialmente referentes a determinados acontecimentos da história recente da nação, como, por exemplo, a Revolução de 1817.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é analisar as distintas versões do passado produzidas por alguns historiadores oitocentistas, evidenciando como dadas disputas no campo historiográfico brasileiro contribuíram para formulação da memória história nacional. Não esgotaremos o assunto, é claro. Muito menos, pretendemos fazer um balanço de todos os embates. Nesse sentido, escolhemos examinar apenas a crítica que Varnhagen fez a narrativa sobre a Revolução de 1817 urdida pelo padre Muniz Tavares.

A escolha pelo Visconde Porto Seguro justifica-se por duas razões: a primeira, diz respeito à sua importância para o campo historiográfico brasileiro no oitocentos, sobretudo, no que tange ao papel que o referido historiador teve na formulação de uma dada memória nacional; segundo, por representar, de certa forma, a produção historiográfica da Corte, a qual os homens de letras de Pernambuco se contrapunham, especialmente, no que se refere aos temas considerados pertinentes à história da província.

A História da Revolução de 1817 de Muniz Tavares

O padre Francisco Muniz Tavares nasceu em 1793, em Recife. Participou da *Revolução de 1817* em Pernambuco, sendo preso e deportado

para Bahia. Liberto anos após a revolução, o monsenhor dedicou-se à vida política. Foi deputado e assumiu cargos administrativos na província pernambucana. Além de sacerdote e político, Muniz Tavares atuou também no campo intelectual. Foi um dos fundadores do *Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco* (IAGP), criado em 1862, e autor da obra *História da Revolução de Pernambuco de 1817* publicado, pela primeira vez, em 1840.

A referida obra é um produto do testemunho do monsenhor que participou diretamente do movimento: “Narrarei o que eu vi, e o que pessoas de summa probidade referirão-me; fallo em presença de contemporaneos, estes decidirão.”¹ (TAVARES, 1917, p. 75) Narrar o que viu, fazendo crer que seu relato diz a verdade. A marca de enunciação é evidente: *eu vi*. (HARTOG, 2011, p. 80) Tal como o historiador grego, Tucídides, a *autópsia*, ver com seus próprios olhos, é a condição da verdade do texto do monsenhor. Muniz Tavares esteve lá, seu testemunho é construído com o crivo da verdade, como afirma um dos comentaristas do texto: “O testemunho de um homem honrado, presente aos factos sobre que depõe, contém maior gráude certeza que o de outro que nada viu e se inspirou em tradições vagas e, muitas vezes, sem nexos.” (MACHADO, 1917, p. 12)

O valor de Muniz Tavares como testemunha da história é um elemento bastante considerado pela historiografia pernambucana do final do século XIX e início do XX, especialmente aquela vinculada ao IAGP. A participação de intelectuais da envergadura de Oliveira Lima na revisão e anotações da edição comemorativa ao centenário da revolução, conferiu um caráter de cientificidade ao testemunho de Muniz Tavares, segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães. (2011, p. 119) As comemorações em torno do centenário da *Revolução de 1817*, organizadas pelo próprio Instituto pernambucano, reforçaram o interesse dos historiadores locais, bem como de outros estados, pela obra do monsenhor. Tudo indica que a *História da Revolução de Pernambuco de 1817* se tornou uma leitura obrigatória para quem se propusesse a escrever sobre o referido acontecimento, ao longo do século XIX até o começo do século XX. (BARRA, 2009, p. 2)

Em vinte e um capítulos, o monsenhor pernambucano narra desde as *origens* que levaram à revolução, passando pela descrição factual dos acontecimentos que sucederam ao momento do levante, ao seu desfecho final,

1. Gostaríamos de esclarecer que em todo o artigo mantivemos a grafia original dos textos-fontes com o intuito de preservar a cor local do período em que os documentos foram produzidos.

destacando o destino dos principais envolvidos. Em grande medida, são os dois primeiros capítulos da obra que se concentram toda a semântica da narrativa sobre a *Revolução de 1817*.

Muniz Tavares considerava como origem da revolução a animosidade entre brasileiros e portugueses. De acordo com ele, para os nascidos no Brasil, mais especificamente em Pernambuco e adjacências, o movimento representava a luta pela liberdade, o desejo de autogoverno a ser buscado por meio da separação em relação à monarquia portuguesa e, por conseguinte, a instalação do regime republicano.

Consoante a Muniz Tavares, a experiência emancipatória dos Estados Unidos e, por conseguinte, a escolha do regime republicano, indicava aos brasileiros/pernambucanos a preferência pelo governo adotado pelos americanos: “os Pernambucanos que anhelavam o melhoramento da Pátria, o admittião unanimes.” (1917, p. 75) Muniz Tavares identificava os participantes da *Revolução de 1817*, ora, como brasileiros, ora como pernambucanos. Em todo caso, eles estariam a serviço da *pátria* em defesa de sua soberania e da república. Essa menção aos adjetivos pátrios, às vezes tomados como sinônimos, relaciona-se com a politização das identidades regionais, já presentes nas últimas décadas do século XVIII, e com os discursos em torno da ideia de *Pátria* que parecem ter adquirido um estatuto, com a emergência de uma identidade política, a partir de 1817, em Pernambuco. (BERBEL, 2003, p. 347-348)

De acordo com Márcia Berbel, o uso do termo *Pátria* associada à República e de patriota como referente de uma nova identidade política “parecem ser particularidades pernambucanas nesse início do século XIX.” (2003, p. 347-348) Nesse contexto, os termos, *pátria* e *Pátria*, minúscula e maiúscula, não significariam a mesma coisa e não estariam, necessariamente, associadas à ideia de nação – quase absolutamente ausente no vocabulário político dos discursos da *Revolução de 1817*. (JANCSÓ; PIMENTA, 1999, p. 159) Em linhas gerais, a *Pátria* referia-se à nação, “pois propunha uma imaginação coletiva da soberania” (BERBEL, 2003, p. 355), enquanto, a *pátria* estava associada à dimensão mais regional, ao local de nascimento, a província de origem. (JANCSÓ; PIMENTA, 1999, p. 159) Muniz Tavares é herdeiro dessa nova identidade regional que se desenhava com a *Revolução de 1817*. Nesse sentido, quando o autor afirma que com o movimento de 1817, os pernambucanos se esforçaram em melhorar a *Pátria*, Muniz Tavares estaria indicando que seus compatriotas estavam

defendendo a soberania da nação, entendida como um conjunto de proposições de liberdade contra o despotismo, a partir de sua *pátria* particular. (BERBEL, 2003, p. 351)

Para o padre, as constantes tensões entre portugueses e brasileiros/ pernambucanos eram explicadas, principalmente, pelo constante descontentamento por parte destes últimos no que tange aos elevados impostos a serem pagos pelas províncias do Norte para o sustento da Corte emigrada no Rio de Janeiro. A esta interpretação, reagiu Varnhagen.

A crítica de Varnhagen

No segundo tomo do seu livro *Historia Geral do Brazil*, publicado em 1857, Varnhagen estabeleceu vários contrapontos à obra de Muniz Tavares, citando-o regularmente em seu texto. No capítulo 54, Varnhagen dedicou-se a analisar a questão da *Revolução de 1817*. Logo de início, ele já evidencia sua postura em relação ao movimento: “E’ um assumpto para o nosso animo tão pouco sympathico que se nos fora permittido passar sobre elle um veo, o deixáramos fora do quadro que nos propozemos traçar.” (1857, p. 373) Como podemos observar, Varnhagen não foi nada entusiasta da *Revolução de 1817*, segundo ele, foi forçado a dedicar-lhe algumas linhas. Para o Visconde de Porto Seguro, a mencionada revolução de 1817, a qual chama às vezes de *insurreição*, é dispensável para a glória da história pátria. (1857, p. 375) Aqui, Varnhagen já estabelece o primeiro contraponto à obra de Muniz Tavares. Conforme o monsenhor, *a revolução de Pernambuco de 1817* estaria para sempre presente nos *anaes do Brasil*, isto é, constaria na memória histórica da nação: “tempo virá talvez, em que o dia seis de Março, no qual ella foi effeituada, será para todos os Brasileiros hum dia de festa nacional.” (TAVARES, 1917) Varnhagen faz questão de demonstrar que seu posicionamento é totalmente contrário à *adulação* que os *anaes pernambucanos*, claramente uma alusão à historiografia adstrita ao relato de Muniz Tavares, faziam com a “proeza dessa revolução.”

Para Varnhagen, a missão do historiador não era lisonjear, nem adular a ninguém, mas sempre dizer a verdade a partir da pesquisa junto aos documentos, embora pudesse custar alguns dissabores: “nunca serão elles tão grandes como seriam os do espirito, capitulando covardemente, contra as próprias convicções.” (1857, p. 375) Os documentos, e não o relato de Muniz Tavares, sob os quais se encontrariam os discursos lisonjeadores,

deveriam ser os fundamentos primordiais na exposição verdadeira sobre a revolução de 1817. Varnhagen considera que o documento marcaria, ao lado da imparcialidade, o elemento referencial do historiador em relação ao seu comprometimento com a verdade. Para aprofundar sua afirmação, Varnhagen também dialoga com os antigos, mormente Tucídides, o *pai da história verdadeira* (HARTOG, 2011), citando-o: “antes quero desagradar publicando a verdade, que ser aplaudido faltando a ella”, para demonstrar aos seus leitores que o seu compromisso era com a verdade e com uma postura imparcial, sem paixões, contrário à perspectiva dos *gritadores apaixonados e parciais* que caracterizariam o discurso laudatório da historiografia pernambucana. (1857, p. 375)

A partir dos antigos, como Tucídides, mas também dos modernos, como Humboldt, o historiador, para Varnhagen, deveria esquadriñar os fatos do passado, meditando sobre eles, ajuizando-os com boa crítica, construindo um relato verdadeiro, sem temer as desavenças e os desafetos que seu texto poderia suscitar em leitores contrários. Desta maneira, o historiador estaria comprometido com a exposição dos acontecimentos e, por conseguinte, com a verdade. Nesse sentido, a suposta paixão dos aduladores, presente nos anais pernambucanos, comprometeria a integridade do relato sobre a revolução de 1817, uma vez que o texto estaria eivado de sentenças parciais, suscetíveis aos erros de interpretação estritamente subjetivista. Em suma, ao historiador comprometido com a verdade dos fatos deveria submeter a paixão dos aduladores ao crivo do seu julgamento.

Alçado como um historiador distante das paixões e do discurso laudatório, Varnhagen destina ao leitor o papel de decidir se realmente havia motivos para uma revolução contra D. João IV. Em outras palavras, o Visconde de Porto Seguro levanta a seguinte questão: diante de um quadro de prosperidade da nação e do novo status que o Brasil obtivera ao sediar a Corte portuguesa em seu território, tornando-se “o centro e a cabeça de um grande império”, haveria razões para que uma revolução, proclamada em República absolutamente independente à sujeição monárquica instalada no Rio de Janeiro, pudesse emergir em Pernambuco em 1817? A construção da sua questão já sugere ao leitor uma interpretação do acontecimento. Varnhagen não é tão imparcial quanto quer fazer crer. Para ele, a revolução de 1817 deveria ser lida como uma oposição ao *benéfico* D. João VI e contra a integridade do novo reino nos trópicos. (1857, p. 375) Em parte, essa interpretação de Varnhagen se contrapõe à leitura de Muniz Tavares acerca

das motivações que levaram à eclosão da revolução de 1817. Afirmamos *em parte*, em razão de que, pelo menos, ambos concordavam que o movimento foi contrário à monarquia portuguesa, representada por D. João VI. Por outro lado, o texto de Muniz Tavares afirmava que a administração do príncipe português teria sido desastrosa para o Brasil, argumento refutado por Varnhagen, posto a dilapidação de suas finanças devido aos pesados tributos impostos às suas províncias.(TAVARES, 1917, p. 126) Além disso, o monsenhor pernambucano asseverava que a revolução de 1817, tinha o respeito e a admiração até dos seus algozes, e que defendia a honra do Brasil e do seu território, “a despeito das reiteradas ordens do tímido *Bragança*.” (TAVARES, 1917, p. 126)

Indo na contramão de Muniz Tavares, Varnhagen interpretava a revolução de 1817 como um movimento de desonra, não é por acaso que a intitula como *insurreição*, por ser uma revolta provinciana e não brasileira, destituída de qualquer valor patriótico, isto é, sem fundamento algum. (1857, p. 374) É por essa razão que, para ele, a revolução de 1817 não poderia atrair a atenção dos patrícios e nem necessitaria constar na galeria das glórias pátrias, justamente por estar associada ao provincialismo, isto é, aos interesses restritos de uma dada província, e não ao patriotismo, “sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre com a sua glória.” (1857, p. 492) Varnhagen era contrário a qualquer experiência histórica que representasse um caráter dissolvente *nas e das* províncias. Desse modo, o *provincialismo* era lido como uma expressão da desintegração do império/separatismo e da republicanização das províncias que colocariam os seus interesses locais em detrimento do bem comum da nação. Essa percepção diz respeito à própria concepção política do historiador. Varnhagen era monarquista conservador, defensor de um estado forte, unitário, centralizador, antiprovincial, o que explica a sua crítica contumaz a qualquer manifestação do *provincialismo* e do republicanismo. (WEHLING, 1999, p. 100) Assim, Varnhagen compreendia que a revolução de 1817 seria uma expressão do *provincialismo* que culminaria, caso não tivesse ocorrido a intervenção da *Providência*, na dissolução da integridade territorial da nação e do estado nacional centralizado. (1857, p. 492) Recorrente na obra de Varnhagen, o *providencialismo* intervinha, sobretudo, quando estavam em questão os valores e princípios caros a ele, como a defesa do que considera os interesses nacionais, como a integridade territorial. (WEHLING, 1999,

p.80) De acordo com Temístocles Cezar, a presença da *Providência* no texto de Varnhagen refletia, ao mesmo tempo, sua crença pessoal e sua forma de interpretação da própria história. (CEZAR, 2002, p. 564) Nesse sentido, a *Providência*, alçada à condição de recurso explicativo, teria impedido que a nação fosse transformada em Repúblicas como nas ex-colônias da América Espanhola e, conseqüentemente, sofresse o processo de balcanização. Em suma, Varnhagen se contrapunha a interpretação de Muniz Tavares de que a revolução de 1817 defendia o território nacional.

Fica claro na obra do mosenhor o interesse em colocar a *Revolução Pernambucana de 1817* como um movimento que expressou os anseios nacionais: “com a revolução indicada conquistou imprescriptível direito á veneração dos amigos sinceros da liberdade.” (1917, p. 2) Muniz Tavares compreendia que era do interesse comum, inclusive de outras províncias, a manifestação contrária à dominação política e econômica da *Corte mendicante*. O anseio geral das províncias era a liberdade, isto é, a emancipação em relação à monarquia portuguesa. Dessa maneira, diferentemente de Varnhagen, a revolução de 1817 não poderia ser lida como uma figuração do *provincialismo*, apesar do mosenhor afirmar a primazia de Pernambuco nesse movimento:

Estes não poderão esquecer jamais que foi essa provincia, quem primeiro deo o signal ao Brasil de ter chegado o momento tanto suspirado de entrar no gozo dos bens immensos, que a cobiça portugueza por espaço de tres-seculos extorquia; foi ella, quem apresentou-lhe a grande Carta de emancipação civil, e politica, e mostrou com o exemplo a maneira de possuil-a. Desgraçadamente não foi seguida, succumbio; mas não pereceo o germe plantado, e regado com o sangue dos seus martyres: tem tempo opportuno frutificou e não deixará de crescer com vigor. (1917, p. 2)

Na interpretação de Muniz Tavares, a província de Pernambuco teria evidenciado para o restante do Brasil a cobiça da monarquia portuguesa, a extorsão, desde o início da colonização. A partir da revolução de 1817, Pernambuco teria concretizado, apesar do seu malogro, o anseio geral das províncias pela liberdade, isto é, a carta de emancipação em relação à metrópole portuguesa. Nesse sentido, na percepção de Muniz Tavares, a revolução de 1817 não poderia ser considerada apenas como um movimento voltado para os interesses locais, como considerou, mais tarde, Varnhagen. Para o mosenhor, sua origem esteve atrelada à demanda da província per-

nambucana frente à Corte, qual seja, a questão da cobrança dos pesados impostos que ameaçaria o progresso local, não se encerrando em Pernambuco, pelo contrário, radiou-se para outras vilas e províncias, tornando-se não só dos pernambucanos, mas dos brasileiros. Muniz Tavares construiria, dessa forma, os alicerces para as interpretações posteriores, sobretudo, da historiografia pernambucana oitocentista, que reproduziriam a ideia do pioneirismo de Pernambuco e da revolução de 1817 em certa memória da emancipação nacional.

Apesar das diferenças entre as interpretações de Varnhagen e de Muniz Tavares, ambos convergiam para um ponto comum: a revolução de 1817 teve sua origem na rivalidade entre brasileiros/pernambucanos e europeus/portugueses. Para Varnhagen, as animosidades entre brasileiros e europeus eram antigas, poderiam ser datadas desde a *Guerra dos Mascates*, no século XVIII. (1857, p. 376) Se Muniz Tavares interpretou o conflito a partir de uma tensão de nacionalidades, surgida devido ao orgulho e aos privilégios que os portugueses teriam frente aos brasileiros, inflamada com cobrança exagerada de impostos para sustentar a Coroa no Rio de Janeiro, Varnhagen concebia que a animosidade entre eles teria sido decorrente de disputas em torno de postos militares: “Assim da insubordinação provocada resultará o motim do quartel, que animara o tumulto popular: e triunfante este, a revolução estava consummada, e era necessário dar-lhe bandeira e rumo.” (1857, p. 379) Para Muniz Tavares, a rivalidade entre oficiais brasileiros e portugueses na questão em torno das guarnições militares foi apenas o desfecho, o dispositivo, de uma realidade que já tinha sido desenhada em tempos anteriores. Desse modo, para o monsenhor, o motim no quartel não explicaria a causa que levou os brasileiros à revolução de 1817. *A origem da revolução* deveria ser buscada no plano mais geral, tanto no cenário econômico, moral e político, e é por isso que Muniz Tavares buscou, no primeiro capítulo do seu livro, descrever o cenário da província de Pernambuco no ano de 1817. Dessa forma, o monsenhor construiu a leitura de que, antes mesmo da revolução, os pernambucanos já estariam comprometidos com a causa da liberdade, a luta contra a monarquia e, por conseguinte, a independência do Brasil como um todo. Nesse sentido, os pernambucanos premeditaram o acontecimento, pois teriam sido influenciados pelos valores democráticos e republicanos. (1917, p. 11) Varnhagen discordava da interpretação do monsenhor.

Para o Visconde de Porto Seguro, não existia pensamento premeditado

na revolução de 1817, tendo em vista que, no início do movimento, se comprovava o fato de que os revoltosos não teriam se prevenido com armas e nem munições. (1857, p. 374) Varnhagen considerava que existiam alguns elementos que teriam fomentado a eclosão da revolução, como a rivalidade entre pernambucanos e europeus, as opiniões ultra-liberais e enciclopedistas de alguns brasileiros, a denúncia dos abusos e roubos cometidos pelo Rio de Janeiro etc., mas não havia uma premeditação da revolução, como acreditava Muniz Tavares. A tese de Varnhagen da não premeditação do movimento de 1817, intentava esvaziar o sentido revolucionário e apoteótico construído pelo monsenhor pernambucano.

Até os anos 50 do século XIX, as versões da revolução de 17 foram polarizadas, principalmente por Muniz Tavares e Varnhagen. Os textos dos dois historiadores sedimentaram o debate realizado por outros homens de letras do oitocentos. Em linhas gerais, as distintas versões sobre o movimento de 1817, construídas pelo padre e pelo Visconde, produziram uma dicotomia semântica sobre o mencionado acontecimento. A intitulada Revolução de 17 poderia ser interpretada, por um lado, pela chave hermenêutica da defesa dos valores republicanos e, portanto, da luta nacional encabeçada pelos pernambucanos ilustrados em prol à soberania brasileira frente aos interesses da Corte portuguesa, por outro, a leitura de que o movimento teria sido apenas um motim de caráter regionalista e de espírito antinacional. Essas duas chaves interpretativas evidenciam não apenas diferenças na produção semântica instituída pela historiografia brasileira oitocentista. Elas apontam para as zonas de conflito no campo das disputas em torno do projeto identitário da nação. Em outras palavras, o que estava em jogo no debate historiográfico acerca da Revolução de 1817 era a construção da memória histórica da nação e como esta deveria ser lida pelos seus patrícios. Isso explica todo o esforço de Varnhagen em deslegitimar a versão produzida por Muniz Tavares.

Epílogo

Não há algo que podemos chamar de uma versão definida do que seria a memória nacional. No Brasil do século XIX, vários homens de letras dedicaram-se a construção da chamada *verdade histórica* acerca de dados acontecimentos da história do país. Isso demonstra que distintos projetos identitários, levados à cabo por historiadores ligados à Corte, como Var-

nhagen, e pelas elites políticas intelectuais das províncias, disputaram determinados passados da nação. É o caso da Revolução de 1817. O esforço de Varnhagen de colocar sob suspeição a versão construída por Muniz Tavares, produzindo uma leitura acerca do referido movimento que atendesse aos interesses políticos do Império – preocupado em coibir qualquer manifestação de caráter separatista e republicano – é uma evidência desse cenário de disputa. Todavia, não se pleiteava apenas as versões dos acontecimentos históricos considerados controversos.

Disputar a memória histórica da nação, construindo narrativas sobre o passado, eis um dos principais papéis políticos dos homens de letras do Brasil do século XIX, como Varnhagen.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A historiografia da Revolução Pernambucana de 1817: uma perspectiva comparada. In: **3º Seminário Nacional de História da Historiografia**, 2009, Ouro Preto. Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia - Aprender com a História?, 2009

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité**. Le cas Varnhagen. École des Hautes Études em Sciences Sociales. Paris, 2002.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A Casa da memória norte-rio-grandense”: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional**. 587f. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos:

o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (organizador). **Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação**: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1999.

MACHADO, Maximiano Lopes. Proêmio. In: TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

_____. **História Geral do Brazil**. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857

_____. Biographia dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Naturalidade de Dom AntonioFilippe Camarão. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo XXX, 1867 (Parte Primeira).

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3. ed. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

A História no balanço: o presente e o futuro do passado

Diego José Fernandes Freire

O presente ensaio discorre a respeito de uma experiência do tempo presente tal qual vivenciada por alguns historiadores e historiadoras do Brasil durante a década de 1970. Seu objetivo é cartografar tal vivência, flagrar e discutir a maneira como profissionais de Clio se comportaram diante de um momento tenso e traumático, como foi o período em que o país submergiu em uma longa noite autoritária e ditatorial, iniciada em 1964, com o Golpe Civil-Militar. Com isso, ilumina-se o *métier* da história em um contexto de convulsão social e política, selecionando-se um tempo e um espaço específicos, fornecendo um possível espelho para os dias atuais, igualmente marcado pelo signo do colapso, da tensão e do conflito. Por quantas crises a história e os historiadores e historiadoras já passaram? Como estas foram enfrentadas e vivenciadas? Que experiência do tempo momentos de crise engendram na classe intelectual de Clio? Tais foram as questões estruturadoras do texto que se segue.

A visão que afinal professamos não é nada otimista. Mas não é bem do otimismo que vive o homem, mas da esperança.

Luiz Costa Lima, 1978.

Nas décadas iniciais da segunda metade do século passado, dois historiadores escrutinaram a historiografia brasileira a partir de uma visão comum a respeito do saber histórico na época em que viviam. A despeito da diferença de dez anos entre as produções de Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos, ambos leram o seu presente sob o

signo da renovação dos estudos históricos. 1950, 1960: como que díscos temporais encarados como momentos de crescimento da história no Brasil. Para um, escrevendo em 1951, “o campo da investigação histórica se vai alargando” (MELO, 1951); na mesma direção, dez anos depois, o outro assinalava que a historiografia brasileira alcançava uma “maturidade” (CAMPOS, 1951). Diante de um quadro historiográfico de evolução, exemplificado na existência de uma revista especializada, na produção de artigos e teses e nos cursos de graduação espalhados pelo país, a necessidade de um balanço histórico se fazia premente. E assim, sob o impulso de um presente a ser compreendido, os dois *historiadores-juristas*¹ partiram para uma história da historiografia brasileira.

O exercício intelectual de temporalizar a historiografia brasileira feito por ambos compartilhou a experiência do tempo presente como evolução, típica da modernidade oitocentista² da *belle époque*. A história no Brasil, enquanto conhecimento produzido e mobilizado por diferentes intelectuais, viveria uma atualidade de expansão, de maturação da área de saber em balanço. O momento seria não só de mudança, de transformação, mas sobretudo de progresso. Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr, que vivenciaram os anos 1930, o início do curso de História na Universidade de São Paulo (USP), qualificavam agora as décadas seguintes como positivas. O presente saltava sobre o passado, elevando-o qualitativamente. Um esboço da historiografia brasileira pelo tempo da nação não deixaria de comprovar essa experiência exitosa linear e evolutiva. Contudo, na década seguinte aos anos 1960, essa compreensão do presente cederia lugar a uma outra percepção, completamente diferente.

Durante o decênio setentista, inúmeros historiadores e historiadoras trataram sua atualidade sob o signo da crise. Tal percepção do presente já foi mobilizada, inclusive, no princípio daquela década, quando inúmeros intelectuais universitários se reuniram no I Seminário de Estudos Brasilei-

1. Os referidos historiadores, além da formação em história, também se bacharelaram em Ciências Jurídicas, tal qual vários colegas da primeira metade do século XX. Mais informações: RODRIGUES, Lidianne Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **História da Historiografia**, n. 11, p. 85-103, 2013.

2. Sobre a experiência do tempo oitocentista a partir da historiografia, em especial de Fustel de Coulanges, ver: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003. Um exemplo brasileiro eloquente pode ser encontrado em: CEZAR, Temístocles. Movimentos em Varnhagen. In: _____. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ros (SEB), realizado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, em 1971. Dentro deste evento, houve um grupo de trabalho voltado para uma discussão a respeito da situação dos estudos históricos no Brasil, coordenado por Sergio Buarque de Holanda, Alice Piffer Canabrava e Nícia Vilela Luz. Entre os analistas participantes estava José Eduardo Marques Mauro, historiador formado na USP³, o qual apresentou a comunicação *A pesquisa histórica no Brasil*, em que procurou dar conta da situação da área, em termos de “constatar as falhas e lacunas observadas e em seguida apresentar sugestões para a sua melhoria” (MAURO, 1972). A partir daqui um presente tenebroso foi se desenhando na experiência do tempo do historiador⁴.

Logo de saída, como pressuposto, o historiador universitário apontou a existência de falhas e lacunas na pesquisa histórica praticada no Brasil de sua época. Seu retrato do estado geral e atual da arte então continuou:

A pesquisa histórica no Brasil se opera em condições bastante precárias e é mesmo sabido e repisado que ela continua a se constituir, as vezes, num misto de aventura com felizes coincidências ou desencontros desagradáveis que podem levar, as vezes, a grande decepções. [...] A nossa atenção voltou-se mais para a enumeração de certas deficiências básicas em setores fundamentais da pesquisa e que atuam como verdadeiros *pontos de estrangulamento* dos esforços dos pesquisadores, comprometendo, por vezes, a obra dos historiadores (MAURO, 1972, p. 9-10).

A metáfora do *estrangulamento*, apesar de forte, é significativa: os caminhos da historiografia estariam estreitados, de modo que os profissionais de Clio que enveredam por essa trilha corriam o risco de terem suas pesquisas sufocadas, antes mesmo de gerarem seus produtos, em uma espécie de aborto historiográfico espontâneo.

Não obstante, quais seriam esses *pontos de estrangulamento*, responsáveis por asfixiar a historiografia brasileira? José Eduardo continuou seu diagnóstico:

3. Suas informações acadêmicas podem ser consultadas em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727431T5> acessado em 03/08/2018.

4. Experiência é pensada aqui a partir das contribuições de Yi-Fu Tuan, para o qual “é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização do mundo”. Ver: TUAN, Yi Fu. *Perspectiva experiencial*. In: ____ **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 2005.

É o caso, de um lado, das *insuficiências das bibliotecas* (com deficiência de catalogação, acervos incompletos, bibliografia desatualizada, coleções de periódicos incompletos, inexistência de periódicos recentes) e, de outro, *a situação dos arquivos* (com deficiência e falta de catalogação de documento; as instalações precárias, comprometendo as vezes a própria conservação dos documentos; a falta de pessoal especializado; a insuficiência de publicação de catálogos; a ausência de equipamento moderno para a reprodução e manutenção de material etc.) (MAURO, 1972, p. 10).

O avaliador acima elencou dificuldades que – todas elas – dizem respeito à pesquisa histórica, ao trabalho do pesquisador em história, daquele e daquela que necessita ir aos arquivos e às bibliotecas, lendo documentos, livros e revistas, tomando notas e escrevendo textos historiográficos. É a historiografia em sua face de investigação científica que o preocupava. É esta que estaria em perigo, com sua existência estreitada em razão de condições materiais que abafavam seu livre pulsar e, portanto, seu pleno desenvolvimento.

O texto de José Eduardo representou a atuação de um especialista, de alguém que, formado na lida do arquivo, no escarafunchar papéis antigos e decifrar documentos alheios, conhece a realidade sobre a qual discorre. No momento em que escrevia o texto ora em apreço, estava com o doutorado na USP em andamento, sob a orientação de José Sebastião Witter, a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX. Entre 1967-1968, realizou um curso de especialização de 380 horas que foi finalizado com um trabalho a respeito da repercussão da Crise de 1929 na imprensa paulista, a partir da orientação de Sergio Buarque de Holanda. Em 1973, dois anos após o I SEB, concluiria seu doutorado, com uma tese escrita em 2 volumes.

Em termos de experiência do tempo presente, a ideia de *estrangulamento* suscita um contraponto importante com a percepção de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr. É como se destes para José Eduardo a historiografia brasileira tivesse tido seu movimento de livre expansão abreviado, sofregamente. O momento agora não era mais de progressivo alargamento do conhecimento histórico nacional, como era de temeroso encurtamento. Possibilidades, outrora abertas e sinalizadoras de desenvolvimento, agora se fechavam, encurtando e emparedando a historiografia brasileira. Como fazer história em um cenário estrangulador das potencialidades de desen-

volvimento disciplinar? Tal foi a questão que Carlos Guilherme Mota (se) colocou no dia 16 de dezembro de 1974, ao discursar perante uma turma de concluintes do curso de história da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Seu discurso, intitulado *O historiador brasileiro e o processo histórico*, tomou o mesmo pressuposto de José Eduardo a respeito da contemporaneidade, porém de forma ampla, o que gerou alguns constrangimentos, pois

Como dizer-lhes que estão ingressando numa comunidade ainda traumatizada pelo processo histórico da última década? Nós que estudamos o processo histórico, quase fomos por ele engolidos. [...] Como dizer a vocês que o 'ofício do historiador', de que falava Marc Bloch, é ameno e a travessia calma, quando, na verdade temos, aqui e agora, tantos problemas a superar?! (MOTA, 2011, p. 215-217).

Guilherme Mota negou-se a oferecer um discurso esperançoso aos recém-formados do curso de História da UFMG. A entrada na confraria dos historiadores e historiadoras deveria se dar sob o signo da lucidez, ante a um presente que precisava ser encarado – e enfrentado – realisticamente. A atualidade não comportava otimismo, acreditava o historiador da USP. O realismo, ainda que pessimista, era o tributo a ser pago para o entendimento adequado da atualidade.

Aprofundando a percepção temporal, o palestrante tratou seu presente de forma historicizada, razão pela qual o colocou em termos de *processo histórico*. Diferentemente de seu colega de instituição, o historiador da USP não se restringiu ao presente de sua disciplina, fornecendo uma impressão mais ampla e geral. Para ele, o seu hoje vinha de um ontem: 1974, 1964. Escrito e verbalizado quando o Golpe Civil-Militar completara já dez anos, *O historiador brasileiro e o processo histórico* deu densidade temporal à sua época vivida, situando-a historicamente, o que mostra o quanto o presente, percebido de forma negativa, impactava a comunidade historiográfica nacional dos anos 1970. A relação entre a Ditadura inaugurada em 1964 e uma experiência traumática do presente marcou toda a palestra, dando-lhe um tom trágico:

Como dizer que as coisas vão bem na seara historiográfica, quando podemos verificar, com um simples golpe de vista, que no processo cultural brasileiro a universidade viu serem alijados de seus quadros figuras eminentes

como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Paula Beiguelman, Maria José Garcia Werebe, Bento Prado Júnior (hoje com trinta e poucos anos de idade), ou uma historiadora e professora do porte de Emília Viotti da Costa? Ouço dizer que há, ainda hoje, elementos responsáveis no Brasil, ocupando posições de mando, mas que parecem, creio, desatentos para esse aspecto grave, para esta página negra da história da cultura no Brasil. (MOTA, 2011, p. 215)

Após o discurso, revelando de forma ainda mais cruel o vínculo com o regime ditatorial, um funcionário do serviço de segurança interpelou o orador, confiscando ao final o texto de sua palestra, sob a acusação de estar incitando a rebeldia juvenil contra a ordem instituída⁵. Mais uma vez, o presente se colocava, traumático e autoritariamente.

Em um texto produzido em 1974, o qual forneceu a base de sua tese de livre-docência, Guilherme Mota não deixou de experienciar uma certa vivência de seu tempo. O historiador paulista, tratando a historiografia nacional no âmbito de uma história contemporânea da cultura brasileira, caracterizou sua época em termos de um processo histórico de “compressão”, isto é, a realidade dos seus coetâneos estaria comprimida, apertada, espremida por uma grave crise econômica, de um lado, e uma censura autoritária e persecutória político-social, de outra. A atualidade setentista no Brasil seria de “impasse e de fechamento”, de modo que “a descompressão torna-se, pois, tarefa a ser executada com urgência” (MOTA, 2011, p. 73). A realidade assim percebida tornava-a quase insuportável, demandando um exercício intelectual de abertura do tempo, em nome da sobrevivência. Como viver em tempos de fechamento político e social? Tal era a aporia que agonizava o autor de *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos*.

Cumprir destacar que essa experiência do tempo presente não se encontra apenas nos historiadores ligados à USP. Vários autores que refletiram a respeito da historiografia brasileira deixaram registros de uma percepção contemporânea afim a de José Eduardo e Guilherme Mota. Tal é o caso, por exemplo, de José Roberto do Amaral Lapa. Para este historiador, na conjuntura dos anos 1970, a história na sociedade brasileira estaria em crise,

5. Informação presente no próprio texto de Guilherme Mota. Rodrigo Patto, em seu estudo sobre as universidades brasileiras durante o Regime Militar, assinalou que casos como o relatado acima foram bastante comuns. Ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 217.

vivendo um de seus piores momentos. Para o autor de *A história em questão*,

História e historiografia do Brasil sentiram ampliar-se uma crise que as vinha solapando. [...] Ai não se trata tanto de verificar se o povo brasileiro vai bem ou mal. Não é essencialmente um problema de conteúdo, embora acabe por envolver o objeto da História. A crise se desdobra e é envolvente. Há crise ideológica, crise de mercado profissional, crise de mercado editorial e de leitores, crise do ensino e das obras. (LAPA, 1976, p. 13)

Repetida várias vezes, a palavra *crise* dá o tom na experiência do tempo presente de Amaral Lapa, tal qual este o percebe no momento em que escrevia a respeito da historiografia brasileira contemporânea, no ano de 1976. A despeito do crescimento material da área, percebido e analisado pelo próprio historiador da Unicamp em seu livro, sua área disciplinar foi tratada com aflição, diante de um tempo que aparentava colapsar toda a sociedade brasileira.

Diante dessa experiência traumática do vivido, Francisco Iglésias, cinco anos antes de seu par profissional, afirmava que era “dramática a situação dos estudos de História no Brasil”, chegando mesmo a intuir a possibilidade de um desaparecimento disciplinar da história nos anos imediatos. Com um pessimismo semelhante, Cecília Maria Westephalen, em 1971, no mesmo evento que contou com a participação de José Eduardo, acusava a historiografia brasileira de viver um “processo de esclerosamento” (IEB, 1972, p. 40) contínuo. Estrangulamento, compressão, crise, drama e esclerosamento: sinais de uma experiência do tempo que aparenta ter marcado a vivência de historiadores e historiadoras dos anos 1970, no que toca à percepção do presente, temporalidade que era intuída de forma nauseática, sob um profundo mal-estar, bem distante do otimismo de Astrogildo Rodrigues e Pedro Moacyr nas décadas anteriores.

Os vultosos índices de crescimento econômico que o Brasil alcançava no início da década de 1970, a proliferação de obras faraônicas como a ponte Rio-Niterói e a propaganda ufanista do governo militar aparentam não ter contagiado os intelectuais em apreço, em direção a um otimismo histórico que marcou a Ditadura Militar de 1964 (FICO, 1997). Antes, o sentimento de tal grupo esteve mais próximo do desencantamento do que de uma euforia alegre em relação ao presente. Na experiência do tempo vigente dos historiadores e historiadoras universitários, a involução, o congelamento das potencialidades criativas, em uma palavra, a crise, atuou mais

forte, estruturalmente. Tal percepção soturna do hoje também foi expressa por outros intelectuais da sociedade brasileira da época.

No começo dos anos 1970, a revista carioca *Visão* mobilizou-se para oferecer ao seu público uma avaliação da cultura brasileira em vigor, passado mais de meia década do regime ditatorial. Qual teria sido o efeito de seis anos de governo discricionário na vida espiritual nacional? Eis a pergunta-enquete, entregue a vários jornalistas, escritores, professores, artistas, etc. da época, que motivou o inquérito do periódico. A resposta foi praticamente unânime: “vazio cultural”, “cessão criadora”, “apocalipse espiritual”, “emperramento artístico” e “deserto intelectual” foram algumas das várias expressões usadas para caracterizar o momento vivido pela cultura brasileira no prelúdio da oitava década do século passado⁶. Zuenir Ventura encarnou uma voz que pode sintetizar boa parte das avaliações:

O quadro atual oferece uma perspectiva sombria: a quantidade suplantando a qualidade, o desaparecimento da temática polêmica e da controvérsia na cultura, a evasão dos nossos melhores cérebros, o êxodo de artistas, o expurgo nas universidades, a queda na venda de jornais, livros e revistas, a mediocrização da televisão, a emergência de falsos valores estéticos, a hegemonia de uma cultura de massa buscando apenas o consumo fácil. (VENTURA, 2000, p. 41)

O sentimento do observador da cultura brasileira era de que os anos 1960 tinham ficado para trás, definitivamente. A efervescência criativa que fez Brasília ganhar forma e estrutura, a ousadia crítica que esteve na base do Cinema Novo e a serenidade clássica da Bossa Nova estavam agora mais do que nunca no passado, como que congelados, inertes em um presente que abafava todo e qualquer avanço cultural.

“Houve um tempo em que o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente”: frase do crítico literário Roberto Schwarz, para se referir ao final dos anos 1950 e início da década de 1960, passou a ser bastante usada para particularizar a “asfixia cultural” do decênio setentista⁷. Além de indicar

6. O resultado da enquete pode ser consultado em: GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão a Abertura – 70/80*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

7. A frase do crítico está em: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-69*. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p. 61-92. As diversas referências supracitadas da frase pode ser consultada em: NOVAIS, Aduato. *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

uma experiência plúmbea do tempo presente da classe letrada brasileira, Zuenir Ventura serve também para mostrar as semelhanças dessa percepção temporal com aquela dos historiadores e historiadoras universitários: “esse balanço deixa no ar uma advertência. Sem germes e sem herança, sem promessas e sem caminhos, sem busca e sem questionamento crítico, sem o fermento da inquietação e sem a livre disposição criadora, o que será da cultura brasileira na década de 1970?” (VENTURA, 2000, p. 41) O mesmo sentimento de dúvida, de paralisia, de emparedamento e o mesmo questionamento marcaram também alguns praticantes de Clio.

Todavia, esse presente percebido caoticamente não dominou soberanamente os supracitados intelectuais. Na ordem do tempo vivido, os historiadores e as historiadoras ligados ao espaço universitário conseguiram realizar furos, em um movimento de abertura temporal, no qual o futuro, alternativamente, teimava em ser evocado. O exemplo de Guilherme Mota, ao assinalar a necessidade de uma “descompressão” do tempo histórico de sua época, já sugere esse anseio de provocar fissuras em uma temporalidade que era vivenciada de maneira sufocante. O mesmo historiador que tratou de um tempo comprimido, assim reivindicou uma utilidade intelectual e prática para o seu esforço de historicizar o conhecimento histórico na sociedade brasileira: “se os estudos históricos ensinam algo valioso, é a pensar no futuro, projetar e nutrir a utopia com dados retirados do passado” (MOTA, 2011, p. 72).

“Nutrir a utopia”, como se ela estivesse disponível, repousada comodamente no horizonte, a espreitar os homens e as mulheres, de quem esperava os mais variados investimentos simbólicos. Moderno, Guilherme Mota esteve atento ao futuro, *crendo em* História, conforme as lúcidas observações de François Hartog: “a História, com H maiúsculo precisamente, foi um grande, senão o grande objeto de crença da época moderna. Ela teve seus crentes, seus devotos e seus mártires” (HARTOG, 2017, p. 28). Crer-se em história quando o futuro de progresso passa a ser o seu *telos*, dando-lhe a direção, cabendo aos homens fazer a história. Segundo Ana Maria de Oliveira Burmester, a historiografia brasileira dos anos 1970 foi dominada pelo mote do “fazer a história”, daí porque a temática da revolução, ocasião típica em que se acredita que a história é feita pelos Homens, colocou-se de forma irresistível para a comunidade historiográfica (BURMESTER, 1992).

Ao relembrar a atmosfera dos anos 1970 mais de trinta anos depois, a necessidade de ter um horizonte alvissareiro foi colocada como uma carac-

terística vital daquele ambiente. Ao lado de um clima histórico limitador e paralisador, Guilherme Mota rememorou que “éramos menos céticos em 1975, porque vislumbrávamos um Brasil desenredado da herança colonial e imperial, distante do legado político, ideológico e mental do império bragantino” (MOTA, 2007, p. 20). Ao contrário dos primeiros anos do segundo milênio, o período de Médici e Geisel ressurgiu na memória do historiador da USP como um momento menos trágico, justamente em razão de um futuro possível, que ainda se descortinava para a intelectualidade brasileira. Fechando a comparação entre tais épocas, constatou-se, melancolicamente:

A grande diferença entre aqueles dias difíceis dos anos 70 e os atuais é que então havia um horizonte nítido pelo qual se lutar. Os sonhos também eram mais límpidos. O horizonte chegou, porém com nuvens pesadas, agravantes, heranças socioculturais malditas, entulhos jurídico-políticos, atavismos e patologias que não imaginávamos: ao lado dos velhos coronéis e suas famílias, figuras imbatíveis dos referidos lumpen-proletariado e lumpen-burguesia subiram junto com a vanguarda sindical que se instalou no Planalto. Triste é que muitos provêm de uma esquerda que imaginávamos heróica. (MOTA, 2007, p. 24)

Da grande expectativa para a amarga decepção: tal parece ser o movimento percorrido pela consciência do autor. Parafraseando – e atualizando – a frase atribuída a Martinho Prado da Silva, um dos construtores da República no Brasil, caberia apontar, a fim de caracterizar a desilusão de Guilherme Mota, que o que este assistia no prelúdio do século XXI não era a (nova) república dos seus sonhos⁸.

Outros historiadores universitários também manifestaram uma atenção considerável com o futuro. O mesmo que alertou a possibilidade de um fim iminente da disciplina histórico no Brasil ditatorial, Francisco Iglésias, não deixou também de, no mesmo texto, assinalar que seu interesse estava muito mais no mundo novo que surgia para a vida do que no velho mundo que se extinguiu⁹. O futuro estava no horizonte, a vista, logo ali: “no próximo século, possivelmente, o homem vai olhar para os anos anteriores à ci-

8. A frase original, expressa em 1891, é: “esta não é a república dos meus sonhos”. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 52.

9. Tal pensamento é uma referência a uma famosa ideia do historiador inglês Geoffrey Barraclough, que apontou que sua “obra se inseria muito mais no mundo novo que surge para a vida do que no velho mundo que se extingue”. Ver: BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966, p. 12.

bernética, às viagens espaciais, como algo tão distante que terá a impressão de que a História começa na segunda metade do século XX” (IGLÉSIAS, 1971, p. 414). O presente temeroso, percebido como ameaça, não foi capaz de impedir uma visada ao porvir, na qual o progresso se colocava novamente. Assim como Guilherme Mota, Francisco Igléias realizou o gesto de abertura do tempo, projetando a história em um futuro imaginado. O gesto comum aos dois historiadores universitários foi a pluralização do atual, entretendo um Amanhã.

Porém, a fenda no presente negativo não soabria apenas o futuro: o passado também se descortinava, em especial o da historiografia brasileira. Nesse sentido, a resenha de Vamireh Chacon, professor universitário na Universidade de Brasília, sobre o texto de Guilherme Mota de 1974, é bastante salutar. A produção, publicada no segundo trimestre de 1976 na *Revista de história* da USP, na sessão denominada “Historiografia”, foi intitulada, significativamente, *Passado e futuro da historiografia brasileira*. Se o presente era o “não dito”, estas outras temporalidades deram o tom do texto. Vamireh Chancon, analisando o trabalho de seu par profissional, percorreu o que entendeu ser o passado dos estudos históricos no país, fazendo várias retificações ao objeto em escrutínio. De maneira geral e sintética, caberia perceber que

Existem duas linhas fundamentais na Historiografia brasileira, o que não deve ser ignorado, enquanto ponto de partida de raciocínio. Uma, vinda de Varnhagen: a dos historiadores áulicos de efemérides, protagonizada pelos heróis brancos. Trata-se da tradição continuada por Hélio Viana, Pedro Calmon e inúmeros sebastianistas monárquicos. A outra: a dos historiadores sociais do Povo brasileiro, remontando a Capistrano de Abreu, tronco donde provem José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota e o autor destas linhas, entre vários mais, todos voltados para uma Historiografia estudando a Realidade olhada desde suas bases coletivas, quase anônimas. Historiografia das maneiras de Ser, Pensar e Fazer da nossa Sociedade, segundo a perspectiva de cada analista. (CHACON, 1976, p. 561)

Embora apresente sua própria história da historiografia brasileira, situando inclusive o trabalho do autor resenhado, o movimento temporal apresentado foi duplo: do passado para o futuro. Daí o título da resenha. O que estava em jogo para Vamireh Chacon era tanto a discussão de um dito passado da historiografia nacional quanto o futuro desta mesma produção

intelectual, a qual também deveria ser objeto de análise, futuramente. As observações críticas feitas ao trabalho de Guilherme Mota cumpririam o papel de despertar novas pesquisas, assegurando assim a perenidade de uma reflexão historiográfica no Brasil. Para o resenhista, os estudos historiográficos de José Honório Rodrigues e Carlos Guilherme Mota necessitavam de continuadores, no presente e no futuro. Sua resenha seria, pois, uma tentativa nesse sentido, bem como uma conclamação à comunidade historiográfica para tal, uma vez que a autocrítica seria uma marca indispensável do saber científico.

Entreabrindo um futuro, a fissura feita em um presente “não dito” andou *pari passu* com uma abertura para o passado. Contra o presente traumático, percebido de forma ameaçadora e crítica, passado e futuro foram antevistos e revistos pelos intelectuais universitários que tomaram a sua historiografia como objeto de investigação. Essa experiência do tempo vigente jogou a temporalidade para os dias idos e para o porvir, como que em pêndulo, a oscilar ora para o passado, ora para o futuro. O *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* da historiografia estavam como que articulados, um dependendo do outro, como é próprio do *regime moderno de historicidade* (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013). Tal experiência do tempo está na base do debate setentista, de modo que nuançou a operação de temporalização da história no Brasil, pavimentando uma grande conversação concernente à produção histórica nacional.

De Maria de Lourdes Monaco Janotti, em 1971, passando por Maria Odila, Guilherme Mota, Nilo Odália, Francisco Iglésias e Amaral Lapa, até chegar em Jayro Gonçalves de Melo, no apagar das luzes da década de 1970, a historicização da historiografia brasileira ocorreu sob o influxo desta dupla abertura temporal. Com horizontes abertos, às custas de um presente sufocante, partiu-se para uma reflexão acerca da historiografia brasileira que poderia não só mudar a contemporaneidade, como também preparar o futuro, antecipando a história. A experiência do tempo, ocorrendo sob o céu da modernidade, em um Brasil marcado por um regime que encapou uma *modernização autoritária* (REIS, 2015), trouxe a marca da aceleração histórica, o que fazia da atualidade um terreno ainda mais instável e precário.

Nesse sentido, as palavras de Maria de Lourdes, em sua tese de doutorado, parecem valer por todo o grupo, traduzindo e sintetizando sensações, inquietações e projetos de quem estava refletindo sobre sua área de conhecimento:

A historiografia brasileira tem sido insuficientemente estudada. A pobreza do número e do conteúdo de obras que se ocupam de tal matéria revela um campo ainda inexplorado, que aguarda investigação metódica. Ela tem sido tratada por dois tipos de obras: as histórias da literatura e os estudos isolados sobre historiadores. Estes tipos de trabalho se caracterizam por uma completa assistematização processual. [...] Deve-se aspirar a uma história da historiografia com problemas historiográficos. (JANOTTI, 1971, p. 10)

A urgência de renovação é latente, como se as obras anteriores, a despeito de serem feitas desde 1949, data do livro *Teoria da história do Brasil* de José Honório Rodrigues, não tivessem tratado adequadamente da matéria. Dessa ausência, surgiriam os vários trabalhos em torno da história da historiografia brasileira. Esta área disciplinar, apesar dos estudos, estaria carente de passado, missão para a qual, a partir de então, se dedicariam vários historiadores e historiadoras. As críticas aos estudos passados e o apelo de renovação historiográfica também foram procedimentos endossados por outro *intelectual universitário* ligado à USP: “os estudos historiográficos são e devem ser feitos por historiadores, levando em conta uma problemática teórica da historiografia” (PAULA, 1981, p. 58). Assim como sua colega de instituição, Fernando Novais manteve o olhar tanto no passado, a fim de revisar os poucos trabalhos já apresentados, quanto no futuro, tendo em vista o fomento a novas reflexões.

A queixa de que os estudos de historiografia não estavam sendo devidamente realizados foi um ponto comum em todos os trabalhos da década de 1970, para além dos historiadores e historiadoras da USP. Muitos trabalhos, inclusive, anunciam sua motivação vindo dessa incompletude e fragilidade. Mais do que preencher lacunas, contudo, pode-se analisar tal reclame como produto de uma abertura de horizontes, proporcionada por uma experiência do tempo presente que, pendularmente, fazia a historiografia brasileira balançar entre o passado e o futuro, entre a revisão e a renovação, a tradição e a modernização. Não à toa, após historiar a historiografia brasileira, mostrando toda sua evolução desde o século XIX, Amaral Lapa assim abriu o último tópico de seu texto, intitulado sugestivamente “perspectivas”:

Quais seriam as perspectivas da historiografia brasileira para os próximos vinte e cinco anos que nos restam deste século? Como será ou como deve

ser estudado o século V da nossa história? Que tipo de história temos que preparar ou como teremos que nos preparar para ela – para o ano 2000 – como se tornou moda projetar em nossos dias? (LAPA, 1976, p. 56)

Após tentar uma imersão no que entendia ser o passado da história, flagrando todo o seu desenvolvimento, o historiador campineiro voltava à superfície, com a cabeça erguida, mas olhando para além do presente, em direção aos anos 2000. Assim como Vamireh Chacon e tantos outros, era o passado e o futuro da historiografia brasileira que o inquietava.

REFERÊNCIAS

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966.

BURMESTER, Maria Oliveira. **A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 1970**. Tese de livre docência apresentada a Universidade Federal do Paraná, 1992.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista de história**, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHACON, Vamireh. Passado e futuro da historiografia brasileira. **Revista de história**, Num. 106, 2 trim., São Paulo, 1976.

FICO, Carlos. **Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GASPARI, Elio; HOLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito: da repressão a Abertura – 70/80**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1961.

HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de história**, Vol. 33, Num. 88, São Paulo, 1971.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **João Francisco Lisboa**: contribuição para o estudo da historiografia brasileira. Tese apresentada a Universidade de São Paulo, 1971.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LIMA, Luiz Costa. **Dispersa Demanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MAURO, J.E.M. A pesquisa histórica no Brasil. In: IEB, **Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB, 1972, 3v.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. **Revista de história**, ano II, Num. 06, 1951.

MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contraideologia e cultura**. Rio de Janeiro: Globo, 2011.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NOVAIS, Adauto. **Anos 70**: ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Ae-

roplano, 2005.

PAULA, João Antônio de (Org.). **Presença de Francisco Iglésias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

TUAN, Yi Fu. Perspectiva experiencial. In: _____. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 2005.

A memória disciplinar da “moderna historiografia brasileira” em disputa: tensões e enfrentamentos políticos (1980-2011)

Wagner Geminiano dos Santos

No livro *Historiografia Brasileira em Debate: olhares, recortes e tendências*, uma coletânea de textos publicado em 2002, a sua organizadora, Eni de Mesquita Samara, procurava fazer um balanço da produção historiográfica brasileira dos anos anteriores, em especial daquela produzida nas décadas de 1980 e 1990, publicada e circulada pela Revista Brasileira de História (RBH). Ela apontava que, ao longo desses anos, cerca de 20% dos trabalhos publicados na RBH eram de cunho historiográfico. (SAMARA, 2002) No entanto, praticamente nenhum dos trabalhos aludidos por Samara tinham uma preocupação clara em discutir ou em pensar o que era, como era praticada ou como poderia ser feita a história da historiografia no país. Além disso, não havia nestes trabalhos uma maior preocupação teórico-metodológica e/ou epistemológica em estabelecer uma crítica historiográfica mais contundente acerca do que se produzia ou produziu no país até aquele momento, seja como balanço, seja como crítica historiográfica propriamente dita. Neste sentido, aquilo que Samara nomeia como trabalhos de “cunho historiográfico” ainda estavam muito distantes do sentido que estas discussões vão ganhar ao longo dos anos seguintes. Jurandir Malerba, ao fazer a avaliação de alguns destes trabalhos, publicados sobretudo no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, aponta para esta indefinição, da seguinte maneira:

Parece patente ainda o caráter extremamente isolado e provinciano de nossa crítica historiográfica, que reluta ousar balanços mais amplos que incluam todos os centros do país. Isso talvez se deva, em boa medida, primeiramente ao

caráter extremamente incipiente dessa prática no Brasil. Enquanto em outros países, como os Estados Unidos, a crítica historiográfica é um ramo consolidado da atividade dos historiadores profissionais, aqui parece que escrever uma resenha ou um ensaio bibliográfico é tido como atividade menor.

Talvez pela própria fragilidade dos estudos historiográficos no Brasil, falta uma discussão conceitual mais consequente em torno do tema. Não é possível cada um entender por historiografia aquilo que bem lhe aprouver. (2002, p.199)

Essa fragilidade e indefinição acerca das discussões em torno da história da história são patentes nas páginas da RBH, malgrado o diagnóstico de Samara. Fazer a história da historiografia brasileira não se constituiu, em nenhum momento, ao longo das décadas de 1980 e 1990, em uma questão central para os autores e historiadores que publicaram nas páginas da Revista Brasileira de História. Isto ocorre, em grande medida, pelo fato de que a RBH e a ANPUH, ao longo desse período, colocaram-se como representantes diretos dos principais centros de produção historiográfica do país, notadamente a USP e a UNICAMP. Constituindo-se, dessa maneira, como principal espaço de circulação e disseminação do saber histórico produzido nesses centros (SANTOS, 2017, p.80-96). Ao adotar esta postura, a RBH se assumia como a própria representação da historiografia brasileira. Seus editores dispuseram a revista como um elemento fundamental na construção da geografia disciplinar da História no país. Isso fazia com que dessem pouquíssimo ou nenhum espaço para reflexões ou discussões que buscassem historicizar a história da história no Brasil. À medida que isso significaria colocar em questão a posição da ANPUH e de sua revista na configuração dessa geografia. Pois, fazer a história da história no Brasil significaria, dentre outras coisas, desenovelar todas as relações sociais, políticas e institucionais que possibilitavam a Associação e a Revista serem o que elas eram no final dos anos 1990. Significava desnudar como a construção da historiografia brasileira pós-institucionalização das e nas pós-graduações, da década de 1970 em diante, ocorreu também mediante procedimentos pouco ortodoxos, científicos e/ou epistemológicos. E este não parecia ser o interesse político e institucional daqueles que editoraram a revista ou estiveram à frente da ANPUH ao longo dessas duas décadas. Nos artigos publicados na RBH não há o interesse de questionar esta construção. Eles são elementos para justificá-la, reforçá-la, legitimá-la. Desse modo, a revista se constituía como mais um espaço institucional, ao lado dos programas de

pós-graduação em História, movido e colocado a serviço da configuração de uma nova geografia disciplinar do e para o saber histórico no Brasil.

Há um traço definidor dessa empreitada, ao menos até o início dos anos 2000, qual seja: o projeto político e institucional que a RBH encampa para definir, ou melhor, para ajudar a construir a imagem da historiografia brasileira é um projeto eminentemente paulista. É a historiografia produzida nas instituições de São Paulo, são os professores e historiadores a elas ligados, são os seus estudantes de graduação e, principalmente, de pós-graduação, liderados por uma gama bem particular de mestres e orientadores que foram os responsáveis por definir, nas páginas da RBH, os caminhos que deveriam ser trilhados por aquilo que eles chamavam de historiografia brasileira ou da “moderna historiografia brasileira”. A historiografia e os historiadores, notadamente àquela e aqueles ligados à USP e à UNICAMP, serão vistos e ditos como nacionais, enquanto outros de outras instituições e espaços do país vão receber a pecha de regionais, de historiadores paroquiais, localistas. A ANPUH e a RBH como instituições marcadas por forte representação paulista ou como expressão da historiografia aí forjada e produzida, podem ser apontadas ainda como um desdobramento político e institucional dos acontecimentos que levaram à criação e à formação da USP em 1934. Ou, ao menos, é a esta tradição de acontecimentos ou a esta origem que quer fazer remeter determinados discursos, posicionamentos e presenças institucionais quando buscam narrar a história da associação e da revista.

No discurso fundador da RBH, Alice Canabrava procurava estabelecer esta continuidade, construir esta origem e remeter a esta suposta tradição, ao afirmar que:

A mensagem dos docentes de História formados pelas Faculdades de Filosofia significou a renovação do pensamento histórico brasileiro tradicional. Famosos mestres franceses foram chamados a colaborar e deram uma contribuição fundamental. Sua influência revigora-se continuamente com o fluxo, não interrompido no presente, de licenciados para as universidades francesas e a atualização sempre viva quanto às novas correntes que enriquecem o pensamento histórico. Metodologicamente tem sido este o crédito maior para o desenvolvimento da moderna historiografia brasileira, e viria a se refletir nos trabalhos da Associação. Qualificando-a como moderna, queremos significar sua distinção com referência a outras correntes do pensamento histórico brasileiro. A História é compreendida no centro das Ciências do Homem e cada uma das

suas qualificações, no universo da História Geral. Destarte, ao desenvolver-se a nossa entidade, tornaram-se claros os vínculos que a ligavam ao movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos *Annales*. (1981, p. 4)

Com esse discurso, Canabrava não só vincula a historiografia produzida pela ANPUH à tradição daqueles que para ela são os pais fundadores da “moderna historiografia brasileira”, que seriam os historiadores franceses que para aqui vieram na década de 1930, nas famosas missões francesas que fundaram a USP em 1934, mas também a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935. Muito embora, no conjunto do discurso fundador de Canabrava, transpareça apenas o destaque às missões francesas em São Paulo, da qual a autora foi um dos primeiros quadros formados juntamente àquele que seria o triunvirato do sistema de cátedras da USP: Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo R. de Mello e Eduardo D’Oliveira França (ROIZ, 2009; 2012; 2013; ROIZ; SANTOS, 2012; ROIZ; FARIAS, 2013). Estes, junto com Canabrava e Olga Pantaleão, comporiam o quadro mais destacado dos historiadores formados pelas primeiras missões francesas em São Paulo, em especial pela presença e orientação de Fernand Braudel e seu sucessor, Jean Gagé; muito embora aquele ainda não fosse o Braudel da 2ª Geração dos *Annales*, e sim apenas um historiador em início de carreira, recrutado para contribuir com a instalação de um “departamento francês de ultramar” que resguardasse e replicasse a influência intelectual francesa nestas plagas. (FERREIRA, 2013; RODRIGUES, 2013)

Além de estabelecer essa relação, Canabrava procura relacionar a “moderna historiografia brasileira”, do ponto de vista teórico e metodológico, ao “movimento intelectual que se expressa, desde 1929, nas páginas dos *Annales*”. E, ao fazer isso, retrospectivamente, em 1981, ano de criação de uma outra Revista, a RBH, ligada à principal associação de historiadores do país, a ANPUH, da qual ela era a presidente naquele momento, configura-se num gesto simbólico de constituição de pertencimentos políticos e institucionais, não só para ela, mas, sobretudo, para a Associação e para a Revista recém-criada. Desta forma, Canabrava dava-lhe, de uma só vez, uma memória histórica e a filiava a uma tradição intelectual e historiográfica que, segundo alguns historiadores como Lynn Hunt, havia provocado uma “revolução” na historiografia mundial ao longo do século XX, ao se assumir como a vanguarda da renovação historiográfica no Ocidente. São a estes mesmos significados e simbolismo que Canabrava remete tanto a

criação da ANPUH quanto a da RBH. A construção desta tradição e das relações institucionais e políticas daí derivadas se farão presentes de forma marcante nas páginas da RBH nos anos seguintes. Algo claramente observável na constituição das redes intelectuais que hegemonizarão as publicações e, portanto, definirão os temas, objetos, abordagens e perspectivas que serão circuladas na revista nas décadas seguintes.

Na construção da hegemonia dessas redes na ANPUH e na RBH, um primeiro movimento que se observa na genealogia das orientações daqueles que publicaram na Revista é a exclusão da influência das missões francesas que se deslocaram para o Rio de Janeiro e que ajudaram a criar a UDF, depois UB e, posteriormente, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Há pouquíssimos historiadores que tenham publicado na Revista que faça parte da tradição ligada às missões que se dirigiram para o Rio de Janeiro; que, como apontou Marieta de Moraes Ferreira, era composta de historiadores franceses muito mais experientes e renomados, a exemplo de Henri Hauser, do que os que seguiram para São Paulo (FERREIRA, 2013). Além disso, o curso de História implantado no Rio de Janeiro contava também com a presença de grandes nomes, já à época, do pensamento social brasileiro; a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda¹ e Gilberto Freyre, num período em que estes já haviam publicado suas principais obras, respectivamente, *Raízes do Brasil* e *Casa Grande & Senzala*.

Contudo, o silenciamento e a marginalização da “tradição” historiográfica produzida no Rio de Janeiro são elementos fundamentais na construção política e institucional da RBH. Voltaremos a este ponto um pouco mais adiante. Antes quero destacar outro movimento: dentro da própria tradição paulista, derivada das missões francesas na USP, os historiadores ligados à ANPUH e à RBH, sobretudo após a morte de Eurípedes Simões de Paula em 1979, farão suas escolhas e construirão suas redes a partir de determinados troncos intelectuais comuns. Neste processo, Eurípedes Simões de Paula, que havia comandado com mãos de ferro a ANPUH desde a sua fundação; que detinha o controle editorial da Revista de História da USP e dos Anais da Associação e que foi o principal nome do sistema de cátedras da USP até a sua morte, vai ser silenciado não só pelo fato de sua morte física, como também por sua morte simbólica e intelectual promovida tanto pela ANPUH, quanto pelas páginas da RBH. A associação e

1. Sérgio Buarque de Holanda só assume a cátedra Civilização Brasileira na USP, em 1958, após a morte de Alfredo Ellis Jr.

a Revista matam duplamente Simões de Paula, à medida que, depois de sua morte, nenhum dos presidentes, membros da diretoria da Associação, editores da Revista e das centenas de historiadores que publicaram na RBH têm qualquer tipo de relação com as redes intelectuais que ele havia construído em vida. Apenas um único orientando de Eurípedes publicará na revista nos anos seguintes. Trata-se do historiador Aldo Janotti, com um artigo publicado no primeiro número da revista². Do mesmo modo, não haverá nenhum editor da revista ou presidente da ANPUH, empossados após sua morte, que se possa estabelecer qualquer relação direta ou indireta com as redes políticas e intelectuais que orbitavam no entorno de Simões de Paula e de sua cátedra.

Este apagamento torna-se mais evidente, se comparado ao que ocorre com os outros dois membros do triunvirato de catedráticos uspianos: Eduardo D'Oliveira França e Astrogildo R. Mello, em especial com o primeiro. Os orientandos destes dois catedráticos e as redes intelectuais que orbitavam seus nomes ou tinham neles seu nascedouro, hegemonizarão a ANPUH e a RBH ao longo das décadas de 1980 e 1990. Dentre os orientandos de Eduardo D'Oliveira França, nomes como os de José Jobson de Arruda, Arnaldo Daraya Contier, Anna Maria Martinez Corrêa, Manuel Nunes Dias³, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota⁴, Fernando Antônio Novais⁵, Sônia A. Siqueira e Arno

2. Cf. JANOTTI, Aldo. Um estado dentro do estado nos inícios da República romana. *In*: RBH. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/aldojanotti.pdf. Isso explica muito o fato de Eurípedes Simões de Paula e sua produção historiográfica serem ilustres desconhecidos entre imensa maioria dos historiadores brasileiros da atualidade, salvo raras exceções de especialistas versados na história da historiografia brasileira do século XX, em especial da historiografia universitária, ou os historiadores que trabalham com História Antiga. Ver, por exemplo, Roiz (2009).

3. Manoel Nunes Dias orientará nomes como Hector Hernán Bruit, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula e José Ribeiro Júnior.

4. Carlos Guilherme Mota é um caso emblemático, uma vez que boa parte de seus orientandos vão migrar da USP para formar o programa de pós-graduação da Unicamp, num movimento claramente articulado e pensado em termos políticos, institucionais e culturais. Foram seus orientandos: Maria Stella Martins Bresciani, Maria Helena Rolim Capelato, Edgar Salvadori de Decca, Ademir Gebara, Adalberto Marson, Izabel Andrade Marson e Maria Lígia Coelho Prado. Com exceção de Capelato e Prado, todos os outros foram professores que migraram da USP para formar o PPGH da UNICAMP.

5. Fernando Novais foi orientador de historiadores como Silvia H. Lara e Laura de Mello e Souza, dois nomes que ganharão destaque na produção historiográfica brasileira dos anos 1980 e 1990 por renovarem campos específicos deste saber no país. A primeira por contribuir para a renovação da historiografia da escravidão, e a segunda por ser uma das introdu-

Wehling, todos eles com suas teses defendidas antes de 1973, até então no chamado sistema antigo, em que estavam vinculados às cadeiras dos catedráticos ou às temáticas mais gerais pesquisadas e ensinadas por estes (MESGRAVIS, 1983), serão nomes recorrentes tanto nas páginas da RBH quanto exercendo influência direta ou indireta nas diretorias da ANPUH.

Os historiadores acima e suas redes intelectuais hegemônizarão aquelas duas instituições ao lado dos orientandos de Astrogildo R. Mello, em especial os ligados à rede intelectual que se organiza em torno de sua orientanda e assistente, Myriam Ellis. Ellis orientará, dentre outros historiadores, Nanci Leonzo, Edgard Carone, Laima Mesgravis e Anita Novinsky. Além das redes intelectuais formadas em torno dos nomes de Astrogildo Mello e Myriam Ellis, catedráticos da “geração de formadores” (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994), há também a formação de outra consistente rede intelectual a partir de 1958, com a entrada de Sérgio Buarque de Holanda na USP. Holanda será o responsável pela orientação de historiadores como Maria Odila Leite Dias⁶, Boris Fausto, Maria Thereza Shörer Petrone⁷, Suely Robles Reis de Queiroz e José Sebastião Witter⁸, por exemplo. A influência e hegemonia dessas redes se estenderá até os anos 1980 e 1990 nas páginas da RBH e na estrutura da Associação, com uma presença marcante dos orientandos de seus orientandos e até mesmo destes publicando na Revista e participando das diretorias da ANPUH.

Essas redes intelectuais não hegemônizaram a ANPUH e a RBH à toa. Elas buscavam expressar no interior das duas instituições o mesmo projeto que as missões francesas buscaram instituir, com a criação e formação da USP em 1934: a compensação, no plano simbólico e cultural, da derrota de São Paulo em 1932. A partir da construção do suposto pioneirismo e hege-

toras da chamada história das mentalidades ou do imaginário no Brasil a partir da sua tese transformada em livro, *O diabo na terra de Santa Cruz*.

6. Maria Odila Leite Dias orientou historiadores que se tornaram nomes emblemáticos da chamada renovação historiográfica brasileira dos anos 1980, a exemplo de Alcir Lenharo e Nicolau Sevcenko.

7. A rede intelectual que se formou em torno de Maria Thereza Shörer Petrone é bastante extensa e comporta historiadores que fizeram escola na construção de redes intelectuais dentro da ANPUH e da RBH, definindo campos e referências como já apontado aqui. São eles: Janaina Passos Amado, Maria Antonieta Martinez Antonacci, Esmeralda Luiz Blanco, Ida Lewkowicz, Eni de Mesquita Samara, Augustin Wernet, Ernesta Zamboni.

8. José Sebastião Witter orientará nomes como: Ismênia de Lima Martins, Victor Vicent Valla, Maria Clementina Pereira da Cunha, Janice Teodoro da Silva, Rosa Maria Godoy Silveira e Ítalo Arnaldo Tronca.

monia paulistas no campo cultural e intelectual frente ao restante do país, buscava-se fazer da historiografia produzida em São Paulo a historiografia do Brasil ou a própria “historiografia brasileira”. Colocando em termos mais claros: esta estratégia tinha o sentido político de conferir centralidade ao estado e as suas instituições historiográficas e, assim, definirem o que é e como deve ser feita, produzida e validada a historiografia brasileira. Assim como, dizer o que *é/era* a História do e no Brasil, narrando-a a partir do ponto de vista das instituições culturais e intelectuais daquele estado. E em nenhum outro espaço, ao menos ao longo das décadas de 1980 e 1990, essa premissa foi tão marcante quanto nas páginas da RBH. Nesta, a historiografia brasileira passa inexoravelmente por São Paulo. São Paulo é seu grande centro catalisador, irradiador e difusor. O estado e suas instituições, notadamente a USP e a UNICAMP, seriam as locomotivas da “moderna historiografia brasileira”.

Para Capelato, Glezer e Ferlini, a “moderna historiografia brasileira” nasceu com a criação da Faculdade de Filosofia na USP. Este é o mesmo discurso encampado por Alice Canabrava no texto de fundação da RBH em 1981; e reverberado por Laima Mesgravis em 1983, em texto publicado também na RBH, sobre a pós-graduação da USP (CANABRAVA, 1981; MESGRAVIS, 1983; CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994). Estes discursos buscam legitimar a centralidade das redes intelectuais que orbitam nomes como o de Eduardo D’Oliveira França. Historiador que, muitas vezes, será alçado à condição de principal continuador do legado de Braudel, dos *Annales* e da renovação provocada por estes, dentro da historiografia uspiana e, portanto, brasileira. Estes discursos naturalizam também a centralidade que a rede intelectual que se forja a partir do nome de França vai ter na ANPUH e na RBH. À medida que não se questiona, em nenhum momento, o fato de que mais da metade daqueles que publicaram na revista, daqueles que participaram de editorias da RBH ou das diretorias da ANPUH tenham relações diretas ou indiretas com a rede intelectual que orbita em torno do nome Eduardo D’Oliveira França. As redes que giram em torno de Sérgio Buarque de Holanda e Astrogildo Melo são responsáveis por quase todos os demais autores que aí publicaram, ficando uma minoria de autores e historiadores marginalizados e silenciados pela construção desta hegemonia que define lugares, tradições e se funda, sobretudo, inspirada numa tradição historiográfica francesa orientada pela suposta hegemonia da influência dos *Annales*, o que se explicita claramente

no texto apologético de Capelato, Glezer e Ferlini sobre a Escola Uspiana de História e na divisão que elas fazem, desta suposta escola, em três gerações, bem aos moldes da divisão comumente estabelecida para se estudar a escola dos *Annales*. (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 2002)

Dentro desse contexto, a formação do programa de pós-graduação em História da UNICAMP, à primeira vista, poderia parecer um ponto fora da curva ao longo dos anos 1980 e 1990. Contudo, não é. A ruptura ensaiada com a tradição uspiana pelos unicampistas, que passam a se apresentar como a vanguarda da renovação historiográfica brasileira. (RAMOS, 2014; MORAES; REGO, 2002; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006) se dará muito mais no sentido de uma abertura de espaço político e institucional dentro dos mesmos marcos de centralidade política e cultural das instituições paulistas sobre a historiografia nacional do que propriamente uma ruptura com este projeto maior. Se a USP era a Sorbonne brasileira, a Unicamp procurava se apresentar como uma nova Estrasburgo. Se os historiadores uspianos construíam seu poder sob as bases do *stablishment*, da tradição e relações institucionais com os *Annales* e com uma dada tradição marxista, os unicampistas vão fazer a devida crítica a esta centralidade e vão adotar uma outra tradição, a da *social history* inglesa, ou mais propriamente da “história vista de baixo”, aos moldes praticados por E. P. Thompson, assim como os *insights* advindos do pensamento e obra de Michel Foucault, em especial uma apropriação de conteúdo de sua obra que legitimasse a tomada de posição política renovadora encampada pelos unicampistas. (RAMOS, 2014) Esta crítica à centralidade dos *Annales*, na construção da “moderna historiografia brasileira”, vai ser feita de forma enfática por Edgard Salvadori de Decca, procurando marcar o distanciamento dos unicampistas desta tradição nos seguintes termos:

Nesse sentido, a micro-história despontou também como um caminho importante nesse campo, pois nelas aparecem as franjas das instituições, e é no cotidiano que a norma e o desvio operam com as negociações, as resistências e as discontinuidades. Então, não vejo nos *Annales* os ventos novos, e sim na micro-história italiana, na historiografia inglesa e em Michel Foucault. Na verdade, Foucault é quem acaba revalorizando os *Annales*, com a problemática das discontinuidades e das rupturas pelas margens. Ele aponta para os prisioneiros, para aqueles que estão no silêncio das fábricas, dos hospitais, das escolas, dos hospícios, da família, justamente onde não existem ou não podem existir ações coletivas, a não ser esporádicas. Existem apenas atitudes de sujeitos, que se

constituem como tal, negociando, desviando, resistindo etc. Por isso, nós não podemos ficar pagando tributo aos *Annales*. Parece que tudo nasce e tudo termina nos *Annales*. Nós na Unicamp tratamos de todos esses “novos objetos” e das “novas abordagens” com pouquíssima influência dos *Annales*. (MORAES; REGO, 2002, p. 280)

Decca se utiliza de argumentos de ordem teórica e epistemológica para marcar uma distância política e institucional em relação à USP. E faz isto tecendo duras críticas à centralidade dada aos *Annales*. Criticar os *Annales* era criticar politicamente a postura historiográfica assumida pela “escola uspiana de História”. E, acima de tudo, abrir espaço para o próprio programa da UNICAMP dentro do projeto político institucional de construção da “moderna historiografia brasileira” ao longo das décadas de 1980 e 1990. Dentro desse projeto, os unicampistas não queriam tirar ou questionar a centralidade paulista ou estabelecer uma discussão acerca do que era esta própria produção, mas, a partir do deslocamento teórico e epistemológico de uma determinada tradição para outros enfoques, queria-se permitir o alargamento das fronteiras do campo disciplinar para o enquadramento de novos sujeitos historiadores e das redes intelectuais que eles estavam montando, já distantes dos enredos originários na USP. No entanto, sem deixar de ser decorrente deles uma vez que a maioria dos professores que compõe o programa da Unicamp é oriunda do mesmo tronco comum que remete a Eduardo D’Oliveira França, Sergio Buarque de Holanda e Astrogildo R. Mello. Portanto, é uma ruptura apenas aparente, num plano teórico e institucional, mas que preserva as mesmas bases políticas de fundo. É a construção da polêmica entre pares para se conseguir a visibilidade necessária para se assumir um lugar de destaque pelo confronto com o estabelecido, neste caso a USP, os *Annales* e a “velha guarda marxista”⁹. Num momento em que nem na USP os *Annales* e seus novos objetos, novos problemas e novas abordagens eram mais hegemônicos, se é que algum dia o foram. (MALERBA, 2002)

9. Não tratarei, neste texto, da disputa dos “unicampistas” com a “velha guarda marxista” uspiana, pois demandaria um artigo à parte. Restrinjo-me a discutir, de forma mais elaborada, a crítica feita à memória disciplinar que coloca as missões francesas e a tradição dos *Annales* como centrais na formação da “moderna historiografia brasileira”. Contudo, indico a tese de doutorado de Igor Guedes Ramos como uma excelente leitura para se compreender esta disputa e o que ela significou para a construção do campo no país, ao longo da década de 1980. Ver (RAMOS, 2014).

Memórias dissidentes

Contudo, a crítica mais dura feita a essa centralidade e suposta homogeneidade da tradição dos *Annales* na historiografia brasileira será feita justamente por um dos principais representantes da historiografia do Rio de Janeiro, Francisco Falcon, que também não deixava de ser uma crítica radical aos projetos político, institucional e intelectual paulistas centrados na USP, na UNICAMP e na sua conquista dos espaços institucionais de formação, regramento e validação da historiografia brasileira. Em artigo publicado em 1994, na Revista da Faculdade de Letras do Porto/Portugal, sob o título *Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas*, Falcon vai colocar esta questão da seguinte maneira:

De facto, muitos dentre nós se tornaram um tanto ou quanto impermeáveis à ideia mesma de diversidade historiográfica, não sendo exatamente casos excepcionais os daqueles que acreditam mui ingenuamente que tudo aquilo que existe ou pode existir de importante, válido e, acima de tudo, “novo”, em termos de trabalho historiador, se contém necessariamente na produção historiográfica francesa que descende dos *Annales* e se apresenta na atualidade sob o rótulo de *Nouvelle Historie*. Como esta é realmente a crença dominante entre nós, nada mais lógico, talvez, do que concluir que, se assim é no Brasil, o mesmo deve, com certeza, ocorrer em outros países, ou na historiografia contemporânea como um todo.

Chamaremos então de unitária esta visão que tem como axioma a existência de um modelo único para caracterizar o trabalho do historiador – o “fazer História” – na época atual. Estamos assim em face de um modelo supostamente hegemônico, ou mesmo único, que constituiria a concepção mais autenticamente moderna da “escrita da História”.

Reconhecer a diversidade/pluralidade da produção historiográfica contemporânea exige, antes de mais nada, que tomemos nossas próprias distâncias em relação aos apóstolos da unidade, inclusive quanto à maneira de esses apóstolos conceberem, também eles, a diversidade. De fato, estes paladinos da unidade do fazer historiador afirmam sempre a diversidade por eles concebida, em termos de pluralidade de objetos, de abordagens e problemas. Mas não é evidentemente este tipo de diversidade que estamos a cogitar aqui.

Precisamos superar os lugares-comuns já sacralizados por certa tradição a fim de que seja possível redescobrir a verdadeira pluralidade dos universos historiográficos, isto é, a existência/presença de “fazeres historiográficos” diferentes, distintos, no todo ou em parte, do fazer consagrado por aquela tradição uniformizante. (1994, p.355-356)

Dessa forma, Falcon não só colocava em questão a suposta hegemonia da tradição historiográfica dos *Annales* para a constituição da “moderna historiografia brasileira”, como se ela fosse a única tradição a produzir ou subsidiar uma produção nestes termos, mas também acusava os apóstolos, os paladinos da unidade que, segundo ele, só conseguiam conceber a diversidade apenas em termos de objetos, abordagens e problemas, silenciando, portanto, os diversos modos de fazer história e seus variados lugares de produção. Apesar de, neste texto, não nomear quem seriam estes paladinos e apóstolos da unidade, a crítica de Falcon é, a nosso ver, direcionada à historiografia paulista, em especial aos historiadores uspianos. É, particularmente, uma resposta às tentativas de mitologização da “escola uspiana” promovida, em especial, pelo texto já citado de Capelato, Glezer e Ferlini publicado também em 1994, na Revista Estudos Avançados. O texto de Falcon procura ser um libelo contra o tipo de discurso triunfalista e unitário predominante na memória disciplinar construída pela historiografia paulista, em especial àquela que orbita institucionalmente em torno da USP.

Uma tomada de posição contra esta mitologização, com claras finalidades políticas e institucionais, acabava silenciando, na visão de Falcon, a verdadeira diversidade/pluralidade da produção historiográfica brasileira. Uma diversidade/pluralidade que não se resumia apenas a novos objetos, abordagens e problemas, mas, principalmente, a diversas formas de escrita da história, de trabalho do historiador, de procedimentos teóricos e metodológicos e de instituições produtoras de conhecimento histórico. Com isso, Falcon recolocava a discussão a partir de uma outra ótica, a da forma, deslocando a discussão do nível do conteúdo para o polo da forma, do fazer, para se perguntar e se questionar sobre a escrita da história no país. Para indagar justamente sobre quais bases, regras e procedimentos este saber vinha sendo forjado no Brasil. Falcon vai ser, portanto, um dos primeiros a colocar esta questão e a estendê-la aos demais historiadores profissionais brasileiros, fazendo uma crítica radical àquela historiografia e aos historiadores a quem ele nomeia de unitaristas.

Apenas em entrevista concedida às historiadoras Márcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo no ano de 2011 e publicada na Revista de História da Historiografia sob o título *Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon*, este vai nomear com mais clareza a quem nomeava de paladinos do unitarismo, em 1994, e explicitar

as tensões, querelas e disputas existentes entre os historiadores ligados às instituições cariocas e às paulistas, notadamente a USP:

É natural, portanto, que hoje alguns docentes da UFF estejam interessados em pesquisar autores e ideias anteriores a 1930. O pessoal da UFF sempre teve as suas querelas com a USP, contra aquele lugar-comum – e eu mesmo aderi a ele – de achar que a historiografia moderna no Brasil começa com Caio Prado e Sergio Buarque. Fizeram uma mudança: jogaram Gilberto Freyre para escanteio e puseram Antônio Cândido. Trata-se de demonstrar que essa ruptura precisa ser relativizada. Se andarem para trás, vão encontrar o velho Capistrano e toda uma série de autores que, nos anos 1920, questionaram os problemas do Brasil, inclusive com muita discussão no âmbito educacional. Uma discussão pedagógica muito grande. E eu me lembrei de que, anos atrás, em São Paulo, havia uma animosidade contra Anísio Teixeira e a Escola Nova. Depois vim a entender. Porque são precursores. E o pessoal de São Paulo amarrou tudo à criação da Faculdade de Filosofia (1934) e à vinda da missão francesa. Quem está estudando a missão francesa é a Marieta de Moraes Ferreira. Lembro o catálogo das teses aprovadas nessa época pela USP. (GONÇALVES; GONTIJO, 2011, p. 380)

Falcon, portanto, além de questionar a centralidade do projeto político e institucional uspiano, também colocará em xeque o projeto político e ideológico paulista, montado a partir da criação da USP em 1934. E fazer estes questionamentos implicava, mormente, em desconstruir o suposto unitarismo e homogeneidade da tradição francesa, em especial a *annalista*, sobre a historiografia brasileira. Desse modo, as armas utilizadas por Falcon e alguns outros historiadores da história como, por exemplo, Manoel Salgado Guimarães e Marieta de Moraes Ferreira, são mais sofisticadas que aquelas utilizadas pelos unicampistas, para forjarem um espaço institucional legítimo fora das influências políticas e institucionais da USP. A desconstrução empreendida pelos historiadores do Rio de Janeiro ocorrerá a partir da elaboração de uma forte crítica de cunho teórico, metodológico e, portanto, epistemológico, elaborada a partir da construção de uma história da historiografia que joga para o século XIX o nascimento das concepções modernas de História no Brasil. Retirando, com isso, a centralidade dada pela historiografia paulista à criação do curso de História da USP em 1934. Nesse ínterim, inserem-se os trabalhos pioneiros de Manoel Salgado Guimarães e da professora Lúcia Maria Paschoal Guimarães sobre a historiografia do IHGB; os estudos de Francisco Falcon

sobre Capistrano de Abreu; e as pesquisas de Maria da Glória de Oliveira sobre a historiografia brasileira do século XIX e de Rebeca Gontijo também sobre Capistrano de Abreu¹⁰.

Eles operam, assim, uma desconstrução da narrativa construída sobretudo pelos uspianos, que colocam as missões francesas de criação da USP como o marco fundador da moderna historiografia brasileira. Desconstrução esta que ganhará contornos ainda mais elaborados com a publicação, no ano de 2013, do livro *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*, da historiadora Marieta de Moraes Ferreira, que busca historiar a criação do curso de História da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, até sua extinção em 1939; e da subsequente estruturação do Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB) no Rio de Janeiro, até o período de 1966-68, quando da reforma universitária promovida pelo governo ditatorial que fragmenta a FNFi em vários institutos que seriam agrupados em torno da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nesse livro em questão, Marieta de Moraes Ferreira vai relativizar a centralidade das missões francesas no Brasil e seu direcionamento exclusivo para a formação da USP, apontando para outras experiências francesas no país, em especial as que ajudaram a criar a UDF e a UB, explicitando o caráter plural destas missões, tanto do ponto de vista dos professores que para cá foram recrutados, quanto das propostas e discussões que eles trouxeram para a construção da historiografia no país, a partir destes novos centros universitários que estavam sendo criados tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Diz Ferreira:

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a diversidade de composição das missões universitárias que para cá vieram. Os professores pertenciam a gerações distintas, tinham formações variadas e estavam em formações profissionais diferentes. No que diz respeito às formas de conceber e ensinar a História, também existia uma diferença gritante. Enquanto Hausser e Albertini já eram grandes professores e tinham como perspectiva o ensino de uma História social e econômica, que valorizasse o estudo das sociedades, da vida cotidiana e das

10. O Rio de Janeiro tem se transformado num importante centro de produção de História da Historiografia no país. Para suas universidades, têm migrado diversos historiadores com renome na área a exemplo de Maria da Glória Oliveira e Rebeca Gontijo na UFRJ; Lucia Maria Paschoal Guimarães na UERJ; Rodrigo Turin e Pedro Caldas na UNIRIO. Além disto, já havia, anteriormente, a presença de nomes como Francisco Falcon, Manoel Salgado Guimarães e Marieta de Moraes Ferreira na UFRJ.

relações sociais, Tapié e Bon estavam comprometidos com o estudo descritivo dos grandes eventos, batalhas e dos tratados.

No que diz respeito às redes de relações e formas de inserção no campo intelectual francês, as distinções também eram evidentes. Hausser e Albertini eram ligados a uma tradição republicana e laica, ao passo que Deffontaines e Tapié mantinham estreita vinculação com o movimento católico.

A comparação dos professores que vieram para o Rio com os que foram para São Paulo e participaram da criação do Curso de História da USP também é bastante reveladora. Se tomarmos os nomes de Émile Coornaert, professor de História Moderna na USP em 1935, e Fernand Braudel, sucessor de Coornaert (1936-38); de Pierre Deffontaines, professor de Geografia Humana na USP em 1935, e de seu sucessor Pierre Monbeig (1936-46), poderemos perceber características semelhantes, mas também alguns traços divergentes.

Os professores que foram para a USP também pertenciam a gerações diferentes, eram ligados a gerações historiográficas distintas e, na França, integravam-se a redes de relações diversas. Émile Coornaert nasceu em 1886 e tinha 16 anos a mais que Fernand Braudel. Em função dessa diferença, vieram para o Brasil em estágios diferentes de suas carreiras. Coornaert já tinha concluído seu doutorado e era *directeur de recherche* da École Pratique des Hautes Études, cargo obtido numa disputa em que derrotou nada menos que March Bloch. Possuía laços estreitos na Sorbonne e contatos importantes na *Revue d'Historie Moderne et Contemporaine*.

Já Braudel ainda estava em início de carreira. Não passava de um brilhante professor do ensino secundário que, após um estágio na Argélia e antes de vir para o Brasil, lecionara no Liceu Henri IV, em Paris. Ainda que na ocasião não tivesse contatos mais estreitos com Bloch e Febvre e não houvesse publicado nada na revista *Annales* – e muito pouco em outros periódicos –, mantinha relações próximas com Hausser e tinha espaço para publicar na *Revue de Synthèse*, de Henri Berr. (2013, p.97-98)

Como podemos observar, as experiências das missões francesas no Brasil para a criação das primeiras universidades brasileiras e dentro delas as Faculdades de Filosofia e os Cursos de História e Geografia, em especial os da USP e da UDF/UB, não foram nada homogêneas. Muito pelo contrário, segundo Ferreira, prevaleceu a diversidade, a pluralidade e só, posteriormente, parece haver um esforço de construção de uma memória que mitifica determinadas experiências em detrimento de outras, a exemplo da memória em torno da criação da USP, de seu curso de história e da presença de Braudel como elemento central nesta construção que haveria redundado, segundo Capelato, Ferlini, Glazer, Mesgravis, Canabrava e outros,

no evento fundador não só dos primeiros passos da profissionalização do historiador no país, mas, sobretudo, a pedra inaugural de nossa “moderna historiografia brasileira”. Contudo, o texto de Ferreira desconstrói esta narrativa e aponta para o caráter contingente e interessado desta memória, que continuava reverberando na própria lógica de produção da historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990, em especial nas páginas da Revista Brasileira de História. Neste sentido, o livro de Ferreira é uma arma de combate a esta narrativa. É um instrumento heurístico forjado para desmontar os enredos desta memória e desta tradição sobre a historiografia brasileira das últimas décadas. Ainda fortemente marcada, pelo menos até os anos 2000, pelo poderio político e institucional da USP e constrangida pelos “paladinos do unitarismo” e da suposta hegemonia da tradição francesa e annalista sobre a historiografia brasileira, como havia denunciado Falcon ainda na década de 1990.

O livro de Ferreira, neste sentido, tem um claro objetivo político: abrir a possibilidade de se pensar a história da historiografia no Brasil a partir de outros enfoques, lugares, tradições e possibilidades; para além da centralização exercida pelas instituições paulistas, notadamente a USP e a UNICAMP, e da “escola historiográfica uspiana” como irradiadora da historiografia nacional. Enfim, o que se está disputando com estas ações é a construção da memória disciplinar da “moderna historiografia brasileira”. Batalha esta que desponta como uma das mais ardentes entre os historiadores profissionais brasileiros. E que tem colocado no centro das disputas em torno da formação do historiador profissional, da geografia e memória disciplinar do saber histórico no país, uma subárea que tem atuado para cartografar e analisar estes processos: a história da historiografia. No entanto, esta é uma outra história, para um outro momento e texto. Cabe apenas registrar, por agora, que a constituição da geografia e memória disciplinar da História no Brasil é um espaço em disputa e atravessado por inúmeros enfrentamentos, afrontamentos, discursos e práticas que inventa(ria)m uma memória disciplinar em consonância com os lugares políticos, sociais e institucionais dos grupos que hegemonizam o campo, em especial a ANPUH e a RBH, como espaços privilegiados destas disputas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção de mim: Memorial Acadêmico para o concurso de provas e títulos para o cargo de Professor de Terceiro Grau na classe Professor Titular do Departamento de História.** Natal/RN: UFRN, 2006.

CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 1, p. 1-11, 1981.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de História. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). **Produção Histórica no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1994.

FALCON, Francisco. Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas. **Revista da Faculdade de Letras-História**, Porto/Portugal: Série II, v. 11, p. 353-376, 1994

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013

GONÇALVES, Marcia de Almeida e GONTIJO, Rebeca. Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon. **Revista de História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 7, p. 365-382, 2011.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, v. 10, n. 1/2, p. 181-210, 2002.

MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 5, p. 87-118, 1983.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Márcio. **Conversas com historiadores brasileiros.** São Paulo: Editora 34, 2002.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica: as**

apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2014.

RODRIGUES, Lidianne Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista de História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, p. 85-103, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. Dos ‘discursos fundadores’ à criação de uma ‘memória coletiva’: as formas de como escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 19, p. 137-185, jan/jun 2009.

_____. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba/PR: Appris, 2012. V. 1. 266 p.

_____; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira**: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012. V. 1. 296

_____. Os projetos de escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de ideias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930 e 1940? **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 5(10), p. 10-46, 2013.

_____; FARIAS, M. N. Eduardo D’Oliveira França e a escrita de uma História das Civilizações (1942-1968). **Emblemas** (UFG. Catalão), v. 8(1), p. 129-167, 2011

SAMARA, Eni de Mesquita. **Historiografia brasileira em debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas, 2002.

SANTOS, Wagner Geminiano. Debates, conflitos e tensões institucionais na ANPUH: a criação da Revista Brasileira de História (RBH) no início dos anos 1980. **Revista Campo da História**, FAFICA, Caruaru, n. 1, v. 1, 2017.

PARTE III

História, ficção e usos do passado

Enlaces historiográficos entre o saber histórico e a literatura na segunda metade do século XVIII e início do século XIX

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

O historiador “não quer lembrar que os textos intervêm entre ele e o momento histórico, esses textos têm múltiplos significados e que lê-los não é apenas um ato de decodificação, mas também uma interpretação, que depende em parte da própria situação do historiador” (POSTER, 1997, p. 43).¹ Esta afirmação, feita pelo historiador americano Mark Poster, além de focar no caráter subjetivo do fazer historiográfico, problematiza a objetividade da história desfazendo o seu caráter de registro documental ou de prova autêntica atribuída a história como espelho da realidade pretérita. Tal preocupação não é nova, pois é possível identificarmos sua existência, em especial, desde o século XVIII. Aproximando, desta forma, cada vez mais historiadores e literatos, dado que pesquisar, ler, interpretar, escolher e escrever não eram e não são atributos específicos nem da história nem da literatura que compartilham e utilizam desses e de outros artifícios para efetivar suas respectivas produções. Em um período, da história europeia, que o conhecimento histórico passou a ser organizado com fins científicos, desfrutando de prestígio e reconhecimento, diversos escritores começaram a emular a “forma como os historiadores escreviam”, desejando obter reconhecimento análogo ao dos historiadores. Ciente de tal situação, quais as relações entre história e literatura na segunda metade do século XVIII e início do século XIX?

I

Foi ao longo do século XVIII, inicialmente na Inglaterra e posteriormente na Prússia (Alemanha), que as diversas formas de histórias (ecl-

siástica, real, antiquaria, etc. foram aos poucos perdendo força. Ressalta-se principalmente a produção histórica de David Hume, Edward Gibbon e Catherine Macaulay, que se autointitulavam de “historiadores literários”, como responsáveis por uma nova forma de abordar a história com ênfase nos aspectos nacionais, apresentando-os de uma forma engraçada e divertida. Distinguindo-se, dessa forma, das práticas tradicionais antiquárias que ganharam ênfase após o renascimento (VASCONCELOS, 2014). Logo, o interesse do público britânico por essa nova forma de história cresceu e rapidamente passou a representar mais de 75% de toda publicação literária produzida à época (EPPLÉ, 2015, p. 88). Tal situação só foi possível graças ao crescente número de pessoas que eram alfabetizadas, proporcionando o rápido crescimento do público leitor (homens e mulheres), além de transformar a cultura e a tradição oral até então existentes em cultura escrita (WOOTTON, 2009, p. 448).

Paradigmático, nesse sentido, é a produção intelectual de David Hume (1711-1776), que entre os anos de 1754 e 1762 publicou os seis volumes da sua obra *História da Inglaterra*, onde desenvolveu de forma única o cosmopolitismo histórico aceitando os limites narrativos e dialogar com outras formas literárias (O'BRIEN, 1997, p. 58). Antes de iniciar o primeiro volume desta obra, Hume nunca havia escrito nada sobre história, assim o autor de *História da Inglaterra* tornou-se historiador ao escrever os seus seis volumes, pois acreditava ser o único apto a escrever uma “História negligente do presente, desprovido de poder, interesse, autoridade e do clamor preconceituoso popular”. (EPPLÉ, 2015, p. 91).

Mesmo antes de se dedicar a escrita da história inglesa, é possível identificarmos a preocupação do pensador escocês com o conhecimento histórico. Em 1748, escreveu *Philosophical Essays Concerning Human Understanding*, posteriormente essa mesma obra foi publicada pelo autor sob um novo título: *An Enquiry Concerning Human Understanding* (MERRIL, 2008, p. 107). Nesta obra, Hume além de demonstrar a sua preocupação com a história, apresentou a compreensão que fazia desta, rompendo, principalmente, com as concepções proféticas e providencialistas de história usuais em sua época (WOOTTON, 2009, p.449). Nesse sentido, ele afirmou que:

A humanidade é muito parecida, em todos os tempos e lugares, essa história nos informa de nada novo ou estranho neste caso específico. Seu principal uso

é apenas para descobrir os princípios constantes e universais da natureza humana, mostrando homens em todas as variedades de circunstâncias e situações, e fornecendo-nos materiais, dos quais podemos formar nossas observações, e familiarize-se com as mudanças regulares da ação e do comportamento humano (HUME apud MERRIL, 2008, p. 238).¹

Atento as mudanças e transformações sociais que a Grã-Bretanha experimentava, o pensador escocês procurou direcionar escritos históricos não apenas aos políticos ou aos antiquários, os dois principais públicos “consumidores” de história a época. Sua produção histórica voltava-se mais para aqueles que desejam um diálogo educado. Isso deu á história um novo papel: recontar uma história já contada, ou seja, tornou a história acessível ao público leitor mais amplo. (WOOTTON, 2009, p. 451).

Para se diferenciar dos historiadores anteriores e dos historiadores do seu tempo, David Hume estabeleceu uma outra forma de narrar a história. Para tanto, foi buscar apoio e sustentação na teoria aristotélica da “unidade de ação”, em explicações causais e defendia a elaboração de um plano e a existência de um primeiro objetivo (EPPLÉ, 2015, p. 91-93). Tudo isso para estar apto a enfrentar difíceis questões, tais como:

Que razões podem ser dadas para a unidade de uma narração histórica? O historiador “encontra” a unidade nos eventos históricos, ou é algo que o autor de uma narração histórica tem que adicionar a eventos históricos? E, por último, e não menos importante, como os eventos históricos se conectam? (EPPLÉ, 2015, p. 91)²

Esses elementos são como balizas, pontos referenciais para o pleno desenvolvimento da história segundo o entendimento do pensador escocês, que além dos pontos acima mencionados, afirma, em tom peremptório, que somente com um plano e um objetivo poderiam assegurar a unidade de uma narração de cunho histórico (EPPLÉ, 2015, p. 93).

1. Mankind are so much the same, in all times and places, that history informs us of nothing new or strange in this particular. Its chief use is only to discover the constant and universal principles of human nature, by showing men in all varieties of circumstances and situations, and furnishing us with materials, from which we may form our observations, and become acquainted with the regular springs of human action and behaviour. [Tradução do autor]

2. What reasons can be given for the unity of a historical narration? Does the historian “find” unity in historical events, or is it something the author of a historical narration has to add to historical events? And, last but not least, how do historical events connect? [Tradução do autor].

II

Saindo da Grã-Bretanha em direção a Europa Central, temos o caso da Prússia (atual Alemanha) que também reverberou de forma intensa as preocupações sobre a história e sua organização. Nesse sentido, dois aspectos foram fundamentais para o desenvolvimento da história nas terras da *Haus von Hohenzollern* (casa de Hohenzollern).³ De um lado, a transmissão de ideias e argumentos não é sempre direta, especialmente entre línguas diferentes e muitas vezes envolve diferentes concepções de tempo e duração (Simpson, 1988, p. 2). Por outro lado, ressalta-se ainda a grande diversidade de principados e ducados dos mais diversos tamanhos que conformavam a Prússia na passagem do século XVIII para o século XIX, cada um se autogovernando e obtendo seus referenciais de gosto e comportamento, principalmente, da Inglaterra e da França (SIMPSON, 1988, p. 4).

Desta forma, foi na Universidade de Göttingen, *Georg-August-Universität Göttingen*, fundada no ano de 1737 por Jorge II (1683-1760), Eleitor de Hanôver e Rei da Grã-Bretanha e Irlanda, que as preocupações sobre a história ganharam forma e contornos fundamentais para profissionalização dos historiadores, que só se efetivaria posteriormente. Merece destaque a criação em 1770 de um seminário específico para os interessados em estudar história, distinguindo-se assim das demais universidades, até então existentes na Europa, que ofereceria, à época, os cursos de Direito, Medicina e Teologia (IGGERS, 2002. p. 227). De uma forma geral, os historiadores “... da chamada Escola Göttingen, reunidos em torno de Johann Christoph Gatterer (1727-1799) e August Ludwing [vom]⁴ Schlözer (1735-1809), estabeleceram um novo papel profissional: o historiador acadêmico”. (EPPLÉ, 2011, p. 24; ARAÚJO, 2015a).

Para Gatterer e Schlözer (ARAÚJO, 2015a; ARAÚJO, 2015b) assim como para a geração subsequente de historiadores da Universidade de Göttingen, capitaneada por Arnold Hermann Ludwig Heeren (1760-1842), que buscaram o balanceamento entre as análises das estruturas so-

3. Uma das mais importantes famílias nobres da Europa

4. Na língua alemã, von, significa origem ou filiação. Amplamente utilizado até o fim 2ª. Reich de 1871-1918, era indicativo da aristocracia Junker composta, principalmente, por grandes proprietários de terras. Essa distinção aristocrática poderia ser de berço ou de nascença, para os filhos das famílias aristocráticas ou poderia ser concedido como título nobiliárquico por Reis e Rainhas como forma reconhecimento e agradecimento por importantes serviços prestados nas mais diversas áreas.

ciais e a narração dos eventos, seus estudos e pesquisas tentavam combinar a ampla perspectiva dos historiadores filosóficos, como Montesquieu, Voltaire, Gibbon e Iselin, com a habilidade técnica da erudição conjuntamente com a crítica e a exegese textual. Esses historiadores refletiam as preocupações do Iluminismo com o estudo da natureza humana e seu contexto histórico (IGGERS, 1984, p. 14-16).

A amplitude e o empenho em fundar uma “outra história” distinta da que existia então, fez com que o grupo ligado à Universidade buscasse superar a estreita narração orientada para a política e aspirasse escrever amplamente sobre a história social e cultural, nos padrões da época. Esse balanço entre história política, história social e a preocupação com a simples narração desenvolvida pelo grupo, adaptou-se perfeitamente às novas instâncias políticas da realidade prussiana, centradas em uma monarquia iluminista que objetiva superar os resíduos feudais da economia e da ordem (IGGERS, 1984, p. 16).

Gatterer e Schlözer em seus amplos interesses analisaram a natureza, a história e no mundo como interação causal. Assim, tanto a natureza como a história foram compreendidas como governadas por leis comuns. Todavia, o que mais chama a atenção neste processo de seleção e organização do instrumental de estudo, pesquisa e trabalho foi a total aceitação dos argumentos e das ideias de Hume por parte de Gatterer. Este último repete o imperativo do primeiro ao reafirmar que: “quanto mais ininterrupta for a cadeia [de acontecimentos] é . . . mais perfeito é a produção dela [a história]” (EPPLÉ, 2015, p. 99). Reafirmando, dessa forma, dois dos principais pontos mobilizados pelo movimento romântico: “A parte que não é apenas uma parte, mas está em concatenada com o todo; A unicidade de todas as coisas reais e ideais, *hen kai pan* [língua grega antiga], *eins und alles* [um e todos em alemão]” (SCHMITZ, 1999, p. 178).⁵

Fica claro que a tensão entre a parte e o todo e vice-versa se desfaz pois um é o contínuo do outro. Do geral ao particular e do particular ao geral encontrar-se-á sempre o mesmo com uma forma distinta.

III

A ênfase filosófica no historicamente singular forma o cerne da preo-

5. the *part* that is not just a part, but is in collusion with the whole; the oneness of all things real and ideal, *hen kai pan*, *eins und alles*. [Tradução do autor].

cupação da chamada Escola Histórica pela singularidade e importância de cada instanciação do espírito e da cultura em cada período e local histórico. Mesmo essa inclusão da dimensão diacrônica trazendo dificuldades adicionais (KOSLOWSKI, 2005, p. 2).

A história, alçada ao patamar de ciência, passou a defender a objetividade estrita. Dessa forma, a longa tradição retórica presente desde o período clássico nos estudos históricos foi considerada incompatível com o novo estatuto científico que passou a postular além da objetividade a neutralidade científica.

Ao buscar se desfazer da função retórica que era parte constituinte e organizadora da história, os historiadores abriram mão de expectativas e objetivos concernentes à perfeição literária. Essa divisão suscitou “uma distinção nítida entre a história como uma ciência praticada por estudiosos profissionalmente treinados e história como uma atividade literária perseguida por amadores” (IGGERS, 2002, p. 232).

Mesmo com a distinção entre historiadores profissionais e autores amadores, a institucionalização da história na Europa logrou tamanho êxito que ser historiador, escrever como historiador passou a ser sinônimo de distinção social, diferenciação intelectual e por isso logo passou a ser alvo dos interesses de muitos escritores que com o intuito de se aproximarem dos historiadores, faziam pesquisas e inseriam notas de rodapé em suas publicações para justificarem ou legitimarem seu vínculo com a História (NEMOIAMU, 2006, p. 68-70).

A importância dos historiadores para os literatos era tanta a que o escritor francês Honoré de Balzac, grande entusiasta dos romances históricos, afirmou euforicamente: “Il est historien, voilà tout”⁶ (BALZAC, 2007, p. 187).

IV

O passo seguinte dessa grande e intensa aproximação da literatura em direção a história foi a criação de um novo gênero denominado de romance histórico, que ocorreu em 1814 quando Walter Scott (1771-1832) trouxe a lume *Waverley*, considerada a primeira obra desse novo gênero. Logo tornou-se um grande sucesso de vendas dentro e fora da Inglaterra por, dentre outros méritos, apresentar não a crônica do fato, mas a

6. Ele é historiador, isso é tudo! [tradução do Autor]

apresentação, ao leitor, da vida dos homens do passado inseridos em um momento histórico específico.

A obra se desenvolve durante a segunda Rebelião Jacobita de 1745,⁷ que procurou restaurar a dinastia Stuart na pessoa de Charles Edward Stuart (1720-1788). Os rebeldes lutavam pelo retorno do despotismo, rejeitando o sistema protestante, democrático mercantilista em voga. O herói é um jovem inglês, Edward Waverley, negligenciado por seu pai pró-Hanoveriano, Edward foi criado por seu tio idoso, o senhor Everard Waverley, de tendência jacobita. Desde criança Edward lê amplamente poesias e romances, criando um mundo imaginário, por ele preferido, ao invés do seu presente sem brilho.

Tendo obtido uma comissão no exército, Edward foi enviado para a Escócia em 1745. Durante um período de licença, ele visitou o amigo jacobita do seu tio, o Barão de Bradwardine em Tully-Veolan, criando afeto por sua filha Rose. Movido pela aventura foi visitar o esconderijo de Donald Bean Lean, um saqueador escocês, e o grande salão de Glennaquoich, abrigo de Fergus MacIvor, um jovem chefe escocês e defensor ardente da causa jacobina. Neste local, Edward testemunhou uma sociedade patriarcal onde o chefe e os seguidores se deleitam juntos, unidos por laços de parentesco. A sensibilidade romântica de Edward foi profundamente afetada por seu entusiasmo fanático e pela causa jacobita, particularmente quando encarnada na linda Flora, irmã de MacIvor.

As constantes visitas a conhecidos jacobitas comprometeram Edward com seu regimento, levando em última instância à sua demissão e prisão. Resgatado por Rose, Edward junta-se às forças jacobitas, embora a razão lhe diga que a tentativa de Charles Edward Stuart de obter o trono britânico está fadada ao fracasso. Ele foi atraído pelo encanto pessoal do Príncipe, impressionado pela devoção da Flora e coagido pela poderosa personalidade de Fergus MacIvor. No entanto, quando a causa jacobita falha, Waverley é forçado a se esconder e só é libertado quando o general Talbot, cuja vida ele salvou na Batalha de Prestonpans, concede-lhe perdão.

Depois de participar do julgamento e condenação de Fergus, Edward

7. Rebeliões que ocorreram na Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e Irlanda) contra a deposição de Jaime II da Inglaterra (1633-1701), realizada pelo Parlamento. As rebeliões tinham como objetivo principal devolver o trono a Casa dos Stuart. A primeira revolução Jacobina ocorreu em 1715. A designação dos levantes advém da forma latina do nome inglês James: *Jacobus*.

é decididamente rejeitado por Flora. Ele então se casa com a plácida Rose Bradwardine, que representa o presente racional e realista da pós-União da Escócia em oposição ao passado colorido e apaixonado personificado por Flora.

Mesmo sendo um gênero novo, o romance histórico nutriu e absorveu muito dos seus elementos do gótico e das novelas de terror do século XVIII, assim como das novelas cavalheirescas. Outro ponto de grande importância para o sucesso do novo gênero está relacionado diretamente as experiências pessoais de Walter Scott, que possuía uma forte relação com a poesia, mas quando passou a perceber que a sua vontade e os seus argumentos não mais eram contidos na forma e na estrutura poética, buscou outra forma de escrita para contemplar o seu desejo (NEMOIAMU, 2006, p. 68).

Vale ressaltar ainda outros pontos que estavam presentes no início do século XIX e que direta ou indiretamente influenciaram o debate entre literatura e história:

1) A antiga disputa entre poesia e história presente na tradição intelectual ocidental desde Aristóteles. 2) A Ascensão da história como disciplina central no final do século XVIII e início do século XIX e o desejo de muitos outros discursos intelectuais de imitá-la. 3) Transmitindo uma mensagem de solução, de reconciliação pacífica, de “domesticar” as radicalidades do romantismo e da revolução e substituí-las pelo cultivo da imperfeição (NEMOIAMU, 2006, p. 68-72).

Conclusão

Na segunda metade do século XVIII a epistemologia da história teve duas grandes contribuições. De um lado, na Grã-Bretanha, especialmente David Hume, instituiu outra forma de explicação causal e inseriu elementos literários, como se compreendia à época, na escrita da história. Por outro lado, na Prússia (Alemanha) a preocupação com a história ganhou forma e contornos científicos, aceitando a lógica causal e explicativa criada por Hume e aprofundando as preocupações teóricas, atividade realizada pelos professores Gatterer e Schlözer, estabelecidos na Universidade de Göttingen e amplamente preocupados com a formação de historiadores profissionais.

O crescente interesse pela história nacional, a institucionalização e o processo de cientificação da história caracterizaram a virada do século

XVIII para o século XIX onde a história passou a usufruir de grande distinção e valoração social, suscitando interesse e aproximação de outras áreas como a literatura que com o intuito de se legitimar lançou mão de métodos e formas de escrita e organização dos seus texto aos moldes da história ao ponto de criar um novo gênero, denominado de romance histórico com pretensões de aglutinar as duas áreas de saber.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André de Melo. A verdade da crítica: o método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 8, n. 18, 2015a. v. 18. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/916>> Consulta realizada em 20/03/2023.

_____. Imagens da simultaneidade e os impasses da narrativa. O caso da Synopsis historiae universalis (1766) de Johann Christoph Gatterer. In: **Tempo** (Niterói. Online), v. 21, 2015b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/nJg9RhsDBxsGym4kYRHxzCk/>> Consulta realizada em 20/03/20203.

BALZAC, Honoré. Une Fille d'Éve. Preface de la Première Édition. In: **Préfaces de Romans Français du XIX Siècle**. Anthologie établie, présentée et anotée par Jacques Noiray. Paris: Le Livre De Poche, 2007.

EPPLÉ, Angelika. Questioning the Canon: Popular Historiography by Women in Britain and Germany (1750–1850) In: PALETSCHEK, Sylvia (Editor). **Popular Historiographies in the 19th and 20th Centuries: Cultural Meanings, Social Practicies**. Oxford: Berghan Books, 2011.

_____. A strained relationship: epistemology and historiography in eighteenth- and nineteenth-century Germany and Britain In: BERGER, Stefan & LOREZ, Chris (Editors). **Nationalizing the Past: Historians as Nation Builders in Modern Europe**. (Writing the Nation.). New York: Palgrave Macmillan, 2015.

IGGERS, George Gerson. **New Directions in European Historiography**. London: Methuen, 1985.

_____. The professionalisation of historical studies and the guiding assum-

pions of modern historical thought. In: KRAMER, lloyd & MAZA, Sarah. (Editors). **A Companion to Western Historical Thought**. Oxford: Blackwell 2002.

KOSLOWSKI, Peter (Editor). **The Discovery of Historicity in German Idealism and Historism**. Berlin; Heidelberg: Springer-Verlag, 2005.

MERRILL, Kenneth Rogers. **Historical Dictionary of Hume's philosophy**. Lanham, Maryland: Scarecrow Press. 2008.

NEMOIAMU, Virgil. *Imperfection and Defeat: the role of aesthetic imagination in human society*. Budapest; New York: Central European University Press, 2006.

O'BRIEN, Karen. **Narratives of Enlightenment: Cosmopolitan History from Voltaire to Gibbon**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

POSTER, Mark. **Cultural History and Postmodernity: disciplinary readings and challenger**. New York: Columbia University Press. 1997.

SCHMITZ, Kenneth L. The Idealism of the Germans Romantics. In: BAUR, Michael & DAHLSTROM, Daniel O. (Editors). **The Emergence of German Idealism**. Washington, D. C.: Catholic University of America Press, 1999. (Studies in philosophy na the history of philosophy; v. 34)

SIMPSON, David (Editor). **The Origins of modern critical thought: German aesthetic and literary criticism from Lessing to Hegel**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1988.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de Antiquário Antiquado?: os estudos do passado antes da profissionalização dos estudos históricos. In: VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de; ARANTES JUNIOR, Edson; SOARES, Ana Lorym. (Org.). **Novos Caminhos em Velhos Mapas: cultura, política & historiografia**. Anápolis-GO/ São Leopoldo- RS: Editora da UEG / Editora Oikos, 2014.

WOOTTON, David. David Hume: "The Historian". In: NORTON, David Fate & TAYLOR, Jacqueline (Editors). **The Cambridge Companion to Hume**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, [1993] 2009.

O desassossego da narrativa literária e a verdade refeita pelo desassossego da historiografia¹

Fabiano Mendes

Há mais ou menos 13 anos, em 2007, apresentei dois textos em eventos de história de abrangência nacional: o *VI Encontro Perspectivas do Ensino de História* e o *XXIV Simpósio Nacional de História*. O texto do primeiro evento discutia, muito superficialmente, as possibilidades de uso da literatura no ensino de história; o do segundo defendia a interdisciplinaridade entre história e literatura, debatendo suas particularidades e a impossibilidade mesma de uma forçada re-união entre ambas no âmbito acadêmico, há algumas décadas encantado pela “redescoberta” da narrativa. De constituição frágil, ambos os textos se irmanavam na preocupação combinada da pouca atenção dada à literatura como fonte, sobretudo em seu trato com a questão do tempo prático para a pesquisa que a fonte literária exige; e da atenção exclusiva que pode ser dada ao texto literário quando ele representa uma atitude em si fundamental para o interesse prático de uma pesquisa – nessa última questão, o tempo foi pensado na dimensão da temporalidade, mas foi a discussão sobre o “efeito de verdade” o que mais provocou a feitura do segundo texto. As delimitações físicas dos textos, em consórcio com as limitações intelectuais de seu autor, permitiram apenas o resvalar dessas questões.

1. Atravessa estas páginas certo pessimismo, pois há cheiro de diferentes tipos de morte no ar. Mas haverá nelas também alguma esperança – embora ultimamente essa palavra me comova mais do que necessariamente me rejuvenesça. Também é preciso destacar o uso de referências não declaradas de questões do agora da escrita – fiz o destaque por achar pertinente e salutar a demonstração, mesmo que mínima, da existência de uma estratégia narrativa (subjéctiva, decerto) num texto que se pretende teórico.

Neste texto, escrito na atmosfera da pandemia de Covid-19 (com 60 mil mortos, e contando), e com as manifestações artísticas não comerciais silenciadas e ao mesmo tempo buscadas aos gritos, a intenção é contribuir novamente com essas discussões – menos para salvar os textos de 2007 e seu autor do que para trazer questões que permitam discutir novamente e sempre essa historiografia que lida com material tão subjetivo, e que, como poucos, revela a subjetividade que atravessa nosso discurso, nossa verdade, nossa condição de profissional da história.

Em 2007, eu era então um recém professor universitário que concluiria o mestrado havia 3 anos e não sabia que em 3 anos iniciaria o doutorado. Naquela época, afagava a ideia de ser um entendedor de literatura, interpretação do Brasil, de ensino de história e de história local. Hoje, creio saber um pouco mais dos caminhos a percorrer para que essa ideia não volte e me aparte de meus objetos de pesquisa, dado que esse é o destino do perfeito, do feito por completo, qual seja, a solidão contemplativa de quem está “vencido, como se soubesse a verdade” (PESSOA, 1997, p. 121-125). A descoberta da dinâmica própria da história local, as experiências em sala de aula e as linguagens (em especial a literatura) me ensinaram a perceber outra ideia, a do historiador em construção, como o operário do poema: “mas ele desconhecia / esse fato extraordinário: / que o operário faz a coisa / e a coisa faz o operário.” (MORAES, 2012, p. 48-57)

Contudo, eram dignas as preocupações dos textos de há treze anos. Ainda são dignas porque estão prenhes de questões do fazer historiográfico sempre necessitadas de visitação, posto que crônicas: o *tempo* e a *verdade* no inarredável invólucro *narrativo*.

Quanto ao tempo

Como a literatura (consagrada no tempo ou contemporânea, canônica ou não) pode retornar como fonte e diálogo historiográfico se é cada vez menor sua amplidão e, sobretudo, leitura (talvez porque assim está a vida sendo vivida)? Isso não seria um problema se, no futuro, fosse detectado que o “consumo” dessa “nova arte” implicasse numa sociabilidade cuja arte pudesse sobreviver ao tempo não como existente apenas – “objeto” guardado num arquivo digital –, mas como possibilidade de retorno, de reapropriação, ou mesmo que o objeto-livro, quando lido, não fosse algo tão próximo

dos manuais do bem viver, carentes de valor artístico;² ou ainda que uma literatura forte, realista, que “revela” realidades locais, sobretudo urbanas, não estivesse hoje atrelada, quase que obrigatoriamente, ao democrático universo-bolha da circulação virtual – infelizmente ainda fadado àquilo que a expressão “consumo” tem de mais perigoso: a saborosa degustação seguida da digestão e do descarte.³

Na atual sociedade do efêmero virtual, na qual o “textão”(?) de um palmo cansa, parece não haver tempo para retornos, para o rever, para o

2. Numa pesquisa de 2016 sobre o retrato da leitura no Brasil, os números são assustadores quando relacionados à queda do analfabetismo e aos números envolvendo a prática da leitura. Quando observados os títulos e autores lembrados, são os “manuais” religiosos ou do bem-viver que encabeçam a lista dos que leem. Deus, numa espécie de canal sem filtro da arte, é ainda o maior assunto. Estava e hoje permanece acima de todos, desavergonhadamente até em *slogans* de campanha eleitoral. Ver, por exemplo em: <https://www.geledes.org.br/44-da-populacao-brasileira-nao-le-e-30-nunca-comprou-um-livro-aponta-pesquisa-retratos-da-leitura/?gclid=C-jwKCAjw7e_0BRB7EiwAIH-goJ7ZcjiWnJb7Z7IH3AIJ6YmxD0JLi695OAu3ESBJUu8s_NkrjigxqRoCDPAQAvD_BwE>. Acesso em: 18 abr. 2020. Há uma rica lista de textos e artigos sobre a história da leitura no Brasil. O entendimento do fenômeno comentado nesta nota depende do olhar sobre nossa formação literária, o que envolve as regras de produção e circulação dos textos, o que não se conseguirá fazer nestas páginas. Para tal fim, sugere-se começar por Laurence Hallewell (2005 e Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2011).

3. Em 2014, o importante texto de Beatriz Resende sobre literatura brasileira contemporânea detecta, com entusiasmo, a avanço no “*cyberspace*” de “uma nova vida literária – com amizades, brigas, compadrismo ou perseguições – que configuram, hoje, novas formas de escrita, de leitura, de crítica e, sobretudo, de produção e circulação literárias”. A celebração é justa pois tira das editoras e da academia a exclusividade nos processos mediadores tanto de circulação quanto de crítica e sua consequente legitimação. Essa nova “cartografia literária”, estabelecendo “novos fluxos de circulação artística na relação entre a produção artística local e global”, parece ser a ultrapassagem do “modelo machadiano” subsumido na tendência preponderante no século XX de discutir o nacional, mesmo quando se falava do local. (RESENDE, 2014) Acontece que arte, suporte, política (incluindo a cultural, que pode ser ausência de política cultural), processos históricos coexistem na mesma temporalidade e se relacionam com os mesmos elementos em outros contextos. As notas trazidas pela professora Beatriz Resende apontam para outro desvio na literatura brasileira: o da tendência secular de uma literatura nacional contemporânea para a literatura local (fortalecida pelo exposto acima) e a global (possibilitada pela circulação de conhecimento via realidade virtual). Para os estudos literários, ou mesmo para uma área dos estudos culturais, de espectro unicamente sociológico, essa movimentação deve ser imensamente celebrada por abrir um sem-número de possibilidades de pesquisa. Para profissionais da história cultural, e de outros espectros dos estudos culturais, além dessa celebração fica a preocupação sobre as fontes do hoje (a serem usadas amanhã) que pensem o nacional ou o local com chaves integradoras. Agora, em 2020, o Brasil continua a não ser para principiantes (para usar a célebre frase de Tom Jobim dita ao fotógrafo e jornalista estadunidense David Zingg no contexto disruptivo de 1964), e a pátria, mesmo amada, está se mostrando uma mãe nada gentil. À semelhança de 1888, 1910, 1922, 1930, 1937, 1945, 1955, 1964, 1979, 1992, 2002, o conceito de “nacional” está passando por nova convulsão na prática. Aplaudir os valiosos fragmentos em construção não significa deixar de se ocupar em discutir a crescente escassez dos conjuntos.

reler. E não estou falando dos cânones, estou falando de literatura – e aqui, creio, cabe uma necessária observação quanto ao conceito de literatura para o interesse das pesquisas na área. Alfredo Bosi (2005) destaca um ponto de partida que põe o termo literatura numa situação que é, no fundo, bipartida:

A matéria-prima do historiador literário é tudo o que se escreveu e que pode ser considerado representativo de uma certa cultura? Responder afirmativamente significa tomar a palavra ‘literatura’ no seu amplo sentido de material escrito sobre uma grande variedade de temas. Ou a sua matéria é o texto literário em sentido estrito, o que vem a dar prioridade à poesia, a narrativa ficcional, à tragédia, à comédia, ao drama, em suma, aos gêneros textuais em que predomina a imaginação ou o sentimento, sem relação obrigatória com a verdade atestável dos atos representados? (BOSI, 2005, p. 321)

De um lado, a literatura aparece como um bloco imenso de textos, que diante da possibilidade de ser tomado por inteiro (incluindo as contribuições historiográficas) estaria muito mais a serviço de uma história da *intelligentsia* (para usar um termo decerto *démodé*, visto que apela para a diacronia e transita na dimensão política da cultura). Doutro lado, tem-se o lidar com os escritos cuja preponderância é a da “imaginação” e do “sentimento”, imperando o descompromisso com a “verdade atestável dos atos representados”. Nesse último bloco, os elementos não-ficcionais, incluindo o diálogo com a historiografia, acompanham a obra ficcional como amostra de sua “estrutura cultural”, compondo-a, mas não identificando-a. Em ambos os casos impera a alteridade da forma ou, como definiu Michel de Certeau, os limites e articulações de uma “prática localizada” que “produz somente um discurso particularizado”. (CERTEAU, 2005, p. 222)

Termo de amplo alcance, a literatura designa cultura letrada, erudição e refinamento até o sentido mais especializado como um tipo específico de escrita, denominado por Raymond Williams de “escrita imaginativa” (WILLIAMS, 2007, p. 254-259). Mas é mesmo a questão limite/articulação no trato com a literaturatura o que mais nos importa aqui. É ela que põe literatura e história no mesmo embaraço quanto ao tempo, ou melhor, quanto às lides com o tempo.

Num passado não muito distante, a literatura, assim com a historiografia, procurava leitores-ilhas num imenso lago de analfabetos. Num presente de há poucas décadas, os muitos leitores parecem fugir da literatura

com pretensões conceituais mais amplas e se aproximam do necessário, porém restrito, caso-ilha. Mal comparando, estamos deixando de mão a complexidade encarcerada e estruturada em altos andaimes de um soneto pela mensagem de poucas linhas libertas de um *haikai* que nos faz voar, mas perto do chão para podermos imediatamente voltar à vida e aplicarmo-nos à mensagem – e o problema não está em quem fez o *haikai* ou na existência mesma do terceto. O tempo fabricado por nossa conjuntura nos distancia do tempo necessário para observar o máximo de prateleiras interpretativas da *Tabacaria* ou a ver a montagem dos andaimes do *Operário em Construção*. Seria como se da obra de Marx optássemos pelo que é manifesto, e disto nos contentássemos com o *tweet*: “proletários de todos os países, uni-vos!”. (MARX; ENGELS, 2005, p. 69) Mas ainda se assim fosse, é preciso não esquecer o século XIX, tempo da feitura do “verso”; o XX, com os efeitos e desdobramentos do “verso”; o XXI, quando ao proletário parece apenas possível o desandaimar, a desconstrução.

Continuamos ensinando contextos diante de uma frase, uma passagem, um discurso, uma obra, um conceito?⁴ Ou estamos substituindo, com ótimas intenções, todas as possibilidades de análises de presentes passados cheios de futuros possíveis por denúncias de passados presentes com o futuro precisando desesperadamente ser o agora? Estamos operando os limites e as articulações, ou mergulhamos heroicamente nas últimas porque os primeiros nos ruborizam... de vergonha? François Hartog, a partir de uma triangulação entre Reinhart Koselleck, Paul Ricoeur e Michel de Certeau, é quem provavelmente melhor estabelece os termos desse desafio diante da hipertrofia presentista dum regime(?) de historicidade ainda sem nome:

Se existe uma vida para a história depois do conceito moderno de história, ela passa ao mesmo tempo pela capacidade de nossas sociedades de articular de novo as categorias do passado, do presente e do futuro, sem que venha a se instaurar o monopólio ou a tirania de nenhuma delas, e pela vontade de compreender nosso presente. As duas abordagens então intimamente ligadas. (HARTOG, 2017, p. 231)

Como a tirania do presente vem se consolidando numa espécie de após o moderno interessada em “presentificar” o futuro e reduzir o passado à memória, ou seja, ao presente, estariam seus operadores deslocando a história para a esfera da memória, da arte e da prática política. A história estaria

4. Para a relação texto(conceito)/contexto (eventos e processos) ver Reinhart Koselleck (1992).

se descolando do compromisso moderno (científico) para com a estrutura temporal, com a qual ainda opera:

Na distância entre o horizonte de expectativa e o campo de experiência, tece-se o tempo histórico (o do regime moderno de historicidade) que sustenta [...] tanto a narrativa histórica quanto a literária. Com essa diferença de que o romance é preferencialmente voltado para a exploração desse avesso do regime moderno que é o simultâneo do não-simultâneo. (HARTOG, 2017, p. 229)

O problema é que o conhecimento histórico não é necessariamente voltado para a satisfação, para a alegria, a felicidade ou mesmo certa melancolia redentora. Ele não opera com o presente contínuo fotográfico desejado pela memória nem com as possibilidades infinitas e convulsivas que a literatura pode, se quiser, praticar. Ele é uma busca por verdade. Essa busca não se acaba. Mas descolada da operação temporal acima citada, ela pode finalmente se tornar um encontro perpétuo. E assim a história pode, se assim os detentores do presente garantido quiserem, mudar de nome no futuro, passando a ser outro o conceito que “cristalizou o crível”. (HARTOG, 2017, p. 221)

É evidente ser o presente o tempo por excelência da história. Mas é igualmente evidente que o alerta sobre o “presentismo” (mesmo levando em consideração as questões internas do campo histórico quanto a perda de força de modelos (ou regimes) consagrados, sabidamente europeus) é um esforço teórico feito por alguns num presente de há décadas. Esse alerta tenta discutir certo estatuto que põe profissionais da história como “retardatários” quando postos diante de jornalista, por exemplo, “para quem a atualidade é o pão cotidiano” (HARTOG, 2017, p. 48). Mas sobretudo abre para uma pergunta: o que profissionais da história buscam quando agem, historiograficamente, quase exclusivamente com e para o presente, muitas vezes fabricando as fontes encontradas no arredor constituído como vivência?⁵

5. Essa questão remete a uma outra, também trazida por Hartog: a da sedução da epistemologia. No fim das contas, pode-se resumir o problema com a evidência da história questionada (e o moderno regime de historicidade também) pelo e no movimento lento e agora vívido que celebra a incerteza num questionar sem fim de procedimentos e funções sociais (HARTOG, 2011). De certo modo, Hartog discute tudo isso usando os próprios elementos em questão e em disputa. Seus últimos textos formam uma contra-celebração, postura decerto limitada e limitante quando posta diante das possibilidades infinitas da iconoclastia subjetivista em voga.

Uma resposta possível de ser ao menos projetada passa pelo olhar lançado à literatura. Escritoras e escritores são, com algum grau de interferência na sua realidade, intelectuais que podem e devem ser vistos transitando a construção e manutenção da nacionalidade, das construções imaginárias regionais ou mesmo reforçando peculiaridades do local. São personagens centrais nas intrincadas tramas que trazem no centro um presente de então a apontar para certo passado como uma escolha interessada. De acordo com Hobsbawm, as nações “são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo”, sendo “inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras” (HOBSBAWM, 1998, p. 285) – *O Guarani* existe para não fazer Hobsbawm passar por mentiroso.⁶ Essa literatura, mas arriscaria dizer todas as que são imbuídas de alguma questão flagrantemente de sociológica e de apelo realista, aponta também para o futuro, numa tentativa de fazer o que nela funciona como proposta ou denúncia, desejo ou renúncia, vir a interferir no futuro, trazendo-o para o presente da obra imaginado afirmativa ou negativamente (e isso ocupa o próprio estatuto de arte que, em última instância, visa à imortalidade). Ou seja, encontram-se sempre no presente e para o presente essas duas temporalidades que, de certo modo dão ao presente cargas de uma continuidade mítica, misteriosa, mas, ao mesmo tempo, constantemente revelada e de uma projeção de futuro triunfal, seja numa macro peleja nacionalista ou numa mais macro ainda e difusa pauta identitária ou anti-opressão. Os movimentos ligados a essas questões e pelejas operam assim em relação ao tempo vivido, mesmo que rivalizando com a história o estatuto de intérprete da realidade. Mas sendo operadora das questões do tempo, e tendo vencido tanto a fase de filiação (impossível) à narrativa profílica positiva quanto a da prática formulaica da operação estrutural, é assim que a história quer proceder e ser como historiografia?

6. Um bom exemplo do estudo do papel dos produtos culturais (incluindo-se a produção acadêmica) na perspectiva da construção dos espaços é o clássico *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson. Lançado em 1983, com a segunda edição em 1991, o livro de Anderson, no prefácio da última edição, traz o anúncio da exigência de mudanças na análise quando o mesmo objeto passa por fortes mudanças: “não foi apenas o mundo que mudou nestes últimos doze anos. O estudo do nacionalismo também se transformou de maneira espantosa- em método, escala, sofisticação e quantidade”. E até do próprio campo, quando essas mudanças exigem novos diálogos e conexões: [...] desenvolveu-se uma extraordinária proliferação de estudos históricos, literários, antropológicos, sociológicos, feministas e outros, relacionando os objetos desses campos de pesquisa com nacionalismo e nação” (ANDERSON, 2008, p. 20).

Quanto à verdade

No campo da relação história/literatura, a disputa de narrativas e o que recentemente aprendemos a chamar de pós-verdade está aos poucos retirando do debate preocupações profundas e de caráter teórico, epistemológico. Exemplos do que pode ser aventado: discutir se o pernambucano José Lins do Rêgo era ou não historiador; ou temas que exigem abordagem mais específica: quais seriam os elementos norteadores da visão feminina da cearense Raquel de Queiroz sobre o campos e a cidade; o que há de crônica urbana nas letras das canções da carioca Dolores Duran, ou crônica do mundo do trabalho nas canções do baiano Dorival Caymmi; como a obra do poeta potiguar Antonio Francisco, atravessada por um olhar ecológico, dialoga com a tradição cordelista; ou ainda, quais autores e autoras trazem em suas obras interpretações sobre questões nacionais ou regionais orientadas pelo olhar sobre etnias, gêneros, conformações sociais, espaços de poder, jogos de memória... as possibilidades são infindáveis.

Mas o que vem rivalizando com essas preocupações? Processualmente, a falta de visão de processo. Diante das pautas que hoje se fazem urgentes, estamos mais nos concentrando em pinçar personagens dos “textos” (contemporâneos ou não, mas principalmente contemporâneos) para neles vermos os estandartes dos sujeitos sociais do presente, numa clara e nobre missão de discutir e salvar o presente enquanto cotidianamente se defende a verdade, ou melhor, a fidelidade em batalhas nas redes sociais – um dilema ético que é tanto moralmente confortante quanto necessitado de ultrapassagem da historiografia.⁷ Essa missão talvez não seja exclusiva a quem pesquisa os “produtos culturais” (incluindo-se aí as várias possibilidades dos estudos sobre educação), mas como historiadores dessa dimensão do social, estamos nos tornando cada vez mais sociólogos, com o principal veio temático e a narrativa atrelados ao presente imediato, conduzidos por importantes conceitos forjados no presente que muitas vezes desafiam

7. Pensei em construir uma nota explicando que aqui não se defende a retirada das trincheiras na internet ou mesmo o calar-se nas salas de aula e nos demais espaços públicos diante de questões cotidianas que nos afligem e nos marcam como agentes sociais no nosso presente, mas desisti, em respeito à ideia basilar de que este texto é um ensaio teórico. A imagem do *tweet* usada anteriormente, que inclusive não é original, foi apenas exemplificada mediante uso de um clássico. Ainda em relação ao tempo, a verdade do *tweet* simboliza uma pressa, e eu ainda prefiro a imagem do ogro farejando a presa num processo de caça que pede a cautela do método.

pesquisadores em incorrer no erro básico do anacronismo, afetando, com efeito, nossa verdade historiográfica – essa que se forja no efeito do diálogo entre temporalidades.

Norbert Elias – talvez já não tão lido hoje em dia, quando tudo parece se acomodar à explicação liquefeita dos processos sociais – de seu lugar de certo acharia estranho historiadores seguirem cada vez mais na contramão de uma observação sua lançada aos sociólogos:

A tarefa de uma teoria dos processos sociais consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não-planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade, que constituem a infraestrutura daquilo que em geral denominamos “história”. A recepção de uma tal abordagem teórica vem sendo dificultada pela autocompreensão da sociologia contemporânea como uma disciplina primordialmente orientada para o presente, que investiga as transformações e as relações de curto prazo no interior de sistemas sociais dados. Essa autocompreensão é uma consequência da divisão acadêmica entre história e sociologia, mas também da proximidade crescente da sociologia com a prática, ou seja, sua inclusão em projetos de planejamento burocraticamente controlados. Com isso, acaba-se por não compreender o processo de desenvolvimento não-planejado e de longo prazo, que produziu as condições para a prática de planejamento de nossos dias e ao qual todo desenvolvimento social planejado continua intrinsecamente ligado. Processos complementares, como os processos de divisão de funções, de integração e de civilização são partes desse desenvolvimento complexo e de longo prazo. Sua dinâmica ainda pede uma investigação mais acurada. (ELIAS, 2006, p. 197)

No texto de 1977, Elias chama a atenção para os “seus” ao alertar que, a despeito da divisão acadêmica estabelecida nas universidades entre história (passado) para os historiadores e sociedade (presente) para os sociólogos, a necessidade incontornável de estabelecer uma teoria dos processos sociais força os sociólogos a entender as estruturas sociais como pertencentes a durações mais longas. Dessas durações podem extrair os “processos de diferenciação e os processos de integração” (ELIAS, 2006, p. 218-225).

Mais de 30 anos antes, também falando aos “seus”, o historiador interdisciplinar Marc Bloch chama a atenção para o risco de isolamento do fato num presente sobre o qual a historiadora ou o historiador se debruça:

É preciso, claro, no entanto, que exista, na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer. Portanto, acreditamos compreender estes homens estudando-os apenas em suas reações diante das circunstâncias particulares de um momento? Mesmo para o que eles são nesse momento, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, podem despertar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou coletivas permanecerão na sombra. Uma experiência única é sempre impotente para discriminar seus próprios fatores: por conseguinte, para fornecer sua própria interpretação (BLOCH, 2001, p. 65)

Por óbvio, em relação aos processos sociais, profissionais da história na atualidade não somos mais guiados ou buscamos estabelecer uma grande teoria condutora do *télos* histórico. Buscamos o entendimento do máximo de conexões internas de um processo que se possa estabelecer e das conexões desse processo com outros processos para, sem sair da movente da pesquisa, entregar em formato de narrativa reflexiva um texto confiável, com profundidade e aberto à crítica, ou seja, historiografia – nem literatura, nem panfleto, nem sociologia:

Marc Bloch sempre resistiu aos encantos da sociologia e, em primeiro lugar, da sociologia durkheimiana. Dialogar com a sociologia, sim; a história precisa dessas trocas com as outras ciências humanas e sociais. Confundir história e sociologia, não. Marc Bloch é historiador e assim quer permanecer. Renovar a história, sim, em particular pelo contato com essas ciências; nelas imergir, não. (LE GOFF, 2001, p. 22)

Mas é possível simplesmente dizer: “não estou interessado em nenhuma teoria”, embora meu “delírio” seja “a experiência com coisas reais”? (BELCHIOR, 1976) A experiência com as coisas reais a tem qualquer cidadão ou cidadã, incluindo historiadoras e historiadores. Mas historiadoras e historiadores precisam de conceitos e do olhar sincrônico na diacronia para interpretar experiências vividas pelo outro. Nossas experiências com as coisas reais vão interferir em nossas escolhas e em nossas performances sociais, mas “suportar o dia a dia” é o que nos é exigido na performance de nossas vidas; na representação historiográfica nos é exigido atuar na sua operação.

Essa condição não está, em última instância, na manipulação (deixar

o termo dúbio: manipulação, é importante) do conhecimento histórico ciente de que ele é um saber a mais produzido, mas no reconhecimento ético dos aspectos da “operação historiográfica” organizados no que Michel de Certeau chamou de: “clivagem entre os gestos objetivos e a crença subjetiva” (CERTEAU, 1982, p. 36). O reconhecimento do aspecto subjetivo, incontornável e permanente característica da historiografia moderna (que de certo modo nos reconecta com o mito), é uma sofisticação que a ciência histórica abraçou: “a ciência histórica não pode desligar, inteiramente, a sua prática daquilo que escolheu como o objeto, e tem como tarefa indefinida tornar precisos os modos sucessivos dessa articulação (CERTEAU, 1982, p. 55). E essa articulação não se faz sem conceituação testada, num trabalho que “movimenta e corrói o aparelho conceitual” (CERTEAU, 1982, p. 105).

O reclamo dessa experimentação dos conceitos, campo mesmo da discussão teórica (mas não exclusivo), não poderia deixar de vir senão de uma tradição materialista. Em 1994, Emília Viotti da Costa comentava que a história vinha, nas duas décadas anteriores, vivendo entre a orfanidade das grandes teorias e a liberdade do empirismo – este “não mais como um momento necessário da teoria, mas como um fim em si mesmo”, “como se a história inocentemente se revelasse a quem quer que se debruce sobre os documentos” (COSTA, 2014, p. 13). Ainda de acordo com a historiadora, o resultado dessa espécie de voluntarismo revisitado é que:

De um processo dedutivo, não dialético, que demonstrava mais do que investigava e que já parecia saber a História de antemão, passou-se a um processo indutivo que jamais se alça ao nível teórico, e que quando muito se funda na esperança de que a acumulação de dados e monografias venha um dia permitir a elaboração de uma teoria. Passou-se também a privilegiar o acidental, o imprevisível, o inesperado, o irracional, o espontâneo, chegando-se ao ponto de se negar pura e simplesmente a existência de um processo histórico. (COSTA, 2014, p. 13-14)

Para Emília Viotti, o estudo dos processos históricos foi substituído por uma perspectiva micro, fragmentada. Atribuindo a Michel Foucault uma das principais influências da “expansão das fronteiras da história”, Viotti reconhece que não obstante essa expansão e o “enriquecimento inegável da nossa compreensão da multiplicidade da experiência humana através dos tempos, a macrofísica do poder permaneceu na sombra”. E

conclui que as análises fragmentadas inspiradas na abertura de Foucault, “frequentemente ficam como peças coloridas de um caleidoscópio quebrado, sem se juntarem, sem se articularem num desenho, não passando de fragmentos de uma experiência sem sentido.” A verdade histórica se instaura – não é essa a preocupação da historiadora. O “lugar” de onde ela fala é que pede uma espécie de chão realista, de lastro histórico que se conecte diacrônica e sincronicamente à questão que venha a ser focada. No fundo, o que estava em discussão naquele atual 1994 era o fortalecimento do princípio: “a linguagem determina a forma das relações sociais em vez do reverso” (COSTA, 2014, p. 17).

Em crítica a Joan Scott, Emília Viotti, preocupada com o abuso dos conceitos esvaziados de experiência, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de se analisar os discursos, usando essa técnica como “via de acesso à compreensão histórica”, refuta o cultivo da suficiência desse expediente, no qual “o que existe são apenas textos sobre textos e que o trabalho do historiador é semelhante ao do crítico literário e não passa de uma desconstrução *ad infinitum*” (COSTA, 2014, p. 17). De seu lugar específico do campo histórico, a crítica de Viotti usando a figura do crítico literário, ignora as disputas internas do campo da crítica literária. Trinta anos antes, Antonio Candido já defendia um ponto de vista sociológico apontando os problemas do estruturalismo, comparando-o ao Barão de Münchhausen, que realizava a façanha de “arrancar-se de um atoleiro puxando para cima os próprios cabelos” (CANDIDO, 2000, p. 13-14).

Essa questão se encontra também num entendimento particular da literatura realista brasileira:

Faltava-nos naquele tempo, e ainda hoje nos falta, a observação cuidadosa dos fatos que devem contribuir para a formação da obra de arte. Numa coisa complexa como o romance o desconhecimento desses fatos acaba prejudicando os caracteres e tornando a narrativa inverossímil.

Um cidadão é capitalista. Muito bem. Ficamos sem saber donde lhe veio o capital e de que maneira o utiliza. Outro é agricultor. Não visita as plantações, ignoramos como se entende com os moradores se a safra lhe deu lucro. O terceiro é operário. Nunca o vemos na fábrica, sabemos que trabalha porque nos afirmam que isto acontece mas os seus músculos nos aparecem ordinariamente em repouso. [...] Está certo que não desejamos reportagens, embora certas reportagens sejam excelentes. De ordinário, entrando em romance, elas deixam de ser jornal e não chegam a constituir

literatura. [...] Não sei por quê. Acho que o artista deve procurar dizer a verdade. Não a grande verdade, naturalmente. Pequenas verdades, essas que são nossas conhecidas. (RAMOS, 1986, p. 254-259)

O texto acima é do escritor alagoano Graciliano Ramos: “o fator econômico no romance brasileiro”, pequeno ensaio que em 1937 ganhou as páginas da revista especializada *Observador Econômico e Financeiro*, retornando no jornal político *Tribuna Popular*, em 1945, ano da filiação do escritor ao Partido Comunista. O título protocolar do artigo esconde um manifesto em favor de uma literatura com os processos históricos imantados à performance das personagens. Graciliano Ramos estava vendo tanto a instalação do processo de decadência do chamado romance social quanto a escolha, no campo dos escritores de orientação à esquerda, pela fórmula engessada do realismo socialista. No realismo crítico a arte não se converteria em reportagem e, ainda assim, haveria operação com a verdade, só possível de ser alcançada com uma narrativa verossímil. Os tipos sociais, encharcados de contradições, de passado, de expectativas, sobretudo quando olhados em foco, portanto individualizados, sobrevivem na literatura como sujeitos possíveis do tecido social real – esse mesmo que a história parece não estar mais tão interessada em ver na inteireza temporal e interacional possível e sim filtrado pelo fragmento da lente cujos conceitos a ela ligada está a serviço da salvação possível na feitura da justiça. Haveria, como há, verdade nessa tendência que está ganhando a historiografia contemporânea. Mas, paradoxalmente, pela via da exaustão do fragmento essa verdade pequena vai se tornando a grande e única verdade possível, desejável, correta, aceita – agora sem as amarras do método e da teoria.

Quanto à narrativa

Sendo resultado de uma operação que compreende as regras de um lugar, as práticas de uma cultura e uma apresentação que se dá a ler (como qualquer vestígio humano), a historiografia é uma representação especializada, uma escrita, uma narrativa que, respeitada a dinâmica conflitiva das temporalidades está, segundo Certeau, sempre às voltas com a finitude: “uma representação das relações do presente com seu outro, e combatê-la através do trabalho de dominar intelectualmente a articulação de um querer particular com forças atuais.” E arremata, observando que “por todos

estes aspectos, a historiografia envolve as condições de possibilidade de uma produção, e é o próprio assunto sobre o qual não cessa de discorrer” (CERTEAU, 1982, p. 36).

A interpretação historiográfica voltada para a própria história (tanto como evento quanto como estrutura) não pode descurar das “situações econômicas e sócio-culturais que a tornaram possível” (CERTEAU, 1982, p. 36). Do mesmo modo a historiografia, resultado de uma operação sobre objetos-outros, não pode se negar a fazer interrelação entre eventos (descritos, narrados) e estruturas (explicadas, analisadas). Essa interrelação organizada apreendida conduz ao que Koselleck chamou de “caráter processual da história moderna” (KOSELLECK, 2006, p. 139). Relacionar “metodologicamente as formas de representação às dimensões temporais subordinadas a elas no ‘âmbito do objeto’ da história”, leva, segundo Koselleck, a duas conclusões: “primeiro, os planos temporais, por mais que se condicionem reciprocamente, nunca se fundem totalmente”, abrindo inclusive para o expediente da comparação; e “em segundo lugar, conforme o nível em que se dá a investigação, um evento pode adquirir significado estrutural, assim como, da mesma forma, e em terceiro lugar, a ‘duração’ pode converter-se em evento” (KOSELLECK, 2006, p. 140).

Uma passagem difícil (e um pouco longa) do difícil *Livro do Desassossego*, do guarda-livros Bernardo Soares (um dos heterônomos de Fernando Pessoa) ilustra o que discutimos até agora. O contexto da passagem é uma reflexão após uma refeição incompleta num café. Soares estava num dia ruim, com o corpo oprimido por “aquela angústia antiga que por vezes extravasa”. E quando subitamente o garçom lhe diz: “desejo as melhores”, surge do evento a descrição de uma estruturação social que permite o exercício intertemporal da condição do sujeito de letras:

Ao toque de clarim desta frase simples a minha alma aliviou-se como se num céu de nuvem o vento de repente as afastasse. E então reconheci o que nunca claramente reconhecera, que nestes criados de café e de restaurantes, nos barbeiros, nos moços de frete das esquinas, eu tenho uma simpatia espontânea, natural, que não posso orgulhar-me de receber dos que privam comigo em maior intimidade, imprópriamente dita...

A fraternidade tem sutilezas.

Uns governam o mundo, outros são o mundo. Entre um milionário americano, com bens na Inglaterra, um César ou Napoleão, ou Lenine, e o chefe socialista da aldeia — não há diferença de qualidade mas apenas de

quantidade. Abaixo destes estamos nós, os amorfos, o dramaturgo atabalhoado William Shakespeare, o mestre-escola John Milton, o vadio Dante Alighieri, o moço de fretes que me fez ontem o recado, ou o barbeiro que me conta anedotas, o criado que acaba de me fazer a fraternidade de me desejar aquelas melhoras, por eu não ter bebido senão metade do vinho (PESSOA, 2006, p. 57)

Não temos a liberdade de Soares (Pessoa). Conduzida na e pela operação historiográfica, nossa narrativa, mesmo cheia de compaixão e desassossego, como no trecho acima, não se fia em última instância na comoção e na empatia (em primeira instância, certamente, isso quando não lhes toma o lugar o mero utilitarismo – afinal, profissionais da história também são pessoas). Orienta-nos a escrita aquilo Natalie Zemon Davies chamou de “regras da evidência”, como as notas de rodapé, recurso fundamental que funciona como “um gênero literário”, e como “gênero de prova” (PALLARES-BURKE, 2000, p. 107).

* * *

Estamos abdicando da ida ao passado com largas passadas? Estamos entregando o passado àqueles que hoje são compreendidos como realizadores de uma forma ultrapassada de operar a história para assim podermos salvar o presente? Abdicamos do enfrentamento dos processos, com o obrigatório manejo de temporalidades, aos moldes da confecção de um soneto, para nos dedicarmos ao *haikai* do evento ou da personagem pinçada no/para o presente, embebidos no conceito sacralizado? Trazer para o diálogo Norbert Elias, Marc Bloch, Emília Viotti, provavelmente me declara um historiador em formação um tanto quanto *démodé*, agarrando-me à segurança(?) de tentar estabelecer verdades ao invés de lançar-me ao risco da eterna incerteza, localizando-me junto à teoria como um lugar de passagem e não de aconchego, reconhecendo-me como retardatário diante dos acontecimentos, abdicando do comentário diário como princípio e buscando, ainda, crer na necessidade de produzir historiografia relacionando o evento (literário) à estrutura (escolas, movimentos, cultura) para o entendimento de processos formativos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Alucinação**. Produção: Mazola. Rio de Janeiro: Polygram, 1976 (37 min.).

BLOCH, Marc. **Apologia da história** – ou o ofício do historiador. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Alfredo. Caminhos entre a literatura e a história. São Paulo: **Estudos avançados**, v. 19, n. 55, p. 315-334, set./dez. 2005.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T.A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad.: E. A. Dobránszky. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad.: Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. **A dialética invertida e outros ensaios**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios I** – Estado, processo, opinião pública. Trad.: Sérgio Benevides, Antônio C. dos Santos, João C. Pijnappel. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. Trad.: Maria P. Villalobos; Lólio L. de Oliveira; Geraldo V. de Souza. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

HARTOG, François. **A evidência da história: o que os historiadores veem**. Trad.: Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. **Crer em história**. Trad.: Camila Dias. Belo Hori-

zonte: Autêntica, 2017.

HOBSBAWM, Eric. J. **Sobre história**. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad.: Wilma P. Maas, C. A. Pereira, C. Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2011.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história** – ou o ofício do historiador. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 15-34.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Trad.: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Vinícius. Operário em Construção. In: _____. Novos Poemas II. São Paulo: Cia. das Letras, 2012, p. 48-57. (1959) PALLARES-BURKE, Maria L. G. **As muitas faces da história**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego** – composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

PESSOA, Fernando. Tabacaria – Álvaro de Campos. In In: _____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Klick Editora; O Estado de São Paulo, 1997. (1928)

RAMOS, Graciliano. **Linhas Tortas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

RESENDE, Beatriz. Notas sobre a literatura brasileira contemporânea: o local, o global e o nacional. In: LINS, Vera; PENJON, Jacqueline; SÜSSEKIND, Flora (orgs.). **Interpretações literárias do Brasil moderno e contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 213-224.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Trad.: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

Os usos do passado ou monumentos, filmes de super-heróis e as histórias improváveis do século XXI

Francisco das Chagas F. Santiago Júnior

Apresentação

Os monumentos voltaram à discussão com a onda iconoclasta que se espalhou pelo mundo após os protestos antirracistas nos EUA contra o assassinato de George Floyd em maio de 2020. Tais manifestações parecem ter, entre as características dominantes, a revolta contra a memória e a história coloniais racistas que está celebrada na forma de estátuas na praça pública em meio a ansiedade durante a pandemia do covid-19. Aqueles que atacam esculturas sabem que estas articulam histórias de ancestrais comunitários e impõem uma *localização espacial do poder* na *pólis*.

Estes mesmos artefatos se tornam desejáveis ou indesejáveis segundo o lugar social dos diversos grupos e sua relação com as hierarquias sociais e a desigual distribuição de riquezas. Desejar ou rejeitar um ícone público, portanto, por vezes implica em agir *sobre* o monumento público, o qual funciona como um dispositivo, um direcionador para formulação de subjetividade¹. A estátua *subjetiviza* aos membros da comunidade ao fazê-los espectadores da história que ela narra, história essa que forma o sentido de identidade com valores e origens compartilhados.

Mas nada é subjetivado sem a inserção num contexto no qual alguém aprende a usar um dispositivo e a ser por ele usado. Existe um “aprendizado” do monumental por assim dizer. Essa “educação” ocorre em espaços

1. Sobre o conceito de dispositivo cf.: (AGAMBEN, Giorgio, 2006) Concebe-se o monumento como mídia e para uma concepção de dispositivo do ponto de vista de uma cultura das mídias cf.: (ELSAESSER, 2018)

formais de ensino (escola e a universidade) ou instituições como o museu e o patrimônio cultural que garantem um lugar social para a estátua ser reconhecida como bem comunitário. Contudo, *fora* dessas matrizes institucionais *há outra dimensão de atuação dos monumentos*, qual seja, as diversas narrativas e imagens visuais por meio das quais tais artefatos são apropriados. Este ensaio argumenta que a cultura fílmica dos EUA dispôs de uma certa economia do monumento cívico. Para explicar nosso ponto acompanharemos o uso que é feito de monumentos em alguns filmes de super-heróis recentes, notadamente, *Batman vs Superman* e *Liga da Justiça*².

Concebe-se o cinema como um constituidor de narrativas que propõe certa relação com o passado e com a história pela forma como são dispostos e agenciados os índices de passado socialmente reconhecidos, entre os quais figuram os monumentos públicos. Se na praça pública estes já *são uma modalidade de história pública*, no sentido que ocupam um posto narrativo de celebração de ancestrais comunitários, realizando um uso do passado, o cinema impõe para tais artefatos novos usos em filmes de fantasia.

O uso de monumentos é mais evidente no cinema histórico, principalmente nos filmes cuja trama é ambientada em passados reconhecidamente imperiais (Roma, Egito, Pérsia, Inglaterra e França imperiais, América)³. O recorte que o ensaio oferece é sobre filmes de super-heróis focando principalmente em exemplos recentes, mas os usos de estátuas na cultura fílmica apresentam-se na longa tradição⁴. A base dos enredos que abordaremos são os enredos provenientes das histórias em quadrinhos (HQs) de super-herói, as quais também apresentam usos de monumentos desde os primórdios. Como veremos a seguir, em tais enredos os monumentos celebram estados, heróis civis do mundo histórico, heróis fictícios falecidos e/ou vitórias decisivas os quais são operacionalizados singularmente a partir de uma longa história na qual cinema e HQs se encontram.

Nas adaptações de quadrinhos para cinema ou minisséries, é comum a presença de esculturas como celebração de heróis caídos ou na representação decorativa do mundo de Asgard nos filmes recentes sobre o personagem

2. *BATMAN vs Superman: dawn of justice*. Produção: Warner Brothers. Direção: Zack Snyder. Duração: 2h30m. Colorido. País de produção: EUA, 2016. Cópia consultada: streaming oficial da Warner Bros, Netflix. *JUSTICE League*. Produção: Warner Brothers. Direção: Zack Snyder. Duração: 2h. Colorido. País de produção: EUA, 2016. Cópia consultada: streaming oficial da Warner Bros, disponível no Youtube.

3. Sobre estátuas e monumentos ao longa da história do cinema Cf.: JACOBS, 2019.

4. Sobre o foco na iconoclastia de monumentos no cinema Cf.: SANTIAGO JR., 2018.

Thor. HQs e filmes incorporam os modelos monumentais disponíveis no mundo histórico e propõem para estes novos usos. Neste sentido, os monumentos apresentados nos filmes frequentemente são feitos à imagem de monumentos reais tais, como por exemplo o memorial aos “desaparecidos” do filme *Avengers Endgame* (fig. 1) e o monumento às vítimas em *Batman vs Superman* (fig. 2), ambos com inscrição de nomes em superfícies opacas como forma de memória de vítimas que remetem ao Vietnam Veterans Memorial (fig. 23) ou o National September 11 Memorial. Investigar o uso dos monumentos em filmes permite compreender usos públicos do passado.

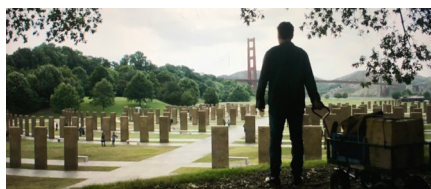


Fig. 1: O personagem do Homem-Formiga encontra um Memorial aos Desaparecidos. Fonte: *Avengers Endgame*. Marvel Studios. Dir: Anthony Russo, Joe Russo, EUA, 2019.



Fig. 2: Transeuntes ou turistas visitam o memorial aos mortos pelo ataque alienígena. Fonte: *Batman vs Superman: dawn of justice*. Warner Bros. Dir: Zack Snyder, EUA, 2016.

Estudiosos da mídia e da história da cultura visual concordam que os regimes de temporalidade do século XX foram plasmados pelas imagens audiovisuais ⁵. Isso significa que diferentes manifestações da cultura visual possibilitam maneiras diversas de construir o tempo em sociedade e articular a historicidade. Nos estudos e na história do cinema essa questão emergiu no debate sobre como é constituído o tempo histórico e a historicidade a partir das formas cinematográficas da história (BAECQUE, 2012). O uso das estátuas em filmes demonstra como a composição da historicidade pode ser deslocada por agenciamentos de objetos que no espaço público já funcionam como história pública (SANTIAGO JR, 2018).

Neste sentido, este ensaio cruza problemas da *história pública*, entendida como narrativas socialmente atuantes que mesclam memória, história

5. Tal debate ocorreu entre frankfurtianos como Walter Benjamin e Siegfried Kracauer, passando por críticos como André Bazin e alcançando estudiosos como Friedric Jameson. Cf.: (KRACAUER, 2010); (BENJAMIN, 2007); (BAZIN, 2014); (JAMESON, 1997)

e passado fundando a historicidade comunitária no espaço público⁶, e da *teoria da história*, ao abordar os usos de monumentos problematizando as maneiras como o *passado é organizado pragmaticamente na cultura visual*.

A metodologia de análise parte da investigação da migração de ícones monumentais entre filmes e HQs numa espécie de *iconologia*⁷ que indaga os usos do passado. O reconhecimento iconológico que será feito, passando pela cultura fílmica e os *comics* estadunidenses se justifica pela *produção transfuncional* do gênero de super-heróis na indústria cinematográfica do século XXI, a qual veremos mais detalhadamente na seção 3 deste ensaio. Apresentamos aqui um pequeno laboratório conceitual para pensar os usos do passado na cultura juvenil no mundo contemporâneo.

O ensaio está dividido em 3 partes: na primeira investigamos o uso de monumentos na narrativa do cinema clássico dos EUA caracterizando sua rápida história nos gêneros dos filmes de aventura e ficção-científica, os quais se destacam neste trabalho por serem diretamente vinculados ao gênero dos filmes de super-heróis. Na segunda, observamos como se constituíram o uso de monumentos nas HQs de super-heróis estadunidenses. Estes passos permitem situar as matrizes de usos do passado que permitem compreender a terceira parte do ensaio: os usos de monumentos nos filmes *Batman vs Superman* e *Liga da Justiça* e sua *rede transfuncional* do gênero fílmico industrial. Esperamos com esta contribuição chamar atenção para a naturalização de operações de monumentalização as quais podem ser desconstruídas para que o historiador/professor interessado em trabalhar com cinema, inclusive em sala de aula, vá além do filme histórico.

Monumentos no cinema de aventura dos EUA

Os monumentos parecem ter uma importância significativa no cinema clássico dos EUA⁸. Deve-se lembrar que o cinema como cultura de produção, circulação e apropriação de filmes emergiu no período da consolidação da hegemonia de concepções historicistas na elaboração de narrativas públicas do passado no mundo ocidental. Eduardo Cardoso e Maurice Samuels

6. Para uma definição de história pública Cf.: (SANTHIAGO, 2016).

7. A iconologia é a disciplina que se ocupa dos tropos, figuras e metáforas, motivos gráficos e visuais, dos gestos, e espaços, bem como das condições de possibilidades de emergências das imagens. Sobre o conceito Cf.: (MITCHELL, 2015); (SANTIAGO JÚNIOR, 2019)

8. Sobre o que é e qual a história do cinema clássico Cf.: (THOMPSON, 1999).

chamam atenção que a historiografia do século XIX fora elaborada paralelamente aos entretenimentos visuais dos tipos como panoramas, museus, dioramas, a pintura histórica, etc. (CARDOSO, 2019) Se acompanharmos as considerações de Maurice Samuels (2004) a máquina historicista⁹ fora contemporânea, e, em alguma medida, compôs-se em contato e diálogo com *espetacularização visual do passado*. Mais do que isso, os estudos sobre fotografia e etnografia visual do século XIX demonstram como a cultura visual ocidental fixou referências de alteridade temporal/histórica e cultural ao localizar, no presente, os elementos do passado e transformá-los em imagens por meio de museus, monumentos e patrimônio¹⁰.

A noção de monumento histórico também se consolidou entre 1845 e 1914 nos ambientes europeus e americanos, com a conversão de objetos, construções e lugares em monumentos históricos¹¹, justamente o período de formulação das mídias visuais que deram origem ao cinema. A cultura monumental por sua vez, encontrou um ambiente propício pelo investimento constante na formulação das comunidades nacionais imaginadas com a expansão dos projetos nacionais americanos e dos movimentos nacionalistas de 1848 em diante na Europa (ANDERSON, 2011). A construção de objetos de celebração pública da ancestralidade comunitária por meio de estátuas e outros tipos de monumentos deu origem a uma *estatuamania*, a ereção de artefatos públicos no culto à nação, um modelo monumental que atingiu alcance internacional, chegando aos EUA e Brasil¹². Os realizado-

9. Tomamos emprestado o termo máquina de Giorgio Agamben, para definir a *máquina historicista* como o conjunto de dispositivos cuja atuação combinada produziu dadas concepções de historicidade cívica e laica no mundo europeu ou sob influência político-cultural deste a partir de finais do século XVIII. Tais dispositivos incluem instituições como universidades, institutos de pesquisa histórica, etnográfica ou arqueológica; fundações, museus, gabinetes, associações de conservação pública; tradições e cerimoniais; a historiografia, o memorialismo, as pinturas históricas, as reformas urbanas, a cultura material monumental ou monumentalizada como esculturas públicas etc.. Tal máquina é multivocal, plural e expressa multi-material, sendo que permeia a todos os dispositivos um princípio de inclusão/exclusão do que é ou não é histórico, do que está ou não dentro da história. Cf.: sobre máquina: (AGAMBEN, 2009) (AGAMBEN, 2017); sobre estar ou não dentro da história cf.: (ESPOSITO, 2010).

10. Sobre tecnologias visuais e construção do passado no século XIX cf.: (SANDBERG, 2004)

11. Sobre monumento histórico Cf.: (CHOAY, 2001).

12. Termo cunhado por Maurice Agulhon para designar mania de fazer estátuas atingiu os EUA e todas as outras nações independentes americanas. Nos EUA havia muitas esculturas e bustos de personagens notáveis, mas apenas a partir dos anos 1850 tornou-se comum a estátua histórica na praça pública, sendo entre as mais antigas as estátuas de George Washington em

res e escritores de filmes tanto eram educados por essa história pública no início do século XX, como também usavam os cenários das cidades, e, seja mostrando sua modernização ou espaços mais antigos, figuravam nas primeiras imagens em movimento os monumentos, centros antigos e estátuas.

Um gênero que acabou se consolidando no primeiro cinema e que teve importante papel na apreensão da escultura pública fora o filme histórico. Desde os primeiros exemplares que consolidaram este gênero fílmico, muitos dos temas correntes na cultura histórica ocidental foram apropriados para elaboração de atrações e narrativas fílmicas. Romances do século XIX tiveram papel fundamental e muitos filmes versavam sobre temas históricos que permitiam a simbolização das identidades nacionais. Assim, por exemplo, nos EUA, a Revolução Americana e a Guerra de Secessão emergiram como temas históricos comuns em filmes. O cinema estadunidense, tão logo se consolidara, transformou o filme histórico em um gênero e uma vez que muitas vezes os temas abordavam sociedades que se tornaram conhecidas na cultura visual do século XIX como marcadas por monumentos, estátuas e esculturas, tais artefatos eram recorrentes nas narrativas fílmicas.

Chama atenção que a maioria dos filmes históricos apresentasse suas tramas circunscritas a alguns períodos e sociedades do passado tais como as tramas desenroladas na Roma Antiga, no Egito e no período medieval. Nestes casos, a estatuária e os monumentos compunham as caracterizações visuais de realidades passadas indicando ao espectador a diferença de tempo entre seu presente moderno e os períodos passados. Desta forma, formou-se uma *tópica* visual monumental dos filmes históricos, notadamente daqueles feitos em Hollywood na qual, frequentemente, onde houver reino ou império no passado, haverá estátua, da qual se implica que quando houver queda do império, haverá estátuas caindo ou sendo quebradas¹³.

Também nos filmes de aventuras, marcados frequentemente por tramas com exploradores e arqueólogos, encontra-se retratados restos de civilizações do passado perdidas em savanas e florestas africanas e americanas e, frequentemente, aparece a figura destruída de estátua entre os monu-

New York e Washington, respectivamente de 1856 e 1860. Sobre os primeiros monumentos no Brasil. Cf.: (AGULHON, 1988); (KNAUSS, 1999).

13. Paradigmática é a destruição de estátuas no filme *Intolerância*, de 1919, de David Griffith, que apresentando entre as quatro tramas retratadas em diferentes tempos históricos, o Império Babilônico (as outras são os tempos atuais, a Galileia do nascimento de Cristo e a França do século XVI), mostra a queda das estátuas como alegoria da queda da Babilônia frente aos Persas.

mentos. A escultura, neste caso, marca constantemente o passado perdido e reencontrado como resto e evidencia uma *ausência* ou o momento da *queda* histórica. O imaginário arqueológico e aventureiro elaborado nas narrativas de aventura e escavações do século XIX¹⁴ legaram ao filme de aventura e de fantasia uma figuração historicista na qual a estátua/monumento ocupa posições e funções de diferenciação temporal ou cultural.

A *tópica* visual monumental das civilizações perdidas também aparece na caracterização das civilizações alienígenas nos filmes de ficção-científica. Nas civilizações alienígenas de fitas como *Flash Gordon*, de 1936 por exemplo, o Império de Ming, o Impiedoso, no planeta Mongo, era caracterizado a partir de estereótipos racistas e pela figuração de esculturas e monumentos que marcavam civilizações tecnologicamente avançadas, mas idólatras (fig. 3).

Da mesma forma, o tema da estátua quebrada ou derrubada torna-se um indicador da queda histórica de um império ou do fim de uma era histórica, seja no filme histórico ou na ficção-científica. Em outra ficção-científica, *O Planeta dos Macacos*, de 1968, o astronauta George Taylor acredita ter ido parar em um planeta com uma Civilização Símia, mas na cena final do filme descobre que avançara rumo ao futuro apocalíptico da humanidade quando vê a Estátua da Liberdade (fig. 4) quebrada e abandonada na areia da praia¹⁵.

Em anos mais recentes, arquitetura e a estatuária monumentais evidenciam sociedades ficcionais nas quais o poder político é indicado por auto adoração que soa fetichista ao espectador moderno, em filmes de ficção-científica como, por exemplo, *Prometheus* (2011) ou *Alien Covenant* (2016) nas quais o poder político dos alienígenas é figurado a partir de colossais cabeças que remetem às construções olmecas.

14. Obras como *As Minas do Rei Salomão*, de Henry Rider Haggard, publicado em 1885, na Inglaterra, instauraram o imaginário imperial britânico. O imaginário arqueológico tipificado em obras como o livro de Haggard – cuja mais velha adaptação fílmica é de 1937 – foi apropriado para caracterização dos lugares não-ocidentais do presente – os continentes latino-americanos, africano e asiático – como espaços parados no tempo, anacrônicos. Cf.: (McCLINTOCK, Anne, 2010).

15. Infelizmente este ensaio deixará de lado a mais importante caracterização monumental produzida pelo cinema norte-americano: o tratamento de monumentos cívicos locais notadamente o National Mall de Washington, os arcos do Triunfo e as estátuas de New York e outras cidades como Chicago, Filadélfia, o Monte Rushmore; além da caracterização de monumentos cívicos de outros povos. Este movimento está incorporado em todos os gêneros produzidos na indústria do cinema dos EUA.

Notadamente, ressalte-se que em filmes de aventuras e ficção-científica a ereção de monumentos também aparece vinculado com a figuração de poderes políticos autoritários. Em *Harry Potter e as relíquias da Morte parte 1*, no palácio de governo do Ministério da Magia assumido pelo vilão Voldemort, é apresentado um monumento que remete à estatuária dos estados autoritários do século XX (fig. 5), por exemplo. Por sua vez, a iconoclastia de estátuas frequentemente aponta para queda de forças autoritárias. Na série *Star Wars*, por exemplo, quando o Império é derrubado em *Return of the Jedi*¹⁶(1983) ou o vilão Palpatine vencido em *The Rise of Skywalker* (2019), a destruição das estátuas Sith marca o fim do poder autoritário (fig. 6).



Fig. 3: A escultura do Oráculo de Ming enquanto os sacerdotes fazem danças exóticas. Fonte: *Flash Gordon*. Universal Studios. Dir: Frederick Stephani, EUA, 1936.



Fig. 4: A estátua quebrada e o fim da civilização em um cataclisma desconhecido. Fonte: *Planet of the Apes*. Twentieth Century Fox. Dir: Franklin Schaffner, EUA, 1968.

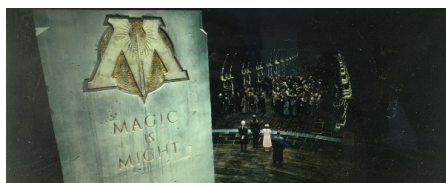


Fig. 5: Com a aparente vitória fascista, ergue-se um monumento (com inscrição “Magia é poder”) no palácio do Ministério da Magia. Fonte: *Harry Potter and the deathly hallows part 1*. Warner Bros. Dir: David Yates, EUA, 2010.



Fig. 6: A destruição das estátuas Sith marca a vitória do bem e o fim do império ditatorial do vilão Palpatine. Fonte: *The Rise of Skywalker*. Lucasfilm, Walt Disney. Dir: J.J. Abrams, EUA, 2019.

16. A série de *Star Wars* usa de pouca iconografia monumental. Ainda assim, na versão digitalizada e com cenas novas de *The Return of the Jedi* foi incluída a discreta cena da queda de uma estátua Sith para simbolizar o fim do Império do mal, artefato ausente na versão do filme de 1982. O filme fora relançado em 2017 totalmente digital.

Emerge outros aspectos de *tópica* visual quando se tratam dos monumentos cívicos estadunidenses, diretamente vinculados com o imaginário político norte-americano. Desde os primeiros filmes a estátua da Liberdade, por exemplo, já aparece indicando o ideal da América (fig. 7) como Terra da oportunidade para os imigrantes que chegam em filmes antigos como *The Immigrant* (1917), tema que atravessou o século XX até fitas como *Titanic* (1997). Os itens do National Mall de Washington também aparecem sendo palco de crimes, batalhas, ou mesmo destruição, seja por meio de catástrofes naturais ou invasões de povos estrangeiros/alienígenas (fig. 8) em fitas como *O Dia em que a terra parou* (1951) ou *Independence Day* (1994). A articulação intencional da simbologia monumental da cultura política dos EUA permite questionar a comunidade política. Os monumentos cívicos aparecem associados a ações de questionamento do poder político, como as manifestações por direitos civis (fig. 9), retratado nos documentários desde os anos 1960 até fitas como *Forrest Gump* (1994). Mais radical é a própria iconoclastia dos monumentos, a qual representa a destruição da democracia liberal e a ascensão do fascismo, tópico cinematográfico e televisivo recorrente no início do século XXI, como na série *Handmaid's tale* (2019), quando o Lincoln Memorial quebrado alegoriza o fascismo que tomou o controle da América (Fig. 12)¹⁷.

Os monumentos cívicos neste caso apontam para a estabilidade ou instabilidade da comunidade política. Simbolizam valores e contam narrativas utópicas como liberdade ou afirmação democrática, mas também articulam crises da comunidade política e apontam, pela iconoclastia, a possível queda do poder político e a substituição da democracia pelo autoritarismo. Percebe-se que associado ao poder político o monumento, frequentemente, encarna um símbolo público do autoritarismo/despotismo quando mostra culturas e povos não-norte-americanas, e, democracia e seu questionamento quando se usa dos monumentos civis presentes no espaço público dos EUA.

17. No mesmo episódio, *Household*, o uso monumental é importante, pois todo o National Mall aparece modificado, destacando-se o obelisco de Washington convertido em cruz, marcando o novo poder teocrático totalitário.



Fig 7: A estátua da Liberdade funciona como um símbolo cívico da América como terra da oportunidade desde os primórdios do cinema. Fonte: *The Immigrant*. Lone Star. Dir: Charles Chaplin, EUA, 1917.



Fig 8: O National Mall de Washington é recorrentemente associado à invasão alienígena/estrangeira em filmes de ficção-científica. Fonte: *The day the Earth Stood Still*. Twentieth Century Fox. Dir.: Robert Wise, EUA, 1951.

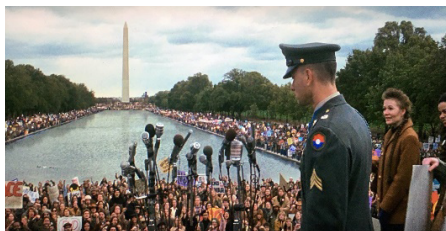


Fig 9: Com o Monumento a Washington ao fundo e tendo atrás de si o Lincoln Memorial, Forrest Gump participa das manifestações por direitos civis, no painel histórico repleto de alegoria cristã. Fonte: *Forrest Gump*. Paramount Pictures. Dir: Robert Zemeckis, EUA, 1994.

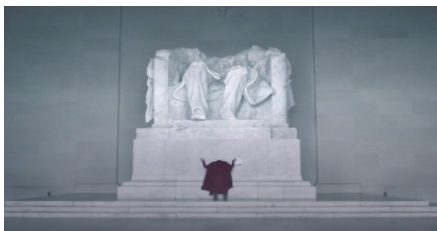


Fig 10: O Lincoln Memorial destruído simboliza a destruição dos ideais cívicos americanos. Fonte: *Handmaid's tale*. Hulu. 3 temporada, ep. 6, *Household*. Dir: Dearbhla Walsh, EUA, 2019.

Trata-se de usos de monumentos para indicar a presença (quando a imaginária e monumentalidade estão intactas) ou a derrubada (quando estatutária e monumentos estão destruídos) do poder político. Se a monumentalidade remete ao poder atuante, a iconoclastia daquela é um recurso visual para indicar nos filmes o desaparecimento do poder e sua substituição por outro.

Os monumentos nos quadrinhos de super-heróis

As revistas em quadrinhos de super-heróis são um gênero entre tantos do que se convencionou chamar de arte sequencial (CIRNE, 2000). Como gênero apresenta a figura do herói e seu correlato, o super-herói, como eixo acional a partir do qual enredos e iconografia são construídos. O gênero emergiu nos anos 1930 e sofreu inúmeras mutações até os dias de hoje, tendo penetrado fortemente na cultura visual contemporânea a partir de importantes iniciativas como a Pop Art dos anos 1960 e a criação de seriados televisivos e animações. Embora desde os anos 1930 – como exemplifica o já citado *Flash Gordon* o qual fora originalmente uma HQ – tenha havido filmes ou seriados que adaptaram enredos dos HQs como um segmento do filme de aventura, aparentemente, no início do século XXI emergiu um novo gênero cinematográfico¹⁸ cuja característica fundamental é a matriz no universo dos quadrinhos, numa importação/apropriação de ícones e personagens da HQ para o cinema.

O gênero fílmico do super-herói é um novo formato da cultura do entretenimento juvenil do mundo contemporâneo, adaptado a uma circulação intertextual que tem extensão nos meios digitais, games, quadrinhos e redes sociais; um conjunto multimidiático comercial¹⁹. Este grupo de filmes apropria enredos e iconografia monumental para articular uma concepção de tempo e história. A base de onde são tirados os enredos e a iconografia de base encontra-se, portanto, nas histórias em quadrinhos das duas maiores editoras do ramo nos EUA, a Marvel Comics e a DC Comics²⁰.

O uso iconográfico de estátuas remete ao início dos HQs de super-heróis. À arquitetura monumental foi associada a figura da estátua, sendo que ambas servem como formas de marcação *temporal* (definindo civilizações passadas ou mesmo extintas) e *espacial* (definindo mundos distantes no espaço). Assim, desde os anos 1940, na emergência da HQ de super-heróis, arquitetura e escultura se destacam na caracterização de países ou lugares imaginários como a Atlântida, Olimpo, Kripton, Temischira, Asgard,

18. Para definição do filme de ação/aventura Cf. (BORDWELL, 2006).

19. O empreendimento mais bem sucedido é o popularmente conhecido MCU, o *Marvel Cinematic Universe*, o conjunto de obras da Marvel Studios que consolidou a empresa entre as majors estadunidenses.

20. Lembrando que quase todos os personagens dos filmes e quadrinhos aqui mencionados pertencem a estas duas editoras. A DC Comics existe desde 1934. A Marvel Comics tem sua primeira versão de 1939.

Nova Gênese, Apokolips, Azurath, Wakanda, Latvéria, Atilan²¹, etc., ou mesmo distantes no tempo como o Egito e Roma antigos. Nestes casos, a monumentalidade e as estátuas caracterizam a alteridade histórica, geográfica e cultural. Por vezes a justificativa de tais usos é simples: os gregos são conhecidos por sua imaginária, assim nos enredos de personagens como Mulher-Maravilha e Hércules as estátuas são esperadas. Nestes casos, as estátuas funcionam de maneira complexa ao fornecer um fundo de *familiarização* que permitem ao leitor caracterizar o passado longínquo ou os mundos anacrônicos a partir de uma iconografia que já circula na cultura comum como, por exemplo, as apropriações das esculturas antropomórficas, colunas e formas clássicas do passado grego ou romano; as pirâmides, tumbas e esfinges; gárgulas e figuras góticas relacionados ao período medieval; esculturas maciças simétricas de culto aos líderes autoritários dos fascismos históricos.

Mais arbitrário é o uso de estatuária nos enredos mitológicos de Thor ou em mundos alienígenas como Apokolips e Chandilar, ou mesmo no passado remoto da Terra pré-histórica com visitantes alienígenas super-poderosos como os Celestiais (Fig.12). Assim como no cinema, as estátuas funcionam para *localizar* o poder político nos enredos, seja em mundos históricos reais como nas inúmeras tramas que envolvem o governo dos EUA a partir de monumentos como o Lincoln Memorial (fig. 15) ou marcando a autoridade e, frequentemente, a ditadura em espaços imaginários, como nos casos de planetas distantes como Apokolips, sede da ditadura do arqui-inimigo dos Superman, o tirano Darkseid, cujas estátuas adornam a paisagem alienígena (fig 11) ou no palácio real capital da monarquia alienígena de Shiar, no planeta Chandilar, que frequentemente aparece nas tramas dos X-men e dos Vingadores (fig. 13).

21. Todos estes nomes são lugares fantásticos que permeiam histórias de personagens da editora DC Comics, como Superman, Liga da Justiça, Titãs, Mulher-Maravilha; e da Marvel Comics, como Thor, Vingadores, Quarteto Fantástico, X-men, Pantera Negra, etc.. Trata-se de uma iconografia de espacialidade flutuante, uma vez que tais terras, países e mundos maravilhosos são visitados constantemente por vários personagens em diferentes edições das revistas, cujos enredos são frequentemente interligados. Roteiristas e desenhistas imprimem diferentes interpretações a todos estes lugares, mas ainda que de forma irregular, monumentalidade e imaginária urbana cívica e religiosa fazem parte da tópica visual. Por falta de espaço não vamos vincular essas variações aos momentos políticos dos EUA.



Fig. 11: O mundo infernal alienígena de Apokolips, com espaços ocupados com estátuas do tirano Darkseid, arquini-migo do Superman e da Liga da Justiça. Fonte: *Mister Miracle*, DC Comics, n. 7, 1972.



Fig. 12: O passado remoto da Terra em *Eternos*. Os antigos fizeram estátuas dos visitantes alienígenas. No momento de resolução do conflito do enredo, as estátuas desabam. Fonte: *Eternals*, Marvel Comics, n. 4, 1977.

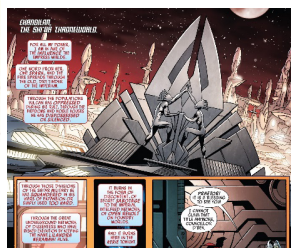


Fig 13: Esculturas celebrativas decorando o palácio do governo em Chandilar, capital do Império Shiar, unidade política coadjuvante das aventuras dos X-Men e dos Vingadores. Fonte: *War of Kings*, Marvel Comics, n. 4, 2009.

As estátuas servem, portanto, para o leitor *diferenciar* a alteridade do espaço político e cultural apresentada nos enredos visuais. Os mundos maravilhosos são alteridades que espelham em alguma medida a estrutura política e cultural dos EUA. Os mundos e países imaginários citados acima ou são *espaços anacrônicos* do passado que é apropriado pelos quadrinhos advindos do imaginário histórico – em suas referências ao clássico, medieval, moderno ou antigo; ou são *espaços utópicos ou distópicos* construídos em mundos distantes no espaço ou no tempo²². Todos são diversos da democracia liberal estadunidense e sua cultura cívica monumental.

Aqui cumpre citar a especificidade do uso de esculturas e monumentos cívicos públicos dos EUA, usados como indicadores de transformações históricas. A monumentalidade e estatuária cívicas fazem parte da paisagem das cidades reais e imaginárias dos quadrinhos, destacando-se o papel das

22. Frequentemente os espaços anacrônicos podem se confundir com espaços distópicos ou utópicos, como acontece em algumas representações da Ilha Paraíso, lar da Mulher-Maravilha, ou Asgard, lar do Thor.

pólis icônicas como Washington ou New York e os marcos da memória pública estadunidense que servem como caracterizadores do civismo dos EUA, destacando-se os itens do National Mall de Washington, capital dos EUA, a estátua da Liberdade em New York e o Monte Rushmore.

Escultura e monumento, neste caso, são frequentemente usados com os mesmos fins. O Capitólio já aparecia sendo destruído em 1936²³ em ataques de grupos terroristas; bem como o Monte Rushmore recorrentemente surge como cenário de batalhas, sendo uma das mais antigas aparições, nas aventuras do Capitão América de 1943²⁴. A iconografia do Capitólio, do Lincoln Monument ou do Monte Rushmore faz parte de inúmeros enredos de destruição, protesto ou de rebeliões cujas implicações políticas – a ameaça ao poder e ao governo dos EUA – são realçadas justamente pelo uso de itens da história pública estadunidense.

Os ícones da paisagem monumental ianque são apropriados para deslocarem o imaginário do poder político, seja pela destruição iconoclasta plena ou por sua alteração, evidenciando a mudança de poder em curso ou um ponto de rebelião contra o estado americano. No caso do Monte Rushmore, além de cenário de batalha, a inserção ou alteração de sua figuração é sintomática da potencialidade de monumentos funcionarem para indicar a transitoriedade do poder (Fig. 14).

As duas grandes paisagens monumentais usadas para invocar a crítica política no gênero dos super-heróis parecem ser realmente os elementos do conjunto monumental de Washington e New York. Tal como o Monte Rushmore, o Lincoln Memorial (Fig. 15) tem sido vinculado aos tópicos da revolta popular, aos levantes ou ataques políticos. Por vezes, a destruição de tais artefatos/lugares indica a queda da democracia liberal com a ascensão da anarquia ou do fascismo. Trata-se novamente da destruição do monumento cívico como indicador da mudança política e histórica²⁵, como nas destruições do Capitólio por golpes de estado ou invasões estrangeiras (Fig 16).

O Capitólio é símbolo central, talvez mais significativo do que a Casa Branca, uma vez que tem sido mais facilmente qualificável para evidenciar a crítica ou derrubada do corpo político dos EUA. Se sua destruição aponta

23. *New Comics*, n. 6, 1936.

24. *Capitan American Comics*, n. 24, 1943.

25. A base da iconoclastia é a derrubada de uma imagem do poder e sua substituição por outra. Cf.: (MONDZAIN, 2014)

para o fim da democracia liberal, agressões ao monumento indicam insatisfação e ansiedade públicas como na antológica história do *Tio Sam*, publicada em 1997, no qual a espírito corrompido da América, entronizado sobre televisores que alegorizam a banalização social, coloca os pés sob a cúpula do Congresso dos Estados Unidos (Fig. 17) (SILVA, 2006, p.90-105).



Fig. 14: Thor conquista os EUA e inclui sua imagem no Monte Rushmore. Fonte: *Thor*, Marvel Comics, v. 2, n. 68, 2003.

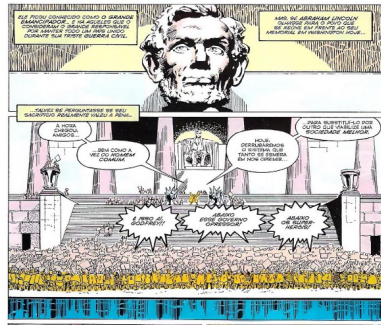


Fig 15: O Glorioso Godfrey tenta tomar o poder dos EUA reunindo uma multidão insurgente no Lincoln Memorial. Fonte: *Lendas*, São Paulo, editora abril, n. 5, 1989 (original *Legends*, DC Comics, n. 5, 1987).



Fig. 16: Uma organização fascista toma o controle dos EUA e governa de um Capitólio semi-destruído. Fonte: *Secret Empire*, Marvel Comics, n. 7, 2017.

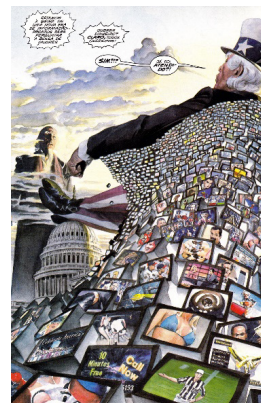


Fig. 17: O espírito/alegoria da América corrompida trata o Capitólio com desprezo enquanto está sentado em seu trono de imagens falsas. Fonte: *Tio Sam*, n. 2, Editora Abril, 1998 (original *Uncle Sam*, DC Comics, n. 2, 1997).

Outro núcleo recorrente de referência do uso de monumentos nos *comics* é a estátua da Liberdade. Desde os anos 1940 ela é palco recorrente de batalhas contra vilões e invasores dos EUA, remontando ao antológico confronto entre Tocha Humana e Namor²⁶, caso retomado na minissérie *Marvels* nos anos 1990 (Fig. 14). A estátua da Liberdade, sucessivamente é retratada avariada ou destruída em ataques de vilões, rebeliões civis ou invasões estrangeiras, sendo signo fundamental de caracterização de futuros distópicos (Fig. 15). Derrubada ou destruída, a estátua é a indicação de que o corpo político americano não está mais íntegro, foi subjugado ou deixou de existir.



Fig 18: A estátua da Liberdade palco da batalha contra Namor, o primeiro super-inimigo da América. Fonte: *Marvels*, Abril, n. 1, 1996 (original *Marvels*, Marvel Comics, n. 1, 1994).



Fig 19: O futuro distópico indicado pela destruição da Estátua da Liberdade e do Empire State ao fundo. Fonte: *Kamandi*, DC Comics, n. 1, 1972.



Fig 20: O Tio Sam recupera sua vontade ao recordar o ideal da Liberdade estampado na estátua de New York. Fonte: *Tio Sam*, n. 2, Editora Abril, 1998 (original *Uncle Sam*, DC Comics, n. 2, 1997).

Os monumentos podem simbolizar ainda a restauração política e não apenas as crises. Sua restauração iconográfica indica o retorno da ordem liberal, como acontece recorrentemente com o ícone da Estátua da Liberdade, usado para *relocalizar* (Fig. 20) a retomada do poder e da ordem públicas na ficção.

26. Conflito que ocorre nos *comics* dos 1940, transformado em antológico pela história das histórias em quadrinhos. Cf.: (CIRNE, 2000)

Batman vs Superman e Liga da Justiça: a monumentalidade atualizada

Como dito acima, o filme de super-herói pode ser considerado um gênero próprio ramificado do filme de aventura/ação, uma produção estandardizada do *mainstream* cinematográfico contemporânea. Os usos de monumentos em fitas como *Liga da Justiça* e *Batman vs Superman* devem ser pensados tendo essa base socioeconômica. Os artefatos monumentais estão mergulhados em narrativas padronizadas pela indústria.

Cumpra compreender melhor a dimensão da relação entre quadrinhos, cinema e entretenimento no gênero do filme de super-herói. A maioria dos filmes de super-heróis é produzida por grandes estúdios os quais partem da mesma estratégia de construção de uma rede de consumo intertextual. As produções da Marvel Studios e da Warner Brothers Pictures²⁷ lidam com o que podemos chamar de *diegese expandida*²⁸, ou seja, um conjunto variado de indicações e componentes que se realizam em obras a serem consumidas em conjunto, entre si e com outras plataformas midiáticas que incluem games, redes sociais, blogs, jornais, etc., mas também aparelhos diversos como televisores, smartphones, computadores, tablets, etc..

Tais produções têm seus enredos baseados nas histórias em quadrinhos da editora DC ou da Marvel Comics, o que exigiu uma reorganização das práticas tradicionais de produção fílmica na criação de uma *rede transfuncional* (JEFFRIES, 2017) na qual os filmes mencionam os quadrinhos originais, ativam memórias de seus leitores, mas também mantêm a independência entre si²⁹ ao mesmo tempo que constroem fábulas em continuidade em outros filmes.

Partindo da tradição narrativa clássica hollywoodiana, o regime espectral proposto pela Marvel Studios e Warner Brothers Pictures explora a construção de cognoscibilidade em rede. Se um filme clássico explica ao espectador tudo que ele deve saber para compreender uma fábula, explorando

27. Estúdio que produz os filmes que adaptam a maioria dos personagens da editora DC Comics.

28. A *diegese* é uma combinação de lugar, espaço, tempo e sujeito, excedendo a fábula própria a um único filme. A *diegese expandida* como conceito descreve o ambiente do *primeiro cinema*, notadamente, aos anos 1910, quando uma grande variedade de materiais e operações estavam envolvidos na exibição de filmes. Ela remete a um “aqui e agora” da exibição em interconectividade, ou seja, uma fábula que só pode ser construída naquela circunstância. CF. (ELSAESSER, 2018).

29. A convergência transmídia envolveu um processo de produção diferenciada de filmes.

suas expectativas por meio de diversas convenções narrativas; o esquema em rede, por sua vez, é um mecanismo comercial de construção da fábula em conjunto na *diegese expandida*: para saber (tudo) sobre a estória de um dado filme, o espectador deve ver todos os filmes da serie em conexão com diversas mídias³⁰. Ou seja, para compreender o mais recente filme *Aquaman* (2018), o espectador deve ter visto *Liga da Justiça* (2017), e para entender a este deve remeter diretamente aos anteriores *Batman vs Superman* (2016) e *Mulher-Maravilha* (2017), assim como para estes serem compreensíveis é fundamental ter assistido *O Homem de Aço* (2013).

Trata-se de *plots interconectados* que garantem que o espectador, caso este seja leitor de quadrinhos (a base original e funcional do público do gênero fílmico) trabalhe a partir das referências aos enredos originais; bem como se for um novo espectador, possa construir um “universo” ficcional independente (JOHNSON, 2012). Segundo Kristin Thompson (1999), o mais básico princípio dos filmes de Hollywood é que a narrativa deve consistir de uma cadeia de causas e efeitos relacionados a um ou mais protagonistas que seja simples do espectador acompanhar. Na rede trans-ficcional, o espectador deve acompanhar várias obras para compreender um único item.

Batman vs Superman e *Liga da Justiça*³¹ são baseados em algumas narrativas canônicas dos quadrinhos da editora DC Comics, entre as quais destacam-se *A Morte do Superman*³², *Cavaleiro das Trevas* e *Liga da Justiça*

30. O espectador torna-se um sujeito do consumo de filmes relacionado a um amplo conjunto de itens nos quais os padrões narrativos transitam e são atualizados como *franchise*, um modelo que se consolidou na Hollywood contemporânea a partir dos anos 1980. As franquias geram muitos produtos como livros, programas de TV, trilhas sonoras, brinquedos, roupas, outros (os mesmos) filmes em versões estendidas, cults, etc. de DVDs ou Blu-Ray (importantíssimas até alguns anos atrás), que se constituem como conjunto em um *marketing* multiplataforma. Cf.: (BORDWELL, 2006).

31. O primeiro filme conta a história de como Lex Luthor tramou para colocar os heróis Batman e Superman um contra o outro. Luthor transforma Superman em uma espécie de inimigo público e cria um monstro alienígena chamado Doomsday para matar os heróis. Na batalha contra o monstro intervém a Mulher-Maravilha como aliada dos heróis, mas Superman acaba morrendo ao matar a criatura. No final cria-se um monumento para o herói. *Liga da Justiça*, por sua vez, conta como Batman reuniu a Mulher-Maravilha, Flash, Cyborg e Aquaman contra o invasor alienígena Steppenwolf. Incapazes de vencê-lo sozinhos, os heróis ressuscitam Superman que inicialmente fica hostil ao grupo. No fim todos se juntam a vencem Steppenwolf e formam a Liga da Justiça.

32. Respectivamente o original *The Death of Superman*, de 1993; *Dark Knight*, original de 1985; *Justice League (The new 52)*, v. 1, 2011.

Origem Os Novos 52. Entre todas elas, destaca-se *A Morte do Superman*, base para criação do primeiro filme acima citado, cujo desenrolar deu origem ao primeiro monumento cívico de destaque das HQs de super-herói. A partir do momento em que a morte de heróis se tornou um *topos* recorrente dos *comics*, começaram a surgir monumentos aos personagens fictícios caídos, sendo que o monumento ao Superman em Metropolis, talvez tenha sido o primeiro monumento cívico³³. Após a morte do personagem, na série de histórias intitulada *Funeral for a friend*³⁴, de 1993, apareceu o memorial de Superman figurado com uma chama na base (fig 21), a qual remetia aos modelos dos monumentos aos Soldados Desconhecidos, presentes em algumas cidades pelo mundo. O monumento dos HQs parece remeter especialmente à Tumba ao Soldado Desconhecido da Guerra Revolucionária que existe na cidade da Filadélfia³⁵ (Fig. 22), monumento erguido em 1956, como homenagem aos mortos na Revolução Americana.

33. Até meados dos anos 1980, havia poucos enredos com heróis sendo mortos nas HQs, sendo famosos os casos do Capitão Marvel e Fênix, personagens da Marvel Comics.

34. Destaque-se que Superman morreu numa batalha televisionada contra um Monstro Assassino na cidade fictícia de Metrópolis. A sua morte espetaculosa é seguida por inúmeras edições em várias revistas de seu enterro e luto, uma série de histórias chamadas *Funeral for a friend*. No enterro o personagem é convertido em herói público num conjunto de cerimônias que indicam sua incorporação ao panteão nacional dos EUA.

35. Os EUA apresentam muitas tumbas ao soldado desconhecido como monumento, a maioria sem a chama perpétua.

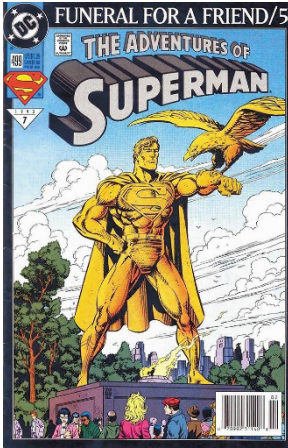


Fig. 21: monumento ao Superman.
 Fonte: *The Adventures os Superman*, DC Comics, n. 499, 1993.



Fig. 22: Monumento Tumba do Soldado Desconhecido da Guerra Revolucionária. Erguido em 1956 em Filadélfia.
 Fonte: Wikipedia³⁶.



Fig 23: Vietnam Veterans Memorial. Modelo que esta na base da inscrição de nomes presente nos filmes de super-heróis atuais. Forma contra-monumental de rememoração dos caídos da guerra. Fonte: imagem disponível no site *Competitions*.³⁷.



Fig. 24: O novo memorial do Superman em *Batman vs. Superman* (2015). Abandono do modelo antropomórfico e uso de estilo contra-monumental.
 Fonte: *Batman vs Superman: dawn of justice*. Warner Bros. Dir: Zack Snyder, EUA, 2016.

36. TOMB of the Unkown Revolutionary War Soldier. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Tomb_of_the_Unknown_Revolutionary_War_Soldier. Acesso em junho 2020.

37. SPREIREGEN, Paul. The Vietnam Veterans Memorial design competition. Competitions, org. Disponível em: <https://competitions.org/2017/10/the-vietnam-veterans-memorial-design-competition-essay-by-paul-spreiregen/>. Acesso em junho 2020.

Segundo Reinhart Koselleck a monumentalização do soldado desconhecido foi um desdobramento da tradição monárquica dos monumentos, mas as funções sócio-políticas do “soldado desconhecido” o tornam algo próprio de tradições democráticas, uma vez que a simbologia da morte anônima de massa tem uma função democrática e é um dos adventos mais importantes do século XX logo porque “o desconhecido, de fato, é aquele que está para a nação ou o povo do qual é membro”³⁸ e tem um vínculo direto com a estrutura comunitária.

Os *comics* de super-heróis apresentam monumentos do mundo histórico desde os anos 1930, se apropriando das esculturas cívicas estadunidenses, tal como apontado na seção anterior, contudo, dos anos 1990 em diante começou a emergir os monumentos cívicos aos heróis caídos e neste momento desenhistas e roteiristas recorreram a novos modelos iconográficos que começaram a emergir dos anos 1950 em diante. Importante ressaltar, no caso do Superman, que incorporar o modelo do soldado desconhecido (reconhecidamente anônimo e massivo) não significa desindividualizar o herói, uma vez que a estátua deste diferenciava sua identidade da massa.

Além do soldado desconhecido, outra fonte estilística dos monumentos que seria incorporada, notadamente nos filmes de super-heróis do século XXI, foi a nascente tradição anti-monumental que emergiu em meados do século XX. Desde os anos 1980 se tornaram comuns os chamados *contra-monumentos*, ou seja, propostas de lugares para rememoração sem fim comemorativo que se inserem na paisagem como índices da brutalidade da história, recordando não o herói caído, mas as vítimas notadamente massacradas e/ou acometidas por genocídios. Tais escolhas monumentais, ainda que continuem usando, algumas vezes, da estatuária, frequentemente evitam figurações de formas humanas e valorizam blocos, informes ou mesmo o vazio para indicar as vidas perdidas (HUYSSSEN, 2014). Tais modelos monumentais constituem espaços de recordação contra a violência de massa (PINOTTI, 2014, p. 17-34), remetendo diretamente à figuração da morte violenta.

Os filmes recentes combinaram possibilidades de contra-monumentalidade na figuração dos personagens como heróis cívicos. *Batman vs*

38. Koselleck enumera como a figuração do soldado desconhecido esteve relacionada com as variações de monumentos equestres, típicos da tradição monárquica. Em inúmeros casos, a ideia do príncipe a cavalo e o soldado desconhecido foram combinados em algumas capitais europeias tais como Viena, Roma, Budapeste, todas ligadas as suas tradições monumentais monárquicas. Cf.: (KOSELLECK, 2003, p. 19)

Superman usa como protótipo a inscrição de nomes em superfícies escuras, sendo os exemplares estadunidenses os já citados Vietnam Veterans Memorial, inaugurado em 1982 (Fig. 23), em Washington e o National September 11 Memorial, aberto em 2011, em New York. Se o primeira comemora soldados expostos em um painel de nomes que soterram o visitante (GRISWOLD, 1992, p. 79-113) o último remete à memória das vítimas de massacres, guerras ou atentados terroristas. Não se trata da memória do herói ou do soldado, mas dos invisíveis cujos nomes inscritos retiram do anonimato.

Batman vs. Superman invoca justamente a inscrição de nomes de vítimas (fig. 2) da invasão alienígena que ocorrera no filme *O Homem de Aço* (Warner Brothers. Dir: Zack Snyder, EUA, 2013). Os nomes das vítimas aparecem inscritos nas lápides que tem à sua frente a estátua do Superman como salvador do país, aquele que expulsou os aliens e se tornou o herói salvador. No mesmo filme, após todo o desenrolar do enredo, o herói tomba, na hora de representar a tumba do personagem, adaptando o enredo de *Funeral for a friend*, o monumento civil montado também se apropria dos modelos não-figurativos anti-monumentais, com uma lápide na qual está inscrito “Se você está procurando um monumento olhe ao seu redor” (fig. 24).

Ora, *Batman vs Superman* e *Liga da Justiça* usam a monumentalidade diretamente vinculada à figura do Superman como salvador da comunidade. Por um lado, seguindo a tópica dos quadrinhos, o monumento serve para evidenciar as crises políticas eventuais. O filme marca em várias cenas, alguma agressão monumental: o monumento às vítimas aparece vandalizado com escritos “falso Deus” (fig. 25) na estátua do Superman; logo depois, manifestantes contra o Superman, que estavam na frente do Congresso, presenciam o Capitólio ser explodido por uma bomba, indicando a crise política e a disputa entre o governo dos EUA e o herói super-poderoso.



Fig 25: Em programa de televisão, debate-se sobre a figura do Superman ser um perigo à integridade do estado e mostra-se um ato de vandalismo contra o monumento. Fonte: Fonte: *Batman vs Superman: dawn of justice*. Warner Bros. Dir: Zack Snyder, EUA, 2016

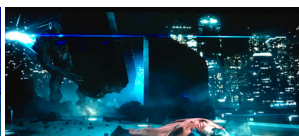


Fig. 26: Quando Doomsday desperta, ele salta e cai exatamente em cima do monumento e usa uma das lápides de inscrição contra Superman. Fonte: *Batman vs Superman: dawn of justice*. Warner Bros. Dir: Zack Snyder, EUA, 2016.



Fig 27: Superman volta à vida e reencontra algumas das lápides intactas e sua estátua destruída, restando apenas a cabeça. Também este monumento é o lugar da batalha do herói com a nova Liga da Justiça. Fonte: *Justice League*. Warner Bros. Dir: Zack Snyder, EUA, 2017.

Por fim, o monumento será o palco da batalha de Superman contra Doomsday (fig 26), o monstro invasor que desperta e inicia a destruição da cidade. Do desenrolar destes acontecimentos culminará a morte do Superman. Ao final do filme a lápide com a inscrição mencionada acima, sem a figuração do herói, evidencia como este é transformado em herói cívico e salvador (fig 24), instituído no panteão das referências comunitárias da cidade e da nação.

Tal marcação é retomada em *Liga da Justiça*, mas com outro tom. Na trama mirabolante, quando Superman volta à vida, seu primeiro ato é visitar o local onde está o monumento avariado por sua luta mortal contra Doomsday (fig 27). Destaque-se que no mundo de faz-de-conta a escolha iconográfica foi apresentar o monumento semidestruído como indicação do sacrifício do herói. No chão permanece apenas a cabeça da estátua que antes havia ali. O ato de deixar monumentos agredidos ou semi-destruídos, sem restauração, em seu estado imediato pós-agressão é significativo, uma vez que significa um posicionamento frente à *memória agredida*. O *tropo* da cabeça da estátua caída/derrubada também é um tema constante dos rituais iconoclastas de monumentos, tornando-se constante na imprensa internacional do século XX (WILLIAMS, 2008). A cabeça de Superman no chão compõe a memória do herói civil sacrificado. Ela inclusive será transformada em arma, uma vez que o personagem atira o próprio ícone contra a Liga da Justiça que o ressuscitara.

A persona de herói emerge associado a cenários monumentais fictícios, importantes para operar a transformação do personagem do Superman em herói cívico. O modelo apropriado pelos filmes – nos dois monumentos de *Batman vs Superman*, e, no monumento semi-destruído de *Liga da Justiça* – é uma variação de contra-monumentalidade combinada com a celebração civil. Na monumentalização entre *Batman vs Superman* e *Liga da Justiça*, o movimento migratório ocorre entre morte, memória e ressurreição como um trânsito entre rememorar as vítimas e criar um herói civil. Estes artefatos de faz-de-conta marcam sua origem como reação à morte violenta, a qual funciona como uma matriz produtora de memória pública.

Considerações finais: perguntando sobre história pública

O monumento tradicional sintetiza uma função celebrativa do passado pela máxima visibilidade e imposição de sua escala e dimensões no espaço público. As histórias em quadrinhos e suas adaptações do cinema se apropriam de tais dimensões comemorativas e propagandísticas-celebrativas do poder (PINOTTI, 2014, p. 17-34). O monumento cívico neste sentido, *territorializa e localiza* o poder na praça pública. Frequentemente, é uma prática para celebrar o ancestral morto que está na base do pacto social que sustenta a comunidade e sua identidade. O monumento, neste sentido, é uma imagem de reação à morte *na* ou *pela* comunidade.

Reinhart Koselleck chama atenção que se monumentos figuram sujeitos históricos específicos (nacionais, monárquicos, militares, populares, aristocracia, soldados, generais, inimigos, vítimas) eles trabalham com a matriz fundamental do enfretamento social da morte (KOSELLECK, 2003, p.19). Eles promovem uma dupla leitura: recordam as incomparáveis e inconfundíveis ocasiões que levaram ao morrer e à morte; marcam a permanência dos mortos na comunidade sobrevivente. Acrescentaríamos ao argumento do historiador alemão que a permanência dos mortos ocorre pelo princípio da *ancestralidade*, ou seja, da seleção de um fundador cuja *presença* imaginária não o confunde com a de um ente sepultado, mas com um agente vivo enquanto memória.

A morte violenta é, em especial, uma das matrizes fundamentais da elaboração de ancestrais que se tornam imagens do poder na praça pública. Esta é a base do monumento nos filmes aqui analisados: a morte violenta de milhares de pessoas em *O Homem de Aço* gera o monumento de *Batman*

vs Superman, o qual será destruído e renovado em um novo monumento, no mesmo filme, do protagonista Superman como herói cívico. Não por acaso, o monumento retorna quando Superman faz sua reaparição no filme *Liga da Justiça*.

A monumentalização é uma maneira de inscrever personagens e eventos na praça constituindo uma história pública do poder instituído. Toda ereção, agressão, alteração, destruição, deslocamento ou restauração monumental funciona como um uso do passado público e indica o reconhecimento de certo poder político que foi instituído e será mantido ou derrubado, substituído ou restaurado.

Acompanhando filmes de super-heróis, os quais apresentam alguma continuidade com o que já ocorria nas HQs, percebe-se como os usos do passado monumental são *operações* com os elementos da história pública. Uma vez que o monumento localiza o poder ao simbolizá-lo, agir sobre eles é agir sobre a simbólica deste poder. Mesmo quando os monumentos são autorreferenciais, referindo-se aos personagens, eventos e situações dos mundos de fantasia de HQs e filmes, a operatória de *localização e deslocalização do poder* permanece.

Os filmes mostram a disponibilidade dessa operatória monumental do poder na cultura de massa. As estátuas e lápides em películas não são imitações ou reflexos dos usos do passado que ocorrem na “vida real”. É o contrário: as películas são imagens e narrativas que articulam reinvenções da monumentalidade atuante na praça pública “real”. Eles mostram as possibilidades, ampliando a vida de artefatos que já existem (como o Lincoln Memorial ou a estátua da Liberdade) ou criando novos artefatos que ensinam a *operar o monumento-dispositivo* do passado público. Acima de tudo, os filmes aqui apontados mostram que os monumentos podem ser derrubados ou refeitos e existem muitas formas de fazer isso. Nenhuma imagem está segura, nem mesmo a do mais poderoso herói. Ainda que o poder destes seja restaurado, a ameaça de sua queda está metaforizada nas estátuas...

FONTES E REFERÊNCIAS:

Filmes analisados

BATMAN vs Superman: dawn of justice. Produção: Warner Brothers. Direção: Zack Snyder. Duração: 2h30m. Colorido. País de produção: EUA,

2016. Cópia consultada: streaming oficial da Warner Bros, Netflix.

JUSTICE League. Produção: Warner Brothers. Direção: Zack Snyder. Duração: 2h. Colorido. País de produção: EUA, 2016. Cópia consultada: streaming oficial da Warner Bros, disponível no Youtube.

Filmes e HQs citados:

AVENGERS Endgame. Marvel Studios. Dir: Anthony Russo, Joe Russo, EUA, 2019.

CAPITAN American Comics, n. 24, EUA, 1943.

ETERNALS, Marvel Comics, EUA, n. 4, 1977.

FLASH Gordon. Universal Studios. Dir: Frederick Stephani, EUA, 1936.

FORREST Gump. Paramount Pictures. Dir: Robert Zemeckis, EUA, 1994.

HANDMAID'S tale. Hulu. 3 temporada, ep. 6, *Household*. Dir: Dearbhla Walsh, EUA, 2019.

HARRY Potter and the deathly hallows part 1. Warner Bros. Dir: David Yates, EUA, 2010.

KAMANDI, DC Comics, n. 1, EUA, 1972.

LENDAS, São Paulo, editora abril, n. 5, Brasil, 1989.

MAN of Steel. Warner Brothers. Direção: Zack Snyder, EUA, 2013.

MAN of Steel. Warner Brothers. Direção: Zack Snyder, EUA, 2013.

MARVELS, Abril, n. 1, Brasil, 1996.

MISTER Miracle, DC Comics, EUA, n. 7, 1972.

NEW Comics, n. 6, EUA, 1936.

PLANET of the Apes. Twentieth Century Fox. Dir: Franklin Schaffner, EUA, 1968.

SECRET Empire, Marvel Comics, n. 7, EUA, 2017.

THE Day the Earth Stood Still. Twentieth Century Fox. Dir.: Robert Wise, EUA, 1951.

THE Immigrant. Lone Star. Dir: Charles Chaplin, EUA, 1917.

THE Rise of Skywalker. Lucasfilm, Walt Disney. Dir: J.J. Abrams, EUA, 2019.

THOR, Marvel Comics, v. 2, n. 68, EUA, 2003.

TIO Sam, n. 2, Editora Abril, Brasil, 1998.

WAR of Kings, Marvel Comics, EUA, n. 4, 2009.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Che cos'è un dispositivo?** Milano: Nottetempo, Roma 2006.

_____. **Il Regno e la Gloria: per una genealogia teologica dell'econ.** Milano: Bollati Boringhieri, 2009.

_____. **O Aberto: o homem e o animal.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

AGULHON, Maurice. *Historie vagabonde*, v. 1. Paris: Galimard, 1988; KNAUSS, Paulo. (Org.). **Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro.** 1ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

ANDERSON; Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

BAECQUE, Antoine de. **Camera historica: the century in cinema.** New York: Columbia University Press, 2012.

BAZIN, André. **O que é cinema.** São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.

BORDWELL, David. **The way Hollywood tells it: story and style in Modern Movies.** Berkley: University of California Press, 2006.

CARDOSO, Eduardo Wright. A história como pintura: da dimensão pictórica à textual na historiografia francesa da primeira metade do século XIX. **História da historiografia**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, maio-ago, 2019, p 170-197.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo : Editora da UNESP, 2001.

CIRNE, Moacyr. **Quadrinhos: sedução e paixão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ELSAESSER, Thomas. **Cinema como arqueologia das mídias.** São Paulo: SENAC, 2018.

ESPOSITO, Roberto. **Il Pensiero Vivente: origini e attualità della filosofia italiana.** Torino: Einaudi, 2010.

GRISWOLD, Charles. The Vietnam Veterans Memorial and the Washington Mall: philosophical thoughts on political iconography. In: MITCHELL, W. J. T. (org.). **Art and the public sphere.** Chicago: University Chicago Press, 1992, p. 79-113.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JACOBS et ali. **Screening statues: sculpture and cinema.** Edimburgo: Edinburgh University Press, 2019.

JAMESON, Friedric. **Pós-modernismo.** São Paulo: Ática, 1997.

JEFFRIES, Dru. The worlds align: media convergence and complementary storyworlds in Marvel's Thor: The Dark World. In: Boni, Marta (ed.), *World Building. Transmedia, Fans, Industries*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017, p. 287- 303.

JOHNSON, Derek. Cinematic destiny: Marvel Studios and the trade stories of industrial convergence. *Cinema journal*, University of Texas Press, v. 52, n. 1, 2012, pp. 1-24.

KOSELLECK, Reinhardt. I monumenti: materia per una memoria collettiva? *Discipline filosofiche*, Bologna, ano. XIII, n. 2, pp. 9-34, 2003, p. 19.

KRACAUER, Siegfried. *Historia*. Buenos Aires: Las Cuarentas, 2010.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

MITCHELL, W. J. T. *Image Science*: Iconology, visual culture and media aesthetics. Chicago: The University of Chicago Press, 2015;

MONDZAIN, Marie-José. **Imagem, ícone, economia**: as fontes bizantinas do imaginário contemporâneo. São Paulo: Contraponto, 2013., 2014.

PINOTTI, Andrea. Antitotalitarismo e antimonumentalità. In: PIRETTTO, Gian Piero (org.). **Memorie di pietra**: i monumenti delle dittature. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2014. P. 17-34.

SAMUELS, Maurice. **The spectacular past**: popular History and the novel in Nineteenth-Century French. New York: Cornell University Press, 2004.

SANDBERG, Mark. Efigie e narrativa: examinando o museu do folclore do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (org.). **O Cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo. Cosac & Naify, 2004, p. 441-496.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria;

ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

SANTIAGO JR., Francisco das C. F. Fragmentos patrimoniais de passado: o campo cinematográfico apropriando-se da história pública. In: ALMEIDA, Juniele R. de; MENESES, Sônia (orgs.). **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 51-74.

_____. Dimensões historiográficas da virada visual ou o que pode fazer o historiador quando faz histórias com imagens? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 402-444, 2019.

SILVA, Heraldo. Histórias em quadrinhos, filosofia pop e filosofia política: a América versus os Estados Unidos da Verdade em *Uncle Sam*. **Visualidades**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 90-105, jul-dez 2016.

SPREIREGEN, Paul. The Vietnam Veterans Memorial design competition. Competitions, org. Disponível em: <https://competitions.org/2017/10/the-vietnam-veterans-memorial-design-competition-essay-by-paul-spreiregen/>. Acesso em junho 2020.

THOMPSON, Kristin Scott. **Storytelling in the New Hollywood**: understanding classical narrative technique. New York: Harvard University Press, 1999.

TOMB of the Unknown Revolutionary War Soldier. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Tomb_of_the_Unknown_Revolutionary_War_Soldier. Acesso em junho 2020.

WILLIAMS, Paul. The afterlife of communist statuary: Hungary's Szoborpark and Lithuania's Grutas Park. **Forum for modern languages studies**, London 44(2), p. 185-198, 2008.

História e videogames: como os jogos eletrônicos se relacionam com o passado

Mariano de Azevedo Júnior

Os videogames estão, provavelmente, entre os meios de comunicação que mais divulgam o passado publicamente, mas os historiadores ainda não os conhecem tão bem. A infantilização da mídia, o ataque das visões moralistas e conservadoras, bem como o caráter essencialmente comercial dos jogos eletrônicos, trabalharam mais ou menos juntos ao longo de anos para estabelecer premissas das quais geralmente se parte para diminuir a importância dos games, seja como uma forma de expressão da cultura popular contemporânea ou como objeto de estudo acadêmico.¹

Independente do interesse dos historiadores pelos jogos de computador, eles fazem, assim como qualquer outro meio expressivo da nossa cultura, seus usos do passado, algumas vezes mais próximos daquilo que no âmbito profissional se denomina “historiografia” e em outras (maioria) a partir de apropriações particulares que se fundem com elementos fictícios, que nem por isso estão destituídos dos considerados “históricos”.

Entretanto, a questão da “popularização da história” pelos videogames é uma evidência que não pode ser negada. São muitos gêneros de jogos que há mais de quatro décadas se apropriam de fragmentos do imaginário e

1. Sobre o tema dos ataques conservadores contra os jogos eletrônicos, um trabalho brasileiro recente, ligado ao campo da criminologia cultural, foi publicado. Trata-se de uma investigação empírica sobre os principais casos, no Brasil e no mundo, de associação entre as práticas de violência realizadas pelos jovens e supostas más influências dos jogos digitais. No caso, o pesquisador brasileiro, Salah H. Khaled Jr, se dedicou a desconstruir qualquer tipo de relação de causa e efeito entre videogames e violência a partir de interpretações sob o signo da ideia de “pânico moral”. (Cf. KHALED JR, 2018)

das representações do passado para produzir essas ficções computacionais. Poderia citar aqui, principalmente, quatro desses gêneros: a) jogos de estratégia; b) jogos de aventura épica; c) jogos de tiro em primeira pessoa; d) jogos de interpretação de papéis (RPG's). Muito do que tenho discutido, a partir de uma base acadêmica de estudos que tem me instruído, consiste em mostrar como um ou outro desses gêneros realiza (ou simula) exercícios de interpretação histórica. Ou mesmo de raciocínio histórico.

Um dos historiadores que mais tem atuado no debate internacional acerca da relação entre História e Videogames, Andrew Elliott (2017, p.11-41), da Universidade de Lincoln, compilou dados para demonstrar que as séries de jogos ou títulos individuais mais vendidos da indústria, entre 2011 e 2014, eram de temáticas históricas ou constituíam “ficções históricas”. Assim, jogos de séries famosas como *Assassin's Creed*, *Call of Duty*, *Battlefield* e *Elder Scrolls* venderam milhões de cópias em todo o mundo, transmitindo imagens, concepções e/ou versões diferentes do passado.

Um dado é interessante para formular uma ideia da popularidade que esses números representam: a agência internacional de notícias *Reuters*, divulgou neste ano que os videogames são os meios de entretenimento mais populares do mundo e, conseqüentemente, os mais lucrativos. Em 2018, por exemplo, a indústria de jogos lucrou mais do que as de televisão, filmes e músicas. Os dados são significativos: enquanto a TV declina aproximadamente 8% por ano, os jogos digitais crescem em torno de 10,7%; e em países como China, de acordo com a fonte da notícia, tal crescimento beira os 14% por ano.² Dito isso, chega a ser no mínimo curioso que os jogos eletrônicos divulguem tantos temas históricos de forma extremamente ampliada e chamem tão pouco a atenção da comunidade de historiadores (embora trabalhos importantes tenham sido publicados, nos últimos anos, dentro e fora do Brasil).

Apenas por essas poucas razões iniciais, penso que esse tema possui relevância acadêmica para nossa comunidade quando propõe uma reflexão que colabora para repensarmos os domínios e limites das abordagens historiográficas. Nas linhas a seguir, procurarei apresentar como tenho entendido a relação entre os videogames e as representações históricas acerca do passado com intuito de dar uma colaboração à problematização das questões que tenho perseguido na experiência com o meio dos jogos. A expres-

2. Disponível em: https://www.reuters.com/sponsored/article/popularity-of-gaming?utm_source=reddit.com (Acesso em 05/05/2019)

são que tem ocupado o centro desse debate é a de “*Simulação do Passado*”, que vem apresentando maior precisão na análise da relação dos videogames com as narrativas históricas, revelando, não obstante, os limites de outras noções muito conhecidas entre os historiadores, como a de “*Representação*”, que não têm conseguido dar conta da análise desse tipo de mídia e suas propriedades estéticas particulares.

“Simulação do Passado” ou como os videogames se relacionam com a História

Quando proponho estreitar as relações entre os videogames e a História, embora o objeto pareça muitas vezes “novo”, estou me colocando numa esteira de discussões já consideravelmente avançada. Estou olhando para os jogos de computador (e talvez repetindo perguntas) como muitos olham para determinados meios expressivos da cultura que hoje se tornaram objetos consolidados de estudo, embora sofram, ainda, a resistência de alguns: o texto literário, o cinema, televisão, teatro, artes visuais etc. têm se tornado lentes importantes para o esclarecimento de muitos de nós.

Ora, desde a década de 1970, autores centrais que contribuíram para formar a coluna vertebral de uma concepção de História com a qual dialogo nessas reflexões, como Michel de Certeau (1975) e Hayden White (1973), este último aproximando a historiografia de importantes círculos linguísticos, chacoalharam o terreno dos historiadores e abriram espaço para se pensar os limites existentes entre a “História”, tida como sinônimo de um tipo de verdade, e a ficção.

Estou me valendo, é preciso dizer, desse debate visceral para conseguir me tornar profícuo na investigação de um meio produtor (diria melhor: remediador) de ficções históricas. Então, um “jogo histórico”, neste sentido, não poderia ser um jogo sobre a verdade do passado, mas sobre como somos capazes de estabelecer diálogos, através das imagens, enunciados, discursos e formas da cultura, com um passado acessado apenas intelectualmente enquanto representação construída na (e pela) linguagem humana, sendo a historiografia (a história dos historiadores) uma dessas construções; os

romances, outra³; os filmes, outra⁴ ⁵; e, agora, os games, outra ... E assim, obviamente, se aplica a todos os meios que praticam suas interpretações do passado.

No caso particular dos jogos computacionais, é fundamental identificar algumas particularidades que tornam sua operação imaginativa e narrativa do passado diferente da realizada por outros meios, embora se valham de apropriações e influências originadas neles.

O ponto central para enxergar essa particularidade está na possibilidade que os jogos oferecem aos jogadores, esses “leitores ergódicos”, para usar uma expressão de Espen Aarseth (1997)⁶, de participar objetivamente da narrativa através da realização de intervenções diretas (às vezes mais, às vezes menos) na representação do passado ali construída ou remediada por um conjunto de imagens, sons e textos que geralmente se originam, como disse, em outros meios, mas que são agenciados computacionalmente para embasar a experiência lúdica e interativa do usuário.⁷

3. O próprio Hayden White dedicou uma obra importante acerca da “prática histórica” realizada pela linguagem dos “romances históricos”. Ampliando seu leque de “categorias” que operam na formação da nossa consciência acerca do passado, deu ao seu pensamento contornos de certa “filosofia moral” como fio condutor desses romances quando eles assumem a tarefa de falar sobre certos temas traumáticos do passado (ou que foram eleitos à condição de trauma), como o Holocausto. (WHITE, 2014)

4. Já sobre os filmes, esse assunto é tratado com muita clareza e eficiência por Robert Rosenstone, que se diz, justamente, inspirado nas reflexões de Hayden White. (Cf. ROSENSTONE, 2010)

5. No Brasil, uma das obras que apresentou essa discussão antes mesmo de certa difusão dos trabalhos de Rosenstone, foi o de Alcides Ramos, também dialogando com Hayden White de forma direta para responder questões que giravam em torno de uma “escritura fílmica da História”. (RAMOS, 2002)

6. O termo foi inspirado e faz referência à noção de “literatura ergódica”, desenvolvida pelo teórico norueguês Espen J. Aarseth, que sugeriu que o processo de leitura auxiliado pelo computador (ou as novas formas de literatura nos ciberespaços) potencializa a participação do leitor a partir de um “processo cibertextual” que altera a forma com a qual o leitor percorre o texto, quebrando totalmente com a figura do “leitor tradicional”. (1997)

7. Essa noção de *remediação*, na verdade, é um conceito da teoria da mídia. Particularmente, tenho me apropriado das definições elaboradas pela autora Irina Rajewsky (2012), ao sugerir que o fenômeno produzido pelo videogame, enquanto mídia, consiste na remodelação de uma ou várias mídias originárias (como a literatura, a televisão ou o cinema) por outra, que busca se afirmar como nova, mas está assentada sobre uma(s) mais antiga(s). Ela chama essa propriedade mais precisamente de “remediação intermediática”. Em todos os sentidos que venho discutindo, parece ser exatamente isso o que os jogos digitais, enquanto meios computacionais, realizam na produção dos seus conteúdos temáticos ou narrativos. No Brasil, as discussões de Rajewsky têm ganhado espaço no interior de grupos voltados para estudos das mídias. (RAJEWSKY, 2012).

Dito isso, um “jogo histórico” é, em uma primeira consideração, aquele que representa o passado de forma audiovisual e *permite a ação intervencionista* nesse passado representado e ficcional *através do que os jogadores podem ou não podem realizar no mundo do jogo*. Ou seja: a partir daquilo que especifica a própria natureza do jogo (de qualquer jogo), como ressaltou Roger Caillois (2017, p.17), uma narrativa procedimental ou um sistema de regras.

No desdobramento dessa definição, aqui apresentada de forma genérica, há uma variável importante que precisa ser considerada em termos de possibilidades de análise: existe uma diversidade significativa de tipos de intervenção que podem ser realizadas no mundo do jogo. Tal diversidade está relacionada às múltiplas regras que os jogos impõem aos jogadores, limitando ou ampliando o leque de possibilidades de ações de acordo com o gênero do jogo, o que é o mesmo que dizer: de acordo com as maneiras de se jogar dentro de um mundo governado por regras específicas que fazem aquele mesmo mundo funcionar. Nesse sentido, a pergunta é a seguinte: quantas versões do passado podem ser remediadas por diferentes tipos ou gêneros de jogos e qual é a importância disso para a reflexão histórica?

“Muitas” - certamente seria a resposta imediata para essa pergunta. E todas elas, de certa forma, dialogariam com a reflexão histórica em algum nível, já que não se trata, como afirmaram Andrew Elliott e Matthew Kappel (2013, p.9), de atestar no jogo a acuracidade da verdade histórica, mas de investigar os diversos níveis do seu envolvimento com o passado e como os jogadores podem praticar ações nos mundos que se tornam campos de suas experiências. Isso quer dizer que em diferentes propostas de *game-play*⁸, o passado pode estar em diferentes planos e, conseqüentemente, níveis de contato com o jogador, que poderá interagir com ele de forma mais dinâmica ou o contemplará como cenário ou pano de fundo para os eventos principais do enredo que embasa a experiência.

Aqui, é importante um esclarecimento razoavelmente difícil de se fazer através da palavra escrita, sem demonstrar na prática como funciona: um jogo de computador não se define apenas pelo *que se vê na tela*, mas pelo *que se faz com o que se vê na tela* de forma direta e objetiva, de acordo com um conjunto de regras pré-estabelecidas. “Pular”, “agachar”, “rastejar”, “to-

8. É um termo comum no universo dos jogos. Significa, de forma aproximada, a própria experiência do jogo, constituída pela forma como se joga certos tipos de jogos de acordo com as regras que estruturam um gênero determinado.

mar o caminho da esquerda e não da direita”, “dirigir respeitando as regras de trânsito ou atropelar pedestres nas calçadas”, “roubar ou não o cavalo do estábulo” ou até mesmo “tirar a própria vida para recomeçar a experiência de uma nova forma”. Com essas expressões designadoras de ações, estou tentando esclarecer o que quero dizer quando falo em *ação como intervenção* – se trata de ações praticadas a partir de uma tomada de decisões feita pelo jogador e de uma execução de comandos físicos a partir do manuseio de controladores de jogos (mouses, teclados, *joysticks* de vários formatos ou telas sensíveis ao toque), com intuito de produzir um tipo de experiência em troca de recompensas oferecidas pela própria inteligência programada. O diálogo entre jogador e jogo parece, com efeito, muito íntimo e a troca entre as duas partes parece também ser bastante potencializada.

Em um importante e pioneiro texto publicado no periódico online *Game Studies*, intitulado *The Gaming Situation*, Markku Eskelinen (2001, n.p.) procurou diferenciar o que os usuários realizam nos livros, filmes e jogos. Segundo o autor, nos dois primeiros, eles (os usuários) cumprem “funções interpretativas”, pois lidam diretamente com representações; já nos jogos, cumprem “funções configurativas”, já que nestes são combinados finalidades, meios, regras, equipamentos e ações manipuladoras (o ato de jogar). É aqui que a prática configurativa decorrente do ato de jogar videogames dá sustentação à ideia de que os jogos digitais funcionam mais por simulação do que por representação. O diferencial aqui, finalmente, está na ideia da *simulação operar através da imitação dos processos da vida real*, possibilitando, como disse há pouco, que o jogador interfira de maneira imediata no mundo jogável onde está diretamente inserido.

Um “ajuste fino” na ideia de Simulação do Passado

Fica evidente que até este ponto da discussão, a ideia de *simulação do passado*, usada por alguns estudiosos do assunto que já mencionei aqui, tem amadurecido, mas da forma como às vezes ela aparece, me causa certa estranheza, já que em muitos casos parece haver a intenção em substituir o termo “representação” pelo de “simulação”, como se os videogames não operassem diretamente com representações do passado das quais se apropriam muito comumente e, então, passasse apenas a simular esse passado, o que torna a compreensão confusa e, a meu ver, equivocada em certos sentidos particulares. Gostaria de tecer breves comentários a esse respeito.

Desse ponto de vista, tenho insistido na realização de uma espécie de “ajuste fino” no entendimento, propondo que a noção de “simulação” precisa ser debatida *partindo da própria representação e não exatamente contra ela*, de modo que é equivocado (e estranho) que se diga que os jogos “simulam o passado” diretamente, como se o passado, de fato, existisse enquanto coisa e não enquanto um conjunto de significados construídos na linguagem.

Como meios computacionais, uma das principais propriedades estéticas dos jogos é a de remediar, o que quer dizer, na teoria da mídia, se apropriar com recursos heterogêneos de vários outros meios criadores de sentidos narrativos (e, conseqüentemente, de representações), apagando as marcas originárias e reconfigurando aquilo que foi apropriado como algo aparentemente “novo”. No caso dos jogos de temáticas históricas, é isso que também ocorre: se tem a impressão que os jogos são criadores de narrativas sobre o passado, quando na verdade eles agenciam de uma nova forma narrativas originadas em outros meios ou canais. É impossível não perceber a influência da literatura de fantasia de Tolkien sobre os universos desenvolvidos nos RPG’s; ou não notar a influência (inclusive política) dos filmes de Spielberg nos jogos de FPS sobre a Segunda Guerra Mundial⁹; ou da produção historiográfica sobre os jogos da série *Assassins Creed*, que adota a abordagem do “realismo histórico” na composição de seus passados digitalizados.¹⁰

Com base nessas considerações e nesse tipo de “ajuste fino”, tenho tentado dizer que a operação que os jogos realizam é a de *simular ações no interior ou sobre as representações do passado, alterando ou recriando, com isso, os seus sentidos*. Um aprofundamento dessa discussão levou Elliot, já mencionado aqui, a propor a ideia do jogo como “simulacro”, se aproveitando das reflexões teóricas desenvolvidas por Jean Baudrillard, em seu famoso texto *Cultura e Simulacro*, de 1978.

De uma maneira superficial, se pode entender um simulacro como o resultado de uma simulação sobre um conjunto de representações da reali-

9. Sobre esse assunto em particular, há um trabalho brasileiro defendido em forma de Dissertação de Mestrado por Marco Fornaciari. (2016)

10. *Assassins Creed* é uma franquia de jogos cujo aspecto visual é baseado na reconstrução digital e realista de lugares históricos. Seus processos criativos contam com consultorias de historiadores e uma diversidade de profissionais que auxiliam na digitalização dos estilos arquitetônicos, disposição geográfica, informações fidedignas sobre monumentos, personagens e eventos históricos. Embora se trate de uma “ficção histórica”, a série intenciona desenvolver certo caráter histórico-informativo capaz não só de promover sensação de imersão no passado (como ele era), mas também de instruir o jogador.

dade (e não da realidade em si). Essa é a fórmula de Baudrillard para entender a realidade como um todo, sendo as culturas mecanismos produtores de simulacros em todos os níveis (e por isso ele ampliou o papel da etnologia para todos os tipos de sociedades e não apenas para aquelas ditas tradicionais), de modo que o movimento da sociedade, suas instituições, formas de governo, campos de conhecimentos e relações de poder, são simulações de uma representação produzida no interior de certo universo cultural. (BAUDRILLARD, 1978, n.p)

No sentido dessa discussão, o jogo pode ser visto como um simulacro, já que - inclinando a discussão também para a ótica de Roger Caillois (2017, p.137) – realiza simulações sobre representações já construídas e não as cria diretamente, tornando-se um poderoso mecanismo capaz de reforçar ou transformar os sentidos da interpretação durante o tempo da ação do jogo. Com isso, “jogo” e “realidade” guardam grandes distâncias entre si, mas estão ligados pelos mesmos elementos que constituem a própria realidade: as representações que a significam. Contudo, o jogo não se resume a apenas imitar a vida, mas também a alterar suas formas e sentidos.

Sendo assim, o videogame histórico, ou seja, aquele que realiza *simulações nas ou sobre as representações do passado imitando ações e processos da vida real*, não explica didaticamente o passado e nem visa fazê-lo; ao invés disto, como disse Elliott (2017, p.11-41) em artigo recente, os videogames simulam etapas do pensamento histórico que são formuladas durante a simulação e, na maioria das vezes, manifestadas inconscientemente por seus praticantes, os jogadores.

Finalmente, vale dizer que a experiência estética que é jogar videogames, considerando a simulação como ato específico de execução da experiência lúdica, produz a sensação ou efeito de *imersão*, o que é muito diferente da ideia de *evocação* do passado, que é o efeito produzido quando se entra em contato com as representações históricas. Em uma linha final, como se pode perceber, é o cumprimento do que disse, anteriormente, ser o “convite” dos videogames endereçado aos jogadores e, aqui, particularmente, estendido aos que não apenas jogam, mas que também querem investigá-lo como objeto de estudo acadêmico: *o que se pode fazer com o que se vê na tela*. Comentarei no próximo tópico breves exemplos como parte final deste texto.

Alguns exemplos do que se pode fazer com o que se vê na tela

Em primeiro lugar, é importante frisar que qualquer tentativa de analisar a forma como um jogo se relaciona com as representações acerca do passado, ou seja, como se configura sua experiência simulatória, dependerá diretamente do gênero do jogo, isto é, da sua estrutura lúdica constituída por um conjunto de regras pré-estabelecidas. O estudo acadêmico mais importante na realização desse tipo de análise foi escrito por Adam Chapman (2016) e visou exatamente entender, a partir da diversificação dos variados modelos de *gameplay*, como se configuram diferentes níveis de envolvimento dos jogos com o passado. Seu foco está em perceber como os videogames podem oferecer exercícios de prática do pensamento histórico em diversos sentidos.

Inspirado por essa obra e discussão, tentando responder minhas próprias questões, surgidas muitas vezes de minha experiência pessoal com o meio, farei breve uso das proposições de Chapman para comentar alguns jogos e suas distintas formas de relacionamento com as representações históricas que constituíram seus enredos.

Primeiro, alguns exemplos rápidos sobre jogos que podem oferecer uma experiência histórica *contra factual*, isto é, que violenta as representações históricas consensuais sobre determinados eventos ou períodos históricos: em jogos de estratégia avançada como *Hearts of Iron 4* (Paradox Studio, 2016), se pode desenvolver uma Índia ditatorial sob liderança de Mahatma Gandhi ou uma Alemanha nazista sob comando de um Adolf Hitler pacifista. Já em jogos de FPS como *Wolfenstein: The New Order* (MachineGames, Bethesda Softworks, 2014), que não dão o mesmo poder de decisão ao jogador, submetendo-o a uma narrativa mais rígida e linear, se assume a perspectiva de um Capitão do Exército americano que acorda de um estado de coma com os nazistas tendo vencido a Segunda Guerra Mundial. Assim, seja simulando o destino da nação ou as ações de um personagem pré-existente no interior de um enredo, a dimensão histórica desses dois games cumpre a função de alteração nos sentidos das representações históricas construídas fora do universo do game, reforçando o sentido da experiência simulatória já apresentada.

Importante aqui também dizer que isso possibilita uma investigação das motivações políticas presentes no processo criativo dos jogos, mas que se aplica sobre a própria estrutura lúdica do jogo. Por exemplo: é possí-

vel perceber níveis maiores ou menores de determinismos históricos ou de leituras enviesadas sobre o passado a partir do que o próprio jogo oferece como possibilidade de ação e não pelo que necessariamente ele apresenta no seu tecido audiovisual.

Um caso interessante é o do jogo *Call of Duty: Black Ops* (Treyarch, Activision, 2010), pertencente ao gênero *First Person Shooter* (FPS, na comunicação comum do meio especializado), ou simplesmente “jogos de tiro em primeira pessoa”. O referido jogo, particularmente, trabalhou com representações construídas a respeito dos eventos da Guerra Fria. Nele, o jogador participa de uma missão secreta, em 1961, durante a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba. O objetivo principal é assassinar o líder cubano Fidel Castro, que foi apresentado no game como diretamente envolvido com o terrorista russo, Nikita Dragovich, no roubo de tecnologia nuclear desenvolvida na época da Segunda Guerra e que havia sido roubada da Alemanha.

Ao encontrar Fidel Castro, o jogador é colocado diante da *obrigatoriedade* de ter que assassiná-lo para que o jogo possa prosseguir. A cena abaixo, retirada de minha própria experiência, ajuda a apresentar visualmente um momento da ação.

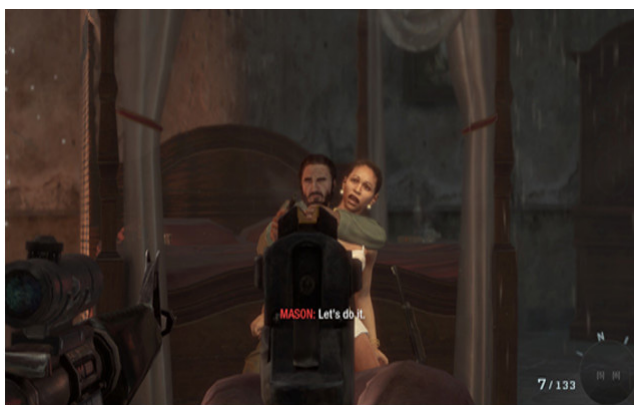


Figura 1: Fidel Castro sob a mira do jogador, em “Call of Duty: Black Ops”

O jogo só prossegue se eu apertar o gatilho do controle (ou o botão do mouse), o que sinaliza que o jogador está preso no interior de uma moldura que constrói um tipo de “fim da história” (um tipo de *telos*) no qual se percebe que existe apenas uma única forma de entender a realidade: lutar

contra o comunismo em nome do modelo capitalista propagandeado pela cultura estadunidense. É claro que desligar o videogame, interrompendo a máquina, e não dar continuidade à experiência, seria um ato de protesto bastante simbólico, mas jamais poderia saber as surpresas que o jogo reserva para mim.¹¹

No que diz respeito à certa “economia da simulação”, jogos assim impedem que o jogador, por exemplo, tenha um poder de decisão sobre o mundo que seja capaz de alterar o curso dos eventos previamente traçados, a exemplo do que pode ser feito em jogos de outros gêneros que possibilitam ações mais diversificadas por parte do jogador, promovendo, com isso, ações que também possam produzir enunciados que legitimem visões mais críticas e menos deterministas acerca das representações construídas sobre o passado.

Geralmente, os jogos do gênero FPS, como é o caso de *COD: Black Ops*, tomado aqui como mero exemplo, oferece uma dupla camada de significados à análise do historiador, sendo a primeira delas o próprio modelo de *gameplay* e seus sistemas de regras e objetivos, que dirão o quanto ou como o jogador poderá manipular a representação do passado; e a segunda (o que não precisa estar em ordem hierárquica) é exatamente o conjunto de influências político-ideológicas que atravessam as questões da memória construída publicamente sobre determinados eventos do passado, e que são depositadas na construção dos aspectos audiovisuais do jogo que entram diretamente em contato com o jogador, inserido, pela câmera em primeira pessoa, como uma espécie de testemunha dos acontecimentos.¹²

Outra possibilidade analítica pela ótica da *simulação* é o gênero dos jogos de interpretação de papéis, os famosos RPG's, que transpuseram para o mundo eletrolúdico as tradições dos jogos de interpretação de papéis de mesa, nascidos na década de 1970 sob forte influência da literatura de fan-

11. No desenrolar da experiência, após assassinar Fidel Castro, o jogador descobre que se tratava de um “dublê” e que, tendo conhecido previamente o plano da missão, Castro havia fugido, o que só reforça o estereótipo de “líder corrupto” e, agora, covarde, legitimando ainda mais a interpretação que realizei.

12. Publiquei um artigo sobre a possibilidade de se analisar jogos como *Call of Duty: Black Ops* (2010) e *Wolfenstein: the New Order* (2014) por outra perspectiva, mais estrutural. No caso, sugeri que jogos assim podem ser compreendidos como expressões de um novo tipo de *american way of life* propagandeado pela indústria de videogames. Estive inspirado, neste caso particular, pela crítica cultural de Raymond Williams, que enfatiza mais esse tipo de mercadoria cultural como expressão dos desejos do capital e de uma lógica interna do capitalismo que também compete à televisão, por exemplo. (AZEVEDO JR, 2017)

tasia medieval, como a obra de J.R.R Tolkien (aqui há um exemplo claro de remediação midiática da literatura para o meio computacional).

O RPG de fantasia medieval, diferente do FPS, oferece possibilidades muito mais diversificadas de realização de ações, já que sua premissa é a criação de um personagem que se relaciona de forma livre com um mundo aberto e não visa fazer o jogador ocupar um lugar de fala determinado no interior de um evento histórico, como comumente ocorre em um jogo moderno de guerra.

O criador de uma das mais importantes séries do gênero, chamada *Ultima* (um marco na indústria), Richard Garriot, em entrevista recente (2017), comentou como intencionou inserir no sistema de regras e escolhas dos videogames de RPG inspirados na fantasia medieval (que, declaradamente, disse ter se inspirado na literatura de Tolkien), aspectos do que chamou de uma “filosofia moral” que levasse o mundo do jogo a reagir positiva ou negativamente às escolhas do jogador, de modo que eles pudessem refletir sobre suas próprias escolhas à medida que a narrativa se tornasse mais difícil ou mais pesada caso tivessem escolhido se tornar pessoas ruins, como assassinos, ladrões etc. Basicamente, os personagens não-jogáveis do mundo do jogo (chamados NPC’s – *Non-Player Characters*) foram programados a partir de um sistema algorítmico bastante complexo para se comportar de formas diferentes com relação às diversas possibilidades de personalidades criadas pelos jogadores reais.

Vejam um trecho da entrevista:

(...) quando você olha para o jeito como fiz isso, vê que apresentei uma filosofia moral. Eu inseri lá muita pesquisa em filosofia moral. Tentei seduzir os jogadores a se comportarem mal e manter um registro cármico por trás do seu comportamento. Mais tarde, se eles estivessem mentindo, trapaceando e roubando – o que a maioria tinha feito – os personagens de quem eles roubaram, quem eles precisariam ter ajudado, diriam: “eu adoraria ajudar um herói, mas não você, que é um ladrão desonesto. Eu não ajudarei você”. Isso acabou sendo uma mecânica de jogo muito poderosa, uma espécie de revelação para os jogadores. Mudou a forma como os jogos de RPG podem ser desenvolvidos.¹³ (tradução nossa)

13. No original: “(...) when you look at the way I did this, I introduced a moral philosophy. I put a lot of research into moral philosophy. I tried to seduce players into behaving badly and then would keep a karmic registry behind their behavior. Later, if they’d be lying, cheating, and stealing – which most of them had been – the characters they stole from, who they needed to help them, would say, “I’d love to help a hero, but you’re a dishonest thieving scumbag. I’m

O que Garriott está tentando dizer, com muita verdade, é que ele foi o pioneiro no desenvolvimento de uma mecânica de jogo na qual o mundo reage como consequência às ações realizadas pelos jogadores, derivadas de suas escolhas morais. Os objetivos se tornam mais ou menos difíceis dependendo do que você tenha realizado no relacionamento com as pessoas com as quais entra em contato ou se comporta nos lugares que visita.

De um ponto de vista da história enquanto discurso sobre o passado, jogos assim quebram a visão determinista dos eventos, uma vez que possibilitam múltiplas formas de interação e relativização do passado. Também estimulam leituras da realidade por mais de uma ótica ou perspectiva, o que se torna útil para compreender a pluralidade da realidade social e como “eu”, o jogador, devo me relacionar com ela a partir da experimentação de consequências que podem ser positivas ou negativas para o meu sucesso no mundo.

Os dois exemplos comentados reforçam a ideia de *jogo histórico não como aquele que visa apresentar uma narrativa sobre o passado, mas como aquele que promove diferentes níveis de envolvimento do jogador (do sujeito-jogador) com um conjunto de representações do passado remediadas de outros meios para o computador. Dessa maneira, cumprindo certa função estética simulatória, o jogador do jogo histórico não está diretamente engajado em interpretar a representação, como já foi dito, mas de manipulá-la a partir da imitação de ações, de simulações dos processos da vida real, o que também oferta certa reprodução de etapas do raciocínio histórico em maior ou menor nível, como a leitura de índices com objetivo de compreender o processo mais amplo no qual está inserido; ou a construção de certas perspectivas (mais ou menos) éticas acerca do passado humano.*

Em outras palavras, os videogames *manuseiam* ou *manipulam* os sentidos geralmente empregados na construção de uma representação do passado da qual ele se apropria através do processo de *remediação*. Interessante perceber que o *manuseio* não se dá apenas na tela, mas inicialmente do lado de fora dela, uma vez que a experiência de jogar videogames depende diretamente do uso das mãos de um jogador.

not helping you”. That turned out to be a very powerful game mechanic, kind of a revelation to players. It changed how role-playing games could be generated”. Disponível em: <https://venturebeat.com/2017/07/10/ultima-creator-richard-garriott-looks-back-on-nearly-four-decades-making-video-games/> (Acesso: maio de 2019)

Para finalizar, vale dizer que este texto é parte de um trabalho maior em andamento e visou contribuir com discussões que possam esclarecer caminhos para estudantes e pesquisadores em História que se interessam pela relação dos jogos de computador com as narrativas ou representações acerca do passado. Também cumpre certa função teórico-metodológica importante, mesmo com todas as imprecisões ainda existentes, no que diz respeito à tarefa de repensar os limites da própria abordagem historiográfica pondo em seu horizonte de investigação uma mídia audiovisual formada por propriedades estéticas e configurada a partir de linguagens que escapam aos conceitos e noções mais tradicionais da área, como o de “representação”. Em uma linha final, não se trata de apresentar uma definição ou um conceito já cristalizado para investigação dos videogames no campo da pesquisa histórica, e sim de oferecer colaboração para pensar algo que está em processo de amadurecimento.

REFERÊNCIAS

AARSETH, Espen. **Cybertext: perspectives on ergodic literature**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

AZEVEDO JÚNIOR, Mariano. O Pop não poupa a História: como os videogames interpretam o passado a serviço da Globalização Cultural. **Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades**, n.15, 2017.

BAUDRILLARD, Jean. **Cultura y Simulacro**. Barcelona, Editorial Kairos: 1978.

BELLO, Robson Scarassati. **O Videogame como Representação Histórica: Narrativa, Espaço e Jogabilidade**, em *Assassin's Creed (2007-2015)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os Homens: a máscara e a vertigem**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAPMAN, Adam. **Digital Games as History: how videogames repre-**

sent the past and offer access to historical practice. New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2016.

ELLIOTT, Andrew. **Simulations and Simulacra**: History in Video Games. Revista Práticas da História, n.5, 2017. pp.11-41.

ESKELINEN, Markku. **The Gaming Situation**. In: <http://www.games-studies.org/0101/eskelinen/>

FORNACIARI, Marco de Almeida. **A Guerra em Jogo**: a Segunda Guerra Mundial em *Call of Duty*, 2003-2008. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2016

KAPELL, Matthew W. & ELLIOT, Andrew B. R. **Playing with the Past**: digital games and the simulation of history. New York, London, New Delhi, Sidney: Bloomsbury, 2013.

KHALED JR, Salah H. **Videogame e Violência**: cruzadas morais contra os jogos eletrônicos no Brasil e no Mundo. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RAJEWSKY, Irina O. Intermedialidade, Intertextualidade e “Remediação”: uma perspectiva literária sobre a intermedialidade. In: DINIZ, Thaís Flores Nogueira (Org.) **Intermedialidade e Estudos Interartes**: desafios da arte contemporânea. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos Fracos**: Cinema e História do Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ROSENSTONE, Robert A. **A História nos Filmes, os Filmes na História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SANTOS, Christiano Britto Monteiro. **Medal of Honor e a Construção da Memória da Segunda Guerra Mundial**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. 2009

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – 2ª. Ed., 1995.

____. **The Practical Past**. Evaston, Illinois: Northwestern University Press, 2014.

____. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WILLIAMS, Raymond. **Políticas do Modernismo**: contra os novos conformistas. Tradução: André Glaser. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Outros Endereços Eletrônicos:

PC GAMING (portal especializado em videogames). Entrevista com Richard Garriot (2017). Disponível em: <https://venturebeat.com/2017/07/10/ultima-creator-richard-garriott-looks-back-on-nearly-four-decades-making-video-games/>

REUTERS (agência internacional de notícias). Matéria sobre os dados econômicos da indústria de videogames (2018). Disponível em: https://www.reuters.com/sponsored/article/popularity-of-gaming?utm_source=reddi

O Romance e a História: do historicismo à história pública

Renata Dal Sasso Freitas

A crença em história e a crença em literatura cresceram juntas. A história moderna e a literatura moderna, sob a forma do romance, triunfaram juntas. A ponto de fazer esquecer que a história do romance começou bem mais cedo, assim como a da história, aliás, que começou bem antes da formulação do conceito moderno de história. Revelar o mundo, para os grandes romancistas do século XIX, perceber seu caráter inédito, é justamente oferecer à leitura um mundo dominado pela história, atravessado, entalhado por ela. (HARTOG, 2017, p. 127)

A citação acima de François Hartog explicita a ligação que a história tem com o romance não apenas por ambos terem surgido como gêneros literários na Antiguidade, mas também pelo fato de que as transformações através das quais ambos passaram ao longo dos séculos até atingir suas formas atuais são um reflexo da relação que homens e mulheres no ocidente estabeleceram com o tempo, no que Hartog chama de regime de historicidade (2013). O que hoje reconhecemos como romance moderno consolidou-se na maneira que nos é familiar no mesmo período que a disciplina histórica se afirmou enquanto um campo do conhecimento autônomo após a Revolução Francesa, e ambos passaram por suas transformações e questionamentos mais intensos também mais ou menos ao mesmo tempo nas primeiras décadas do século XX. O presente ensaio tem por objetivo fazer um breve mapeamento das relações entre a história e o romance, de modo a fornecer àqueles interessados em algumas possibilidades de se explorar

os potenciais de tratar destas relações não apenas como uma chave para se compreender como obras literárias são e foram produzidas ou são e foram consumidas, mas sim enquanto diferentes formas de discurso através do qual nos relacionamos com o passado, inclusive dentro do espectro de práticas que hoje denominamos história pública.

Destarte, é necessário levar em conta o fato de que enquanto “mestra da vida”, a história como gênero retórico e literário tinha um *status* muito superior ao romance, e assim se manteve até meados do século XIX. Apesar de sua reputação de “gênero baixo”, de acordo com o historiador alemão Reinhart Koselleck, a história em seu processo de se tornar um “coletivo singular”, ou seja, de reunir múltiplas narrativas em uma só História, se aproximou da forma do romance para ganhar maior coerência narrativa. Por sua vez, o romance emergiu em sua forma moderna “emulando” o estatuto de verdade da história (KOSELLECK, 2006: p. 36-41). Na Inglaterra setecentista, por exemplo, autores canônicos como Daniel Defoe e Samuel Richardson publicaram seus romances como se eles fossem, respectivamente, a mera edição de relatos manuscritos ou de conjuntos de cartas justamente com o objetivo de se afastar da má reputação imputada ao gênero. O romance era então associado a narrativas implausíveis, com personagens idealizados, e não exigia a formação clássica necessária para a escrita da poesia, ou a erudição e domínio da técnica associados às *ars historicae*. Era também um gênero, é necessário dizer, vinculado a um crescente número de mulheres leitoras e escritoras; torná-lo um gênero “sério” significava também, desde meados do século XVIII, torná-lo masculino.

De acordo com a narrativa histórica canônica do gênero, o romance se configurou na forma atual a partir da adoção do que Ian Watt chamou, em seu estudo clássico de 1957, de “realismo formal” (WATT, 2001, p. 32)¹. Nessa interpretação, no século XVIII as personagens destas obras passaram a ter nomes e sobrenomes como as pessoas comuns, e a viver em uma dimensão espaço-temporal identificável a leitores e leitoras. Mais tarde, com o advento da Revolução Francesa, o gênero passou a não apenas dialogar com os acontecimentos políticos do período, mas também a figurá-los em seus enredos, estando assim conectado à ascensão política e econômica da burguesia. Depois da queda de Napoleão, na interpretação do filósofo húngaro Georgy Lukács, teria surgido o que foi chamado de “romance

1. Sobre esse processo ver também: LIMA, 2010. Para uma discussão da diferença entre os termos *romance* (romanesco) e *novel* (romance), ver: VASCONCELOS, 2008.

histórico”, ou seja, a apropriação por escritores de eventos do passado – normalmente conflitos bélicos – para se refletir acerca da natureza humana (LUKÁCS, 2011)². O principal expoente desse novo gênero seria, nessa leitura, o escocês Sir Walter Scott, cujo primeiro romance, *Waverley*, data de 1814. A centralidade de Scott, no entanto, não se limitaria somente ao romance, já que aproximações entre a escrita da história e a prosa de ficção no século XIX inevitavelmente recorrem ao impacto causado por suas obras na escrita historiográfica do período.

Primeiramente, contudo, obras de Scott tiveram um efeito profundo sobre o mercado editorial. Jane Austen, por exemplo, o acusou de “se intrometer” onde não deveria, já que escritoras como ela dominavam sensivelmente o mercado e Scott já tinha uma carreira estabelecida como poeta e antiquário (CHAPMAN, 1952, p. 140). Outra de suas contemporâneas, Jane Porter, o acusou de plágio (PRICE, 2016, p. 170). De qualquer forma, os chamados romances históricos desde as publicações de Scott normatizaram obras deste tipo em aspectos que dizem respeito a, por exemplo, o uso de aparatos para-textuais na forma de introduções, notas explicativas ou anexos. Os grandes romancistas canônicos dos Estados-nacionais em construção neste período, como o norte-americano James Fenimore Cooper e o brasileiro José de Alencar, para citar apenas dois, deveram a Scott – embora muitas vezes o negassem – a forma de suas obras, suas temáticas, seus enredos e suas escolhas estilísticas.

Para além disso, como anteriormente mencionado, Scott teve profundo efeito sobre a historiografia do período, como abordado por Lionel Gossman (1990) e Stephen Bann (1985) em seus estudos sobre os historiadores franceses Prosper de Barante e Augustin Thierry, no aspecto que diz respeito à categoria chamada “cor local”. Emblematicamente, Leopold von Ranke, tido como o “pai da história científica”, teria sido um ávido leitor das obras de Scott durante seu período como professor ginásial em Frankfurt-am-Oder, apenas para descobrir que elas eram pouco confiáveis em matéria de veracidade e que muitos de seus personagens não haviam existido realmente (GRAFTON, 1997: 44). Foi essa mesma história científica oitocentista vinculada a Ranke que buscou se “divorciar” da literatura

2. É necessário considerar que o lugar atribuído a Scott no ensaio de Lukács fazia parte de um projeto mais amplo de defesa do realismo do século XIX em oposição ao modernismo, ou seja, de certa forma, um projeto malfadado. Além disso, a inventividade que ele atribui a Scott tem sido questionada recentemente, ver: PRICE, 2016

ao longo daquele século. Mike Goode (2009), em estudo sobre a relação entre sentimento e história na Inglaterra deste período, explicita como os próprios romances de Scott foram relegados a literatura infanto-juvenil em uma tentativa de se elevar o gênero historiográfico a um patamar científico e portanto desprovido de um sentimentalismo em relação ao passado que só seria apropriado a mulheres e crianças.

Apesar da chamada “crise do historicismo” entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a história se constituiu enquanto uma disciplina autônoma – chamada muitas vezes de “ciência histórica” –, com autoridade dentro de espaços institucionais, mantendo-se assim até hoje. Contudo, ao longo deste mesmo período, por conta de questionamentos feitos aos modelos instituídos no oitocentos, historiadores e historiadoras estabeleceram a prática de se apropriar das demais ciências sociais, tais como a sociologia, a antropologia e a economia, para se repensar teórica e metodologicamente e responder a esses desafios. Entre as décadas de 1960 e 1970, uma das disciplinas às quais historiadores recorreram foi a crítica literária, o que acabou por ensejar novos debates sobre a relação entre a história e a ficção, no que ficou conhecido como *giro linguístico*, isto é, o reconhecimento do papel ativo da linguagem na prática historiográfica, mais notadamente por historiadores como Dominick LaCapra e Hayden White, entre outros. Esses historiadores também admitiam certa impotência da historiografia para descrever eficazmente determinados eventos, os quais White (1999) chamou de “modernistas”, referindo-se principalmente às experiências traumáticas do século XX, entre elas o Holocausto.

Segundo White, os chamados “eventos modernistas” assim o seriam por conta do desenvolvimento pela literatura e pelas artes, principalmente no período do Entre-Guerras, de novas formas de representar a realidade. O modernismo a teria esfacelado, acabando com a noção de sujeito, de acontecimento e de enredo, e dissolvendo, portanto, as fronteiras entre fato e ficção. O romance histórico do século XIX, mesmo criando o poderiam ter sido personagens históricos – um procedimento que Ranke considerou imperdoável em Scott – ainda contava com essa divisão clara, pois consistia na ambientação de personagens fictícios agindo em um “pano de fundo” histórico, ou seja, verificável empiricamente. Por sua vez, as representações do passado no século XX, de acordo com White, operam sua relação com o referente externo de forma diferente. Obras como *A sangue frio* (1965) de Truman Capote, *Libra* (1988) de Don Delillo e filmes como *JKF* (1991)

de Oliver Stone, citadas pelo autor, não seguem esse princípio, buscando recriar determinados eventos na forma de romance; Capote, por exemplo, teria sinalizado para a possibilidade da existência de um “romance de não-ficção”. Segundo White, essa escolha por parte destes autores se dá porque a contemporaneidade e as formas de registro dos eventos nelas retratados os torna passíveis de serem esmiuçados em detalhes ínfimos, o que contribuiria para que o significado desses acontecimentos se tornassem opacos. Este ensaio em específico de White é de 1996, antes, portanto, de que o mundo assistisse, praticamente em *looping* na televisão depois do ocorrido, os dois aviões da American Airlines colidindo com as torres do World Trade Center em 2001. No entanto, essa forma fragmentada e repetitiva de se elaborar esse tipo de evento já estava dada, com tragédias como a explosão do ônibus espacial *Challenger*, em 1986 (WHITE, 1999, p. 73). É importante dizer também que essa opacidade do significado dos eventos ocorridos no século XX acabou por também configurar o *boom* de memória identificado e tornado objeto de pesquisa por historiadores desde o final do século passado.

Como parte deste chamado *boom* de memória, para além dos surtos dos chamados *lugares de memória* (NORA, 1993), da emergência da testemunha enquanto fonte historiográfica e da própria configuração do campo da História do Tempo Presente, nos interessa aqui especialmente a abundância de romances históricos com as características que White apontou em seu ensaio a lidarem com esses temas.

Sobre esse gênero em específico, a abordagem de Amy Elias a respeito do que denomina “romance meta-histórico” é particularmente relevante. Para a autora, os romances históricos contemporâneos refletem as preocupações da historiografia atual da mesma forma que os romances de Walter Scott também eram um reflexo do conceito de história do seu tempo.

O próprio termo ‘romance histórico’ entrega o jogo: para Walter Scott, um dos progenitores do gênero, o romance histórico casava dois gêneros literários incompatíveis (o romance, baseado no mito e na magia, e a história, baseada na verdade empírica), assim como duas formas incompatíveis de se considerar a história (como romance ou mito, evidenciado verdades atemporais sobre a humanidade e o mundo, e como uma hipótese sociológica derivada empiricamente que revelava verdades específicas sobre culturas específicas no tempo histórico). O romance meta-histórico continua essa tradição paradoxal que vê a história como romance e o romance como história – ou seja, que vê a verdade em ambas as formas de se olhar para

a história sem sentir a necessidade de subordiná-los um ou outro. O romance meta-histórico apenas inverte o dominante da forma no gênero de Scott: Scott privilegiava o lado histórico da equação sobre o lado do romance, finalmente mostrado que as culturas das Highlands mitologizadas estavam fadadas face à mudança epistêmica rumo à modernidade racional; os pós-modernos privilegiam o lado do romance da equação, mostrando repetidamente como a modernidade racional é falha face à violência caótica da história. (ELIAS, 2005, p. 159-172)

A conclusão de Elias é que por mais que o modernismo e o pós-modernismo tenham questionado o realismo de representações tanto literárias quanto historiográficas, nós ainda nos voltamos à história porque queremos saber não apenas “por que” as coisas – a História – acontecem, mas também para entender a nós mesmos.

Amy Elias diagnostica o que chama de obsessão da ficção com a história na obra de diversos escritores do final do século XX, tais como Toni Morrison, J. M. Coetzee, e Salman Rushdie, mas que também podemos dizer que se reflete mais recentemente em obras premiadas e de sucesso popular, como *Wolf Hall* (2009), da inglesa Hilary Mantel, o romance polifônico *A Brief History of Seven Killings* (2014), do jamaicano Marlon James e *Half of a Yellow Sun* (2006), da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Além disso, romances históricos de caráter mais popular e menos reflexivos acerca de sua relação com o passado também se tornaram *best sellers* globais nos últimos anos.

Em *Consuming History*, Jerome De Groot analisa algumas destas obras, entre elas as de autoras como Philippa Gregory, historiadora de formação, cujo *The Other Boleyn Girl* (2001) foi adaptado para o cinema com as atrizes Natalie Portman e Scarlett Johansson nos papéis principais. Os romances de Gregory, assim como de outras autoras que igualmente escrevem sobre a realeza europeia em diferentes temporalidades, exploram as vidas de suas protagonistas dentro de um campo de possibilidades plausíveis historicamente, embora certos anacronismos não deixem de causar estranhamento no público leitor, que, por mais que saiba que esteja diante de uma obra de ficção sobre um passado muitas vezes distante, ainda manifesta certo desejo por autenticidade (2011: 218-221)³. No entanto, nos é particularmente

3. De Groot menciona especialmente os comentários negativos deixados na página da Amazon ao romance *The Queen of Subleties*, também uma exploração do período Tudor, porém cujos personagens usam linguagem contemporânea nos diálogos e no tratamento.

interessante a análise que De Groot faz das obras da teórica literária e escritora Sarah Waters, que enxerga neste gênero a possibilidade de se escrever a história de grupos marginalizados, como pessoas LGBTQIA+, de forma a problematizar categorias e a própria forma da historiografia acadêmica. Em seu romance *The Night Watch* (2006), o enredo é contado partindo do fim, de forma não-linear, o que o torna não apenas uma mera inserção destas personagens na história, mas também em uma forma de subverter a história, ou seja, o passado tal como produzido por historiadores, que está calcado em modelos heteronormativos (DE GROOT, 2011, p. 235).

Essa tendência está relacionada a um aspecto fundamental que Hayden White enxerga no chamado romance meta-histórico em *The Practical Past* (2014), partindo do romance *Austerlitz* (2001) de W.G. Sebald: a necessidade, principalmente após os eventos traumáticos do século XX de conciliação ou elaboração do passado e que se estende ao mundo colonial e também a diferentes grupos ignorados, silenciados, reprimidos e conseqüentemente invisibilizados pela história, o que coloca em cheque a própria serventia da disciplina em um sentido prático. Embora White não mencione o termo em si, esse diagnóstico está igualmente em boa parte por trás do fenômeno recente da chamada história pública, como veremos a seguir.

Como afirmado anteriormente, as discussões teóricas sobre a história no final do século XX foram muito marcadas pela ênfase na dimensão narrativa do trabalho do historiador e também pelo debate acerca da eficiência da historiografia em representar a realidade, concomitante aos debates sobre a supremacia da memória sobre a história enquanto um fenômeno recente. Além disso, as últimas décadas do século XX também viram surgir a noção de história pública. Como veremos, esses eventos não ocorrem de forma independente.

Já em 1966, Hayden White apontava em seu ensaio “O fardo da história” a insuficiência do argumento utilizado pelos historiadores perante às críticas à disciplina partidas tanto das ciências quanto das artes de que a história seria ora um, ora outro. Ao mesmo tempo, White também já afirmava que talvez a solução para os historiadores fosse a ruptura com os métodos de exposição vinculados a formas anacrônicas de compreensão da realidade tanto do ponto de vista científico como das artes (WHITE, 1986). Os estu-

dos recentes sobre memória, como os de Paul Ricoeur e Enzo Traverso, por sua vez, apontam para as diferenças entre a memória e a disciplina histórica, na medida em que diagnosticam a relação que a primeira tem com os eventos traumáticos do século XX e que são de difícil representação ou mesmo explicação (TRAVERSO, 2011), o que incluiria aí o recurso à testemunha e outras formas de representação do passado que não a historiografia propriamente dita (RICOEUR, 2007). Em outra alçada, uma das formas de se definir o fenômeno do que hoje chamamos história pública é justamente compreendê-lo enquanto uma resposta às demandas de determinadas comunidades em relação ao entendimento ou elaboração de seus passados e, conseqüentemente, de suas memórias, através de diferentes práticas, como a construção de memoriais, a preservação de patrimônio ou a representação do passado através de diferentes meios, entre eles a literatura.

As reflexões sobre a história pública que surgiram em países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos no final do século passado sugeriam que as formas de relação que estabelecemos com a história e com o passado fossem ampliadas. Os norte-americanos Roy Rosenzweig e David Thelen, por exemplo, investigaram as formas de relação com o passado estabelecidas por indivíduos de diferentes grupos sociais e étnicos, ampliando essa noção para incluir práticas relacionadas à vida familiar – tais como guardar fotografias e objetos pessoais – e não apenas ao conhecimento histórico formal (ROSENZWEIG & THELEN, 2013, p. 30-55). No caso britânico, Raphael Samuel propôs a noção de que a história é um conhecimento construído a muitas mãos, a maioria das quais não são necessariamente as de historiadores, indo das bordadeiras anônimas responsáveis pelo registro da invasão normanda à Grã-Bretanha em 1066 na Tapeçaria de Bayeux, passando por antiquários, por romancistas históricos como Walter Scott e chegando até os historiadores locais responsáveis pelo fenômeno da *heritage* dos anos 1960 (SAMUEL, 2012). No Brasil, a introdução de práticas de história pública se deu através do recurso ao método da história oral como forma de acessar o passado de grupos sociais que não eram contemplados pela historiografia canônica, relacionados à emergência das preocupações com a memórias que marcaram a historiografia no final do século XX. Conforme Ana Maria Mauad,

No Brasil, a emergência do tema da memória está associada ao processo de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 1980, quando en-

trou para a pauta de discussões dos diferentes grupos organizados. Nesse contexto, um amplo espectro de movimentos sociais (negros, mulheres, homossexuais, sem-teto, sem-terra, entre outros), partidos políticos, associações civis, e outros tantos, voltaram-se para a organização de sua memória. Multiplicaram-se casas, centros, institutos, consubstanciando-se, ao longo desses vinte anos que passaram, aquilo que o historiador francês Pierre Nora chamou de “memória-dever” (MAUAD, 2018, p. 30)

Embora sejam uma forma de se lidar com o trauma de determinadas experiências, como já afirmado, essas práticas também podem ser pensadas em termos de consumo, como abordadas no trabalho já mencionado de Jerome De Groot. Partindo das problematizações de Keith Jenkins em *Refiguring History* acerca do real controle que historiadores e historiadoras profissionais teriam sobre o passado e sobre o que é “história” (JENKINS, 2003), de Groot investiga uma série de gêneros diferentes através dos quais o público britânico tem se relacionado com o passado, de histórias escritas por diletantes a jogos de vídeo game, passando por programas televisivos, museus, *sites* na internet, re-encenações históricas, peças teatrais, *graphic novels*, filmes, entre outros, incluindo aí o romance histórico, objeto de um livro anterior de sua autoria (2009). Respondendo a historiadores como David Lowenthal (2015) e Patrick Joyce (2007), que viam a transformação da história em uma *commodity* com ceticismo, De Groot defende que mesmo para se contrapor ou até mesmo controlar os discursos sobre o passado que são produzidos à sua revelia, historiadores e historiadoras deveriam primeiramente compreender como a consciência histórica do público consumidor destes produtos é formada e informada. Acerca do romance histórico especificamente, De Groot afirma:

[Romancistas históricos] aderem à veracidade e eventos reais reconhecendo, ao mesmo tempo, que o romance deve renunciar a essa realidade. A multiplicidade de pontos de vista serve para minar a noção de uma história singular; isso é claramente a base de grande parte da ficção histórica que introduz outra voz ficcional para a diversidade tagarelante do passado. Ao mesmo tempo, esse passado é em si mesmo ‘ridiculamente conveniente’ em sua narrativa aparente e capaz de articular algo que é ‘verdadeiro ou ao menos documentado’. Nesse sentido específico, portanto, nós vemos as variedades de significados e significações que o romance histórico pode gerar, os discursos ambíguos e problemáticos aos quais ele recorre. O romance histórico, então, articula em si imperativos ambíguos em relação ao

passado – uma tentativa de autenticidade, de representação real(ista), de memorialização, de demonstrar a alteridade da história, trabalhando nos próprios limites de uma rede factual. (DE GROOT, 2011, p. 218)

Por esses motivos, segundo o autor, o romance histórico tem grande potencial para nos elucidar questões não apenas sobre a escrita ficcional e sobre como a história é compreendida, mas também a respeito da história enquanto experiência, algo que o autor considera essencial para se entender as diferentes formas de seu consumo e leitura, o que não é exatamente um fenômeno contemporâneo, precedendo inclusive a própria aparição do romance histórico, no setecentos.

Aqui são particularmente interessantes os debates em torno da leitura – tanto de história como de ficção – aos quais se remete Mark Salber Phillips em *Society and Sentiment*. O século XVIII viu ganhar terreno uma forma de leitura interiorizada, marcada mais pelo prazer do que pela diligência, dentro da chave do que se chamou “simpatia”, diferente da forma pública de leitura que a precedia. Phillips se reporta a ensaios publicados pelo filósofo e escritor William Godwin na década de 1790 que iam na contramão dos manuais de conduta que advogavam pela leitura distante, detida e responsável, desprovida de impulsos sentimentais e fantasiosos que demandaria um gênero como o historiográfico; Godwin afirmava, por exemplo, que conseguia abstrair-se de si mesmo e se tornar os autores que lia. A despeito de parecer uma novidade, no entanto, a leitura na chave da simpatia – de história, inclusive – já era algo proposto por outros autores do período, muitos deles associados ao Iluminismo escocês, entre eles o próprio David Hume. O que Phillips também salienta é que esses modos diferentes de leitura possuem um corte de gênero, com essa leitura mais sentimental, simpática, estando ligada à ficção e portanto também ao feminino (PHILLIPS, 2001, p. 105-114).

A simpatia foi um dos conceitos chave a emergir em meados do século XVIII dentro dos movimentos que se convencionou chamar de Iluminismos, e estaria na base não apenas do surgimento do sentimentalismo que marcou as primeiras décadas do oitocentos, mas também ensejou o surgimento daquilo que chamamos hoje de direitos humanos. Lynn Hunt, em seu *Inventing Human Rights* dedica o primeiro capítulo para demonstrar como esses sentimentos operavam no público leitor dos romances epistolares *Julie* (1761) de Jean-Jacques Rousseau e *Pamela* (1740) e *Clarissa* (1748)

de Samuel Richardson. Aqui entendo que a autora, que usa o termo empatia para tratar desse fenômeno, esteja-o tomando como um desdobramento ou sinônimo da ideia de simpatia (2014: 39), embora os vocábulos não signifiquem a mesma coisa e tenham cada um uma história própria. Enquanto a simpatia está mais vinculada ao que chamamos de compaixão, a empatia trata-se de uma forma mais consciente e internalizada de compreensão do sentimento alheio, aquilo que consideramos como a capacidade de se colocar no lugar do outro. Os chamados romances “sentimentais” do século XVIII mobilizavam a compaixão de leitores e leitoras, e essa forma de leitura foi, ao longo do oitocentos, empregada também pra fins políticos, como no caso de romances abolicionistas, como *Uncle Tom’s Cabin* (1852) da norte-americana Harriet Beecher Stowe e o brasileiro *A Escrava Isaura* (1875) de Bernardo Guimarães⁴. Nos romances históricos oitocentistas também somos convidados e convidadas simpatizar com o sofrimento de certos grupos vitimados pela História, como, por exemplo, certos personagens indígenas dos romances de James Fenimore Cooper e de José de Alencar.

O termo empatia, no entanto, relacionado ao conceito alemão de *Einfühlung*, está mais vinculado às respostas no campo das ciências humanas e nas artes aos acontecimentos traumáticos do século XX, mais notadamente o Holocausto, embora também estendido às experiências ditatoriais na Península Ibérica, na América Latina e ao Apartheid, na África do Sul. É o princípio que rege a elaboração destes eventos através da chave da memória antes mencionada, e que está por trás da centralidade da testemunha nos registros memoriais e mesmo historiográficos deste período. François Hartog, em *Evidencia da história*, trata desta questão ao abordar como muitos destes memoriais buscam tornar o ou a visitante também em uma testemunha daqueles eventos (2011: 207). Para além disso, Dominick LaCapra (2014), ao lidar com como esses acontecimentos afetam a representação historiográfica, tem mobilizado o conceito de empatia dentro do próprio campo historiográfico como uma forma através da qual historiadores podem negociar suas relações com seus objetos de pesquisa. Embora LaCapra parta de suas preocupações com as vítimas do Holocausto, esse modelo poderia ser estendido amplamente à escrita historiográfica, na medida em que a questão da objetividade (ou não) do historiador sempre fez parte dos

4. Cito esses romances em especial embora sejam problemáticos, pois justamente seus problemas em relação à representação da realidade de escravizados e escravizadas estão ligados ao que elicitaria sentimentos de compaixão em um público leitor branco.

debates que legitimam ou deslegitimam narrativas sobre o passado.

A questão da objetividade na história não diz respeito somente a eventuais julgamentos que um historiador ou historiadora possa fazer dos eventos que narra, evidentemente, mas também a *como* esses eventos são narrados e até que ponto é possível chegar-se aos termos que se tornaram célebres na pena de Leopold Ranke – o inconformado leitor de Walter Scott –, isto é, a representação de eventos históricos “tal como eles realmente aconteceram”. Esse anseio pela referencialidade também faz parte das tensões contidas no pacto narrativo do romance histórico desde o oitocentos, e, como já vimos, integram as mudanças no romance na virada do século XX, que se acentuaram após a Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, já no século XXI, os romances históricos tendem inclusive a resistir ou negar o estatuto ficcional, como apontado por Felipe Charbel (2020). É o caso dos romances de Javier Cercas, *Os soldados de Salamina* (2001) e *O impostor* (2014), ou ainda *HHhH* (2010), de Laurent Binet e *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski (2011), entre outros.

Como Charbel afirma, esses romances podem ser considerados uma manifestação da forma contemporânea de nos relacionarmos com o tempo, teorizada por Hartog no que ele chama “presentismo”, caracterizada por, entre outras coisas, por essa relação com o passado mais mediada pela memória e pelo *dever de memória* impostos ao presente pelos acontecimentos traumáticos do século XX (CHARBEL, 2020, p. 31). Essas obras também evidenciam as preocupações de seus autores com a representação daqueles eventos ou a possibilidade desta. Daí o fato de o romance Laurent Binet não ser um romance sobre o atentado que matou Reinhard Heydrich em Praga, em 1942, mas sim sobre o narrador escrevendo um romance sobre o atentado que matou Reinhard Heynrich em Praga, em 1942. Daí também a advertência no romance de Kucinski de que “tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCISNKI, 2014, p. 8), e daí também a preocupação constante do narrador de *O Impostor* de Javier Cercas em afirmar que compreender os motivos pelos quais Enric Marco se passou durante anos por um sobrevivente do Holocausto sem realmente o ser não significa desculpá-lo por isso (CERCAS, 2014). A questão de com quem e como devemos ter empatia nestes contextos atravessa estes romances e se reflete nas escolhas narrativas de seus autores, para além do já complicado ato de narrar o inarrável, questões não muito diferentes daquelas com as quais historiadores profissionais se deparam, como atestam as reflexões de LaCapra

previamente citadas e a noção de “evento limite”, também utilizada por autores como Saul Friedländer (1999) e Jörn Rüsen (2002)⁵.

Por fim, gostaria de ecoar algumas das conclusões às quais David Harlan chegou na sua contribuição para o volume *Manifestos for History* (2007), na qual o autor reflete sobre a relação entre a ficção histórica e a historiografia acadêmica. Harlan parte do diagnóstico comum no final do século XX de que por mais que a disciplina histórica esteja estabelecida e tenha um lugar institucional, o público em geral se vale mais do passado representado de outras formas que não a historiografia para criar sua ideia do que pensa ser história. No entanto, ao invés de rechaçar ou tratar com pessimismo essas outras formas de história, tratando-as apenas como consumo despreocupado de um passado pouco reflexivo ou ainda como “um passado enquanto terra estrangeira”, como as percebe o historiador David Lowenthal (1985), Harlan defende que elas sejam entendidas não como complementares, mas sim adjacentes à historiografia acadêmica.

Como vimos aqui, tanto no século XIX como no XIX, o romance histórico em específico apresenta muitas vezes as mesmas preocupações não apenas de ordem temática, mas também de representação que a historiografia, mesmo em períodos quando a história se separava da literatura. Para dar um exemplo, o romancista que estudei em minha tese de doutorado (FREITAS, 2012), tido por um “romântico”, em sua terceira obra – escrita em 1824 – mergulhou avidamente na Boston entre abril e junho de 1775, quando ocorreram as primeiras batalhas da Guerra de Independência dos Estados Unidos. Para tanto, James Fenimore Cooper buscou inclusive almanaques que falavam das condições climáticas daqueles dias incertos e violentos porque, apesar de estar criando um protagonista – um homem cujas lealdades políticas balançariam como as de Waverley de Walter Scott –, sua ambição era, de certa forma, retratar o quanto fosse possível “os fatos tal como eles realmente aconteceram”.

REFERÊNCIAS

BANN, Stephen. **The Clothing of Clio**: a study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

5. Para uma análise de como esse termo é utilizado por esses historiadores, ver (CALDAS, 2019)

CALDAS, Pedro. O conceito de evento limite: uma análise de seus diagnósticos. **Tempo**. Vol. 25, n. 3, 737-757, 2019.

CERCAS, Javier. **El Impostor**. Barcelona: Penguin Random House, 2014.

CHAPMAN, R. W. (ed.) **Jane Austen's Letters to her Sister Cassandra and Others**. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1952.

CHARBEL, Felipe. The New Faces of the Historical Novel. **Historia da Historiografia**, Vol. 13, n. 32, pp. 19-46, 2020.

DE GROOT, Jerome. *The Historical Novel*. Nova York: Routledge, 2009.

_____. **Consuming History**. Nova York: Routledge, 2011.

ELIAS, Amy. Metahistorical Romance, the Historical Sublime, and Dialogic History. **Rethinking History: the journal of theory and practice**. Vol. 9, n. 2/3, pp. 159-172, 2005.

FREITAS, Renata Dal Sasso. **Love of Country**: os romances históricos de James Fenimore Cooper sobre a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1821-1824). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

GOODE, Mike. **Sentimental Masculinity and the Rise of History, 1790-1890**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

GOSSMAN, Lionel. **Between History and Literature**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas, SP: Papirus, 1997.

HARTOG, François. **Evidência da História** – O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: 2013.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

JENKINS, Keith. **Refiguring History**. Nova York: Routledge, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. História *Magistra Vitae*. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

KUCISNKI, Bernado. **K. Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de. & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. In: **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country – Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e História Pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). In: **História Crítica**, n. 68, pp. 27-45, 2018.

MORGAN, Sue; JENKINS, Keith & MUNSLOW, Alun (eds.) **Manifestos for History**. New York: Routledge, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, pp. 7-8, São Paulo, 1993.

PRICE, Fiona. **Nation, Commerce, and the British Historical Novel from Walpole to Scott**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROSENZWEIG, Roy & THELEN, David. The Presence of the Past: popular uses of history in American life. In: KEAN, Hilda & MARTIN, Paul. **The Public History Reader**. Nova York: Routledge, 2013.

SAMUEL, Raphael. **Theatres of Memory**: past and present in contemporary culture. Edição Revisada. Londres: Verso, 2012.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance inglês**. São Paulo: Hucitec, 2008.

WATT, Ian. **The Rise of the Novel**. Berkeley, CA: University of California Press, 2001.

WHITE, Hayden. The Burden of History. In: **Tropics of Discourse**: essays in cultural criticism. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1986.

_____. The Modernist Event. In: **Figural Realism**: Studies in Mimesis Effect. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1999.

_____. **The Practical Past**. Evanston, IL: Northwestern University Press, 2014.

Sobre autoras e autores

Ana Maria Veiga

Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em História com Pós-Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Presidenta da ANPUH - Brasil (2023-2025). Áreas de atuação e interesse: teorias da história, história digital e história visual, estudos decoloniais, interseccionalidades, gênero, feminismos e localidades não centrais. E-mail: ana.veiga@academico.ufpb.br

Aryana Costa

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Áreas de atuação e interesse: ensino de história, formação de professores, currículo, história do ensino de História e estágio supervisionado. E-mail: aryanacosta@uern.br

Bruno Balbino Aires da Costa

Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRGN); Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Áreas de atuação e interesse: teoria da história, história da historiografia, história da historiografia brasileira, história intelectual, história e biografia; história e literatura; história e comemorações; história e espaços; materiais didáticos e ensino de história. E-mail: bruno.aires@ifrn.edu.br

Diego José Fernandes Freire

Professor da Secretária de Educação e Cultural do Rio Grande do Norte (SEEC- RN) e Professor da Universidade Potiguar (UnP). Áreas de atuação e interesse: vida e obra de José Lins do Rego, história e literatura, teoria

da história, história da historiografia, historiografia brasileira, história intelectual e ensino de história. E-mail: diego5739@gmail.com

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Atualmente é professor visitante da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em História pela Universidade de Campinas (Unicamp). Áreas de atuação e interesse: gênero, nordeste, masculinidade, biografia histórica, produção de subjetividades, história das sensibilidades, história dos corpos, das dores e dos sofrimentos. E-mail durvalaljr@gmail.com

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Áreas de atuação e interesse: teoria da história, história da historiografia, história e literatura, história do Brasil, história da ciência, museus de história natural, biografias. E-mail: eduardo.vasconcelos@ueg.br

Evandro Santos

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Áreas de atuação e interesse: escrita da história, biografia, obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, teoria da história; historiografia, ética na história e relações entre história e psicanálise. Dedicar-se, ainda, aos estudos relacionados à história dos sertões. E-mail evansantos.hist@gmail.com

Fabiano Mendes

Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Doutor de História pela Universidade de São Paulo (USP). Áreas de atuação e interesse: história e linguagens, teorias e metodologias da história, história do Brasil republicano, história-literatura, história da cultura, história política e história da produção e circulação de saberes. E-mail: fabianomendes@uern.br

Francisco das Chagas F. Santiago Júnior

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Áreas de atuação e interesse: metodologia de pesquisa com multimeios, história visual e a relação historiografia e cinemas brasileiro e italiano, monumentos patrimônio e debate público sobre etnicidade e racismo nas mídias brasileiras. E-mail: santiago.jr@gmail.com

Mariano de Azevedo Júnior

Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Áreas de atuação e interesse: história e mídia, história cultural, história e ficção, teoria da história e história pública. E-mail: marianoazevedo@gmail.com

Pablo Spíndola

Professor substituto do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE); Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Áreas de atuação e interesse: Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da história, história intelectual, história das ideias, metodologia e pensamento de Michel Foucault. E-mail: phst81@icloud.com

Renata Dal Sasso Freitas

Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Áreas de atuação e interesse: teoria da história e história da historiografia; relações entre prosa de ficção e escrita historiográfica; usos do passado na contemporaneidade. Email: renatadsf@gmail.com

Wagner Geminiano dos Santos

Professor das Secretarias Municipais de Educação (SME) na Prefeitura Municipal de Água Preta (PMAP) e na Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande (PMSJCG). Professor permanente do PPG em História da UFOP. Áreas de atuação e interesse: teoria da história, história da historiografia e historiografia brasileira, ensino de história, projetos de universidade e políticas públicas de educação no Brasil. E-mail: wagner-barrauna@yahoo.com.br

ESSA OBRA FOI COMPOSTA EM ADOBE CASLON PRO PARA
A EDITORA CANCIONEIRO EM AGOSTO DE 2023.